


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

MARÍA GABRIELA GUILLÉN CARÍAS

Vozes de Morazán: mulheres, resistência e organização popular



ARARAQUARA – S.P.
2014

MARÍA GABRIELA GUILLÉN CARÍAS

Vozes de Morazán: mulheres, resistência e organização popular

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Maria Orlanda Pinassi

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.
2014

Guillén Carías, María Gabriela

Vozes de Morazán : mulheres, resistência e organização
popular / María Gabriela Guillén Carías – 2014
187 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras
(Campus de Araraquara)
Orientador: Maria Orlanda Pinassi

1. Mulheres. 2. América Central. 3. Divisão sexual do trabalho.

I. Título.

MARÍA GABRIELA GUILLÉN CARÍAS

Vozes de Morazán: mulheres, resistência e organização popular

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Maria Orlanda Pinassi

Bolsa: CAPES

Data da defesa: 23/05/2014

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras/Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Mauro Luis Iasi
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Escola de Serviço Social

Membro Titular: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Universidade Federal de São Carlos – Centro de Educação e Ciências Humanas

Membro Titular: Prof. Dr. Fabio Kazuo Ocada
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília

Membro Titular: Profa. Dra. Silvia Beatriz Adoue
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras/Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria sido possível sem a valiosa colaboração de inúmeras pessoas que ao longo de quatro anos participaram de maneira direta ou indireta na sua elaboração. Minha mais sincera gratidão em especial:

às mulheres das comunidades do norte de Morazán que com muito carinho e solidariedade me receberam em suas casas e me confiaram uma parte importante de suas vidas.

a minha orientadora Maria Orlanda Pinassi pelos valiosos ensinamentos durante os anos de faculdade e a orientação ao longo destes 4 anos de doutorado sem os quais eu não teria a compreensão do meu país e do mundo que tenho hoje.

a Silvia Beatriz Adoue pelos silêncios e as palavras não ditas que me ensinaram mais que mil discursos.

a Plínio de Arruda Sampaio pela valiosa discussão para o melhoramento deste trabalho.

a Heloisa Fernandes pelas considerações e a revisão do primeiro capítulo do presente trabalho.

a meus pais Carlos e Milagro por ter me presenteado com a vida e à minha irmã Carla Beatriz por me apoiar em tudo o que eu faço e me acompanhar nos momentos difíceis mesmo estando longe.

a Héctor Hernández pela paciência em transmitir desinteressadamente seus aprofundados conhecimentos sobre a história dos processos organizativos do norte de Morazán.

a Augusto Vázquez por depositar sua confiança em mim e me colocar em contato com as pessoas das comunidades do norte de Morazán, em especial dos municípios de Meanguera e Jocoaitique.

a Vanessa Pocasangre e Felipe Peña por serem mais que amigos, meus guias espirituais e meu conforto na amizade.

a Judite Stronzake por todo o amor e apoio nestes últimos meses. Não tenho palavras para agradecer toda a sua paciência.

aos camaradas da capoeira em El Salvador Cristian, Valeria, Chele, Conejo, Carlos, Cristian, Werner, Lua, Alejandro, Coru e Juan e dos angoleiros do sertão no Brasil pelos mágicos momentos compartilhados.

a Santana, Silvia e Sara pelos dias de amizade na Comunidade Segundo Montes.

à Prefeitura de Meanguera pela valiosa colaboração em ceder os mapas de Morazán.

a Verónica e Stephanie do Centro de Investigación, Documentación y Apoyo a la Investigación de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas.

**Para um mejor amor
(Roque Dalton)**

Nadie discute que el sexo
Es una categoría en el mundo de la pareja:
De ahí la ternura y sus ramas salvajes.
Nadie discute que el sexo
es una categoría familiar:
de ahí los hijos,
las noches en común
y los días divididos
(él, buscando el pan en la calle,
en las oficinas o en las fábricas;
ella, en la retaguardia de los oficios domésticos,
en la estrategia y táctica de la cocina
que permitan sobrevivir en la batalla común
siquiera hasta el fin del mes).
Nadie discute que el sexo
es una categoría económica:
basta mencionar la prostitución,
las modas,
las secciones de los diarios que sólo son para ella
o sólo son para él.
Donde empiezan los líos
es a partir de que una mujer dice
que el sexo es una categoría política.
Porque cuando una mujer dice
que el sexo es una categoría política
puede comenzar a dejar de ser *mujer en sí*
para convertirse en *mujer para sí*,
constituir a la mujer en mujer
a partir de su humanidad
y no de su sexo,
saber que *el desodorante mágico con sabor a limón*
y jabón que acaricia voluptuosamente su piel
son fabricados por la misma empresa que fabrica el napalm
saber que las labores propias del hogar
son las labores propias de la clase social a que pertenece ese hogar,
que la diferencia de sexos
brilla mucho mejor en la profunda noche amorosa
cuando se conocen todos esos secretos
que nos mantenían enmascarados y ajenos.

RESUMO

El Salvador é um país de origem colonial com uma formação social que historicamente impossibilitou a descolonização até suas últimas consequências, fato que perpetuou uma dupla articulação configurada pela dependência e subordinação estruturais frente aos países capitalistas centrais e um sistema permanente de segregação e exclusão das maiorias populares. No último quartel do século XX o regime oligárquico tradicional entra em crise e eclodem os movimentos populares e as organizações político-militares. A presente pesquisa tem por objetivo analisar o processo histórico revolucionário acontecido em El Salvador por meio das narrações de mulheres de origem camponesa. Especificamente daquelas pertencentes às comunidades camponesas do norte de Morazán, onde a organização popular foi decisiva para o processo pelo surgimento das Comunidades Eclesiais de Base através das quais as mulheres passaram a se incorporar à guerrilha ou a colaborar desde a retaguarda com o *Ejército Revolucionario del Pueblo*, uma das cinco organizações armadas que constituíram a *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*. Uma análise é realizada das relações desiguais entre homens e mulheres nas diversas estruturas organizativas populares que foram surgindo ao longo de todo o processo de resistência e luta contra o regime oligárquico. São destacadas as experiências das mulheres durante a guerra e as possibilidades que tiveram de se reconhecer e auto-organizar como um grupo com demandas específicas para superar a opressão e a desigualdade. A premissa teórica fundamental para a análise é a divisão sexual do trabalho e como esta se concretizou nas diversas estruturas organizativas que se conformaram no conflito armado, seja produzindo relações alienadas que afetaram de maneira direta às mulheres ou subvertendo os papéis tradicionais das relações desiguais de poder entre homens e mulheres nos espaços de produção e reprodução. O que se constata é que uma vez terminado o conflito armado e implementadas as políticas neoliberais, se constitui um novo padrão de dependência, expressão da crise estrutural nos países de capital central que coloca em risco toda a experiência acumulada pelas comunidades durante o conflito armado e que acaba por impactar de maneira negativa às maiorias populares e incide de maneira brutal nas mulheres.

Palavras-chave: Morazán; mulheres camponesas; organização popular; divisão sexual do trabalho; crise estrutural do capital; dependência.

RESUMEN

El Salvador es un país de origen colonial con una formación social que históricamente imposibilitó la descolonización hasta sus últimas consecuencias, hecho que perpetuó una doble articulación configurada por la dependencia y subordinación estructurales frente a los países capitalistas centrales y un sistema permanente de segregación y exclusión de las mayorías populares. En el último cuarto del siglo XX el régimen oligárquico tradicional entra en crisis y eclosionan los movimientos populares y las organizaciones político-militares. La presente investigación tiene por objetivo analizar el proceso histórico revolucionario acaecido en El Salvador por medio de las narraciones de mujeres de origen campesino. Específicamente de aquellas pertenecientes a las comunidades campesinas del norte de Morazán, donde la organización popular fue decisiva para el proceso por el surgimiento de las Comunidades Eclesiales de Base a través de las cuales las mujeres pasaron a incorporarse a la guerrilla o a colaborar desde la retaguardia con el *Ejército Revolucionario del Pueblo*, una de las cinco organizaciones armadas que constituyeron el *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*. Un análisis es realizado de las relaciones desiguales entre hombres y mujeres en las diversas estructuras organizativas populares que fueron surgiendo a lo largo de todo el proceso de resistencia y lucha contra el régimen oligárquico. Se destacan las experiencias de las mujeres durante la guerra y las posibilidades que tuvieron de reconocerse y auto-organizarse como un grupo con demandas específicas para superar la opresión y la desigualdad. La premisa teórica fundamental para el análisis es la división sexual del trabajo y como esta se concretizó en las diversas estructuras organizativas que se conformaron en el conflicto armado, ya sea produciendo relaciones enajenadas que afectaron de manera directa a las mujeres o subvirtiendo los papeles tradicionales y las relaciones desiguales de poder entre hombres y mujeres en los espacios de producción y reproducción. Lo que se constata es que una vez terminado el conflicto armado e implementadas las políticas neoliberales, se constituye un nuevo patrón de dependencia, expresión de la crisis estructural en los países de capital central que coloca en riesgo toda la experiencia acumulada por las comunidades durante el conflicto armado y que acaba por impactar de manera negativa a las mayorías populares e incide de manera brutal en las mujeres.

Palabras-clave: Morazán; mujeres campesinas; organización popular; división sexual del trabajo; crisis estructural del capital; dependencia.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	El Salvador e localização do Departamento de Morazán	49
Mapa 2	Departamento de Morazán mostrando a região ao norte do Rio Torola	51
Mapa 3	Norte de Morazán mostrando a localização das Comunidades Eclesiais de Base e os Operativos de Terra Arrasada	180

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissionado das Nações Unidas para os Refugiados
ALPRO	Aliança para o Progresso
ANDES 21 de Junio	Asociación Nacional de Educadores de El Salvador 21 de Junio
ARENA	Alianza Republicana Nacionalista
ATM	Asociación de Trabajadores de Morazán
BANCOMO	Banco Comunal de Morazán
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BPR	Bloque Popular Salvadoreño
BRAZ	Brigada Rafael Arce Zablah
CCEB	Coordinadora de Comunidades Eclesiales de Base
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conferência Geral do Episcopado Latino-americano
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CESPRO	Centro de Estudios Sociales y Promoción Popular
CIA	Agência Central de Inteligência
CIADI	Centro Internacional de Arranjos de diferenças relativas a investimentos
CNUDMI	Comissão das Nações Unidas para o Arranjo Mercantil Internacional
COCA	Confederación Obrera Centroamericana
CONIP	Coordinadora Nacional de la Iglesia Popular
COP	Comandos Organizadores del Pueblo
CRM	Coordinadora Revolucionaria de Masas
CSM	Comunidad Segundo Montes
DRU	Dirección Revolucionaria Unificada
EHPM	Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples
ERP	Ejército Revolucionario del Pueblo
FAPU	Frente de Acción Popular Unificada
FDR	Frente Democrático Revolucionario
FECCAS	Federación de Campesinos Cristianos Salvadoreños
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMLN	Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional
FPL	Fuerzas Populares de Liberación “Farabundo Martí”

FRTS	Federación Regional de Trabajadores Salvadoreños
FSM	Fundación Segundo Montes
FUAR	Frente Unido de Acción Revolucionaria
FUSADES	Fundación Salvadoreña para el Desarrollo Económico y Social
IRCA	International Railway System of Central America
ISDEMU	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer
ISTA	Instituto Salvadoreño de Transformación Agraria
IVA	Imposto ao Valor Agregado
JAC	Juventudes Agrarias Católicas
JCUS	Juventud Católica Universitaria Salvadoreña
JDC	Juventud Demócrata Cristiana
JOC	Juventudes Estudiantiles Católicas
LP-28	Ligas Populares 28 de febrero
MCCA	Mercado Comum Centro-americano
MENAMIG	Mesa Nacional para las Migraciones en Guatemala
MINUSAL	Misión de las Naciones Unidas en el Salvador
MNR	Movimiento Nacional Revolucionario
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não Governamental
PAE	Programa de Ajuste Estrutural
PCN	Partido de Conciliación Nacional
PCS	Partido Comunista Salvadoreño
PCSC	Productores Corporados Sociedad Corporativa
PD	Partido Demócrata
PDC	Partido Demócrata Cristiano
PEE	Programa de Estabilização Econômica
PNC	Policía Nacional Civil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRS	Partido de la Revolución Salvadoreña
PRTC	Partido Revolucionario de los Trabajadores Centroamericanos
PRUD	Partido Revolucionario de Unificación Democrática
PTT	Programa de Transferência de Terras
REDCAM	Red Centroamericana de Mujeres en Solidaridad con las Trabajadoras de la Maquila

RN	Resistencia Nacional
SILEM	Sistema Local de Educación de Meanguera
TLC CA-EU	Tratado de Libre Comercio - Centroamérica y Estados Unidos
UDN	Unión Democrática Nacionalista
UFCO	United Fruit Company
UN-INSTRAW	United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNO	Unión Nacional Opositora
USAID	United States Agency for International Development
UTC	Unión de Trabajadores del Campo

SUMÁRIO

Apresentação	13
Capítulo 1 - A república do café e a incompletude da descolonização	20
1.1 A ruptura do pacto colonial e os anileiros	20
1.2 O grão de ouro e a ascensão da oligarquia cafeeira	27
1.3 O massacre camponês de 1932: prolongamento do regime oligárquico	35
1.4 Década de 60: modernização da agricultura e industrialização	40
Capítulo 2 - A experiência das mulheres nas organizações populares dos anos 70	49
2.1 Norte de Morazán: a vida da mulher camponesa antes da guerra	49
2.2 Origens do <i>Ejército Revolucionario del Pueblo</i> : entre o militarismo e o trabalho de base	58
2.3 As Comunidades Eclesiais de Base: igualdade restringida da mulher	71
Capítulo 3 - Década de 80: A mulher na frente de guerra e no refúgio de exilados	86
3.1 A combatente: igualdade na luta e desigualdade nas relações sociais	86
3.2 As colaboradoras na retaguarda: uma experiência de auto-organização no refúgio de Colomoncagua	101
Capítulo 4 - Impactos da crise estrutural do capital em el salvador: novos padrões de dominação e dependência	117
4.1 Os Acordos de Paz nos anos 90: um marco legitimador do neoliberalismo	117
4.2 O milênio dos tratados de livre comércio e a dolarização	121
4.3 De Colomoncagua a Morazán: o retorno da comunidade ao deserto neoliberal.	132
4.4 A combatente no pós-guerra: a volta à ‘normalidade’ neoliberal	141
Considerações Finais	148
Referências	167
Glossário	174
Anexos	176

Apresentação

No último quartel do século XX os países capitalistas centrais entram em sua fase de crise estrutural delimitando o esgotamento de todas as capacidades civilizatórias do capital. Isto coincide com a crise do regime oligárquico tradicional em El Salvador que se desmorona junto com o modelo desenvolvimentista através do qual se encetara um processo tardio de industrialização. A agitação social especialmente dos trabalhadores do campo fora reprimida a ferro e fogo pelas autocráticas ditaduras civil-militares durante todo século XX desde a grande depressão, sendo controlada e mantida dentro dos limites e prolongando a hegemonia da oligarquia. Mas com o fim do regime, o modo de vida camponês entra em declínio e as promessas não cumpridas do desenvolvimento capitalista à nascente classe trabalhadora e às camadas médias marcariam, junto com o aumento da repressão, o surgimento do movimento popular e das organizações político-militares na década de setenta.

Impossibilitadas de encontrar uma saída às históricas mazelas sociais dentro da ordem pelo vertiginoso aumento da violência e o terrorismo de Estado, as organizações populares entram na clandestinidade e engrossam as fileiras do movimento guerrilheiro. Inicia a guerra na década de 80, um cruento processo que se desdobrara ao longo de 12 anos e dizimará a vida de dezenas de milhares de pessoas, muitas delas em luta por uma mudança estrutural. No final da luta armada se vislumbrou o fim da hegemonia oligárquica tradicional, mas um novo padrão de dependência aparecera no horizonte a partir da posta em marcha das contrarreformas neoliberais.

Apesar de que o movimento popular e o movimento armado adotaram em seus inícios a perspectiva da revolução socialista, do antiimperialismo e preconizaram uma transformação radical das estruturas políticas, sociais e econômicas o resultado foi o contrário, e com os anos o que se descortinou foi um retrocesso enorme nas condições de vida das maiorias populares. O fim do conflito armado deu passo à instauração de um novo modelo econômico que aprofundou a dependência externa possibilitando novos padrões de dominação e acumulação de capital. Os efeitos negativos em El Salvador da dominação capitalista dos países centrais em sua fase de crise estrutural levaram contraditoriamente a um acirrado processo de descampesinização da sociedade ao aumento do desemprego estrutural e da violência social.

A *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*, movimento guerrilheiro ao interior do qual se aliaram todas as forças progressistas de esquerda e social-democratas, se tornou o máximo organismo condutor das organizações político-militares e dos movimentos populares. Apesar de que no seu interior existiam contradições entre as forças políticas e sociais que o compunham, quanto a prolongar a guerra ou se inserir no emergente regime da oligarquia financeira, ao longo

do conflito nunca abandonara sua postura de estabelecer um diálogo para chegar a acordos com a classe dominante. O desmoronamento do socialismo realmente existente em finais da década de 80 levará à FMLN a um ponto de inflexão onde a balança penderá em favor das forças social-democratas que se inseriram rapidamente na democracia de fachada patrocinada pelos Estados Unidos. Após esses eventos a comandância da FMLN lançou uma série de proclamas anunciando o abandono da revolução socialista e a total abdicação do seu programa de reformas de corte nacionalista e radical. Os Acordos de Paz negociados com a oligarquia financeira serão produto de uma flexibilização ainda maior.

O objetivo do presente trabalho é contar a história deste processo iniciado na década de 70 e que se estende em toda a época neoliberal de pós-guerra desde o ponto de vista da mulher que participou na luta, tanto como combatente quanto como colaboradora na retaguarda do movimento guerrilheiro. O papel e a participação da mulher foi fundamental para a manutenção do movimento. No entanto, na época neoliberal, a precarização do trabalho, o desemprego estrutural, a violência e o aumento da miserabilidade a golpeiam com maior força que a seus pares masculinos da classe trabalhadora.

Nesse sentido, escolhi estudar o processo através da participação das mulheres do norte de Morazán nas organizações populares que se configuraram na década de 70 a partir das Comunidades Eclesiais de Base sob o impulso da Igreja progressista. Estes grupos religiosos são essenciais para entender o surgimento dos primeiros núcleos armados nesta região do país que viu nascer uma das mobilizações mais fortes e organizadas de comunidades camponesas. Se bem nos seus começos predomina o fator religioso tendo como elemento mediador a Teologia da Libertação, sua politização e posterior militarização serão encetadas por um núcleo urbano armado oriundo de San Salvador denominado *Ejército Revolucionário del Pueblo*, uma das cinco organizações político-militares que conformaram a *Frente Farabundo Martí*.

Como premissa teórica utilizo os fundamentos da teoria marxista para analisar tanto os impactos da crise estrutural em El Salvador, quanto às relações de homens e mulheres ao interior da guerrilha, duas dimensões que não podem ser desvinculadas para realizar uma avaliação crítica dos desdobramentos da guerra. De tal forma que, mais do que uma análise das condições objetivas que impediram o triunfo militar para a toma do poder por parte da guerrilha; ou uma avaliação das mudanças ideológicas e dos fatores políticos que levaram à guerrilha a abdicar do seu nacionalismo radical para compactuar com a ordem neoliberal burguesa, o que faço é uma abordagem do papel e da participação das mulheres dentro das organizações populares. Se bem que estes dois fatores, condições objetivas e subjetivas das mudanças na guerrilha, não são deixados de lado, o foco se centra na experiência das mulheres e a divisão de trabalho que

tiveram que enfrentar em função das mudanças na estrutura organizacional no interior das organizações populares. Entendendo a divisão de trabalho costumeira - as mulheres predominantemente na esfera da reprodução e os homens na esfera produtiva - como a origem da subordinação e opressão da mulher e a origem das relações alienadas entre os sexos; ou bem, como a subversão da divisão de trabalho tendeu, dentro da guerrilha e as organizações populares a possibilitar a construção de uma nova sociabilidade pautada na igualdade substantiva da mulher. Quais foram os limites e os avanços que as mulheres encontraram para sua emancipação em cada momento do processo histórico, desde as comunidades eclesiais de base, passando pelo exército guerrilheiro e os acampamentos de refugiados? Como se manifestou o sistema do patriarcado em cada estrutura organizativa? Quais foram as possibilidades das mulheres de se organizar e se identificar como grupo com demandas específicas a sua condição de opressão? Estas são algumas das perguntas que tentarei responder ao longo da pesquisa.

O presente trabalho é eminentemente histórico, no primeiro capítulo faço uma síntese de todo o período que vai desde a emancipação do jugo colonial passando pela consolidação da república até a emergência da oligarquia cafeeira e todos os desdobramentos do seu domínio autocrático ao longo do século XX e sua crise final que dará origem ao conflito armado. Este breve percurso é feito através de uma lente centro-americanista que visa o entendimento da região como possuidora de um destino comum sem perder de vista as particularidades de cada país.

É importante partir do momento histórico em que se dá a ruptura do pacto colonial para entender que, se bem El Salvador deixou de ser colônia da metrópole espanhola, a descolonização em sua totalidade nunca se concretizou. Este caráter de ausência ou congelamento da descolonização, como chamado por Florestan Fernandes, dá origem a uma formação nacional cujas classes dominantes nunca tiveram o interesse em ampliar os benefícios da acumulação de capital para as maiorias populares, preferindo historicamente a alternativa de se associar com o capital estrangeiro permitindo assim submeter o país ao jugo de um desenvolvimento desigual sob os impulsos do exterior. Assim, existe em El Salvador e em toda América Latina uma dupla articulação que se compõe da dependência frente às potências estrangeiras de turno ao longo de toda sua história e de um sistema social de segregação e exclusão das grandes maiorias. Neste capítulo se analisaram todos os desdobramentos políticos, econômicos e sociais em função desta dupla articulação e da formação nacional salvadorenha ao longo da vida republicana do país até o limiar da crise do regime oligárquico, do desenvolvimentismo e do mercado comum centroamericano, preâmbulos do conflito que significaria o fim da hegemonia oligárquica tradicional e contraditoriamente a dissolução do

modo de vida das comunidades camponesas. Efetivamente, o desenvolvimento desigual de El Salvador e de todos os países da região centro-americana responde à constante renovação da dependência que enceta a combinação de estruturas do passado - formas de trabalho pré-capitalistas - com os impulsos modernizantes do capital estrangeiro impedindo a integração nacional através de um processo cada vez mais acirrado de extração de mais-valia que é remetida ao exterior, colocando ao descoberto a incompletude da descolonização.

No segundo capítulo faço uma caracterização do departamento de Morazán em El Salvador e de suas comunidades ao norte no contexto de El Salvador dos anos 60. Muitas pessoas que conheci ao longo do meu trabalho me perguntaram os motivos pelos quais escolhi Morazán e não posso dar uma resposta adequada senão reconheço que foi Morazán que me escolheu. Apresentando o marco teórico da presente pesquisa em 2012 em um congresso organizado pela Universidade de El Salvador sobre o XX aniversário dos Acordos de Paz e seus impactos e desdobramentos na sociedade salvadorenha, me deparei com um amigo que pertenceu ao *Ejército Revolucionário del Pueblo*. Ele tivera um contato muito estreito com as comunidades do norte de Morazán e ao mesmo tempo em que eu estava à procura de uma localidade para fazer meu trabalho de campo, ele também procurava alguém para escrever um livro sobre a região.

O norte do departamento de Morazán no oriente de El Salvador fora uma região muito isolada e abandonada ao longo de todo o século XX pelos governos militares em termos de vias de transporte e infra-estrutura por se tratar de uma área montanhosa de difícil acesso cujas terras foram desconsideradas pela oligarquia agro-exportadora que preferia manter seus cultivos de café no ocidente do país e de algodão e cana de açúcar nas planícies litorâneas.

Morazán se tornou o bastião do *Ejército Revolucionário del Pueblo* que desde os inícios da década de 70 travou contato com as comunidades eclesiais de base que abriram passo para organizações populares com um importante caráter auto-organizativo. Antes de começar a contar a história das comunidades, faço uma caracterização da estrutura sócio-econômica, - eminentemente mini-fundiária - e do modo de vida camponês nos anos prévios a guerra. Através do depoimento de algumas mulheres reconstruo as condições de vida da população em geral e das mulheres em particular. Tento explorar também algumas das características das comunidades que permitiram que Morazán se convertesse em um epicentro da organização popular, motivo pelo qual foi objeto de massacres perpetradas pela ditadura civil-militar sob comando da oligarquia e dos Estados Unidos. Uma grande dívida desta pesquisa é o aprofundamento do conhecimento da cultura e tradições Lenças desta região, uma etnia diferente em termos

lingüísticos e culturais das etnias que se estabeleceram no centro de San Salvador perto da capital, mais próximas da cultura maia mesoamericana.

Antes de passar à formação das comunidades de base faço um breve histórico sobre a configuração do *Ejército Revolucionario del Pueblo* em San Salvador e os fatos históricos da década de 70 que levaram ao surgimento dos núcleos armados, com especial atenção à conformação do movimento progressista da Igreja Católica no bojo do Concílio Vaticano II e os Conferencia Episcopal de Medellín. Sobre as comunidades eclesiais de base destaco que se em um primeiro momento sua estrutura não permitiu uma participação mais direta da mulher, a qual ficou tradicionalmente relegada á esfera da reprodução, sobretudo nos processos dos cultivos coletivos que se desenvolveram em todo o norte de Morazán, pelo menos o princípio religioso de igualdade de todos perante Deus permitiu uma critica moral à situação de opressão da mulher.

As práticas solidárias de produção e distribuição de alimentos semelhantes ao comunismo primitivo que se desenvolveram em seu interior não passaram despercebidas pela ditadura civil-militar, tornando-se as comunidades objeto dos mais sanguinários massacres perpetrados com o financiamento e a assessoria norte-americanos. Encontramos no norte de Morazán uma combinação de correntes ideológicas que chegaram através dos padres progressistas da Igreja Católica inspirados na Teologia da Libertação e das ideologias levadas pelos núcleos de guerrilheiros urbanos de tendência social cristã e marxista.

É importante salientar que a experiência de Morazán não é única em El Salvador visto que existiram outras experiências organizativas similares ao longo de toda a região norte de El Salvador em departamentos com características socioeconômicas e geográficas similares como é o caso de Chalatenango e Cuscatlán, onde também houve presença guerrilheira e da Igreja Popular.

No capítulo 3 passo a discutir a década de 80 em que se instaura a guerra. Neste período se consolida o exército guerrilheiro a partir dos comitês militares nascidos ao interior das comunidades de base. A partir da repressão brutal na região norte de Morazán, dois processos se desdobraram em começos da década de 80: a inevitável organização de homens e mulheres em uma força militar guerrilheira, encorpada pelas comunidades eclesiais de base e por alguns membros das *Ligas Populares - 28 de Febrero*, frente de massa do *Ejército Revolucionario del Pueblo*, que tivera uma intensa atividade de protestos e marchas na capital de San Salvador na década de setenta; e o outro processo trata do exílio de dezenas de milhares de pessoas em direção ao município de Colomoncagua, no vizinho país Honduras, em sua maioria mulheres, anciãos, anciãs e crianças que se estabeleceram em um acampamento no qual se refugiaram durante dez anos de guerra se tornando uma importante fonte de abastecimento para o ERP. A divisão do

trabalho tradicional determinará quem fica na guerrilha e quem vai para o acampamento: escassas são as mulheres chamadas a se incorporar à guerrilha, sobretudo aquelas que iniciaram suas atividades a partir das comunidades de base, e um grande contingente de mulheres irá para o exílio em Colomoncagua, em função do cuidado dos filhos. Este capítulo narra, através das mesmas combatentes as dificuldades das mulheres ao interior da estrutura militar guerrilheira, a divisão de trabalho imperante e a opressão do sistema do patriarcado, especialmente durante os câmbios organizacionais da guerrilha, bem como as possibilidades das mulheres se identificarem como um grupo com demandas específicas. A segunda parte do capítulo narra o acontecido com as mulheres que foram para o acampamento em Colomoncagua, o processo de auto-organização vivido em função da resolução das necessidades imediatas e a reconstrução da comunidade em condições hostis, suas tensões com os soldados hondurenhos e com as agências internacionais da ajuda humanitária. Neste processo as mulheres foram ganhando mais espaço na vida pública e política do acampamento, ascedendo a cargos importantes na coordenação das atividades e pondo em marcha programas que as libertaram para outros afazeres que não os domésticos, como por exemplo, a criação de estruturas para o cuidado comum das crianças. Na experiência do acampamento, elas puderam participar nos processos produtivos, de distribuição e de consumo e fazer algumas reivindicações aos homens.

No Capítulo 4 realizo uma avaliação das reestruturações econômicas e político-institucionais neoliberais iniciadas antes do fim da guerra e concretizadas no período de pós-guerra para caracterizar as novas formas de dominação e dependência que expressam a crise estrutural do capital em El Salvador, suas consequências para o país e para a classe trabalhadora salvadorenha. No capítulo se encontra um breve relato do período de pós-guerra das características da implantação das contrarreformas neoliberais, começando pelos programas de ajuste estrutural da década de 90 e depois, na primeira década de 2000 descrevo toda a fase de implementação dos tratados de livre comércio em especial o assinado com Estados Unidos e seu significado para todo o país e para as comunidades do norte de Morazán. A abertura total do país aos produtos importados dos Estados Unidos, a desarticulação das comunidades camponesas pelas contrarreformas neoliberais de abandono do setor e o não cumprimento dos aspectos socioeconômicos dos Acordos de Paz, truncaram o que se previa fosse uma transição rumo a democracia. O pós-guerra resultou ser um dos períodos com mais efeitos negativos sobre as grandes maiorias populares e em especial sobre as mulheres. Neste capítulo, as mulheres combatentes e colaboradoras narram o retorno à normalidade e as dificuldades que encontraram pelas condições da contra-revolução que triunfava naquele momento.

Finalmente, é importante destacar que o ferramental teórico utilizado no trabalho de campo para recolher, analisar e articular os depoimentos foi a História Oral. Nos capítulos 2, 3 e 4 faço uma análise das lembranças individuais das mulheres e a partir delas elaboro uma reconstrução da memória coletiva costurando esses fragmentos e vinculando-os com dados obtidos através de outras fontes. Os depoimentos permitem trazer à luz as duras condições de discriminação e de opressão que as mulheres guerrilheiras sofreram durante a guerra, bem como as dificuldades das mulheres colaboradoras do acampamento, as tensões e conflitos. Há alguns depoimentos de homens para complementar o ponto de vista das mulheres posto que não me baseio em teorias feministas que essencializam a mulher como uma melhor contadora de histórias pela sua 'inata' sensibilidade. A premissa básica do presente trabalho é que as mulheres possuem uma história diferente que contar devido a sua posição duplamente subordinada ao interior da sociedade de classes e do sistema do patriarcado e não foram levadas em conta porque seu ponto de vista seja melhor ou mais importante que o dos homens. Para manter a fidelidade do depoimento resolvi não traduzi-los ao português e fazer algumas alterações da ortografia e da gramática da língua castelhana para indicar o sotaque típico da região. Todas as mulheres são oriundas dos municípios do norte de Morazán, de origem camponesa, algumas com mais possibilidades materiais que outras, mas de forma geral todas nascidas em famílias de minifundiários e jornaleiros dedicados à agricultura. Suas idades oscilam entre os 50 e 60 anos, sobretudo aquelas que iniciaram sua participação nas comunidades de base e outras estão entre os 40 aos 50 anos de idade, que foi o grupo que entrou com 12 anos na guerra (ver anexo A).

O caráter essencial desta pesquisa é a transmissão das palavras e os sentimentos das pessoas comuns que se incorporaram ao projeto coletivo, escassa atenção se deu às suas vidas. A partir do seu depoimento foi possível trazer à luz histórias diferentes e vinculadas às dificuldades da cotidianidade guerrilheira e do acampamento. Trata-se de histórias com uma dimensão humana às vezes tão enriquecedora ou mais que os inúmeros livros escritos sobre vitórias militares da Frente Farabundo Martí que pouco têm acrescentado à compreensão do processo revolucionário salvadorenho.

Capítulo 1

A REPÚBLICA DO CAFÉ E A INCOMPLETUDE DA DESCOLONIZAÇÃO.

“En la historia de las luchas interimperialistas en Centroamérica y la historia del desarrollo y la consolidación de las oligarquías agroexportadoras, los muertos y los sufrimientos, la producción de las riquezas y el trabajo diario, fueron puestos por los pueblos de la patria grande hecha pedazos.” (Roque Dalton)

1.1 A ruptura do pacto colonial e os anileiros

Refletir sobre a evolução sócio-histórica de El Salvador acarreta uma dificuldade de grande envergadura para o cientista social que não esteja disposto a ignorar duas questões essenciais. A primeira delas é a que considera o impacto do domínio e expansão capitalistas na América Latina, entendendo o chamado “subdesenvolvimento”, ao longo de toda a sua história, como um fenômeno intrínseco ao capital e não uma etapa a ser superada. A segunda questão é aquela que, no contexto da dependência, analisa os traços comuns à formação econômica, política, social e cultural dos cinco países da região centro-americana sem por isto deixar de lado as particularidades de cada país.

A história de El Salvador seria impossível de se compreender sem levar em conta sua problemática inserção no mercado mundial a partir do regime colonial e o destino comum com as outras quatro nações que compõem o istmo centro-americano cujo padrão específico de desenvolvimento capitalista caracteriza uma permanente exclusão das classes populares e uma renovação constante da dependência em relação aos países centrais. Nesse sentido, a dominação externa provoca no interior dos países de extração colonial, ritmos históricos desiguais mediante os quais elementos do passado colonial se reproduzem no presente e se combinam com elementos modernizantes.

Esse quadro ou padrão sócio-histórico de dominação externa tem seus efeitos na formação social de cada país: as características e o comportamento das classes sociais, seus conflitos e contradições, as alianças que estabelecem entre si as frações de classe e seus vínculos com atores externos, são todos específicos ao contexto de dependência. É isto que determinará a natureza e os limites das mudanças históricas, bem como a formação e a autonomia do Estado nacional, o desenvolvimento das forças produtivas e o grau de inclusão das classes populares. Portanto, a transformação socioeconômica nestes países, o dinamismo das suas classes sociais é inteiramente diverso daquele encetado através das vias clássicas de desenvolvimento dos países

capitalistas centrais. Este fato cancela toda e qualquer possibilidade de realizar uma análise comparativa que objetive apenas um transplante mecânico de conceitos e modelos de desenvolvimento.

Nenhum país latino-americano escapou à condição de dependência e descolonização incompleta. Embora apresentem diversos graus de integração nacional, de autonomia parcial e de desenvolvimento, todos partilham o passado de espoliação pelas metrópoles europeias durante os trezentos anos de colonialismo. Não é o intuito deste trabalho discutir os pormenores do monopólio comercial, da escravização e exploração do trabalho de indígenas e de africanos neste período, razão pela qual passarei a discutir as continuidades e descontinuidades históricas a partir da ruptura do pacto colonial com a península ibérica.

O período aberto na América Latina com os movimentos de emancipação do jugo ibérico nas primeiras décadas do século XIX se pauta em uma nova dinâmica na estrutura internacional de poder caracterizada pelo imperialismo restrito das potências capitalistas europeias, predominantemente a Inglaterra. Este tipo de dominação originou um padrão de dependência diferente ao do sistema colonial visto que a ingerência sobre as novas repúblicas era indireta e restrita à esfera econômica. Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro cuja obra reflete sobre a dependência latino-americana, caracteriza o domínio inglês da seguinte forma:

Durante este curto período, em que os países dominantes possuíam apenas o controle de mercado dos processos econômicos, seria possível falar-se, *stricto sensu*, de neocolonialismo. A dominação externa tornou-se largamente indireta. A expansão das agências comerciais e bancárias na região envolvia um pequeno número de pessoal qualificado, a difusão em escala reduzida de novas instituições econômicas e de novas técnicas sociais, e várias modalidades de associação com agentes e interesses locais nacionais (FERNANDES, 1975:15).

Em sua implacável expansão econômica, a Inglaterra do livre comércio vislumbrou a importância das jovens repúblicas latino-americanas como garantia de um mercado, mesmo que limitado, para sua sempre crescente produção de mercadorias e acumulação de capital. Interessados mais no comércio que na produção local, os ingleses controlaram a importação e a exportação e as finanças das ex-colônias, as quais se tornaram fornecedoras de matérias-primas e produtos alimentícios destinados ao mercado inglês. No entanto, a dominação não se consolidaria sem a aliança com as elites latino-americanas: os proprietários de terra, produtores e comerciantes urbanos se beneficiaram com a transferência do poder político e o controle do Estado que a ruptura do pacto colonial significou. A independência impulsionou uma certa autonomia econômica e a oportunidade de se apropriar de uma maior quantia do excedente antes remetido às metrópoles espanhola e portuguesa. O padrão de dominação externa neocolonial, 'indireto e largamente econômico', teve o efeito de preservar as estruturas socioeconômicas herdadas da colônia, extremamente hierarquizadas, concentradas em mãos de um reduzido grupo

social e baseadas na agroexportação de um único cultivo sustentada em formas pré-capitalistas de exploração do trabalho.

No caso da América Central, a inserção no mercado mundial a partir da ruptura com a Espanha, em 1821, foi extremamente desigual em relação aos outros países do continente. A falta de consolidação de uma extensa economia colonial, fosse esta agrícola ou de extração mineral, se traduziu ao longo de toda a história das pequenas repúblicas, em ciclos frequentes de instabilidade e crise e de um maior grau de subordinação em relação às nações capitalistas hegemônicas que se sucederam após a independência.

Periférica ao reino do México, grande centro mineiro do império espanhol, a região centro-americana hegemônica pela Capitania Geral da Guatemala “não foi uma colônia mineira importante e, exceto as explorações de ouro e prata em Honduras e Nicarágua que jamais atingiram a importância do México ou do Peru, exportava para a Madre Pátria, produtos agrícolas como a cochonilha e o anil, cacau, milho, cana-de-açúcar e outros” (TORRES-RIVAS, 1969:37-8).

Tratava-se de uma colônia pouco vital para o império, muitas vezes um apêndice administrativo do reino do México, cujas atividades comerciais estavam voltadas para o exterior e eram monopolizadas pela Metrópole. Todavia, estas atividades foram irregulares e descontínuas, motivo pelo qual “não se perfilou uma economia comercial exportadora senão de forma fraca e com altos e baixos ao longo do extenso período [colonial] e com um caráter absolutamente complementar” (TORRES-RIVAS, 1969:38)¹.

No instável contexto que caracterizou o século XVIII, o anil - um pigmento natural de intenso azul para a coloração de panos - foi se consolidando como o produto mais importante de exportação do antigo reino da Guatemala por ser altamente prezado pela nascente indústria têxtil inglesa. A produção e exportação do pigmento foram favorecidas com a introdução, pelo império espanhol na década de 1760, das Reformas Burbônicas. Estas reformas buscaram organizar e centralizar política e administrativamente os territórios de ultramar, estimular o comércio mediante o apoio aos produtores, assim como reforçar os mecanismos militares de defesa com o objetivo de conter a expansão inglesa². O objetivo principal foi o de liberalizar as atividades de intercâmbio entre a Metrópole e as colônias, com o qual os peninsulares aumentaram seu domínio sobre os mercados locais em todos os territórios desde Veracruz até Buenos Aires.

¹ Em El Salvador o isolamento da economia e as dificuldades com o transporte pela localização geográfica do país colaboraram para a instabilidade do comércio, “os obstáculos maiúsculos no campo econômico eram a escassez de capital, tanto humano quanto físico, e uma situação geográfica pouco privilegiada, devido a que o país se defrontava com o Pacífico quando todo o comércio se movimentava pelo Atlântico” (LINDO-FUENTES, 2002:35).

² Eliminou-se o monopólio comercial do porto de Cádiz na Espanha permitindo o intercâmbio de outros portos espanhóis com as colônias e também se liberalizou o intercâmbio entre os portos na costa do Pacífico no continente americano.

Segundo Halperin Donghi (1975), com essas medidas a Espanha apenas se transformou em uma onerosa intermediária entre as colônias e as novas metrópoles econômicas da Europa industrial.

No último quartel do século XVIII, essa reestruturação possibilitou uma certa integração regional e um crescimento ininterrupto das exportações do anil. Contudo, já nos inícios de 1800, o auge exportador chegara ao seu fim e o que se vislumbrava era um longo período de estagnação econômica e instabilidade política. Certamente, o que predominou na política da metrópole foi a extraordinária carga tributária a que foram submetidas as colônias por uma Espanha decadente e sedenta de recursos para enfrentar seus crônicos conflitos militares com as potências emergentes da época³. Ainda que os tributos diminuíssem globalmente, os ajustes fiscais afetaram o clero, a população mestiça e especialmente os indígenas que tiveram que contribuir através de impostos indiretos.

No reino se percebia uma pobreza geral, a desocupação do campo provocou o traslado de dezenas de famílias à cidade; situação à qual se somaram as epidemias que flagelaram a população rural, e em algumas ocasiões, a população urbana. Os povoados indígenas, os artesãos e alguns agricultores mostraram seu descontentamento pelas pesadas cargas fiscais que suportavam, por sua vez, os fazendeiros se queixavam do escasso crédito e os altos interesses que cobravam os comerciantes (PINTO SORIA apud AVENDAÑO ROJAS, 2011:27).

Em El Salvador o anil se tornou o principal produto de exportação e o motor da economia não só do país como também de toda província. Na época, El Salvador era o maior produtor do corante em toda a região hoje conhecida como América Central. No entanto, durante o período das Reformas Burbônicas se consolidara um grupo de comerciantes na Capitania Geral da Guatemala que através de empréstimos financeiros controlava a produção do corante na região e sua comercialização na Europa. Mantinha altas as taxas de juros e regulava os preços de mercado do anil de acordo com seus interesses, provocando rivalidades e o permanente descontentamento das elites centro-americanas, sobretudo das salvadorenhas.

No final do período colonial, a crise econômica e agrária da região, efeito do aumento tributário e dos desmandos das elites guatemaltecas, trouxeram consigo os ventos da ruptura com a Coroa Espanhola e a posterior desintegração do reino de Guatemala que incluía o território das cinco repúblicas que atualmente compõem a América Central.

A desintegração não se concretizou sem esforços unionistas: em 1824, três anos após a proclamação da independência, se instituiu a República Federal da América Central, cujos impulsionadores liberalizaram o comércio, tentaram eliminar os fundamentos das estruturas

³ Para uma descrição detalhada das medidas e tributos que oneraram as províncias centro-americanas e mais especificamente El Salvador, ver o recente texto *Reformas en Centroamérica a finales de la dominación española: la Intendencia de San Salvador* (2011), de Xiomara Avendaño Rojas. Os dados e a bibliografia que a autora levanta são importantes para contestar algumas correntes historiográficas salvadorenhas que negam o ônus dos tributos sobre a região e possibilitam interpretações históricas que desvinculam a dependência regional das restrições comerciais, dos impostos e dos mecanismos do mercado internacional durante o período colonial.

coloniais ainda intactos e organizar o Estado moderno. Mas não existia uma base econômica que preenchesse o vácuo de poder deixado pela metrópole, nem força social suficientemente articulada e poderosa para sustentar o projeto centro-americano de nação. O pacto federativo acaba por se dissolver em 1842.

Cinquenta anos de guerras e caos internos tiveram que passar com a proclamação da independência para que a região começasse a vislumbrar uma certa estabilidade.

A construção do estado nacional [centro-americano] afundara os países centro-americanos e caribenhos, que ingressam em sua vida independente depois de guerras cruentas e devastadoras contra o colonialismo espanhol, em um longo e tortuoso caminho de confrontações civis e readaptações econômicas para fazer frente à nova situação, caracterizada, principalmente, pelos esforços feitos por grupos dominantes para construir um espaço, sustentado e produtivo, no mercado mundial (QUESADA MONGE, 2009).

Nesses anos os fatores que concorreram para a desintegração da república centro-americana foram o agudo localismo das cinco províncias que conformavam o reino da Guatemala, alimentado pela pretensa hegemonia dos comerciantes guatemaltecos sobre as elites locais das outras províncias que se proclamavam liberais.

Neste período de instabilidade política, econômica e social a contradição ia além de um mero enfrentamento entre liberais e conservadores, federalistas e centralistas, ou inclusive crioulos e mestiços, porque o que no fundo estava presente era

a contradição entre o latifúndio religioso aliado à burocracia colonial e à aristocracia terratenente frente aos interesses de um novo setor de proprietários de terras, que pugnavam por uma nova repartição e maiores oportunidades produtivas, junto as quais estava o grupo de profissionais e intelectuais iluministas receptores da influência da Revolução Francesa e do liberalismo inglês (TORRES-RIVAS, 1969:47).

Importante lembrar também os fatores externos que levaram à dissolução da união centro-americana, entre os quais a presença da Inglaterra com sua nefasta diplomacia foi determinante. Os interesses imperialistas da potência instigaram os localismos em função do controle do comércio e das riquezas das ex-colônias, e em termos geopolíticos, em função do domínio da região visando uma possível comunicação interoceânica entre o Atlântico e o Pacífico para facilitar o escoamento de suas mercadorias.

Com a ruptura do monopólio espanhol e a liberalização inicial, o comércio exterior se duplicou entre 1821 e 1825 devido à absorção dos produtos da região pela Inglaterra em franca expansão industrial. Entretanto, o crescimento econômico, baseado na exportação de matéria-prima e produtos agrícolas, não durou muito devido à enxurrada de produtos ingleses, e em menor medida holandeses e franceses, que invadiram a América Central.

Através das Casas Comerciais e o sistema de habilitações, os comerciantes centro-americanos compravam da Inglaterra bens de consumo, máquinas e ferramentas que eram posteriormente pagos por meio de empréstimos aos mesmos ingleses. Começa a se consolidar o pernicioso ciclo da dívida externa, quando nos primórdios da república Federal Centro-americana se contraem os primeiros empréstimos públicos que seriam respaldados com os ingressos de aduana. A dívida externa permitiu à potência capitalista exercer pressão e intervir na política e na economia dos pequenos Estados do istmo, os quais se transformaram através deste mecanismo em fornecedores de mão-de-obra barata, matéria-prima e produtos agrícolas fazendo grandes concessões de seus recursos minerais e infraestrutura pública aos investidores ingleses.

No bojo deste processo, foram as elites produtoras e exportadoras de anil as beneficiárias, uma vez que artesãos e pequenos produtores ficaram arruinados com a invasão das importações inglesas e as populações indígenas sofreram com o aumento da expropriação de suas terras. Aliados aos ingleses e apoiados numa versão muito particular da ideologia do *laissez-faire*, adaptada a suas condições objetivas, as elites no controle do Estado perceberam desde cedo que na ausência de minérios as maiores riquezas do país se encontravam na terra e suas populações. Utilizaram o poder político para continuar impulsionando a produção do anil para exportação e resguardar seus interesses. Durante todo o período, as fazendas produtoras do corante entraram em concorrência com as terras comuns onde se realizavam os cultivos de subsistência das populações indígenas, protegidas em tempos coloniais por decreto da Coroa⁴.

Apesar de não se legalizar a extinção total das terras comuns e dos *ejidos* nos primeiros anos da pós-independência, a terra dedicada à agricultura de subsistência foi progressivamente invadida por fazendeiros produtores de anil. Em El Salvador a “nova organização da terra e do trabalho estavam dirigidos exclusivamente por considerações comerciais sem atender os direitos e necessidades da maior parte da população” (BROWNING, 1987:249).

A igualdade perante a lei e o credo liberal, preconizados pelas elites salvadorenhas e centro-americanas, contradizia suas práticas a respeito da propriedade da terra e das relações de trabalho. A produção de anil em função do mercado externo perpetuou formas pré-capitalistas de exploração do trabalho praticadas durante a colônia. Variações de semi-servidão, como o trabalho forçado, a sujeição à terra, o pagamento em espécie e a escravidão por dívidas (junto com leis

⁴ A distribuição de terras da época colonial em certa medida continuou ao longo do período neocolonial em El Salvador. Tratava-se de um complexo fundiário caracterizado pela existência da grande propriedade para produção de cacau, bálsamo e anil junto com a preservação de terrenos de propriedade comum. David Browning (1987:156-7) assinala que a Espanha legalizou dois tipos de terras comunais: as terras da vizinhança, sob domínio do conselho municipal, que consistiam em bosques para pastos, várzeas, terras de cultivo e hortas pelo geral sem cercas e acessíveis para seu uso livre e as terras destinadas a financiar o governo municipal. Houve também os *ejidos* ou terras arrendáveis aos vizinhos para seu uso pessoal, terras para o pasto comum do gado e para expansão futura. A Coroa também reconhecia o direito dos indígenas à terra e as protegia mediante a figura das terras de resguardo.

contra a vagabundagem), continuaram a prevalecer. Apesar dos esforços modernizadores das instituições e da monetarização da economia através do comércio do anil, não houve condições para a absorção de padrões de produção capitalista, muito menos possibilidades de abolir as relações de trabalho pré-capitalistas, encontrando o liberalismo obstáculos infranqueáveis nas estruturas econômicas herdadas da colônia.

No período neocolonial, o processo de acumulação interna em El Salvador e a prevalência das estruturas coloniais foram em larga medida determinadas pelo capital comercial. Na sua caracterização, Rafael Arce Zablah (1975:82) salienta que

trata-se de um capital comercial que mediando entre a produção e o mercado internacional subordina a produção sem transformar as condições que imperam nela. Quer dizer que, seu lucro provém basicamente da operação comercial, pelo que não precisa transformar as relações de produção pré-capitalistas em capitalistas.

A essência da política externa inglesa consistiu em garantir a abertura dos mercados latino-americanos através de uma complexa estrutura institucional, comercial, financeira e diplomática, uma espécie de imperialismo restrito, enquanto subjugava militarmente suas colônias na África e a Ásia. Não querendo arriscar suas relações comerciais e diplomáticas com outros países europeus, nem entrar em conflito com os interesses dos Estados Unidos que a esta altura estavam postos sobre todo o continente americano, a Inglaterra desistiu de invadir militarmente a região e apostou em intensas atividades diplomáticas que promoveram a firma de tratados de livre comércio com as jovens repúblicas latino-americanas⁵. Quesada Monge, (2009) salienta que foram assinados diversos tratados

com Argentina, em 1825, outro com Peru para reduzir tarifas, em 1834, em 1810 já se havia assinado um com Brasil, um deu trato preferencial aos ingleses até 1844 em matéria de impostos e finalmente com América Central, em 1851. Entre 1850 e 1913, a América Latina tomou aproximadamente 10% do total das exportações britânicas, cifras que a colocam em segundo lugar somente depois da Índia. O total do capital britânico que se encontrava na América Latina passou de £30 milhões em 1826 a £81 milhões em 1865.

Entrementes, novos padrões capitalistas de acumulação e reprodução da riqueza começaram emergir na segunda metade do século XIX: o auge da revolução industrial na Europa inaugurará para o continente latino-americano uma permanente e mais complexa forma de articulação com as economias centrais. Nesse período é quando surgem as tradicionais oligarquias exportadoras de café que reeditam a dependência combinando o novo padrão de desenvolvimento capitalista, modernizante e oriundo do exterior, com as estruturas herdadas do passado colonial. O imperialismo britânico se torna total e sua dominação excede o âmbito

⁵ Isto não significa que a Inglaterra não tenha invadido o território centro-americano. Para consolidar seu predomínio em toda a costa atlântica da região a potência “se apodera definitivamente da província guatemalteca de Belice e Roatán em Honduras, como também de toda a costa oriental de Nicarágua” (TORRES-RIVAS, 1969:44).

meramente econômico, passando a um controle mais direto nas esferas do político, social e cultural:

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases de processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural produtivos (FERNANDES, 1975:16).

A expansão capitalista nesta fase, com ritmos diferentes em seus dinamismos econômicos e na difusão de tecnologias, instituições, valores sociais e culturais, impactou desigualmente o desenvolvimento dos países latino-americanos, tanto pela sua posição geográfica e disponibilidade de recursos naturais, quanto pela diversidade de suas formações sociais. A consolidação das nações centro-americanas e seus respectivos Estados foram particularmente subordinados à lógica destes novos padrões de dependência. A chegada das elites cafeeiras ao poder político possibilitou a dinamização e modernização da estrutura produtiva através do fortalecimento do vínculo com o mercado externo, o qual se tornará mais permanente.

Apesar do ideário liberal se encontrar formalizado nas novas constituições que surgiram em toda a região, muito pouco se pôs verdadeiramente em prática. O vínculo com o mercado mundial se realiza no contexto de uma perene crise monetária que vai se acirrando na medida em que se perpetua a estrutura mono-exportadora, a dependência do financiamento externo e subsequente endividamento, e o aumento das importações inglesas.

1.2 O grão de ouro e a ascensão da oligarquia cafeeira

El Salvador experimentou na segunda metade do século XIX a falência total do anil devido à introdução de tintas sintéticas produzidas na Alemanha. Por volta de 1875, os grandes terratenentes, produtores e exportadores, foram obrigados a diversificar a economia e a substituir o corante em decadência por algo que fosse rentável e procurado no mercado internacional: o escolhido foi o café⁶. Mas o novo cultivo exigia uma lógica distinta de organização produtiva e novas formas de propriedade agrária. Se nos cinquenta anos anteriores a produção do anil se viabilizara através de inúmeras pequenas propriedades e algumas grandes fazendas, esta nova época requeria a expansão do latifúndio para o cultivo do ‘grão de ouro’, se iniciando um processo mais aprofundado de eliminação das terras comunais e *ejidais*.

⁶ O grão começara a ser fomentado junto com outros cultivos a partir de 1846 visto que se encontrava em alta nos mercados europeus e se adequava perfeitamente ao escasso desenvolvimento das forças produtivas do país. Por decreto, a produção do café teve tratamento preferencial: isenções de impostos municipais e alfandegários, entre outros (BROWNING, 1987:263).

Realizada de forma irregular até meados do século XIX, a extinção total destas terras se viabiliza com a promulgação de leis orientadas a favorecer a propriedade privada por considerar o uso comum da terra um obstáculo para ‘o progresso do país’⁷. As primeiras leis de extinção de *ejidos* em El Salvador, promulgadas em 1860 por Gerardo Barrios, foram o ponto de partida da política econômica da oligarquia emergente que retomaria o liberalismo utópico e romântico adotado pelos anileiros na pós-independência e o reformularia com vestes mais pragmáticas.

Durante a gestação das oligarquias cafeeiras centro-americanas, Torres-Rivas (1969) salienta que se instaura uma grande transferência de capital urbano ao setor agrário, primeiro na forma de empréstimos usurários e depois como inversão direta, se estruturando uma minoria de produtores-intermediários que contribuem com a maior parte das exportações do cultivo. A segunda metade do século XIX não decorreu sem pugnas entre as diversas frações da classe dominante, sobretudo entre comerciantes e grandes agricultores, cujos conflitos expressavam claramente a necessidade de eliminar as travas econômicas, jurídicas e sociais da expansão cafeeira.

No caso de El Salvador, a revolução liberal de 1885 encabeçada pelo General Francisco Menéndez, abre passo para que no ano seguinte se proclame um novo marco jurídico, a Constituição de 1886, de corte liberal e modernizante. Simultaneamente à violência e ao autoritarismo na sua administração, o caudilho militar consegue encetar um processo de modernização sem precedentes e se “constroem no país as primeiras ferrovias, telefones e outras vias de comunicação que facilitam o comércio e integram geograficamente o país; a Constituição de 1886 estabelece o sufrágio para todos os alfabetizados e concede a cidadania à mulher” (TORRES-RIVAS, 1969:66).

Os conflitos entre comerciantes e grandes terratenentes cafeeiros orientados à agricultura para exportação não chegam a se transformar em graves contradições que coloquem em perigo a ordem. Muito pelo contrário, com o tempo, os interesses destes dois setores e outros que progressivamente vão se articulando ao setor hegemônico cafeeiro acabam por se fundir em função da demanda do mercado externo e de aqui surgirá o capital bancário no país.

As chamadas “reformas liberais” consolidaram desta forma a propriedade privada concentrando as terras em benefício da nova elite cafeeira, um reduzido grupo social que através do domínio do sistema político adaptou as estruturas socioeconômicas coloniais à nova lógica do sistema produtivo e estabeleceu uma modernização institucional nunca antes vista. A lógica e a

⁷ *Ejidatarios*, comunidades indígenas e municípios são obrigados a regularizar *ejidos* e terras comunais: recebem um título de propriedade e as terras adquirem um caráter vendável. Na medida em que não possuíam suficiente capital para acatar as leis de regularização ou fazer investimentos na produção de café perdem as terras comuns, outrora protegidas pela Coroa Espanhola, para ricos terratenentes e estrangeiros estabelecidos no país (PORTILLO, 2003:50).

técnica capitalistas de produção são absorvidas e reforçam o modelo agroexportador renovando-se o vínculo de dependência com o exterior. Tratava-se de “uma produtividade tipicamente capitalista com um eficiente sistema administrativo que concentrava força de trabalho e colonos, porém, com práticas de exploração pré-capitalistas nas fazendas” (PORTILLO, 2003:49).

A concentração fundiária em El Salvador foi a mais drástica de todos os países centro-americanos, fato que permitiu à oligarquia salvadorenha ter acesso a um amplo contingente de trabalhadores e indígenas que perdera suas terras com as reformas: pequenos proprietários se converteram em jornaleiros sem terra ou colonos que moravam de forma permanente em reduzidas parcelas nas grandes fazendas de café⁸. Ainda que o uso da terra estivesse voltado para a acumulação de capital, o novo modelo produtivo se sustentava em relações sociais e de trabalho caracterizadas por fortes traços patrimonialistas.

Havia pagamento de salário nesta época, contudo, não é possível falar em um regime de trabalho livre assalariado por vários motivos: primeiro porque se tratava de um recrutamento forçado através de intermediários que “contratavam” a força de trabalho para a colheita de café através de habilitações. O pagamento inicial dado pelos habilitadores era um adiantamento em dinheiro que segurava a mão-de-obra através de um vínculo pessoal de caráter patrimonial, o *enganche* por dívidas. Os “salários” eram baixíssimos e se complementavam com outras compensações que não eram de caráter monetário - mercadorias, uso de pequenas parcelas da fazenda, serviços pessoais, que geralmente estreitavam o vínculo patrimonialista do peão à fazenda de café e o ligavam de maneira permanente à terra:

A recompensa salarial foi simplesmente uma ficção que não alcança para ocultar a natureza real da relação; a utilização de mecanismos extra-econômicos de recrutamento, o apego à terra, a sujeição pessoal, e outros mais, são formas de relação servil, ainda que tais formas se reproduzam no marco de uma estrutura capitalista, para o mercado e provocadas por uma afanosa busca de ganância (TORRES-RIVAS, 1969:76).

Em virtude da expropriação de terras, dos baixos “salários” pagos e da permanência de formas pré-capitalistas de exploração do trabalho, a maior parte da população se proletarizou e caiu na extrema pobreza, enquanto uma reduzida elite recebia os superlucros da venda do café no mercado internacional, concentrando terras, riqueza, poder e privilégios⁹. Acabaram por se

⁸ Este processo foi mais intenso no ocidente do país, “a expropriação de terras significou a privatização de um 25% do território nacional. No ocidente salvadorenho 73% das terras expropriadas foram parar nas mãos de 5.68% novos proprietários, enquanto que 50% dos proprietários, que receberam menor quantidade de terra, repartiram 3.45% da mesma” (CARDENAL, 2002: 14-15).

⁹ Para facilitar o processo de expropriação de terras e o recrutamento da mão-de-obra rural, o Estado emitiu leis que obrigaram os jornaleiros a trabalhar nas plantações, facultando as forças repressivas a perseguir aqueles que não cumprissem com as obrigações marcadas pelos administradores das fazendas. Com a criação da Guarda Nacional, em 1912, se consolida este processo assegurando a satisfação das necessidades de mão-de-obra aos grandes cultivadores (MARTÍN ÁLVAREZ, 2004:65).

consolidar como classe dirigente, hegemonizaram os assuntos do Estado de forma extremamente verticalizada para garantir mão-de-obra barata para seus cultivos e proteger seus interesses, anulando toda e qualquer participação política das classes populares e dos setores médios urbanos que começavam em aquela época a surgir timidamente a partir das transformações geradas pela modernização agrária.

Contudo, essa foi uma modernização muito distinta da via clássica das nações capitalistas europeias na medida em que o processo de descolonização limitado e incompleto inibiu a integração nacional e o desenvolvimento autônomo. O desenvolvimento desigual e combinado em El Salvador e em toda a América Central ensejou a permanência de relações de trabalho pré-capitalistas impossibilitando que os benefícios do crescimento econômico irradiassem a todos os setores da sociedade. Impulsionou a criação de segmentos modernos ao lado dos quais persistiam setores, que apesar do seu extremo atraso do ponto de vista tecnológico e das relações de trabalho, eram funcionais ao sistema e à acumulação de capital.

Os vínculos com o mercado mundial através de um único produto se veem cronicamente permeados de dificuldades ao longo de toda a história devido às oscilações de preços e às crises cíclicas das economias centrais. Dentro destes mecanismos de articulação, as elites locais e estrangeiras nunca perdem e o ônus é transferido às classes populares. A oligarquia se aburguesa, mas conduz o país de maneira autoritária, mantendo um comportamento patrimonialista e estamental na defesa dos seus interesses e superprivilégios e uma forma de dominação extremamente violenta contra os trabalhadores rurais sem os quais não poderia garantir o controle da terra nem os seus lucros¹⁰.

O poder da oligarquia emana da propriedade da terra, da produção agrícola e dos seus vínculos com o exterior¹¹. De fato, diferentemente de outras oligarquias centro-americanas, a salvadorenha controlou quase todos os processos de produção: desde a propriedade da terra, o cultivo, o processamento e a exportação do café até o sistema financeiro. Devido a estas

¹⁰ Entre os anos de 1870 e 1930 aumentam as exportações de café levando a um crescimento econômico sem precedentes em El Salvador e em toda a região centro-americana.

¹¹ Segundo Arce Zablah, na oligarquia cafeeira salvadorenha se encontram personificados simultaneamente o proprietário de terra e o capitalista, fato que lhe permitiu se apropriar da mais-valia através de dois mecanismos: a renda diferencial da terra e o processo de produção capitalista do café. O autor explica a origem das suas características particulares: temos então, a combinação, na oligarquia, das categorias econômicas do capital e da propriedade territorial. A oligarquia cafeeira é capitalista tanto que investe uma determinada quantidade de valor (sob a forma de dinheiro) para comprar meios de produção e, sobretudo para comprar força de trabalho; valor que no curso da produção é incrementado. Por sua vez, essa implantação do capital na cafeicultura num contexto de integração ao sistema capitalista internacional, leva a que se supervalorize o capital invertido ao obter não apenas o lucro que corresponde a este, senão também ao obter um superlucro, que chega às mãos da oligarquia em virtude da sua qualidade de terratenente e que se converte assim em renda diferencial (ARCE ZABLAH, 1975:83).

características, alguns autores que tratam da história e da formação social salvadorenhas, como Cabarrús (1983) e Montobbio (1999), atribuem à oligarquia um alto grau de autonomia obviando a subordinação e dependência que esta teve em relação aos capitais externos ingleses para modernizar os diferentes setores da cadeia produtiva do café.

Sem dúvida alguma, a oligarquia salvadorenha agiu com uma forte coesão política na defesa dos seus interesses e do projeto agro-exportador cafeeiro, se comparada às elites da Nicarágua e Honduras que não conseguiram fincar um processo de modernização mais dinâmico e profundo. Constituiu através do Estado um poder centralizado e forte e uma certa estabilidade política e integração do espaço geográfico, legitimando seu projeto e seus interesses perante toda a sociedade. Contudo, sem a aliança com o capital estrangeiro para modernizar os setores produtivos do café, seus superlucros e sua consolidação como classe não teriam sido possíveis.

Como manifestei com anterioridade, nenhum país latino-americano atingiu as condições necessárias para um desenvolvimento autônomo e autossustentado, mas para nações como Paraguai, Bolívia, Peru, Haiti, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Honduras, Costa Rica e Panamá a divisão internacional do trabalho reservou um lugar muito mais subordinado e sombrio, a perpetuação e aprofundamento de estruturas socioeconômicas do passado que os levaram a se configurar em plataformas de exportação de bens primários e alimentos, “economias de enclave e versões modernizadas do antigo sistema colonial ou do neocolonialismo” (FERNANDES, 1975:19).

Nesse sentido Quesada Monge (2009) destaca que:

A segunda metade do século XIX tem, nesta parte da América, uma história econômica, social e política de perfis muito especiais, uma vez que se converteu no período de maior exacerbação das práticas imperialistas por parte das potências europeias, e dos Estados Unidos em particular, para os quais o Caribe e América Central deviam ser consideradas as áreas geopolíticas por excelência, onde se elucidariam algumas das maiores tensões nas linhas de força diplomática, militar, econômica e financeira do século seguinte, que se resolverão definitivamente com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Em finais do século XIX, a estratégica posição geográfica da América Central e o Caribe acirrou a disputa interimperialista pela hegemonia sobre a região e o controle dos seus mercados e matérias-primas. A dependência e o despojo se aprofundaram com a transição do capitalismo manufatureiro e de livre concorrência ao capitalismo monopolista, quando a batuta passa gradual e definitivamente para as mãos dos norte-americanos e o capital financeiro ganha um papel predominante.

As crises cíclicas dos centros metropolitanos também submetiam às sociedades e economias da região a fortes contrações e junto com a queda do preço do café, os efeitos se traduziam em desemprego rural generalizado, mais endividamento externo, crises fiscais e

monetárias. Em cada etapa de depressão econômica aumentava a concentração de terra beneficiando os que já possuíam grandes extensões de terra. Na primeira década do século XX a crise começou a se expressar através de uma acirrada escassez de alimentos, encarecimento dos produtos manufaturados e o abandono de alguns setores artesanais:

Uma das consequências do desenvolvimento “induzido desde fora” foi a perda de importância em termos absolutos e relativos, da agricultura para o mercado interno. Estimulados pela prosperidade cafeeira dos anos bons se abandonaram importantes cultivos destinados à alimentação popular com o qual se acirra na região sua crise agrária, latente nos períodos de auge [...] (TORRES-RIVAS, 1969:122).

O sistema de monocultivo e agro-exportação começa a ser questionado a partir da Primeira Guerra Mundial. No entanto, a visão das elites cafeeiras continuou a prevalecer como alternativa porque se considerava que a região não tinha grandes recursos naturais. A diversificação da economia e a integração nacional não foram de maneira alguma importantes para estes setores quando, em tempos de crise, se podia manipular o nível dos salários para evitar a perda dos lucros: o desenvolvimento de um mercado interno, a inversão produtiva e o aumento de salários não foram prioridades para as classes dominantes centro-americanas que perpetuaram este círculo vicioso para assegurar suas margens de ganância.

Um novo padrão de acumulação capitalista se estabelece a partir do último decênio do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Os Estados Unidos abandonam o domínio restrito mantido nos cinquenta anos anteriores sobre a região, ainda hegemônica pela Inglaterra, para controlar diretamente importantes setores econômicos. Nesta fase monopolista, os Estados Unidos possuem uma estrutura produtiva que “funcionava de maneira distinta à inglesa, quase com autarquia quanto à necessidade de matérias-primas e contando com um mercado manufatureiro interno em rápida e profunda expansão” (TORRES-RIVAS, 1969:130). Os empréstimos públicos concedidos pela Inglaterra para o financiamento da infraestrutura de comunicações e o pagamento às importações foram substituídos pela inversão privada direta dos Estados Unidos o que significou o controle direto da produção de riquezas na América Central¹².

A fusão das empresas produtoras e transportadoras de banana, em países como Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Guatemala, deu passo a um novo tipo de exploração pelo capital norte-americano. Essa nova forma de dominação externa consistiu em uma organização totalizadora da empresa capitalista com altos níveis tecnológicos cujos efeitos se traduziram em uma incalculável depleção de recursos naturais e humanos.

¹² “Em finais do século XIX dois países – México e Cuba – concentravam quase 80% da inversão total norte-americana neste Continente [...] Em 1897 a região centro-americana tinha já um volume maior de capital norte-americano investido que em qualquer país de América do Sul. Nos primeiros trinta anos do século XX a inversão direta norte-americana aumentou 17 vezes, passando dos \$11.5 milhões em finais do século anterior (1897) a mais de \$200 milhões em finais da década de 20” (TORRES-RIVAS, 1993:130).

O proceder agressivo de corporações como a *United Fruit Company* (UFCO) ou a *International Railway System of Central America* (IRCA) na região confirmam essa mudança estrutural do capitalismo central para um padrão inédito de acumulação de riqueza, de exploração do trabalho e dos recursos naturais¹³. A progressiva consolidação da economia de enclave na passagem do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista intensificou a vocação para fora da região, e daí o aprofundamento do seu status de subordinação e dependência.

A despeito da modernização que as inversões estrangeiras trouxeram à região no marco da economia de enclave, sobretudo na ampliação de ferrovias, portos, comunicações, agricultura e mineração, estes setores produtivos de banana e frutas tropicais altamente concentrados e especializados estavam voltados unicamente para o exterior e sem o mínimo propósito de integração das economias dos países centro-americanos.

As empresas multinacionais operavam a partir de centros de decisão afastados das áreas de produção e acabaram por constituir um setor da economia isolado e independente que monopolizou e teve um controle absoluto sobre todos os fatores de produção, a saber: o cultivo, a produção e o transporte. O enclave bananeiro inaugura uma forma superior de desenvolvimento capitalista se comparado à fazenda tradicional de café porque implica uma nova forma de posse de terra, de organização da produção em bases mais racionais e uma relação de trabalho mediada unicamente pelo salário. Mas seus efeitos modernizadores não se irradiaram ao resto da sociedade centro-americana. As conexões com outros setores produtivos foram escassas, tendo um nulo estímulo sobre os mercados locais. Por verem em sua penetração no país uma nova conjuntura de oportunidades para aumentar seus lucros, as oligarquias locais contribuíram com seus capitais para a construção da infraestrutura (ferrovias, portos e transporte marítimo), fato que acabou por favorecer as multinacionais que monopolizaram as vias de transporte¹⁴.

¹³ A “*Mamita Yuna*”, como era chamada em alusão ao termo *United*, se encarregava da produção e comercialização de frutas tropicais em direção aos Estados Unidos. Estabeleceu “uma produção integrada verticalmente com uma estrutura de comercialização ligada de forma direta ao mercado norte-americano. Por isto foi chamada uma economia de enclave” (TORRES-RIVAS, 2007:21). Nos enclaves bananeiros e mineiros aconteceram as primeiras greves de trabalhadores na América Central, diversas obras literárias atestam sobre suas precárias condições de vida: a trilogia de romances do guatemalteco Miguel Angel Astúrias: *Viento fuerte*, *El papa verde* e *Los ojos de los enterrados*, e também seu livro *Weekend na Guatemala*; o romance de caráter testemunhal do costarricense Carlos Luis Fallas *Mamita Yuna: el infierno de las banderas*; e *Prisión verde* do hondurenho Ramón Amaya Amador.

¹⁴ As oligarquias centro-americanas apostaram na construção de ferrovias para a modernização do país, que foram projetadas para atender o mercado internacional. O início da construção nos últimos 20 anos do século XIX se realizou com capital nacional. No entanto, fracassaram pela falta de recursos tendo que recorrer a empréstimos dos ingleses. Este foi o mecanismo por meio do qual os capitalistas estrangeiros obtiveram grandes prerrogativas, não sem pressões diplomáticas e militares, como a concessão de terras, a apropriação das arrecadações alfandegárias e a hipoteca das próprias ferroviárias, cujos contratos foram muitas vezes descumpridos ou trechos construídos apenas onde era conveniente para as empresas (MACAL, 1999:45; FONSECA, 1995:170). A construção de ferrovias na Argentina, México ou Chile não foi a mesma que a impulsionada na Costa Rica, Guatemala ou Panamá. No primeiro caso podemos falar da tentativa por construir sistemas nacionais de redes ferroviárias, no segundo caso trata-se mais de trens especialmente projetados para servir uma determinada região que, controlada e explorada por uma

O efeito foi contrário ao de estimular as inversões e a diversificação da economia por parte das oligarquias locais que acabaram em franca desvantagem e se acomodaram perante o poder da empresa de enclave. Além de restringir o consumo dos trabalhadores aos estabelecimentos ao interior do enclave, limitando assim que os salários circulassem na economia local, as multinacionais foram liberadas pelos governos centro-americanos do pagamento de impostos e algumas outras atribuições fiscais. A transferência de lucro para o exterior também se viu facilitada pelo fato de que as transações em dinheiro eram realizadas internamente ao próprio enclave sem a utilização dos canais legais e institucionais da economia local.

Mesmo agindo com predomínio no terreno da economia, o poder do capital estrangeiro se estende às esferas políticas e sociais das pequenas repúblicas, exercendo um alto grau de controle sobre as instituições. A empresa bananeira também se apropriou de toda a indústria de produção de energia elétrica da América Central e de sua distribuição, bem como dos combustíveis e do transporte aéreo. A oligarquia não quis, ou não teve os meios para “controlar diretamente ou por meio do setor público todos os setores da atividade produtiva onde se assentou o investimento norte-americano direto [...] a política governamental, por outro lado, foi sempre a mesma: admissão do capital estrangeiro sem restrições, garantia de convertibilidade plena da moeda, isenção, baixos impostos e outros privilégios” (TORRES-RIVAS, 1969:133).

As consequências deste novo padrão de dependência radicam, mais uma vez, na impossibilidade de encetar um ciclo expansivo e prolongado das forças produtivas que abra o caminho a processos de articulação nacional e econômica, muito menos indícios que apontassem à construção das bases de um Estado nacional e soberano com uma substantiva inclusão das maiorias populares. O novo padrão também levou a um crônico desequilíbrio fiscal que tentou ser remediado com a emissão de moeda sem respaldo e a moratória da dívida externa. Situação que significou a desvalorização da moeda e favoreceu um setor de especuladores financeiros e o grupo de cafeeiros em detrimento dos setores populares e das camadas médias.

Os primeiros ensaios da supremacia estadunidense foram experimentados na região, antes que em outras partes do continente, através das multinacionais e do capital financeiro internacional, ponta de lança da acumulação capitalista, junto com novas formas de domínio militar, político e ideológico: a intervenção norte-americana sobre a independência de Cuba para expulsar o império espanhol da ilha, em 1898, é o marco inicial desta nova forma de expansão capitalista na América Latina que integra toda a região em função das necessidades de acumulação do jovem império.

multinacional, redesenhava a geografia do país receptor em função de seus interesses particulares, tal é o caso da *United Fruit Company* ou do Canal de Panamá (QUESADA MONGE, 2009).

El Salvador, ainda nas primeiras décadas do século XX, quando começa a predominar o controle econômico e político do império estadunidense, vivencia o auge da Dinastia Meléndez Quiñónez, família da oligarquia cafeeira que se revezou no poder durante 14 anos mediante eleições fraudulentas e um controle repressivo e autoritário das classes trabalhadoras. Mantiveram o mono-cultivo do café para exportação e impulsionaram uma série de reformas de caráter político-administrativo reorganizando o Estado em associação com o capital estadunidense no país, cuja entrada foi favorecida em substituição ao capital inglês.

O capital norte-americano passa a hegemonizar as relações comerciais e financeiras do país, induzindo a modernização da infraestrutura pública e controlando tanto as companhias construtoras como as operadoras ferroviárias. Isto acontece através de empréstimos que aumentam o endividamento externo carregado desde a hegemonia britânica: os norte-americanos compram a dívida inglesa e se tornam credores do Estado salvadorenho. Perante a incapacidade de pagamento do governo, as firmas norte-americanas pressionam para a concretização de um regime concessionário através do qual se apoderam dos setores estratégicos da economia e da infraestrutura nacional, mas sem prejudicar os interesses das classes dominantes.

Ainda que em El Salvador a UFCO não produzisse frutas tropicais e a fazenda de café, organizada e dirigida por uma das oligarquias mais fortes da região, continuasse a prevalecer, isto não amenizou os efeitos do nefasto e fragmentador domínio da poderosa multinacional sobre a economia e a política do país. Importante ressaltar isso, visto que muitos autores defendem uma nula ou escassa ingerência do capital estrangeiro atribuindo à elite salvadorenha um grau de autonomia além da justa medida.

É possível afirmar que a empresa bananeira interveio diretamente nos assuntos do país através da sua subsidiária de transportes ferroviários, a IRCA, que controlava o transporte da produção de café subordinando os interesses das elites salvadorenhas a sua lógica de acumulação:

A maior parte de produção cafeeira - 80% - é colhida em fazendas ou empresas agrícolas situadas na costa sul (Oceano Pacífico); podendo ser realizados os embarques deste produto agrícola em qualquer um dos três portos situados no Oceano Pacífico, a IRCA [...desvia] o tráfego até o Porto Barrios, sobre o Oceano Atlântico, onde a UFCO é proprietária do cais e da grande frota Branca (TORRES-RIVAS, 1969: 103).

1.3 O massacre camponês de 1932: prolongamento do regime oligárquico

A crise mundial de 1929 abre um grande período de instabilidade para o Estado e para a ordem oligárquica, que vê seus lucros reduzidos com a queda dos preços do café no mercado mundial junto a uma drástica diminuição de empréstimos externos para as atividades produtivas. Houve tensão entre as frações de classe oligárquicas e algumas tentativas domésticas de

modernização mal-sucedidas, mas não se pode falar no nascimento de uma burguesia industrializante nesta época. “Os ideais liberais de alcançar governos democráticos na base de sufrágio restringido, representação elitista e divisão institucional de poderes, só tiveram fugaz realização” (TORRES-RIVAS, 1969:152-3).

Segundo Montobbio (1999), não faltaram tentativas de implantação de um projeto alternativo pela burguesia “industrializante” neste período. O autor sugere a existência no interior da oligarquia de duas tendências que não chegam a ser claramente contraditórias: o tradicional grupo ligado à produção de café e outro grupo que ele denomina de “burguesia” onde se enquadram industriais e comerciantes. Subordinada à oligarquia cafeeira, essa “burguesia” não consegue promover seu projeto alternativo ao modelo agro-exportador. Apesar de que este autor, junto com os historiadores salvadorenos em geral, não especificam a natureza e o caráter da chamada “burguesia” salvadorenha e do seu projeto, houve tentativas de ruptura com o monopólio de poder dos setores oligárquicos mais recalcitrantes: Pío Romero Bosque (1927-1931) se alia aos trabalhadores, aumenta os gastos sociais e a intervenção do Estado; e Arturo Araujo (1931) segue a mesma linha do seu antecessor, mas é incapaz de aglutinar os diversos setores sociais em torno do seu projeto progressista e é derrocado durante a crise mundial de 1929.

A derrocada de Arturo Araujo significou a manutenção da política econômica das elites tradicionais, inibindo a busca de alternativas ao modelo de monocultivo. Apesar da estagnação econômica (as exportações diminuem 55% na América Central), o sistema agrícola não é modernizado nem se diversifica a produção para tentar sair da armadilha de exportação de um único produto. A inversão estrangeira diminui ocorrendo uma fuga de capitais. O Estado se debilita e reduz suas atividades: com a diminuição do crédito bancário caem também as inversões públicas e os gastos orçamentários. Neste momento da história salvadorenha e centro-americana não interessa à oligarquia terratenente a industrialização da região, portanto não deslancha uma política econômica de substituição de importações, tal como aconteceu em outros países de América Latina. As elites estão condicionadas aos estímulos externos e preferem transferir seus recursos para atividades especulativas no exterior.

A década de vinte em toda a região é atravessada por uma grande instabilidade social e descontentamento generalizado, tanto dos trabalhadores urbanos e rurais, quanto das camadas médias. Surgem movimentos de trabalhadores nos cinco países e eclodem as primeiras greves nos enclaves bananeiros (trabalhadores de Rio Escondido na Nicarágua, em 1921, e os da *Cuyamel Fruit* na Honduras, em 1925). A alta especialização produtiva em bens primários exportáveis - principalmente banana e café - e a concentração de terras que dela se derivou, deslocou

populações indígenas e camponesas das suas parcelas de cultivos para subsistência, superexplorou os trabalhadores concentrados nos enclaves, devastou bosques e desarticulou os mercados internos, obrigando a estes países a importar grãos básicos pela perda da sua autossuficiência alimentar.

Em El Salvador a situação é a mais crítica de todos os países centro-americanos, devido a que a fronteira agrícola está completamente esgotada: 75% das terras estão utilizadas pelos cultivos de café e o espaço para o cultivo de subsistência se vê drasticamente reduzido obrigando a camponeses, colonos e peonada a migrar internamente ou sair para países vizinhos como Honduras e Guatemala.

Perante a crescente instabilidade social, o Estado oligárquico buscou o apoio das camadas populares para a legitimação do projeto cafeeiro. Mas o que houve neste período foi uma combinação de repressão brutal através da criação da *Guardia Nacional* com algumas medidas conciliatórias. Cria-se a Liga Vermelha de matizes socialistas, mas com o claro objetivo de manipular os trabalhadores em benefício das classes dominantes. A Liga Vermelha sustentava milícias armadas no país inteiro e recrutava membros para fortalecer e legitimar o Estado agindo violentamente contra as populações rurais que não aderissem ao oficialismo.

A extrema marginalização de enormes contingentes de trabalhadores rurais e urbanos proletarizados e o aumento do desemprego gerado pela crise mundial de 1929 acarretaram seu descontentamento e o surgimento de organizações operárias com autonomia do governo, influenciadas pelo anarquismo e pelo comunismo internacionais. Segundo Cabarrús (1983:37) é nas indústrias agrícolas do café que aparecem as primeiras relações assalariadas: “nos benefícios do café nasce o que pode ser chamado de classe operária que abrange também os ferroviários e os trabalhadores da indústria de bebidas. Junto com estes operários está a grande massa camponesa e os artesãos”. Aparecem no cenário político a *Confederación Obrera Centroamericana* (COCA) que coordenou o movimento operário regional e a *Federación Regional de Trabajadores Salvadoreños* (FRTS) que aglutinou vários setores dos trabalhadores rurais, sobretudo nas zonas cafeeiras do país.

Em 1930 Agustín Farabundo Martí funda e lidera o *Partido Comunista Salvadoreño* (PCS). Dois anos depois, o PCS obtém a maioria nas eleições a cargos municipais de vários povoados da região ocidental onde se concentram os cultivos e a produção cafeeira mais importantes de El Salvador. Porém, o regime do General Maximiliano Hernández Martínez, que fora vice-presidente de Arturo Araujo e o derrocara nesse mesmo ano, anula a votação e os comunistas salvadorenos são lançados à clandestinidade.

Na ilegalidade, o PCS planeja um levantamento popular junto com os sindicatos da região, especialmente o FRTS. Porém, as principais lideranças, entre eles Farabundo Martí, Alfonso Luna y Mario Zapata caem em mãos do regime martinista e são executados. A morte dos comunistas radicaliza a posição dos trabalhadores rurais de origem indígena que se insurrecionam e ocupam vários povoados da região ocidental cafeeira. A violenta reação do ditador Martínez não se fez esperar, um contingente de soldados enviado à zona, massacra brutalmente entre 10.000 a 30.000 camponeses em 1932.

A partir da chegada de Martínez ao poder e *la mantaza* de 32 até a guerra civil da década de 1980, inaugura-se uma sequência ininterrupta de ditaduras civil-militares que mantiveram a ferro e fogo o *status quo* oligárquico intolerante e violento com toda forma de oposição. Um fugaz despertar da consciência nacional com os fatos de 1932 se desdobra sem existirem condições objetivas para modificar o estado de coisas que possibilitasse um novo arranjo no poder e que incorporasse outros grupos sociais para modificar a política institucional.

Um dos efeitos mais profundos da crise de 1929 em toda América Central é o reforço da dominação externa e da dependência. Seus desdobramentos levaram a que as tensões sociais e políticas se acumulassem ao longo de quase todo o século XX. A economia do país e de toda a região sofre um período de estagnação de 15 anos e sua recuperação apenas se vislumbrará após a Segunda Guerra Mundial. Os preços internacionais do café se recuperam junto com o aumento dos capitais norte-americanos na região e, a partir de 1945, se dá um crescimento econômico acelerado pela recuperação dos mercados europeus. Mas o restabelecimento dos vínculos comerciais e de investimentos se dá predominantemente com os Estados Unidos: a América Central emerge da crise com um único produto de exportação, um único mercado comprador e um único fornecedor de manufaturas.

Neste período de auge econômico, os militares se encarregam de manter a ordem social e política do país, porém a instabilidade foi a característica predominante do regime. Apesar da rigidez da estrutura de poder, novos grupos de interesse emergem no pós-guerra que questionam o velho regime político colocando na ordem do dia o desenvolvimento do país através da industrialização e a necessidade de modernização e democratização. Estes surgem da transformação de setores oligárquicos urbanos que apostam na industrialização e em um novo setor das camadas médias que encabeça os movimentos populares da cidade.

O tradicional fazendeiro não perde seu predomínio político, porém após a Segunda Guerra Mundial seu poder é disputado por estes novos grupos cuja participação começa gradualmente a ser admitida. A mobilização social de 1944 em El Salvador, com a subsequente queda de Hernández Martínez, expressa o surgimento destes setores na estrutura social.

O descontentamento popular se canalizou, com exceções particulares, em torno de objetivos difusos de democracia política, liberdade em geral, respeito aos direitos humanos, em suma, a reconstituição de uma legalidade burguesa capaz de liquidar a brecha existente entre o constitucionalismo liberal, de fachada, e o exercício despótico do poder (TORRES-RIVAS, 1969:167).

Os novos setores não conseguem se incorporar na estrutura de dominação oligárquica por não terem uma organização política estável que possibilite sua participação. Mesmo que tímido, possuem um impulso modernizador que facilita a participação popular, apesar de não se integrar efetivamente às camadas populares. Estas vivem um momento de organização sindical, sem por isso se tratar de um sindicalismo de massas, seja pelo número reduzido de trabalhadores sindicalizados ou por serem patrocinados pelo Estado. A crise de 1944 é uma crise política: se procura consolidar os mecanismos de participação institucional colocando em dúvida a estrutura de poder vigente: “uma ‘crise de participação’ e [...] de representação. Não se produz a substituição de um setor social por outro nem, portanto, a emergência de uma nova legalidade, senão apenas, ainda que em grau variável, uma abertura forçada, incompleta e precária da velha dominação oligárquica” (TORRES-RIVAS, 1969:172).

O sistema oligárquico sobrevive ao movimento de 1944 e chega até o ano de 1948, quando um golpe de Estado perpetrado por jovens oficiais do exército impele uma nova viragem na história econômica e política de El Salvador. Com a chamada Revolução de 48 se configura a nova organização dos militares - o *Partido Revolucionario de Unificación Democrática* (PRUD) - que durará até 1960 e impulsionará um vigoroso processo de modernização através do setor público. O movimento militar, que também incluirá profissionais e funcionários públicos, lançará as bases para modificações no âmbito político, econômico e institucional onde o Estado adquire um caráter intervencionista e planejador. Os projetos de modernização reformista impulsionados por estes setores se fundamentaram na receita desenvolvimentista da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), que na década de cinquenta postulava a superação do ‘subdesenvolvimento’ latino-americano através do desenvolvimento industrial com o qual haveria a criação de empregos, aumento da renda nacional per capita e conseqüentemente a melhora do nível de vida das classes populares, junto com a diminuição da vulnerabilidade externa mediante a industrialização para substituição de importações. Os militares no poder iniciaram toda uma série de reformas modernizantes, que não expressam mais do que a absorção das receitas cepalinas e a nova configuração de alianças de classe internas e externas cujos interesses se veem favorecidos com o projeto desenvolvimentista¹⁵.

¹⁵ O movimento prudista foi encabeçado pelo Coronel Oscar Osorio, presidente da república entre 1950 e 1956, e significou uma certa estabilidade para o regime na medida em que se pactuou ao interior do exército a não reeleição permitindo o revezamento das chamadas *tandas*, promoções de militares de uma mesma geração, no poder. Foi sucedido pelo seu afiliado político o Geral José María Lemus quem continuou as políticas de modernização do

1.4 Década de 60: modernização da agricultura e industrialização

O aumento dos ingressos, via melhoramento das exportações de café, possibilitou a reorientação das atividades do Estado para promover o desenvolvimento infraestrutural, a implantação de indústrias, a ampliação dos gastos sociais (educação formal, seguridade social) e o consentimento de organizações gremiais e sindicatos da indústria sob controle estatal. Mas o crescimento econômico e as reformas estatais a partir da década de cinquenta não teriam sido possíveis sem o reingresso dos capitais norte-americanos no país e na região centro-americana como um todo. Dessa vez estes capitais entram com uma roupagem diferente, visto que o capital privado é substituído pelo financiamento outorgado por instituições de crédito internacionais e pelo governo norte-americano, tais como a Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Grande parte destes investimentos vai para o setor público, aproximadamente 50% do total do capital. Os setores produtivos, sobretudo a indústria manufatureira tradicional para o consumo interno, também absorvem uma boa parte do capital. Novos setores de investimento são abertos pelo capital estrangeiro em toda América Central, particularmente na indústria de refinamento de petróleo, suplantando a iniciativa privada interna¹⁶.

O processo salvadorenho de modernização também esteve marcado pela Guerra Fria e a revolução guatemalteca. Um forte componente autoritário e anticomunista foi sua característica marcante junto com uma crescente repressão, sobretudo a partir de finais da década de cinquenta, para desarticular as organizações de trabalhadores rurais e a emergente militância operária sindical.

As mudanças realizadas pelo governo militar, apesar de modernizadoras, significaram a continuidade da aliança com as oligarquias tradicionais. O anticomunismo foi de grande utilidade para não ferir os interesses da oligarquia cafeeira e desta forma deixar intocadas a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo. Mostra disso é a Constituição de 1950, considerada uma das mais progressistas na história de El Salvador, visto que “desta constituição data a definição da ‘propriedade privada em função social’ [...] Em tal constituição e nas suas leis

Estado, diversificação agrícola e industrialização. Isto significou uma relativa estabilidade do regime até 1960 quando se dá um novo golpe de Estado. Durante este período o regime se legitimou com eleições, sempre de caráter fraudulento e com a certeza de que o militar indicado pelo partido oficial, o PRUD, ganharia as eleições.

¹⁶ “Os investimentos diretos norte-americanos em finais do século passado -1897- atingiam 12 milhões nas plantações bananeiras; ao término da década de 40 se deslocaram lentamente para a distribuição de combustível, exploração petroléira e alguns serviços e na década de 60 para a produção manufatureira; é notável o papel cada vez mais importante dos empréstimos oficiais e privados que passaram de 32% do total dos investimentos norte-americanos em 1955 aos 65% em 1963” (TORRES-RIVAS, 1969:274).

adjacentes secundárias se mantêm, porém, a proibição constitucional da sindicalização camponesa [...]” (CABARRÚS, 1983:38).

O governo civil-militar procurou desta forma manter o equilíbrio entre uma ‘burguesia industrial’ emergente e a oligarquia tradicional visto que a maior parte do financiamento para a indústria viria dos lucros adquiridos com a venda do café no exterior:

O regime de 48 promulgava um esquema de modernização que aproveitara ao máximo as vantagens que chegavam ao país como consequência da expansão de pós-guerra, mas sem violentar os circuitos tradicionais da riqueza posto que eram visualizados como os financiadores principais da capitalização industrial (TURCIOS, 2003:45).

Nos anos cinquenta se ergueram as bases para que na década seguinte El Salvador se convertesse na ponta de lança da industrialização na América Central, processo que se irradiou por toda a região. Porém, o Estado salvadorenho não conseguiu superar a natureza da economia que continuava voltada para o exterior, muito menos desenvolver uma indústria de bases nacionais. Embora surgissem algumas fábricas, estas consistiram na produção de manufaturas de pouco valor agregado, destinadas a atender um deprimido mercado interno (têxteis, sapatos, cerveja, farinha, entre outros produtos).

Tendo em vista a América Central e Caribe como um todo, esta industrialização foi muito diferente em países que, segundo Florestan Fernandes (1975:19), superaram a fase neocolonial e transitaram a um capitalismo dependente com maior crescimento econômico que impulsionou um mercado capitalista dinâmico e moderno lhes permitindo uma posição de “barganha” perante as potências imperialistas, a pesar do seu lugar subordinado na divisão internacional do trabalho.

De fato, países como Brasil, Argentina, México, Chile e Uruguai, contavam com os recursos humanos e materiais suficientes para absorver eficazmente a tecnologia e a lógica capitalistas e consolidar um núcleo dinâmico de crescimento econômico que permitiu a emergência do mercado interno e certa integração nacional da economia. Uma vez deslocada a hegemonia inglesa do continente, o imperialismo norte-americano em sua fase monopolista açambarcou instituições, mercados internos e forças produtivas, que nos países supracitados tiveram um relativo desenvolvimento.

No ciclo expansivo do pós-guerra, a estratégia de conquista dos mercados internos, mediante a transferência de unidades produtivas, levava o capital internacional a exigir espaços econômicos nacionais relativamente bem delimitados. Tratava-se de evitar que unidades produtivas deslocadas para a periferia sofressem a concorrência de produtos importados. É este contexto histórico que permitiu que, até o início dos anos oitenta, as economias mais avançadas da região apresentassem uma certa convergência tecnológica com as economias centrais (SAMPAIO Jr., 2007:146).

A diferença dos países que tiveram um maior desenvolvimento das suas forças produtivas, apesar da sua incorporação dependente, a América Central desenvolveu graus reduzidos de integração nacional e um escasso dinamismo econômico. No Brasil, este processo de industrialização para a substituição de importações, o chamado desenvolvimentismo, consistiu em “um longo ciclo de expansão das forças produtivas, durante o qual a economia brasileira havia ampliado seu mercado interno, internalizado as estruturas fundamentais da Segunda Revolução Industrial e cristalizado as bases do Estado nacional burguês” (SAMPAIO Jr., 2007:149).

Nas América Central o problema não somente radicava na escassa acumulação interna de capital, apesar do auge das exportações de café, necessária à absorção da lógica capitalista e o desenvolvimento de uma indústria dinâmica como aconteceu em outros países latino-americanos. O problema também se expressou em que apesar da diversificação da agricultura e na aposta pela industrialização, o modelo agroexportador continuava a predominar e os interesses e privilégios das oligarquias permaneceram intocados pelos militares reformistas no poder.

Na década de sessenta a agricultura se modernizou aceleradamente em El Salvador, através da diversificação e tecnologização dos cultivos com uso intensivo de capital. O café continuava a predominar e junto a este surgiram os cultivos do algodão e da cana-de-açúcar para exportação. Uma nova forma de subjugação e acumulação capitalista se concretiza: os novos empresários agrícolas que emergem se caracterizam por arrendar a terra, introduzir novas tecnologias no cultivo em grande escala de cana-de-açúcar e algodão, utilizar créditos financeiros e utilizar trabalho assalariado.

No entanto esta modernização se dá sobre bases tradicionais visto que se diversificam os cultivos, mas isso não implica a superação do modelo fornecedor de matérias-primas e produtos agrícolas para as economias centrais. Os mecanismos de acumulação também são similares aos de períodos anteriores: concentração da terra e de ingressos e inexistência de políticas redistributivas que dinamizassem o mercado interno.

Apesar do crescimento econômico através do capital estrangeiro e o auge no mercado externo das *commodities*, as consequências foram desastrosas para os pequenos produtores, colonos, arrendatários e jornaleiros do setor rural com a mecanização da agricultura e a introdução dos novos “pacotes tecnológicos” da mal chamada Revolução Verde, comprados de monopólios norte-americanos. A diferença dos grandes proprietários, foi negado aos pequenos produtores o acesso ao financiamento para custear os altos preços das novas tecnologias, cuja utilização excessiva - sobretudo fertilizantes, pesticidas e herbicidas - causaram a resistência de pragas e o empobrecimento dos solos, provocando o aumento em espiral do seu uso para

garantir a alta produtividade exigida. As novas tecnologias requeriam menos força de trabalho aumentando o desemprego e a expansão do latifúndio. Os colonos e arrendatários que tinham acesso a uma pequena parcela para seus cultivos de subsistência ou para pagar o aluguel com sua produção dentro da fazenda não foram mais tolerados pela mecanização do cultivo, sobretudo o de algodão que requeria grandes extensões de terra. Desta forma se desarticula novamente a agricultura para o consumo interno com a persistência do padrão voltado para a mono-exportação.

Dezenas de milhares de camponeses foram obrigados a sair das pequenas parcelas em que viviam, vender sua força de trabalho por salários baixíssimos e a “se empregar sazonalmente como trabalhadores agrícolas ao perder a terra” (TORRES-RIVAS, 2007:85)¹⁷. As florestas nativas de El Salvador, e de toda América Central, sofreram uma drástica redução na medida em que a expulsão de trabalhadores rurais facilitou a expansão da fronteira agrícola¹⁸. Um novo ciclo de fome e miséria se inicia, grandes contingentes de pessoas se assentaram em áreas inapropriadas para moradia humana, muitas vezes à beira de estradas e caminhos, ou emigraram para as cidades alojando-se de maneira irregular e precária. No período de 1958 a 1975 “a diminuição na oferta de alimentos de consumo popular produziu uma regressão nos níveis de nutrição de amplos setores da população” (TORRES-RIVAS, 2007:87).

O desenvolvimento desigual capitalista possibilitou as condições para que um reduzido grupo se beneficiasse através de um novo padrão de modernização da cadeia produtiva agrícola com uso intensivo de capital, criando a ilusão de progresso pelo crescimento econômico e o uso de tecnologias importadas. No entanto, isto foi feito às custas da exclusão de populações inteiras que foram literalmente jogadas na miséria, através da reprodução de uma estrutura agrária extremamente dependente dos insumos agrícolas - maquinaria e agrotóxicos - importados do exterior e onde prevaleciam opressivas relações de trabalho.

O capital interno acumulado com a “modernização” da estrutura agro-exportadora e a entrada de capitais através da Aliança para o Progresso (ALPRO), criada pelos Estados Unidos em 1961 como estratégia para neutralizar os efeitos na região da Revolução Cubana, possibilitou a chamada “década de ouro de crescimento” em toda América Central. Foi um período de auge econômico impulsionado pela modernização do Estado e do aumento da infraestrutura nacional cujas bases se assentaram na década anterior possibilitando uma incipiente e hipertardia industrialização em toda a região. Toma impulso, também nos anos sessenta, o setor bancário

¹⁷ Entre os anos de 1961 a 1971, “seis famílias possuíam tanta terra quanto 80% da população rural mais empobrecida ou tanto quanto 300.000 famílias” (BURKE, 1976:475).

¹⁸ Estes emigravam em direção às florestas cuja exploração para subsistência lhes era permitida pelo Estado. Porém, uma vez despejado o terreno, eram novamente expulsos pelo latifúndio, tendo que se instalar em terras improdutivas e da pior qualidade.

que se estruturara desde a década anterior: os bancos se tornam os intermediários de todo o processo e canalizam o capital nacional e estrangeiro. “Aparecem então as primeiras companhias financeiras, entre elas a mais forte a nível privado: a *Financiera de Desarrollo e Inversión*. Ao mesmo tempo tenta-se desenvolver um sistema financeiro estatal, com capital estrangeiro basicamente, para impulsionar, sobretudo o desenvolvimento industrial” (ARCE ZABLAH 1975:88).

Por detrás do véu ideológico de cooperação e difusão da democracia através de reformas socioeconômicas, a ALPRO impulsionou um novo ciclo de expansão e acumulação capitalista mediante a indução da industrialização para substituir importações em toda a região. Os setores comercial-financeiro e comercial-industrial cobram força e veem o desenvolvimentismo como oportunidade para criar um mercado de bases nacionais para a indústria doméstica.

No entanto, cientes da impossibilidade de consolidar permanentemente a industrialização perante um reduzido e escasso mercado interno, visto que não havia possibilidades concretas de realizar reestruturações profundas para aumentar o poder aquisitivo e o nível de vida das classes populares, a única alternativa se tornou a ampliação do espaço territorial para a exportação das novas mercadorias. A integração dos mercados centro-americanos foi a solução encontrada para a expansão dos seus investimentos e o acesso a novos mercados consumidores¹⁹.

Se em um primeiro momento os Estados Unidos viram com receio estes esforços e tentaram boicotar a integração, na década de sessenta, esta se torna conveniente para seus objetivos de acumulação de capital. De fato, o integracionismo que levou em 1960 à criação do Mercado Comum Centro-americano (MCCA), serviu para facilitar e proteger os investimentos dos Estados Unidos na América Central. Beneficiou também às elites pela abertura das alfândegas entre os países centro-americanos o que significou o aumento das atividades inter-regionais fortalecendo os setores industriais e comerciais.

O acelerado crescimento econômico de El Salvador, Guatemala e Costa Rica foi desigual em Honduras e Nicarágua, países que tiraram menos proveito da integração pela ausência de estruturas sócio-econômicas para impulsionar uma industrialização semelhante ao resto de nações. Apesar do crescimento contínuo durante toda a década de sessenta, a idéia de que os benefícios da industrialização integracionista se irradiariam a todos os setores da sociedade centro-americana promovendo um mercado interno dinâmico ficou truncada no caminho. Primeiro porque esta se sustentou a expensas da massa camponesa e da antiga estrutura agrária,

¹⁹ El Salvador foi um dos países que com mais força se posicionou a favor da integração centro-americana, a qual era vista pelas elites como uma ‘necessidade vital e econômica do país’. “A industrialização integracionista concentrava as esperanças de conseguir uma ampliação funcional do sistema histórico, sem necessidade de encarar os obstáculos próprios da agro-exportação tradicional” (TURCIOS, 2003:44). A integração do istmo, também significaria uma solução para enfrentar o crescimento demográfico que o país vivia na época: seria possível o livre trânsito pela região “a população deslocada do seu acesso à terra poderia contar com o apoio legal para se trasladar aos países vizinhos, especialmente Honduras” (TURCIOS, 2003: 45).

não havendo uma mudança significativa no conteúdo da estrutura produtiva que se limitava ainda à produção de matérias-primas e produtos agrícolas para o exterior. As elites como sempre foram as mais favorecidas e, apesar de absorverem os impulsos modernizantes das tecnologias vindas de fora, não deixaram de possuir um estilo oligárquico de dominação política.

O novo padrão de dominação dos EUA com seus esforços para integrar a região não implicou em uma verdadeira proposta de “desenvolvimento independente senão apenas o crescimento econômico, parcial e a qualquer preço” (TORRES-RIVAS, 1969:237). O MCCA restabeleceu os vínculos de dependência com o imperialismo norte-americano tornando as novas frações das elites a base social do capital estrangeiro. A integração centro-americana representa uma modernização e democratização limitadas, apesar de se apresentar como nacional, o projeto de integração esconde os interesses particularistas das classes dominantes cada vez mais desnacionalizadas. Não se levaram em conta as disparidades inter-regionais das forças produtivas nem a diversidade de interesses econômicos, apenas a extensão geográfica e o tamanho dos mercados.

A industrialização permitiu uma maior estratificação social e a consolidação das camadas médias urbanas. No entanto, excluídas da política e das funções do Estado, estas demandavam transformações para adquirir uma maior participação na economia e na política do país. Estas e as classes populares ficaram à margem do desenvolvimento visto que as promessas de dinamização da economia, do aumento do emprego e do poder aquisitivo, não foram possíveis através do MCCA que não conseguira absorver toda a força de trabalho. “Enquanto a produção manufatureira em El Salvador aumentou 24% entre 1961 e 1971, o emprego aumentou unicamente 6%” (BURKE, 1976: 482). Bastante modesta e pouco diversificada, por se tratar de indústrias tradicionais em um contexto de baixo dinamismo do mercado interno, a industrialização se realizou com bens de capital e tecnologia importada, há muito tempo obsoleta em seus países de origem e poupadora de força de trabalho. Além do mais, o MCCA não admitia organizações sindicais nos órgãos supranacionais de tomada de decisões, portanto se tratava meramente de uma articulação desde cima que não incluiu a jovem classe trabalhadora centro-americana. A industrialização que visava diminuir a dependência do exterior levou a uma deterioração dos termos de intercâmbio e a uma balança de pagamentos deficitária. Ao contrário de uma real substituição de importações, o que aconteceu foi a importação de bens de capital, fato que provocou o aumento da dívida externa através dos empréstimos do recém-criado Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), necessários para a compra desses bens.

Mais do que integrador, o MCCA se tornou um fator de fragmentação visto que cada país buscou proteger sua nascente indústria na concorrência com os outros membros da região. As

contradições entre os países centro-americanos se acirraram devido à similitude dos seus produtos de exportação que não podiam ser objeto de intercâmbio no interior do mercado comum. A complementaridade das economias não foi uma estratégia a se considerar:

Resulta totalmente absurdo pretender criar um mercado comum de países economicamente subdesenvolvidos, cujo comércio depende quase exclusivamente de produtos básicos primários similares que, longe de serem objeto de intercâmbio, provocaram uma feroz concorrência entre tais países para conseguir os mercados necessários. [...] Como consequência desta política irreal e dissolvente os monopólios norte-americanos radicados na América Central obtiveram grandes benefícios, por exemplo, na eliminação de impostos para as importações com vistas ao fomento de novas empresas de sua conveniência, na obtenção de mão-de-obra barata e de menores custos de elaboração dos seus produtos (PÉREZ PEREIRA apud DALTON, 2011:16).

Os interesses e investimentos dos capitalistas estrangeiros e nacionais foram eficientemente resguardados pelo anticomunismo da Doutrina de Segurança Nacional. Através dela se canalizaram recursos externos para a modernização das forças armadas e o apoio às ditaduras civil-militares da região, sobretudo em El Salvador e Nicarágua. O processo de democratização esperado com o desenvolvimento econômico não só foi bloqueado senão que ampliou a exclusão política e levou ao aumento do uso da violência para conter os efeitos da crise econômica sobre as classes populares por parte do Estado.

Sem o recrudescimento da repressão estatal e a perseguição política, não houvesse sido possível o controle dos trabalhadores urbanos oriundos do dizimado artesanato urbano e do meio rural, cujas organizações e protestos se multiplicaram perante os baixos salários, as longas e esgotantes jornadas e as precárias condições de trabalho que a superexploração e a perda de terras significaram.

No plano político ocorre um golpe de Estado e a formação de um novo partido dos militares, o *Partido de Conciliación Nacional* (PNC). Nos começos da década também se elabora a Constituição de 1962 que conserva os traços da anterior. Há tentativas de reformas sociais para apaziguar a crescente instabilidade social. A lei do imposto sobre a renda e a lei do salário mínimo, provocam a resistência do setor cafeeiro e enfrentamentos entre os trabalhadores rurais e a elite agroexportadora. Estes últimos

tentaram compensar o montante monetário real do salário com a ausência de prestações alimentares para os trabalhadores; as sucessivas negociações para o reajuste deste salário mínimo do campo constituem uma das bandeiras que as organizações populares levantam de maneira mais coerente, sobretudo desde meados da década seguinte: os 70 (CABARRÚS, 1983:40).

Nesta mesma década os partidos políticos participam das eleições através da Lei Eleitoral de 1963 a qual lhes permite uma representação proporcional no interior da Assembléia Legislativa que até então havia sido meramente decorativa. Através do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC) a

oposição vai, ao longo dos anos sessenta, ganhando mais cadeiras até se converter, em 1968, em uma séria ameaça para o partido oficialista dos militares, o PCN, quando os resultados eleitorais dão maioria à oposição na Assembleia. Nesse mesmo ano também se dá a primeira grande greve dos professores salvadorenhos aglutinados em torno da *Asociación nacional de Educadores Salvadoreños* (ANDES 21 de junio).

A igualdade socioeconômica, as reformas sociais (como a reforma agrária), o melhoramento nos serviços públicos de saúde e educação prometidos pela ALPRO não acompanharam a modernização despótica da ditadura salvadorenha. Roque Dalton sintetiza o desenvolvimento desigual da expansão capitalista na América Central:

Desta forma a indústria se introduz e expande de maneira superposta à estrutura latifundiária tradicional, do enclave bananeiro e das fazendas de café e algodão, nas quais coexistem relações capitalistas e pré-capitalistas de produção e diferentes modos de dominação social, contribuindo a uma maior desarticulação do sistema produtivo. É uma indústria inserida numa matriz produtiva atrasada, a qual não modifica e sobre a qual não se exerce pressão para uma reforma agrária [...] se apóia em tal estrutura e se limita a realizar um processo de ‘substituição de importações’ de produtos manufaturados para o consumo. Porém, ao invés de produtos manufaturados se importam hoje os insumos e bens de capital requeridos para produzi-los, e em muitos casos se realiza uma simples ensablagem ou montagem de partes e peças produzidas nos países capitalistas desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos (DALTON: 2011:11).

Durante a crescente industrialização, fundamentada claramente em uma das mais acirradas desigualdades na distribuição do ingresso, o empresariado salvadorenho foi um dos mais beneficiados na região pelo dinamismo das suas exportações. As exportações salvadorenhas se destinavam aos outros países da região, sobretudo para Honduras cuja balança comercial deficitária em relação à de El Salvador a colocou em desvantagem. Isto gerou grandes tensões entre ambos países, dificultando os objetivos do MCCA, visto que perante uma nova recessão do mercado do café, o governo militar hondurenho resolveu bloquear a entrada de produtos industriais salvadorenhos e começou a expulsar as centenas de milhares de camponeses que emigraram nas décadas anteriores.

Em 1969 eclode a guerra entre El Salvador e Honduras, a chamada guerra das cem horas ou do futebol, como pejorativamente a imprensa convencionou chamar o conflito que “produziu o deslocamento em massa de mais de 100.000 salvadorenhos, na sua maioria camponeses, que retornaram de Honduras ou que foram forçosamente repatriados [causando] para a zona norte do país [...] uma saturação insustentável de força de trabalho” (CABARRÚS, 1983:42).

O conflito com Honduras foi resolvido através da diplomacia internacional, mas este momento histórico que selou a morte do Mercado Comum Centro-americano e significou o fim do processo de industrialização da região, acirrou de golpe os problemas sociais de El Salvador

com a entrada massiva de camponeses expulsos do vizinho país hondurenho. O desemprego galopante, a crescente repressão e a deslegitimação do sistema de poder pelas cada vez mais fraudulentas eleições determinariam na década seguinte o surgimento de grupos armados que abandonaram toda e qualquer possibilidade de atuação dentro da ordem.

Capítulo 2

A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES POPULARES DOS ANOS 70

2.1. Norte de Morazán: a vida da mulher camponesa antes da guerra

Yo digo que era bien marginada... porque mi papá a nosotros no los dejaba salir solas... si no iba él no salíamos nosotros. Los llevaba a las fiestas, los invitaban a matrimonios... para fiestas de matrimonios, iba a fiestas de cumpleaños, íbamos... los invitaban pero él iba con nosotros, solitas no andábamos nosotros. [...] Por eso digo yo era una vida bien... ¡sumergida! Como... una... conciencia así bastante... como le puedo decir... que uno tenía que hacer lo que le decían que hiciera. No podía tomar decisiones, así como cuando uno está chiquito que todo le dicen que haga, como... como le digo esta palabra... como ingenua, una conciencia como ingenua, que uno tiene que estar esperando que le digan qué es lo que va a hacer y por eso... así era la vida de la mujer (**Entrevistada A**).

A **Entrevistada A** é uma das pioneiras e fundadoras das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) do departamento de Morazán no nordeste de El Salvador. (Ver mapa 1). Ela relata a condição da mulher rural nas décadas prévias à organização das comunidades camponesas da região em torno das CEB. O depoimento da **Entrevistada A** que, na altura dos seus 79 anos permanece incansável militante das CEB, exprime uma série de idéias que configuram as ideias do patriarcado, um modelo ancestral de feminidade cujos pilares se fundamentam na condição “inferior” da mulher. O patriarcado relega a mulher ao mundo interno da reprodução, considerado mais próximo da biologia do que da política e, portanto, menos importante que o mundo exterior e público dos homens.



Mapa 1. El Salvador e localização do Departamento de Morazán (Cedido pela Prefeitura de Meanguera).

As origens das ideias e valores que permeiam o patriarcado são ancestrais, porém, foram sistematizados de forma mais acabada na Idade Média pelos representantes da Igreja Católica. O patriarcado ganha novas nuances com o Iluminismo, quando é tolerada a educação das mulheres, no entanto apenas das privilegiadas e em função das necessidades dos homens que continuam a reservar para a mulher o lugar da natureza. A mulher é aproximada à condição de animalidade: é considerada inútil, emocional, inclinada ao uso da intuição e dos instintos, mais do que a razão. Este pensamento está fortemente relacionado com elementos de um culto romântico à mulher de viés rousseauiano que atravessa o século XIX e persiste até os dias de hoje. A mulher é equiparada ao bom selvagem, não somente deve ser cuidada, mimada e protegida, mas ao mesmo tempo deve ser controlada e contida. Não tem poder de decisão.

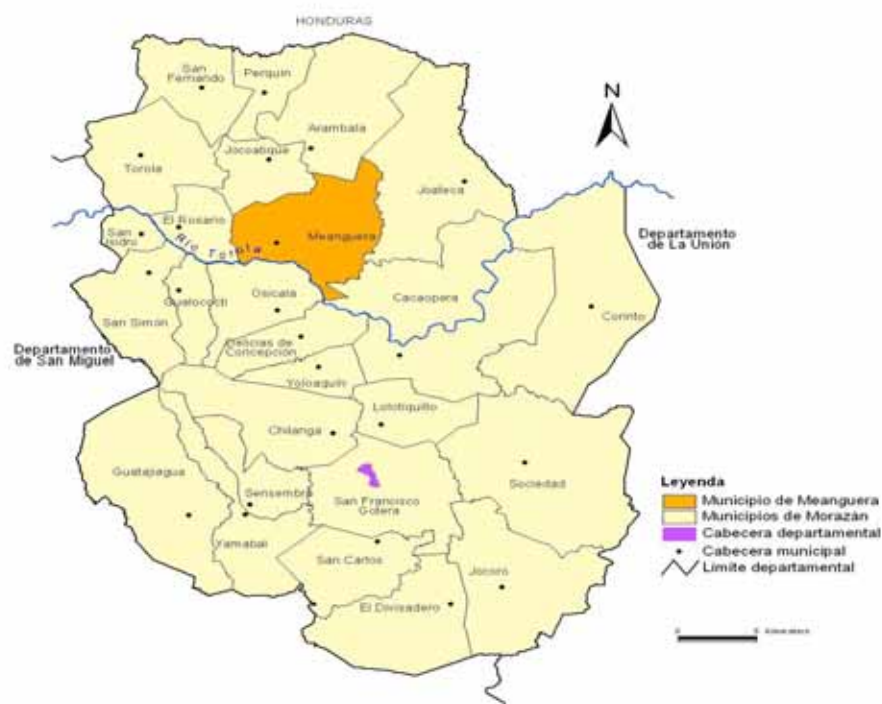
Por ser uma mulher de origem camponesa pertencente a uma família de minifundiários com condição econômica razoável, a **Entrevistada A** foi poupada das tarefas de apoio aos irmãos nas atividades agrícolas e de trabalhar diretamente na lavoura. A divisão sexual do trabalho aqui é clara, o seu lugar foi exclusivamente o das tarefas domésticas:

Yo no, yo nunca he ido a milpa porque como yo nunca me acostumbraron... no... onde yo nací, en mi lugar de origen no, nosotros no los mandaban ni a dejar comida, buscaban cipotes vecinos así, para almuerceros, zanateros también, nosotros solo vivíamos en la casa, no salíamos a nada. Otras mujeres que viven solas o con los esposos también, junto con el esposo van a la milpa, entre los dos se cargan con el tercio de maíz, ¡el tercio de leña! Nosotros mi papá nunca nos acostumbró a eso, no... a traer leña no ni a traer maíz... no, como eran bastante los hermanos. Y buscaban mozos también que hicieran las cosas.... (**Entrevistada A**).

A época à qual ela se refere, a região norte de Morazán era ainda bastante isolada dos pólos econômicos de El Salvador devido à vasta cadeia montanhosa que caracteriza seus territórios. Isto fez com que, durante as décadas de 50, 60 e 70, a região ficasse excluída do âmbito das obras de infraestrutura do Estado e das transformações impulsionadas pela modernização agrícola em outras partes do país, preservando-a dos interesses do grande capital estrangeiro e nacional. Enquanto se acentuava o auge desenvolvimentista na capital San Salvador e em outras cidades menores, Morazán e, sobretudo os territórios ao norte do Rio Torola, continuaram à margem da modernização por se tratar, na visão do governo e das elites oligárquicas, de um departamento “atrasado” onde era impossível implantar qualquer projeto fabril ou desenvolver cultivos a grande escala (Ver mapa 2).

A geografia acidentada dificultava a comunicação terrestre afastando a região do tradicional circuito litorâneo de escoamento de mercadorias. O transporte terrestre também era

escasso e irregular devido à predominância de estradas de terra ao longo de quase todo o século XX²⁰.



Mapa 2. Departamento de Morazán mostrando a região ao norte do Rio Torola conformada por oito municípios: Meanguera, Torola, Jocoaitique, Villa del Rosario, San Fernando, Arambala, Joateca e Perquín e uma parte do município de Cacaopera. A maior parte das mulheres entrevistadas pertence aos municípios de Meanguera, Torola, Jocoaitique, El Rosario, San Fernando. (Cedido pela Prefeitura de Meanguera).

As escarpadas montanhas e o tipo de terra, considerada de qualidade inferior, impediam o monocultivo a grande escala dos produtos agrícolas de exportação como o café, o algodão e a cana-de-açúcar²¹. No trecho a seguir vemos como a **Entrevistada B**, originária do município de Jocoaitique, pioneira das CEB do cantão Santa Anita e ex-comandante política do ERP, vê a questão quando toma conhecimento, através das CEB, da situação da região:

²⁰ Devido a sua inacessibilidade, Morazán ficou conhecido como a Sibéria de El Salvador. Este adjetivo, que nada tem a ver com o clima da região, se deveu também ao fato de que muitos opositores do regime oligárquico-militar, como professores, funcionários públicos e sacerdotes, eram enviados a este departamento para exercer seus cargos como uma forma de punição, parte da lógica repressiva que imperava no país.

²¹ Esse histórico esquecimento das classes dominantes em termos de seus objetivos de inversão ficou recentemente evidenciado a través de um documento de *wikileaks* de 1992, ano em que se assinaram os Acordos de Paz e no qual o então Presidente da República Alfredo Cristiani, do partido de direita ARENA, cedeu 442 km² de território em um conflito fronteiriço com Honduras na Corte Internacional de Justiça da Haia. O ex-presidente não “sustentou o caso na corte internacional por considerar que [...] estava povoado em sua maioria por pessoas da FMLN” (MELARA, 2013). O esquecimento de Morazán não se aplica em começos da década de 80, quando o departamento e, sobretudo a região norte sofreu uma violenta repressão por parte do aparato militar.

Nosotros lo que decíamos que a Morazán lo tenían siempre apartado, que Morazán éramos pobres, que Morazán ‘taba’ compuesto solo de cerros y volcanes... y que en Morazán no teníamos nada bueno. Porque también conocimos el mapa... y uno de los departamentos más arruinados según el mapa es Morazán, (ela da risadas) en esa época verdad [...] no tenía ni caña ni ganado. O sea cada quien tenía su vaquita pero no como para poderlos verdad... comprar va... como para poder exportar... y tenía un pedazo de caña pero cada quien un pedacito pero solo como para subsistir va. [...] Y cuando nos hablaban en otros lados por ejemplo otros departamentos... que allá tenían cañales, que tenían algodonerías, que había henequén, que había suficiente ganado, que habían fábricas, y todo eso pues... industria ¡Y aquí nada! (entrevistadora: ¿aquí no había terratenientes?) No, no, aquí no... Según el mapa expresaba, conocimos el mapa pues, expresaba que no pues, entonces no teníamos nada (**Entrevistada B**).

O norte de Morazán acabou ficando excluído do impulso modernizante da agricultura de exportação e da decorrente reconcentração de terras. Este fato permitiu às populações locais, eminentemente rurais e de descendência Lenca, preservar seus costumes e manter uma matriz socioeconômica agrária de natureza tradicional baseada na pequena propriedade²². Tratava-se de uma economia camponesa com resquícios de relações pré-capitalistas na produção agrícola, mas sem chegar a constituir uma economia estritamente de subsistência. A estrutura social estava composta em sua maioria por minifundiários: pecuaristas produtores de laticínios, produtores de sisal e alguns produtores de cana-de-açúcar, sempre em pequena e mediana escala.

Antes da eclosão da guerra, a região era um centro dinâmico de produção e comercialização de produtos agropecuários como laticínios, gado e especialmente de sisal com o qual se fabricavam cordas, redes e sacas para a indústria do café. Estes produtos eram vendidos em outros departamentos na zona leste de El Salvador, exportados para Guatemala e, principalmente, para os povoados da região fronteira de Honduras, país com o qual se mantinham estreitas relações comerciais, além da cultura Lenca em comum. O povoado de Jocoaitique foi durante anos o epicentro desta próspera economia local e regional.

De forma geral, a base do sistema de posse da terra em El Salvador estava composto pelo binômio grande propriedade e minifúndio. Não se trata apenas de uma dualidade estrutural senão de um processo que forma parte do desenvolvimento desigual e combinado no qual a grande propriedade é o fundamento do sistema produtivo, político e social, mas se nutre da existência de uma constelação de minifúndios cujo papel na divisão de trabalho do país estava destinado ao consumo interno²³.

²² Para o ano de 1971, segundo o Instituto Geográfico Nacional, havia em Morazán 29.011 habitantes nas áreas urbanas e 127.041 nas áreas rurais, ou seja, um 81% da população morava no campo. Toda a região ao leste do Rio Lempa, se caracterizou pela presença da etnia Lenca, da família chibcha. Os Lencas tinham uma língua e cultura diferentes em relação à principal etnia de El Salvador, os pipiles de origem maia.

²³ Este fenômeno acontece em toda América Central em graus variáveis. Segundo Torres-Rivas (1969) El Salvador é o caso mais extremo dos cinco países: na década de 60 a fronteira agrícola foi atingida em sua totalidade. Havia no

Enquanto o grande capital monopoliza terra e recursos constituindo o setor moderno pelo uso de tecnologias aplicadas em cultivos de grande escala, sem que por isso existam relações de trabalho tipicamente capitalistas já que ainda prevalecem relações semi-servis como a do colono e do parceiro, o minifúndio se vincula e coexiste com a economia de agroexportação na forma de uma exploração familiar de trabalho com um nível baixo de tecnologia e escassa produtividade²⁴.

Pelo fato de pertencer a uma família de minifundiários com maior número de propriedades, a **Entrevistada A** teve maior acesso à educação. Como ela mesma relata, a educação era inacessível para a maior parte da população, sobretudo para as mulheres devido à escassez de escolas na região e ao fato de que muitas meninas tinham que se dedicar às tarefas domésticas para poderem ser liberadas para freqüentar a escola. O seu caso é uma exceção à regra, mas uma exceção à regra que não está isenta de ambivalências. Ela foi poupada das atividades agrícolas e posteriormente das tarefas domésticas ao aprender o ofício de costureira com o qual adquiriu algumas terras e animais que se tornou uma mulher independente economicamente. A família foi um estímulo importante nesse sentido, mas ao mesmo tempo a pressionou para que se casasse contra a sua vontade:

A los 25 años me casé, es que no quería casarme quería quedarme soltera yo, ahh es que... me gustaba más la vida de soltera porque yo decía que así estaba mas libre, pero los hermanos mayores me decían “vos ya sabes...” como yo aprendí a costurar... pantalones y vestidos y todo, modas, y... “vos tenés tu trabajo y ya tenés tus cositas” tenía unas vaquitas yo y mezclares, y ellos me dijeron “no te quedés sola mejor casate, es feyo quedarse uno solo” decían ellos. Porque uno después ya donde está viejo bien difícil se hace la vida (**Entrevistada A**).

Uma vez casada teve que assumir a dupla jornada de trabalho, as intermináveis tarefas domésticas e a criação dos filhos que consomem o tempo da camponesa além dos trabalhos de costura. Ela descreve a vida da camponesa da seguinte forma:

El caso de la mujer como que es diferente, la mujer como que nunca se cansara, ella siempre está temprano, haciendo todo lo de la casa para irse al trabajo las mujeres que trabajan. Yo cuando trabajaba en la máquina madrugaba a hacer el oficio de la cocina y me ponía a costurar... costuraba de noche porque no me ajustaba el tiempo y así era... (**Entrevistada A**).

Para outras famílias de minifundiários com menos recursos, as jornadas de trabalho da mulher eram mais duras e longas. Tal é o caso da **Entrevistada B**, do cantão Santa Anita,

país uma grande atomização da terra na qual 47% das propriedades tinham uma extensão de 0,35 ha. - 1 ha. Jeréz (1977:12) salienta que em inícios dos anos 70, 91,3% de minifundiários com propriedades de até 7 ha., ocupavam um 18,7% da superfície total (346.953 ha.) enquanto que 0,5% dos grandes fazendeiros possuíam 37,7% da superfície total (597.050 ha.).

²⁴ Em El Salvador, a média de renda anual dos grandes fazendeiros era 300 vezes maior que a média anual dos minifundiários (JERÉZ, 1977:13).

epicentro da organização popular em Morazán. Seu pai era um pescador no rio Araute e tinha alguns terrenos onde cultivava milho e algumas árvores frutíferas que eram o sustento da família.

Yo me acuerdo que cuando tenía 9, 10 años que a nosotros, bueno a todos los de la casa va, unos... los varones a... madrugaban a afilar el machete... a comer... para irse a trabajar va con mi papá. Nosotros madrugábamos a lavar el maíz y a moler en la piedra y hacer tortillas para que ellos comieran y se iban. Luego nosotros, nos mandaba mi mamá al río a lavar todos los trastes, [...] la ropa [...]. Y luego a hacer otra vez a mediodía comida, para ir a dejar, a las 12 ya íbamos a dejar comida otra vez al otro lado del río [...]. Ya ellos a las 4 venían de regreso de trabajar. Nosotros en la tarde ya después de... veníamos de hacer... de dejar el almuerzo nos ponía leña mi papá que trajéramos leña pal fuego, de allí íbamos a lavar la ropa de los demás cipotes sino nos ponía a remendar la ropa de los otros cipotes... (**Entrevistada B**).

Seu acesso à educação foi mais limitado, chegou até a 5ª série e sua presença na escola era irregular porque a prioridade da família era a ajuda nas tarefas domésticas e de apoio ao trabalho dos homens na roça. Se não eram cumpridas, não era permitido, nem a ela nem as suas irmãs, ir à escola.

O latifúndio era escasso na região norte de Morazán e os fazendeiros que existiam se dedicavam à produção de café ou à pecuária. Estas propriedades não eram comparáveis em termos de tecnologia e extensão aos grandes terratenentes cafeeiros do ocidente do país. Tratava-se da grande propriedade tradicional voltada para o consumo interno onde também prevaleciam relações de trabalho e arrendamentos pré-capitalistas (parceiros, meeiros).

Na região também subsistiam famílias de jornaleiros sem terra que trabalhavam para os minifundiários temporariamente e na época da colheita de café ou da safra de algodão e de cana-de-açúcar emigravam às planícies e vales férteis do sul onde se empregavam nas lavouras de mono-cultivo por salários baixíssimos. Nas fazendas de café ainda prevaleciam relações semi-servis de trabalho:

¡Después la forma de tratarlos en las haciendas! que las haciendas para que trabajaran más de la cuenta y robarles el salario se llenaban el... decían ellos, llenaban el saco... por ejemplo digamos el grano de café, lo llenaban el saco de grano, lleno el saco tenía un precio, ¡muy miserable sí! Pero venían los capataces los que se encargaban de estar allí como... como le puedo decir... de colonos, les decían, frente a los capataces y los patrones más arriba, lo que hacían era... decían ellos que, les puyaban con un palo el grano, hasta lo que hacían a la mitad el saco, ese no era el saco lleno, ese un punto de explotación. El segundo punto que les cobraban un séptimo, que tenían que pagar un séptimo cada 15 días del mismo salario miserable tenían que dejar allá ese séptimo ¡y es más! no les garantizaban hospedaje, la ración de comida que les daban, según decían que hasta ratas encontraban en los peroles de frijoles, porque solo frijoles daban y tortilla. Y... ¡Ahh...! ¡Además! ¡La plaga, la epidemia! que en esos lugares en esos tiempos de las cortas de algodón, caña de azúcar y café ¡Hay mucho zancudo! La gente... el que se enfermaba, lo que hacía era venirse para su lugar de origen onde vivía a morirse aquí ¡Mire jovencitos se morían! Yo estuve, ya cuando estaban las comunidades, estuve con el botiquín de malaria y allí venían onde mí a pincharse, los que venían con

esa calentura, dolor de cabeza y que no podían... dolor en todo el cuerpo... ¿Sabe a cuantos meses después de haber fallecido el paciente venía el resultado? ¡A los 3 meses de haber fallecido! ¡Eso era una injusticia tan enorme todo eso lo fue entendiendo bien la gente, para organizarse porque era terrible la vida! (Entrevistada A).

O relato da **Entrevistada A** também expressa a precariedade dos serviços de saúde nessas regiões. É importante salientar que na economia camponesa de El Salvador, não existia uma rígida separação entre minifundiários e peões migrantes, no sentido de que muitas vezes os primeiros se viam forçados a emigrar para se empregar nos mono-cultivos de agroexportação. Estas duas categorias sociais – jornaleiro sem terra e camponês minifundiário – são as mais despossuídas e exploradas do sistema e reúnem no seu âmago uma variedade heterogênea de relações de trabalho (colonos, arrendatários parceleiros, peões-migrantes).

A chave para entender o mundo rural salvadorenho e a impossibilidade de modernização das relações de trabalho durante grande parte do século XX se encontra na necessidade do camponês salvadorenho de ser simultaneamente um peão migrante, um parceiro, um minifundiário fornecedor do comércio local e regional, ou um agricultor de subsistência.

Nesse sentido o parceiro ou minifundiário se vê obrigado a emigrar para complementar sua economia de subsistência com o mísero salário pago na fazenda de café e no setor agrícola moderno voltado para exportação²⁵. A razão básica deste padrão de comportamento é a escassez da terra que não permite a produção suficiente de alimentos para o sustento da família rural. Uma vez concluída a safra o peão volta para a economia camponesa e se torna novamente um produtor, seja para o mercado local, seja para sua subsistência.

Se o parceiro ou o peão se veem na necessidade de completar um ingresso ou um salário isto é consequência imediata do nível de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo agrário que, por uma parte, carece da força de expansão suficiente para aprofundar suas leis e pela outra, se mostra incapaz de decompor a economia camponesa, debilitada, mas em estado de uma longa agonia. As leis do mercado empurram à proletarianização do camponês parceiro ou sem terra, mas sem levar esse processo às suas últimas consequências e em troca compatibilizam o salário (marginal) e a *milpa* (TORRES-RIVAS, 1969: 212).

Essa situação é a base do sistema de dominação e exploração oligárquicos em El Salvador e toda América Central e se traduz em vantagens econômicas e políticas para o terratenente no

²⁵ O reduzido salário mascara a permanência de relações semi-serviis de trabalho inclusive ao interior dos setores agrícolas modernos. O capitalismo agrário em El Salvador, e isto é válido para toda América Central, não chega a superar as relações pré-capitalistas de trabalho. Jeréz (1977:10) atenta para o fato que se bem “os minifundiários centro-americanos vivem uma relação mista com a terra, no sentido de combinar o trabalho nas suas propriedades com o trabalho assalariado migratório estacional, a maioria das vezes, no entanto, sua relação com a terra é muito diferente se comparado à do trabalhador agrícola sem terra, ou seja, completamente proletarianizado”. O trabalhador agrícola plenamente assalariado será encontrado apenas nas áreas de enclave bananeiro propriedade exclusiva do capital estrangeiro.

sentido de que assegura uma mão-de-obra dócil, barata e quase permanente, com uma tendência sempre crescente a induzir uma produção deficitária de alimentos para a sobrevivência popular. Esta situação se reflete no testemunho da **Entrevistada C**, uma ex-combatente originária do cantão La Joya, município de Meanguera que se viu obrigada a entrar na guerra com 12 anos de idade. Quando questionada se era suficiente o que seu pai cultivava nas terras que possuía ela responde:

Más o menos... más o menos, lo necesario lo tenía porque como él cosechaba maíz, frijoles maicillo. Y ya lo demás que se sacaba del maguey, de las hamacas, de los lazos ya era para comprar comida. Pero si hubo un tiempo que también ¡uno tenía una crisis tremenda! Fíjese que yo me acuerdo en un tiempo que... estábamos bien pequeños pero me acuerdo que... mi mamá nos decía... “No hay que comer” con un huevo comíamos los 6, 5 hermanos que teníamos... un pedacito cada uno. Porque cuando se iba mi papá para esas mentadas cañadas que decían, a cortar caña, aquí por Santa Ana, casi todos los hombres del cantón se iban para allá. [...] Habían temporadas de así como ahorita del café... se iban a cortar café y venían hasta los 15 días y ya traían dinerito y ya uno ya tenía otra cosa para comprar. No ajustaba [la milpa] porque como había tanta cosa que comprar, así es que uno pasaba buenas crisis...si... antes de que se hiciera la guerra (**Entrevistada C**).

Em El Salvador a vida de crianças e mulheres rurais antes da guerra fora determinada por este contexto de permanente crise e escassez de alimentos. As suas condições socioeconômicas eram muito precárias, especialmente as daquelas mulheres pertencentes a famílias sem terra ou de minifundiários com poucas propriedades. Por um lado, no âmbito da reprodução, a mulher camponesa estava sobrecarregada com tarefas intermináveis, como ficou evidente no depoimento da **Entrevistada B**. De forma geral, o trabalho reprodutivo sempre se realizou sem receber qualquer tipo de remuneração. Apesar de não ser valorizado e muito menos retribuído monetariamente, este é essencial para o funcionamento e reprodução do sistema de exploração como um todo.

Por outro lado, quando a saída da mulher à esfera da produção se tornava uma necessidade e uma questão de sobrevivência, o patriarcado reservava para elas a dupla exploração. Nas décadas de 50, 60 e 70 uma das soluções encontradas pelas mulheres foi a migração anual interna durante dois ou três meses para trabalhar na colheita de café, cana-de-açúcar e algodão. Mas o valor da sua força de trabalho era e continua a ser ajustado ao valor da força de trabalho dos homens²⁶. Segundo Castillo (1980) em muitas ocasiões apenas os homens eram contratados legalmente, enquanto que mulheres e crianças trabalhavam nas colheitas sem o direito a pagamento no final da semana e sem a porção diária de alimento que era fornecida apenas aos homens. As “mulheres e crianças que fazem esse tipo de trabalho experimentaram as piores

²⁶ Segundo Torres-Rivas (1969: 216) para 1965 a média salarial de um homem ativo no campo era de \$0,67 centavos diários e a da mulher eram de \$0,48.

condições de vida na região: moradia inadequada, comida de baixa qualidade, falta de serviços médicos, falta de seguridade social e falta de registro de trabalho” (CASTILLO, 1980:5)²⁷.

A migração para países vizinhos também foi uma solução viável durante muito tempo. Devido à menor densidade populacional, Honduras foi o destino mais freqüente pela extensão dos seus territórios e a possibilidade de obter um trabalho remunerado nas plantações agrícolas. No entanto, em finais dos anos 60 esta possibilidade se esgotou com a crise e fim do MCCA.

Na década de 70 o desemprego no campo aumenta pelo retorno dos migrantes salvadorenhas de Honduras e pela crescente mecanização das grandes lavouras de produção para agro-exportação²⁸. A falta de alimentos e as reduzidas possibilidades de emprego no setor agrícola, de predominância masculina, obrigaram às mulheres rurais a procurar outras estratégias de sobrevivência como a migração em direção às cidades em busca de emprego remunerado e melhores condições de vida para elas e suas famílias que ficavam no lugar de origem (Ver anexo B).

Os seus destinos eram os mais variados, e apesar das mulheres costumarem ter mais facilidades que os homens para encontrar trabalho nas cidades, sempre estiveram sujeitas aos piores empregos e condições trabalhistas. Tal é o caso do trabalho doméstico, que sendo tradicionalmente feminino, se tornou grande fonte de emprego. Muitas mulheres se empregaram como trabalhadoras domésticas em casas de famílias de classe alta e média sem as mínimas condições de trabalho ou qualquer prestação trabalhista²⁹.

Outro destino foram as fábricas *maquiladoras* controladas pelo capital estrangeiro e localizadas nas Zonas Francas, grandes paraísos fiscais do país. Muitas destas empresas, beneficiárias de exorbitantes isenções fiscais, preferiam contratar mulheres por sua suposta docilidade e menor capacidade de se organizar para defender seus direitos perante os salários mais baixos. Às mulheres grávidas era negado trabalho por serem consideradas um fardo econômico para as empresas. Outras tantas foram lançadas à rua como vendedoras informais:

[...] em períodos de desemprego em massa como o presente, quando muitos lares da classe trabalhadora não têm nenhum tipo de renda, é a mulher que tem

²⁷ As mulheres grávidas não tinham uma nutrição apropriada e a mortalidade infantil era alta: 40 de cada mil crianças morriam ao nascer e 60 de cada mil com menos de um ano de idade. 75% de crianças com menos de cinco anos sofriam de desnutrição. Muitas mulheres tinham seus filhos por conta própria. O setor rural dificilmente contava com hospitais ou doutores, muitos deles estavam concentrados na capital e eram inacessíveis por conta da baixíssima renda das famílias camponesas. Um censo de 1971 revelou que havia 3 doutores e 17 camas de hospital para 10 mil pessoas, a taxa de mortalidade de mulheres no parto e de mortalidade infantil era alta.

²⁸ Segundo Jeréz (1977:11), o desemprego e subemprego na década de 70 em El Salvador se aproximavam dos 58,3% da população economicamente ativa no setor agrícola, a maior taxa da região centro-americana.

²⁹ Em 1978, 80.400 salvadorenhas trabalhavam como domésticas. Essas mulheres se tornam escravas virtuais de seus empregadores assumindo todas as tarefas do lar, trabalhando das seis da manhã às dez horas da noite por um salário miserável que oscilava entre \$30 a \$60 por mês. [...] Estão completamente desprotegidas por lei, não há um salário mínimo estabelecido, não há pagamento de horas extras, não têm direito a se sindicalizar, não têm direito a um seguro médico e não têm direito a indenização em caso de demissão (CASTILLO, 1980:6).

que sustentar à família. A maioria das mulheres vendedoras de rua vive em áreas marginalizadas nos tugúrios, ou cortiços em El Salvador (CASTILLO, 1980:6).

Grandes contingentes das camadas populares ficaram à margem do processo de integração centro-americana. Pela falta de mudança na estrutura agrária, esta não resolvera o problema de desemprego e acabou por acirrar o problema migratório da região. Quando entra na sua fase competitiva, os desdobramentos da industrialização sem reforma agrária do MCCA obrigaram centenas de milhares de salvadorenhas a emigrar aos países vizinhos colocando em evidência as falhas do modelo de desenvolvimento do país e da região como um todo. O MCCA aumentou a dependência e subordinação do país o que se traduziu no acirramento da exclusão das grandes maiorias. O analfabetismo, a desnutrição, a falta de serviços de saúde e educação afetavam grande parte da população, em especial os setores rurais. Nas décadas de 60 e 70, o analfabetismo era um problema para 50% dos salvadorenhas e salvadorenhas, prevalecendo duas vezes mais entre mulheres do que homens. A situação educacional no país era deplorável: “apenas 10,5% da população economicamente ativa no setor agrícola havia completado, para o ano de 1974, o ensino fundamental, e 1.1% o ensino médio” (JERÉZ, 1977:13).

A região norte de Morazán não era muito diferente do resto de El Salvador. Por ser um dos departamentos mais abandonados pelos governos militares, as escolas e os postos de saúde eram escassos limitando a acessibilidade da população a estes serviços. A **Entrevistada A** descreve a situação ao norte de Morazán da seguinte forma:

¡Cómo todo era una gente que éramos bien pobres, pobres ¡pobres, pobres! ¡De verdad! ¡De una situación bien de miseria! Allí donde vivíamos nosotros en Meanguera, había mucha desnutrición, mucho analfabetismo, no iban a la escuela porque pasaban en el torno, los llevaban a raspar mezcál desde que tenían 8 años ¡Y es que esos se levantaban a las 2 de la mañana! para raspar unas dos libras los niños, a descolar le decían a sacarle el otro parte de la hoja, o sino a cortar mezcál a desespinar toda una tarea bien grande ¡y fuerte es eso! Los niños pasaban así, ¡desnutridos! (**Entrevistada A**).

No futuro a organização das CEB desempenhará um papel importantíssimo na auto-organização para a própria população garantir a saúde, a formação de cooperativas de camponeses e a auto-educação.

2.2 Origens do *Ejército Revolucionario del Pueblo*: entre o militarismo e o trabalho organizativo.

A década dos anos setenta significou para El Salvador o auge dos movimentos populares urbanos e rurais. Foram as emergentes camadas médias urbanas que direcionaram o

descontentamento e posteriormente à organização popular, especialmente na capital do país San Salvador. A ruptura de Honduras com o MCCA havia suprimido um importante mercado para as manufaturas salvadorenhas e as massas de trabalhadores rurais salvadorenhas que emigraram ao vizinho país a partir da crise dos anos 30 foram expulsas pelo governo hondurenho. O retorno súbito de 300.000 trabalhadores agrícolas criou um grave problema demográfico e social para El Salvador. A industrialização prometera uma melhoria nas condições de vida, mas não resolvera o desemprego, a fome e a falta de terras colocando à ordem do dia a necessidade de discussão das raízes estruturais das mazelas sociais e suas possíveis soluções.

A Universidade de El Salvador se converteu num centro irradiador de ideias de transformação em direção às quais convergiam profissionais, intelectuais e movimento estudantil de esquerda que, junto com setores operários, “criaram uma corrente política [...] sobre a necessidade de modificar a estrutura agrária” (LÓPEZ VALECILLOS, 1979: 864).

A crise devida ao esgotamento do MCCA e à estagnação econômica chegou a tal ponto que em 1970 a Assembleia Legislativa convocou o Congresso Nacional de Reforma Agrária. No início reuniu representantes da oligarquia agroexportadora e financeira, burguesia industrial e comercial, sindicatos, partidos políticos e setores universitários. No entanto, os setores oligárquicos se negaram a fazer as reformas estruturais necessárias à economia do país e continuaram atribuindo os problemas ao conflito armado com Honduras.

Encerra-se neste ponto o período de aparente abertura democrática propiciado pelo crescimento econômico. O regime militar reconcentrou o poder político e sustentou uma postura autoritária mais acirrada, pondo em prática a fraude eleitoral de maneira escancarada e a repressão contra o descontentamento social e as demandas populares que aumentavam perante a crise social e o desemprego. Os partidos políticos de oposição canalizaram os protestos tornando-se articuladores da organização popular e uma séria ameaça para o partido oficial dos militares. Sua existência ainda era tolerada pelo regime, em especial o *Partido Demócrata Cristiano* (PDC) que acumulara força em anos anteriores. No obstante, sua participação na Assembleia Legislativa começara a ser progressivamente banida.

A organização de professores, *Asociación Nacional de Educadores de El Salvador 21 de Junio* (ANDES), que surgira em 1965 começa um ciclo de greves reivindicando melhores salários e protestando contra a marginalização dos educadores, historicamente utilizados pelo partido oficial nas campanhas eleitorais. São duramente perseguidos e reprimidos pelo regime de Fidel Sánchez Hernández. A luta contra a ordem também começa a se concretizar, nesse sentido López Valecillos (1979:865) salienta os esforços de organização de alguns setores fora do âmbito partidário e eleitoral:

[...] outros grupos sociais vão intentar se organizar e lutar fora dos partidos políticos e dos métodos tradicionais, por atingir melhores condições de vida. É neste período que os trabalhadores rurais vão iniciar um processo autônomo de coordenação de modo a justificar petições por terras arrendadas a menor preço, redução do custo dos pesticidas e abonos, salários mínimos justos, direito a prestações trabalhistas concretas [...].

No caso do PCS, desde 1964 este apostava na linha soviética da revolução que consistia na acumulação de forças e no desenvolvimento da consciência popular através da participação nas eleições. Esta postura será mantida até pouco antes do partido optar pela luta armada em 1979, mas continuou a apostar no sistema eleitoral³⁰.

Em 1972, o PCS na clandestinidade, entra no jogo eleitoral mediante a organização de fachada - a *Unión Democrática Nacional* (UDN) - e faz uma coalizão política para as eleições presidenciais com o PDC que concentrava amplos setores da população e com outras forças de oposição nacional especialmente os socialdemocratas do MNR, forma-se assim a *Unión Nacional Opositora* (UNO).

Fundada em 1969, a UDN, faz parte desta estratégia e será uma organização através da qual o PCS participará nas eleições e tentará atrair o PDC e seu eleitorado para evitar uma coalizão deste partido à direita com o PCN, o partido dos militares e da oligarquia. Segundo esta concepção, apesar de que o regime ditatorial não reconhecesse o triunfo eleitoral da UNO, a agitação e a consciência populares cresceriam. A UNO ganhou as eleições presidenciais de 1972, mas estas foram fraudadas pelos militares que acabaram impondo o seu candidato o Coronel Arturo Armando Molina³¹. Apesar de se repetir mais uma vez o que acontecera ao longo de todo o século XX, a fraude eleitoral e a imposição de um militar estreitamente associado à oligarquia conservadora e ao capital estrangeiro, o PCS continuará insistindo na sua estratégia eleitoral e nas disputas municipais e legislativas de 1974 e 1976, se retirando destas últimas pelo aumento da repressão.

No obstante, o ano de 1972 torna-se um ponto de inflexão para alguns setores político-partidários da oposição e para setores do movimento social que não veem mais possibilidades da concreção dos seus anseios democráticos e das transformações necessárias ao país através do sufrágio. A fraude eleitoral de 1972 também coincide com o esgotamento da ALPRO e do modelo de industrialização adotado. No plano econômico, o modelo altamente dependente da

³⁰ A primeira participação nas eleições do PCS foi em 1967 através do *Partido de Acción Renovadora* (PAR) que fora cancelado pela ditadura militar. No mesmo ano surge o *Movimiento Nacional Revolucionario* (MNR) de tendência social-democrata.

³¹ Por vez primeira se integravam, em uma plataforma comum, tendências ideológicas reformistas e desenvolvimentistas, à frente das quais se encontravam intelectuais, pequena e média burguesia, setores da Igreja conscientizada pela abertura dos Papas João XXIII e Paulo VI, [...] em uma aliança tácita que incluso aceitava na situação política de El Salvador neste ano, a postura democratizante do Partido Comunista representado pela UDN (LÓPEZ VALECILLO, 1979:868).

importação de matéria-prima, bens de capital e combustível, entra em crise e os governos não conseguem os recursos suficientes para pagar as dívidas contraídas em décadas anteriores com as importações, enquanto isso, caem os preços das exportações e a inflação aumenta.

A inversão estrangeira e os empréstimos se reduzem drasticamente, no entanto se recorre ainda ao capital financeiro para evitar os déficits fiscais. O endividamento adquire neste período uma grande importância como alternativa econômica para enfrentar as crises. À estagnação do setor produtivo se soma o fator da impossibilidade de transformação social pelas vias legais e formais devido às sucessivas fraudes eleitorais e ao aumento da violência da ditadura civil-militar.

Nesse mesmo ano, a ditadura civil-militar, sob tutela dos Estados Unidos, propõe uma Reforma Agrária para enfraquecer o apoio dos camponeses às organizações político-militares e conter a temida ameaça comunista e a crescente agitação social. Buscava-se fortalecer o mercado interno, redistribuir a riqueza e impulsionar a pequena propriedade, porém o projeto é derrubado em 1976 pela férrea oposição da oligarquia que o considerava uma séria ameaça a sua fonte de riquezas.

No plano social, as ilusões e aspirações de progresso democrático de amplos setores da população, em especial das camadas médias, são truncadas e a isto se soma a crescente insatisfação causada pela exclusão e pela miséria imposta à grande maioria dos salvadorenhos. O regime militar se encontrava completamente deslegitimado e vários destes setores sociais começavam então a pensar na luta armada como via para as transformações ansiadas. O coronel Molina intensifica a repressão convertendo sua gestão em um regime autocrático. Elementos da *Policía Nacional*, da *Guardia Nacional* e da *Policía Nacional de Hacienda* são colocados em altos postos do governo. Por outro lado, sob a influência de Che Guevara e da Revolução Cubana, a via armada como solução cobra força no imaginário salvadorenho deste período. Os setores mais radicalizados que propugnam a luta armada se escindem tanto do PCS quanto do PDC e constituem as organizações político-militares que posteriormente darão vida ao movimento guerrilheiro.

Em 1º de abril de 1970 se constitui a primeira deles. Cayetano Carpio, posteriormente conhecido como comandante Marcial e que fora Secretario Geral do *Partido Comunista Salvadoreño*, em desacordo com as posturas reformistas do partido e sua recusa à via armada como forma de luta, decide romper fileiras com este e se lança à formação das *Fuerzas Populares de Liberación Farabundo Martí* (FPL). Esta organização rapidamente acumula forças e durante a guerra se transforma na mais poderosa e melhor organizada das guerrilhas salvadorenhas.

Estudantes universitários e profissionais das classes médias não viam mais possibilidades de atuação no interior das organizações que proclamavam a luta por reformas dentro da ordem. Eles

começaram a romper fileiras com seus partidos para se organizar em torno dos primeiros núcleos guerrilheiros. As FPL eram nesses inícios a única organização político-militar que colocava a necessidade da luta armada como via para tomar o poder. Em 1961, o PCS optara pela via armada e tentara criar um frente político-militar através da organização conhecida como *Frente Unido de Acción Revolucionaria* (FUAR), mas, este órgão se limitou a realizar tarefas de agitação nas ruas e ações de apoio a Cuba. Teria uma curta duração já que em 1964 e após apresentar escassos resultados para o partido, o próprio Cayetano Carpio, recém-eleito para o cargo de Secretário Geral do PCS, optara pelo reforço do trabalho de base com sindicatos dando fim a esta tentativa de militarizar a organização ou de constituir o braço militar do PCS.

Provavelmente a extinção do FUAR esteja ligada ao fato de que, naqueles anos iniciais de 1960, a ditadura civil-militar adotara uma espécie de “abertura democrática” permitindo a representação proporcional na Assembleia Legislativa fato que, junto com os bons resultados econômicos da industrialização, legitimara o regime. Esta experiência falida do FUAR e a linha de coexistência pacífica entre o bloco socialista e os países de capitalismo central adotada pelo Partido Comunista da União Soviética e estendida a todos os PC através da *Komintern*, contrária à luta armada, provavelmente foram os fatores que tornaram as principais lideranças comunistas avessas à tomada das armas levando o PCS a se incorporar tardiamente à luta armada.

O PCS assumira os lineamentos da Terceira Internacional Comunista hegemônica pelos soviéticos. Esta transplantara para a realidade latino-americana os estágios ou etapas evolutivas dos países capitalistas ocidentais. Nesse sentido, a classe trabalhadora salvadorenha, em aliança com a burguesia nacional, deveria realizar a revolução democrático-nacional, desenvolver as forças produtivas do capitalismo para eliminar a ‘etapa feudal’ e assim preparar as condições objetivas para a concretização do socialismo.

Estas colocações tinham como pressuposto a existência de uma burguesia nacional comprometida com o progresso e o desenvolvimento econômico por meio da industrialização. Sua tarefa seria eliminar os resquícios feudais ou semi-feudais que sustentavam o vínculo com o imperialismo e reproduziam o modelo econômico primário-exportador. O desenvolvimento seria realizado por etapas e da mesma forma que a via clássica do capitalismo avançado nos países europeus e nos Estados Unidos. Junto com a Reforma Agrária, o projeto antiimperialista e antioligárquico do PCS ganha um contorno explosivo, mas nasce completamente esvaziado de um conteúdo efetivamente anti-capitalista.

Segundo Michel Lowy (1999), esta análise linear e positivista levou a uma estratégia de coexistência pacífica com o capitalismo e a formação do bloco de quatro classes: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. De forma geral, os partidos

comunistas latino-americanos aplicaram mecânica e empobrecidamente o modelo dogmático e economicista criado pelo marxismo soviético e acabaram sendo contrários às particularidades e aos desdobramentos históricos específicos dos seus próprios países. Seguiram a ziguezagueante política stalinista, às vezes antiimperialista e outras pró-imperialista. Quando os membros do PC eram perseguidos por governos que outrora haviam apoiado, renovavam seu anti-imperialismo e recomaçavam a luta de classe contra as burguesias, porém sem liderar o movimento revolucionário de massas ou mudar a premissa stalinista para o continente: a teoria da revolução por etapas e do bloco de classes para a realização da revolução nacional-democrática. Assim surgem as Frentes Populares, primeira expressão da política stalinista na América Latina e que consistia numa aliança contra o fascismo entre os partidos comunistas, socialistas e democrático-burgueses. Evidentemente a programática desenvolvimentista dos partidos comunistas convergia com a dos partidos social-democratas e com as receitas cepalinas. No obstante, em 1972 as condições em El Salvador eram outras e, frente a crescente repressão dos jovens das camadas médias, pertencentes à social-democracia e às organizações juvenis comunistas, não se podia mais reconhecer a via eleitoral como uma possibilidade concreta de participação e transformação. As eleições deixaram de ser vistas como uma saída para canalizar seu descontentamento dentro da ordem e a única alternativa eram as armas.

Lil Milagro Ramírez, uma das primeiras fundadoras do ERP, foi uma dessas jovens pertencentes à Juventude Democrata Cristã. A partir de 1966 se tornara uma importante liderança desta organização filiada ao PDC tendo a oportunidade de viajar por América do Sul e participar em seminários de formação no âmbito dos partidos social-democratas. Esta experiência lhe dera maturidade política e ao mesmo tempo colocara para ela muitos dilemas, pois a América Latina inteira se tornara cenário de luta pela libertação onde diferentes tendências e forças políticas, sociais e econômicas entravam em choque. A atuação dos governos democrata-cristãos e o contato com jovens militantes de partidos social-cristãos latino-americanos - especialmente do Chile e da Venezuela - começaram a gerar dúvidas a respeito das possibilidades de uma transformação revolucionária desde o interior do partido.

Apesar de presenciar a ruptura dos jovens social-cristãos chilenos com o partido - um grupo “dos melhores elementos” como ela mesma os chamou - por considerar que os interesses socialistas do povo não estavam representados, Lil não conseguiu naquele momento vislumbrar um caminho alternativo:

e assim foi que apesar da decepção que me causaram os governos de DC no Chile e na Venezuela, meu contato com a juventude desde aqueles partidos me fez acreditar na miragem de que as juventudes poderiam lutar dentro dos partidos e obrigá-los a se orientar em direção a um verdadeiro esquema socialista (RÁMIREZ: 1971).

Retorna em 1969 consciente de que o partido não deveria entrar no jogo eleitoral mas apesar disso, acabou por aceitá-lo como meio de conscientização do povo. No entanto, como ela mesma reconhece, “o partido estava envolvido até a medula no sistema eleitoral, as eleições eram seu princípio e seu fim, seu fator aglutinante e sua coluna vertebral” (RAMÍREZ, 1971). Os jovens não conseguiam ir além da absorvente e frenética campanha eleitoral para a qual haviam sido empurrados pelo PDC.

Uma geração inteira de jovens toma consciência de que se continuavam no partido “as coisas iriam ser sempre iguais, estaríamos a vida toda preparando eleições e perdendo o tempo e deixando que o oportunismo e a demagogia que estavam à ordem do dia prostituíssem nosso trabalho que por outro lado era inútil para a revolução [...]”(RAMÍREZ:1971).

No ano de 1970, como muitos outros jovens, Lil Milagro abandona a carreira universitária e a família e se lança à clandestinidade. Integra-se nesse mesmo ano a um núcleo armado urbano inicialmente chamado *El Grupo*. Sua primeira ação foi o seqüestro do oligarca Ernesto Dueñas Regalado. Este é o núcleo inicial da organização político-militar que mais tarde seria conhecida como *Ejército Revolucionario del Pueblo* à qual se juntaram outros grupos que se originam no interior da Universidade de El Salvador. À diferença das FPL, cujos militantes eram quase todos oriundos do PCS, da classe trabalhadora e de uma geração mais velha, o ERP se caracterizou por reunir jovens das camadas médias de diversas organizações³². Muitos destes jovens que foram dirigentes do movimento estudantil católico na década de 60 e que depois se converteriam em dirigentes das organizações político-militares, ideologicamente “estavam influenciados pelas idéias anti-moscovitas radicais que circulavam entre a esquerda estudantil européia de finais da década de sessenta” (MARTÍN ÁLVAREZ, 2004:148).

O dia 2 de março de 1972 é a data oficial do nascimento do *Ejército Revolucionario del Pueblo*, quando em uma ação armada dois agentes da *Guardia Nacional* são mortos, se confiscam dois fuzis G-3 e ficam espalhados panfletos que diziam: “a guerra do povo começou, a paz para os ricos terminou. ERP”. A partir deste evento o ERP intensifica suas ações que consistem em assaltos a bancos e seqüestros de oligarcas milionários para a obtenção de fundos que financiem a luta armada. Enquanto isso os protestos, a mobilização e a organização populares aumentam progressivamente. Diferentes setores sociais condenam o regime político e econômico ligado ao

³² *EL Grupo* estava integrado por jovens universitários radicalizados de tendência social-cristã cuja trajetória era similar à de Lil Milagro. Este setor seria o que majoritariamente conformaria as fileiras do ERP: Alejandro Rivas Mira, Eduardo Sancho. Na Universidade de El Salvador se conforma outro grupo que mais tarde se integrará ao ERP chamado *Comandos Organizadores del Pueblo* (COP) com jovens de tendências marxistas como Rafael Arce Zablah e também social-cristãs como Joaquín Villalobos, Ana Guadalupe Martínez, Ana Sonia Medina. Outro grupo de militantes ainda mais jovens originários de organizações do ensino médio é formado por Jorge Meléndez, Lilian Mercedes Letona, Mercedes del Carmen Letona. No interior da Juventude Comunista ocorre uma ruptura de jovens que optam pela via armada e que também se integraram ao ERP: Vladimir Rogel, Sonia Aguiñada, Alejandro Montenegro, Mario Vigil, entre outros.

modelo agro-exportador e a superconcentração de riqueza que este gera. Pouco a pouco o movimento social composto de vários setores da população organizada em torno de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, comunidades eclesiais de base nos setores rurais, sindicatos de educadores, grêmios profissionais de diversas áreas, estudantes universitários e do ensino médio se aglutinam em torno das frentes de massa vinculadas a cada uma das organizações político-militares.

Nos primeiros anos, o ERP foi comandado por Alejandro Rivas Mira, um personagem extremamente polêmico que imprimiu um viés autoritário e militarista à organização³³. No interior do ERP vão se perfilando posições divergentes quanto à tática e à estratégia. Em 1973, após um forte embate ideológico a respeito do papel do partido e das formas de luta, se dá a primeira ruptura de um grupo encabeçado por Francisco Jovel, María Marta Valladares Mendoza, Fabio Catillo, Luis Díaz e Humberto Lorenzana. Assim nasce o *Partido Revolucionario de los Trabajadores Centroamericanos* (PRTC) que imprimirá uma concepção centroamericanista à luta perante a impossibilidade de um único país ganhar a guerra contra o imperialismo norte-americano.

Outros conflitos ocorrem em função das divergências entre a opção pelo militarismo e a opção pelo trabalho organizativo de massas. Ainda que ambas correntes fossem favoráveis à luta armada, e isto era compreensível porque naquela época em El Salvador os canais pacíficos de luta estavam completamente fechados perante o aumento do terrorismo e da violência de Estado, o militarismo impulsionado por Rivas Mira nada tinha a ver com a opção pela luta armada que o escritor Roque Dalton e outros no interior do ERP assumiram desde que paralelamente se realizasse um trabalho político e organizativo com as massas.

O debate interno culminará de maneira trágica no ano de 1975 com o assassinato de Roque Dalton (que se incorporou às fileiras do ERP em 1973) e a saída de vários dos integrantes originais da ERP para conformar outras organizações guerrilheiras. A posição de Rivas Mira sustentava o enfoque insurrecional da luta armada sem dar maior importância à construção de vínculos estreitos com a classe trabalhadora e as massas organizadas enfatizando o aspecto militar em detrimento do político. Esta postura via desnecessário o trabalho de base devido a que em sua análise as condições para a revolução salvadorenha estavam suficientemente avançadas para

³³ Pouco é sabido do destino de Rivas Mira depois da sua saída do ERP. Ele abandona a organização após o seqüestro e execução de Roberto Poma, um oligarca cuja libertação foi negociada com a família havendo sido executado. Rivas Mira foge do país com a recompensa milionária e permanece no anonimato até o fim dos seus dias. Na sua juventude ganhara uma bolsa para estudar na Alemanha onde se especula que ajudou na organização do movimento estudantil de maio de 68. Retorna entre 1969 e 1970 a Cuba onde recebe treinamento de guerrilha urbana e se incorpora à luta armada em El Salvador. Ainda existem muitas dúvidas sobre para quem trabalhava Rivas Mira. O filho de Roque Dalton lhe atribui a autoria intelectual do assassinato do poeta e sustenta que há muitas especulações sobre “se esteve ao serviço de algum Estado ou de inteligências estrangeiras ou sob ordens do Exército salvadorenho; ou se atuou por conta própria de acordo a sua mentalidade extremista” (DALTON, 2013).

um golpe insurrecional. O imperativo era construir um mando central militar e um exército guerrilheiro para a condução da insurreição das massas. Esta concepção insurrecional de tomada do poder torna a população um elemento crucial apenas no final do processo prévio ao triunfo revolucionário. Por estas razões a atuação do ERP se caracterizou pela espetaculosidade de suas ações armadas no meio urbano.

A outra postura, sustentada por Lil Milagro Ramírez, Roque Dalton, Eduardo Sancho e Ernesto Jovel, enfatiza o aspecto político, sem o abandono do aspecto militar, mas com uma maior vinculação com as massas para o desenvolvimento das suas organizações e estruturas em um processo de longo prazo:

Este grupo promovia a tese de que era necessário articular uma frente política junto à frente militar que era o ERP, uma ideia que em boa medida foi elaborada por Roque Dalton com base em seu conhecimento sobre a experiência do Vietnã. [...] Sua crítica à linha que dominava no ERP se centrava em que, até esse momento, a concepção de luta da organização tinha se reduzido a executar ações militares sem considerar os efeitos políticos sobre a classe trabalhadora (MARTÍN ÁLVAREZ, 2004: 150).

Em 1974, o ERP se preparava para promover no ano seguinte uma insurreição através dos seus contatos com setores militares insubordinados, os chamados constitucionalistas. O diálogo não se concretiza por falta de um vínculo mais estreito com este setor. Para esse fim, a direção propunha a militarização de toda a estrutura organizativa. Já a corrente de Dalton e seus seguidores pretendia conservar as estruturas e continuar o trabalho organizativo com a população priorizando suas reivindicações mais imediatas.

Anos antes, os críticos de Rivas Mira no interior do ERP iniciaram o trabalho de organização política de camponeses pertencentes às CEB na região de Suchitoto e alguns setores operários da cidade capital. Este trabalho dera origem em 1974 à organização de massas *Frente de Acción Popular Unificada* (FAPU). Não obstante, para Roque Dalton as condições objetivas e subjetivas ainda não estavam prontas para a insurreição, pois havia que se inserir no âmbito das organizações populares e fazer o lento trabalho organizativo.

O debate interno se intensifica e decanta em 1975 em uma crise que leva ao grupo militarista insurrecional liderado por Rivas Mira a acusar Roque Dalton de pôr em perigo a estratégia militar e de ser membro da Agência Central de Inteligência (CIA). Armando Arteaga, um trabalhador que se convertera em destacada liderança do ERP, e que concorda com as idéias de Dalton, se nega a capturá-lo e é também acusado de insubordinação militar.

Em 10 de maio de 1975, ambos, poeta e trabalhador, são torturados e executados por Joaquín Villalobos e Vladimir Rogel sob a coordenação de Jorge Meléndez e Rivas Mira. À raiz deste incidente começa a perseguição aos membros críticos da ala militarista no interior do ERP pela sua própria organização. Entre eles se encontram Lil Milagro Ramírez, Eduardo Sancho e

Ernesto Jovel que conformaram posteriormente a liderança de uma nova organização político-militar: a *Resistencia Nacional* (RN). O assassinato de Roque Dalton é um dos acontecimentos mais obscuros da história do movimento guerrilheiro salvadorenho e teve consequências negativas para o ERP. A organização caiu no isolamento político a nível nacional e internacional e acabou, com as iniciativas de aproximação das FPL lideradas por Cayetano Carpio afastando o ERP da população organizada na frente de massas FAPU, criada pelos membros a favor do trabalho organizativo. A FAPU “ficou mais reduzida porque muitos dos quadros políticos do ERP, que antes formaram os comitês militares; por um lado, a RN ficou debilitada e diminuída na sua capacidade para atender o trabalho político, com a morte de Roque Dalton [...]” (MEDRANO, 2006: 113).

O efeito mais grave deste assassinato foi o de adiar as perspectivas de unificação do movimento armado salvadorenho. Isto impossibilitou que se integrassem como uma frente unida para fazer frente à ditadura militar o que produziu um descompasso com o auge do movimento popular em 1979 e 1980. A partir deste incidente se dá uma reestruturação dos mandos na tentativa aparente de um processo de crítica e autocrítica ao interior do ERP. Após várias assembleias e reuniões se produzirá o que muitos chamam de correção histórica da organização³⁴. Em 1975 se funda o *Partido de la Revolución Salvadoreña* (PRS) que seria o instrumento político do ERP para a organização das massas. Esse novo lineamento da direção seria uma tentativa de dar fim ao militarismo que caracterizou o grupo guerrilheiro desde seus inícios e de deixar atrás os aspectos negativos em torno do assassinato de Roque Dalton. Em um dos seus escassos escritos, Rafael Arce Zablah caracteriza o PRS como um partido de vanguarda com um programa socialista: “Estas colocações práticas procuram antes de tudo o fortalecimento das forças revolucionárias e a consolidação da condução revolucionária com uma posição marxista-leninista” (ARCE ZABLAH, 1975: 9). Procura-se também a partir do PRS dar fim ao isolamento político do ERP e uma nova aproximação às outras organizações político-militares com o objetivo de articular uma frente ampla contra o fascismo.

Apesar destes esforços, o PRS nunca ganhou expressão suficiente como um partido organizador de massas e foi apenas a casca que encobriu a continuidade da estratégia insurrecional sustentada pelo ERP ao longo de toda a guerra. Esta linha contrastou fortemente com a estratégia de Guerra Popular Prolongada das FPL e da revolução por etapas do PCS. O partido marxista-leninista sistematizado por Arce Zablah nos seus textos *El grano de oro* e *Fascismo e La Revolución Salvadoreña* ficou apenas no papel e nunca foi levado à frente pelos outros

³⁴ Juan Ramon Medrano, da comandância geral do ERP, atribui a Rafael Arce Zablah esse giro “[...]tinha sido importante a capacidade de reflexão e visão de futuro de Rafael Arce Zablah, que insistiu na correção histórica; e ajudou muito a convencer aos mais beligerantes da negatividade que era nos matar entre nós por diferenças políticas” (MEDRANO, 2006:116).

membros da comandância do ERP que ao longo da sua trajetória tiveram posturas bastante confusas a respeito da sua ideologia³⁵.

Apesar da predominância da linha insurrecional se tomaram decisões encaminhadas à construção de uma frente de massas. Rafael Arce Zablah vinha estabelecendo contato desde 1974 com o campesinato organizado nas CEB da região norte de Morazán, especificamente com as comunidades de Torola, Villa del Rosario, Meanguera, San Fernando e Jocoaitique. Ele chegou à conclusão de que esta seria a região indicada para promover o trabalho político com os camponeses e fornecer uma zona de retaguarda para o movimento guerrilheiro.

Em 1976, perante o isolamento político a nível internacional pelo assassinato de Dalton, Rivas Mira se aproxima e estabelece vínculos com o Partido Comunista Chinês e em finais do ano se anuncia o alinhamento do PRS como partido de corrente marxista-leninista como se identificavam nessa época às forças pró-chinesas. No entanto, esta manobra não foi mais do que o produto do pragmatismo oportunista que sempre caracterizou Rivas Mira.

No mesmo ano o ERP decide, sem deixar de priorizar os comitês militares, trabalhar no oriente do país com os camponeses onde já havia trabalho organizativo. Inicia-se também um trabalho de massas no interior de diversos setores sociais previamente contactados: trabalhadores da construção, estudantes universitários e do ensino médio, camponeses dos departamentos orientais de El Salvador como San Miguel, La Unión, Usulután, San Vicente e especialmente Morazán que ao longo dos anos de guerra se converterá no bastião do ERP³⁶.

Novas eleições presidenciais acontecem em 1977 e desta vez a oposição aliada à UNO elege um candidato militar para demonstrar a moderação do seu programa político. A UNO ganha as eleições, mas a imposição do candidato oficial dos militares é imediata e o General Carlos Humberto Romero sobe ao poder em meio à crescente agitação social. Em 28 de fevereiro de 1977 um grupo de pessoas que protestam contra a fraude eleitoral é massacrado na frente da Catedral Metropolitana na praça *Libertad*. Este fato marcará o surgimento da frente de massas *Ligas Populares 28 de febrero* (LP-28) vinculada ao ERP. A partir deste episódio o ERP se articula nova e definitivamente à população organizada.

A nova fraude eleitoral de 1977 consolida o abandono da luta eleitoral. As frentes de massa que vinham se organizando desde 1974 acumulam forças – com o PCS à margem desse

³⁵ A prematura morte do jovem marxista em um operativo em Villa del Carmen, departamento de La Unión, em 26 de setembro de 1975, impediu a continuação das suas idéias ao interior da organização.

³⁶ Este fenômeno não foi um fato isolado visto que se reproduziu em outros lugares de El Salvador, particularmente nas áreas montanhosas do norte da região central do país: Chalatenango foi o bastião das FPL e em Suchitoto no departamento de Cuzcatlán predominou a RN. A partir da sua conscientização através da Teologia da Libertação as comunidades camponesas destas regiões se articularam e se transformaram nas frentes de massa das organizações político-militares. A guerrilha se estabeleceu nestes territórios e as converteu nas suas zonas de controle e de retaguarda a partir de 1981.

processo que não tinha qualquer influência sobre organizações populares como o BPR e a FAPU controladas pelas FPL e a RN respectivamente. No momento em que se consolidava o vínculo entre as frentes de massa e as organizações político-militares, o PCS ainda continuava a luta eleitoral dentro da ordem. A estratégia do PCS não se adaptava à situação de transbordamento popular e nesse mesmo ano começara uma nova discussão dentro do partido para adotar um novo giro. Finalmente em 1979 o PCS se decide pela luta armada. Contudo seus posicionamentos serão de caráter ambíguo até a conformação da *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* – FMLN, quando decide pela luta armada sem abandonar a via institucional.

O novo presidente, tão ilegítimo quanto seu antecessor, não muda o caráter autocrático a não ser pelo aumento desmedido da violência e da repressão que atingem níveis inconcebíveis. Um dia após sua posse como presidente da república decreta a *Ley de Defensa y garantías del Orden Público*. Reinstala-se o estado de sítio e se suspendem e alteram os direitos individuais de trânsito, expressão, imprensa, de manifestação, greve e se cancelam as garantias processuais fundamentais. Constitui o Foro Popular no qual o ERP participará, mas logo abandonará³⁷.

A impossibilidade de implementação da Reforma Agrária causara uma divisão dentro das forças armadas surgindo um grupo de militares conhecido como os “constitucionalistas” que também questionam os métodos violentos daqueles militares próximos à oligarquia mais recalcitrante cuja aposta era a eliminação física total da oposição. A partir dessa cisão no interior das forças armadas se concretiza o fim da oligarquia cafeeira tradicional como classe hegemônica.

O triunfo da revolução sandinista na Nicarágua em 1979 confere um ímpeto sem precedentes às frentes de massa e às organizações político-militares colocando em alerta aos setores mais conservadores da sociedade salvadorenha³⁸. Os militares moderados, apoiados por setores democratas reformistas de oposição à oligarquia, com o objetivo de conter a crise e a radicalização da população organizada, perpetraram um golpe de Estado. Nesse mesmo ano marcado pelo caos político e social, se conforma a primeira junta civil-militar ou Junta Revolucionária de Governo como foi chamada, para conduzir o país. Tanto membros proeminentes do PDC quanto do PCS participaram nela.

Apesar de que em um primeiro momento o ERP oferece uma trégua à Junta Revolucionária de Governo, esta é efêmera. O ERP decide retirar às LP-28 do Foro Popular sem reconhecer a legitimidade do novo governo e intensifica suas ações armadas e a mobilização da frente de massa. Perante a crise do regime oligárquico o ERP realiza alguns ataques na busca de um levante insurrecional de povo se apoderando de algumas prefeituras da periferia de San

³⁷ Em finais de agosto de 1979, o MNR, a UDN e o PDC junto com setores operários configuraram o Foro Popular como instrumento de diálogo para se contrapor ao “Diálogo Nacional”, uma manobra do ditador Romero que visava um processo de conciliação nacional, mas que contou com os setores mais conservadores do empresariado nacional.

³⁸ O ERP envia um contingente de guerrilheiros em apoio à revolução sandinista.

Salvador (Mejicanos, San Marcos e Cuscatancingo). O ERP considerava que o golpe de Estado de 79 não era nada mais do que uma manobra do imperialismo e da oligarquia local para enganar o povo e desestruturar as organizações populares. Segundo suas análises, estavam criadas as condições para a insurreição popular e para a revolução.

As outras organizações aumentam suas ações em função da incapacidade da Junta de Revolucionária de Governo de pôr fim à desmedida repressão conduzida pelos setores militares mais recalcitrantes e à atuação de grupos paramilitares financiados pela extrema direita e os Estados Unidos. O resultado é o aumento vertiginoso do número de mortos e desaparecidos. Esta situação deslegitima a primeira Junta Revolucionária de Governo que tem uma curtíssima duração apesar de seus programas reformistas³⁹. O projeto que apresenta é pouco congruente para enfrentar a crise política, social e econômica e não convencem os setores radicalizados da sociedade, tanto à esquerda quanto à direita.

A situação chega a um verdadeiro impasse ficando evidente o vazio de poder em 1979. Se articula uma coordenação entre as organizações populares, e conseqüentemente aumentam as greves, os protestos e as ações armadas das organizações guerrilheiras. Os militares respondem com o aumento da repressão. Em inícios dos anos 80 começa a eliminação sistemática de milhares de camponeses no interior do país e povoados inteiros são destruídos; trabalhadores urbanos, quadros de dirigentes e religiosos são torturados, desaparecidos e assassinados. A espiral de violência parecia não ter fim e culmina com o assassinato do Arcebispo de San Salvador, Monsenhor Oscar Arnulfo Romero em março de 1980, que se unira ao coro de denúncias contra os massacres e o regime ditatorial.

Reprimidos violentamente, os quadros e membros das organizações populares são forçados a ir para a clandestinidade para colaborar ou se unir ao movimento guerrilheiro. Acelera-se a militarização de toda a estrutura do movimento de massas e surgem as primeiras tentativas de articulação entre as FPL, a RN e o PCS. Em um primeiro momento, o ERP não participa dessas conversações, tanto pelas antigas desavenças com a RN quanto pela luta de hegemonia no interior do movimento guerrilheiro com as FPL.

As LP-28 são as primeiras a dar o passo e aderir à *Coordinadora Revolucionaria de Masas* (CRM), estrutura criada em 10 de janeiro de 1980 com o fim de reunir todas as frentes de massa. Após este evento, o ERP acaba por se integrar a *Dirección Revolucionaria Unificada* (DRU) em 22 de maio desse mesmo ano. Esta estrutura terá fim no dia 10 de outubro de 1980 com a fundação de uma única estrutura de comando: a *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*.

³⁹ Entre 1979 e 1982 se sucederam três Juntas Revolucionárias de Governo, todas provisórias, compostas por militares progressistas e militares alinhados à doutrina de Segurança Nacional, setores da empresa privada e membros da oposição social-democrata reformista.

2.3 As Comunidades Eclesiais de Base: igualdade restringida da mulher

Cuando comenzaron al principio que llegó Miguel Ventura aquí a Morazán... comenzaron a expandirse las comunidades eclesiales de base, los hombres de Torola fueron los primeros, de allí comenzaron a ir los de aquí de Meanguera, Guacamaya, Cerro Pando, El Mozote y de aquí del pueblo también, hasta Torola, después lo trasladaron al padre Miguel a Osicala, más fácil nos quedaba, allí ya iba yo, porque queda cerquita en Osicala, me gustaba mucho eso... (Entrevistada A)

A chegada em 1973 ao norte de Morazán de Miguel Ventura, padre vinculado ao movimento da Igreja Popular e à Teologia da Libertação, dá impulso ao trabalho prévio dos catequistas e à formação das CEB. O religioso que havia participado das *Juventudes Agrarias Católicas - JAC* e estudara no seminário *San José de la Montaña* em San Salvador no momento em que o ambiente estava impregnado do Concílio Vaticano II era considerado comunista e enviado a Morazán como “castigo”.

Como constatamos nas declarações da **Entrevistada A**, nas reuniões iniciais das CEB a participação da mulher foi bastante reduzida devido à carga de tarefas domésticas e à criação dos filhos. Tal situação caracterizou a identificação das lideranças e formação dos primeiros catequistas da região:

como solo eran los hombres que iban hasta allá... a Torola a pie que está lejos de aquí, como las mujeres con el afán de la casa y los hijos, no íbamos mujeres, solo iban hombres hasta Torola a pie, no había transporte entonces, había un bus, pero no daba abasto. Los hombres madrugaban por los caminos derechos [...] Se comenzaron ya las celebraciones de la palabra [...] (Entrevistada A).

Em sua autobiografia *Iglesia, Tierra y Lucha Campesina* o Padre Inocência Alas, que também participou do movimento da Igreja Popular em El Salvador, revela que “naquele momento o tema da libertação da mulher não tinha surgido entre nós. A liderança religiosa era um assunto de homens. A mulher tinha cabida na Igreja como pessoa secundária. Muito pouco mudou no presente desta posição machista” (ALAS, 2003:82). Um outro impedimento para a participação da mulher como liderança espiritual era o alto índice de analfabetismo que predominava na população geral e na feminina particularmente. No interior da estrutura hierárquica e patriarcal da Igreja Católica, a catequese exigia a leitura da Bíblia para a posterior pregação da palavra. Das habilidades de leitura, interpretação e oratória, surgiam o reconhecimento da comunidade e conseqüentemente a liderança dos homens:

Pero siempre la participación de la mujer sí ha sido bien poca. Yo diría que de aquí de Jocoaitique conocí a Margarita, a Julia, a esta Carmela... si, es como las más decididas. Que participaban directo... a salir. Luego ya como en el 77...78 si ya comenzó a salir como otra promoción, donde salieron otras muchachas allí (Entrevistada B).

No princípio, a participação das mulheres se limitava à execução das atividades organizativas e às tarefas de apoio da celebração da palavra - espécie de culto religioso onde se faziam orações e cantos, a leitura e análise da Bíblia. São estas atividades que relata a **Entrevistada B**, ex-combatente que se converteu em comandante política dentro do ERP, “Fíjese que solo hombres... solo hombres casi. En los coros, lectura, la participación de la mujer y armar así como una mesa, las velas, todo, ese era nuestro trabajo” (**Entrevistada B**).

A Igreja Popular em El Salvador se constituiu a partir da corrente católica progressista amparada no marco do Concílio Vaticano II (1962) e da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (CELAM) de Medellín (1968). Seus pressupostos teológicos sintetizados na Teologia da Libertação romperam com a Igreja Católica tradicional ao promulgar sua “opção preferencial pelos pobres” e denunciar a injustiça social como “pecado estrutural”. Mas seu surgimento não está apenas contextualizado nas mudanças de orientação doutrinária da igreja em favor dos oprimidos, propugnadas por João XXIII e por Paulo VI. O pensamento e a práxis da Igreja Popular também se encontram inscritos no esgotamento do ciclo de substituição de importações e na crise da teoria desenvolvimentista proposta pela CEPAL para América Latina com o subsequente aumento das tensões e conflitos sociais, sobretudo no setor rural, causados pela impossibilidade de extensão dos benefícios do desenvolvimento industrial a amplos setores da população.

O impulso inicial desta corrente coincide com os primeiros anos da Revolução Cubana a qual abre as portas para pensar uma alternativa à via clássica de desenvolvimento capitalista. A Teologia da Libertação também é contemporânea à Teoria da Dependência que surge na década de 1960 como crítica aos falidos pressupostos cepalinos. A igreja progressista se encontra imbuída do espírito crítico da época e os seus postulados apontam para a conscientização de amplos setores religiosos do fracasso do desenvolvimento humano no âmbito da industrialização que a CEPAL preconizara⁴⁰.

Em El Salvador a Igreja Popular começou a se constituir em finais da década de 60 a partir de um grupo de padres do baixo clero e alguns membros da hierarquia católica. Subordinada à oligarquia e ao regime militar, a Igreja Católica tradicional mantinha uma posição

⁴⁰ O documento da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (1998:13-14) manifesta a identificação dos problemas estruturais: “Talvez não se tenha falado suficientemente que os esforços levados adiante não foram capazes, em geral, de assegurar o respeito e a realização da justiça em todos os setores das respectivas comunidades nacionais. As famílias não encontram possibilidades concretas de educação para seus filhos [...] Os pequenos artesãos e industriais são pressionados por interesses maiores e não poucos grandes industriais da América Latina vão passando progressivamente a depender de empresas mundiais. Não podemos ignorar o fenômeno desta quase universal frustração de legítimas aspirações que cria o clima de angústia coletiva que já estamos vivendo”.

reacionária sumindo aos camponeses em um estado de permanente resignação e conformismo diante da crítica condição de vida à qual estavam submetidos⁴¹.

A Igreja Católica Salvadorenha começa a evidenciar fissuras no seio da estrutura eclesiástica desde finais dos anos sessenta, fissuras que na medida em que se foram intensificando as contradições se foram convertendo em verdadeiras gretas. Particularmente estas gretas se evidenciaram no momento que surge o setor renovador da TL. Setor que começa a questionar não apenas os ranços métodos medievalistas dos clérigos conservadores e tradicionalistas, senão as atitudes de subordinação e colaboracionismo de estas hierarquias eclesiásticas com o poder econômico e político (IBARRA, 2013:136).

Este setor renovador da Igreja, conformado por um grupo de padres chamados os “30 curas vermelhos”, foi responsável pela organização de vários setores da sociedade salvadorenha. Em El Salvador os fatores que incidiram na mudança de orientação estavam atrelados ao esgotamento do modelo de industrialização para substituição de importações, a crise do MCCA e da modernização agrícola que acabou com as possibilidades de subsistência básica do campesinato. Ao longo da década de 60, com apoio de Monsenhor Chávez y González e no espírito do Concílio Vaticano II e o CELAM, se constituem grupos laicos como a *Acción Católica* dos quais se desdobraram organizações que se pautavam pelo método ver, julgar e atuar: as *Juventudes Estudiantiles Católicas* (JOC), *Juventudes Agrarias Católicas* (JAC) e a *Juventud Católica Universitaria Salvadoreña* (JCUS).

Através dos pressupostos dos Documentos de Medellín que salientavam a urgência de atender o setor camponês na América Latina e preconizavam o direito de organização dos trabalhadores rurais, surgem em El Salvador vários grupos de camponeses vinculados à Igreja Católica, entre eles a *Federación de Campesinos Cristianos Salvadoreños* (FECCAS) em Chalatenango, o mais combativo e organizado de todos, e a *Unión de Trabajadores del Campo* (UTC) em Usulután e Chalatenango. Estes dois agrupamentos, que se organizaram através do trabalho pastoral e continuaram crescendo no âmbito do trabalho político, foram os que pautaram o desenvolvimento e a articulação de todas as organizações do movimento camponês e se integraram em finais da década de setenta às frentes de massas e às estruturas político-militares⁴². Apesar da posterior autonomia da FECCAS e da UTC, a Igreja teve muita influência na formação destas organizações revolucionárias e do movimento popular.

Segundo Sara Gordon (1989) as primeiras missões pastorais começaram a trabalhar em 1969 entre os imigrantes expulsos de Honduras. No entanto, em 1972, ano da crise política

⁴¹ O arcebispo Monsenhor Chávez y González, à cabeça da Igreja Católica salvadorenha durante 40 anos, teve um papel muito importante pela sua adesão aos predicamentos de João XXIII e Paulo VI. Ele aprovou a constituição de Justiça e Paz, os Centros de Formação Camponesa e a criação das Comunidades Eclesiais de Base.

⁴² FECCAS nasce em 1965 e se caracteriza pelo seu caráter combativo. Reivindicava a livre organização dos trabalhadores do campo que era proibida em El Salvador, a reforma agrária, a melhora dos salários e impulsionou a unidade dos trabalhadores em um único movimento.

provocada pela fraude nas eleições presidenciais e o aumento da repressão, se amplia o trabalho pastoral e generaliza a várias regiões do país e está fortemente vinculado à radicalização do movimento popular e as organizações armadas. Os grupos pastorais iniciaram missões em 13 paróquias nos departamentos de Chalatenango, Morazán, San Vicente, San Salvador, Cuscatlán e La Libertad. Contavam com programas de rádio e TV, e se constituíram Centros de Capacitação Camponesa como *Los Naranjos* em Jiquilisco, *Centro Reino de la Paz del Castaño* em San Miguel, *Divina Providencia* em Santa Ana, a Diocese em Santiago de María e também o Centro de Formação Camponesa de Chalatenango.

A articulação do trabalho pastoral foi possível através da *Coordinadora Nacional de la Iglesia Popular* (CONIP) e a *Coordinadora de Comunidades Eclesiais de Base* (CCEB). Estas estruturas foram as que posteriormente permitiram a integração massiva de camponeses cristãos organizados às fileiras da guerrilha, particularmente às da FPL. As organizações que a princípio estavam mais voltadas para o trabalho religioso foram progressivamente adquirindo um caráter político cujo objetivo se tornou a derrocada do regime ditatorial⁴³. Havia várias vertentes no interior do movimento - uma corrente social-cristã e outra dentro do trabalho pastoral - que sustentavam uma perspectiva radical em favor da via armada para derrocar a ditadura.

A ruptura no interior da Igreja se concretizará de maneira aberta em 1977 quando há uma escalada da repressão contra muitos sacerdotes progressistas. Os padres estrangeiros são expulsos do país pelo regime e os clérigos, catequistas e laicos vinculados à Igreja progressista e à Teologia da Libertação são perseguidos, torturados e assassinados pelo exército e por grupos paramilitares financiados pelos oligarcas por serem considerados comunistas⁴⁴.

A partir da perseguição dos religiosos se desata uma dinâmica de ação-reação entre os paramilitares e as organizações guerrilheiras. Há uma escalada de ameaças, capturas, atentados e assassinatos em ambas as facções. No ano de 1977, Monsenhor Romero assume o arcebispado de San Salvador. Havendo percorrido inicialmente uma trajetória bastante conservadora no interior da Igreja, perante o assassinato de vários clérigos, ele começa a denunciar corajosamente a violência e a injustiça social. Por acusar diretamente o regime ditatorial e as classes dominantes como causa dos problemas, é assassinado em março de 1980 enquanto rezava uma missa em uma Igreja de San Salvador.

⁴³ Participam neste processo organizativo muitos sacerdotes que vinham da Europa trazendo sua experiência pastoral junto aos operários, camponeses e jovens, e a eles se juntam clérigos salvadorenos que integravam a Igreja Popular. Muitos dirigentes importantes das camadas médias e das organizações populares de camponeses se formaram neste âmbito. Rafael Arce Zablah do ERP, Felipe Peña dirigente das FPL, por exemplo, se formaram nas JCUS; Juan Chacón, dirigente do BPR saiu das JOC.

⁴⁴ Entre 1977 e 1980 aumentou a perseguição contra a Igreja Católica: 14 padres estrangeiros foram expulsos e na primeira metade do ano foram assassinados os primeiros sacerdotes salvadorenos da Teologia da Libertação. O Padre Rutilio Grande da Companhia de Jesus e o sacerdote diocesano Alfonso Navarro Oviedo.

Como dissemos, a década de 70 também está pautada pelo surgimento das primeiras CEB: “A constituição das Comunidades Eclesiais de Base de El Salvador surgem como um continuum das outrora organizações especializadas de *Acción Católica*. Organizações que ao concluir a chamada guerra do futebol, entram em crise e tendem a serem deslocadas pelas CEB” (IBARRA, 2013:150)⁴⁵. A prioridade dos sacerdotes da Teologia da Libertação era a formação e organização do campesinato. Isto “era algo intrínseco ao conceito de Igreja que [tinha sido estudado] conforme os princípios de Medellín. Os bispos latino-americanos haviam proclamado com toda clareza a necessidade de organizações intermediárias entre o estado e o indivíduo” (ALAS, 2003:91)⁴⁶.

A partir destes núcleos iniciais se faz o estudo crítico e politizado da bíblia por meio do qual os camponeses vão desmistificando sua realidade e tomando conhecimento do sistema de opressão no qual vivem. Os centros de formação como *El Castaño* y *Los Naranjos*, projetados para formar os camponeses em técnicas de cultivo, constituição de cooperativas, estudo da bíblia e teoria política, estavam destinados apenas aos homens que se tornavam os catequistas das suas comunidades. As mulheres recebiam capacitações sobre noções básicas de saúde como, por exemplo, técnicas de primeiros auxílios:

Si al Club Social de Mujeres para... si ¡para los primeros auxilios! también iban hombres y mujeres, [...] iban a los mismos centros [...]. Sólo para los centros de formación cristiana es que no iban mujeres, sólo hombres... ¡Pues sí! ¡Qué no ve que la Iglesia Católica acaso tiene sacerdotas pues! Si solo sacerdotes nomás. Desde allí a comenzado eso y fijémonos bien en la única iglesia que no tiene sacerdotas, solo sacerdotes nomás y eso es de repudiarlo... No de los centros de cristiandad sólo eran hombres los que iban, mujeres no iban... no solo para nosotros. ¡Pues si como en ese tiempo todas las mujeres teníamos un montón de hijos pues! Era que ellas tenían que estar en la casa con los hijos y las hijas y el quehacer del hogar, lavar ropa, y los hijos a la escuela... (Entrevistada A).

Com o decorrer do tempo, o aumento da perseguição e da repressão forçou às mulheres a assumir cada vez mais tarefas e a se tornarem tão ativas quanto os homens na resistência e nas atividades de auto-defesa. Com o tempo o monopólio masculino da celebração da palavra mudou e algumas mulheres se tornaram *celebradoras* da palavra. Segundo a **Entrevistada A**, “Un

⁴⁵ O mesmo autor salienta que a primeira CEB em El Salvador foi criada em 1967 através do *Centro de Estudios Sociales y Promoción Popular* (CESPRO) e ao lado deste projeto é criada a “*Universidad Campesina*” cujo nome era o *Centro de Formación Campesina El Castaño*.

⁴⁶ De fato, nos Documentos de Medellín o artigo sobre Justiça fala sobre a necessidade de organização dos trabalhadores: “a organização sindical camponesa e operária, à qual os trabalhadores têm direito, deverá adquirir suficiente força e presença na estrutura intermédia profissional” e a necessidade de transformação no campo: “a organização dos camponeses em estruturas intermédias eficazes, principalmente em formas cooperativas, e estímulo em direção a criação de centros urbanos nos meios rurais, que permitam o acesso da população camponesa aos bens da cultura, da saúde, do lazer, do desenvolvimento espiritual e de uma participação nas decisões locais e naquelas que incidem na economia e na política nacional” (SEGUNDA CONFERÊNCIA GENERAL DEL EPISCOPADO LATINOAMERICANO, 1998:19-20).

poco cambió... pero la mujer nunca ha llegado a tomar decisiones, eso sí... la mujer ya podía coger la biblia y celebrar la palabra. Sí, mujeres sí habíamos mujeres celebradoras de la palabra” **(Entrevistada A)**.

A prática religiosa no âmbito das CEB permitiu, ao enfatizar a igualdade dos seres humanos perante Deus, pensar na igualdade entre homens e mulheres. Ainda que algumas das suas ambivalências não tivessem sido superadas, no sentido de que no seu discurso de igualdade a autoridade do padre não foi questionada, a Teologia da Libertação trouxe uma melhoria na posição moral das mulheres impulsionando uma forma mais humana de relacionamento entre elas e seus cônjuges. No entanto, a estrutura organizativa das CEB padecia de sérias limitações, como a contínua reprodução da ideia de que as mulheres deviam encarregar-se de tarefas consideradas de caráter feminino, relacionadas em geral ao cuidado dos outros. Elas eram majoritariamente designadas aos primeiros auxílios e a tarefas de apoio sendo afastadas da oportunidade de obter conhecimentos referentes às técnicas de produção agropecuária e à formação política ministrada mais sistematizadamente nos centros de formação camponesa.

Contudo, é uma verdadeira conquista o fato da população começar a assumir sua própria atenção à saúde. Também, no âmbito dos Clubes Sociais onde se recebia a capacitação para primeiros auxílios começa a surgir a consciência de que a mulher não é o sexo débil, restringindo-se o conceito ao plano da força física. Além dos temas de saúde nos Clubes Sociais se discutia a igualdade da mulher:

Y de salud también, esos son de salud, también de promoción cristiana de que las mujeres somos iguales a los hombres. Ya se comenzó, allí se comenzó eso, que ante Dios la mujer y el hombre somos iguales, la única diferencia es el sexo, de allí es igual, la mujer es capaz de hacer lo que el hombre hace. Ya eso que el hombre piensa que él es el llamado por ser más fuerte, no. Dijimos nosotros, la mujer es más fuerte aunque el hombre diga que él es más fuerte, la mujer es más fuerte. Porque la mujer soporta, tener la barriga, estar en el trabajo, estar en las tareas de afuera de la casa y todo eso, y no deja abandonado ni al esposo ni a los hijos, está allí pendiente de lo que necesita. ¡Y el hombre no! solamente la tarea del campo viene cansado a la hamaca, y el día que no va ir al campo allí tiene la hamaca todo el día. El no va a voltear ni las tortillas, él no se ha ponido ni a hervir los frijoles, porque es el día de descanso y la mujer, nunca tiene día de descanso. Eso se iba entendiendo... **(Entrevistada A)**.

As atividades para a organização da resistência e da auto-defesa foram aumentando e muitas mulheres tiveram que conciliar o cuidado do lar e dos filhos com seu trabalho nas comunidades. Envolveram-se no processo de conscientização da população mais afetada pela crise econômica e sua participação junto com os homens foi efetivada através do voto de compromisso com suas comunidades:

Por los cantones nos fuimos por las casas haciéndole conciencia a la gente de la situación que vivían, ¡con los salarios que recogían miserable! Que trabajaba para fabricar el henequén, hacerlo lazo y hamaca, solo para hacerlo un lazo o

pita, que sea se necesitan 5 personas... 2 que están hilando, otro que está dándole al torno y el otro que está... ¿Cómo le dicen? tejiéndola con una pieza de palo que hacían ellos. Se necesitaban 5 personas y allí trabajaban hasta los niños de 7 años no iban a la escuela. [...] ¡El salario era miserable! Ellos iban a comprar el mezcal y ellos lo tejían y la ganancia nosotros le hacíamos cuenta cuanto podía ganar desde el niño y todos los que trabajaban, cuanto era el salario a la semana entonces eran colones, y... les salían diez centavos de ganancia ¡A toda la familia en la semana! ¡No a la gente no le costó entender esa situación! **(Entrevistada A)**.

Algumas mulheres cujos maridos não participavam nas CEB tinham que mentir para poder sair das suas casas e cumprir com as tarefas designadas sem por isso deixar de lado as tarefas do âmbito reprodutivo. No caso da **Entrevistada A**, como ambos estavam envolvidos nas tarefas e atividades das CEB e de conscientização da população, o seu ativismo não representou um problema para o marido. Mas, na medida em que a repressão os levou a clandestinidade - fato que significou as atividades e informações começassem a ser compartimentadas- muitos casais estavam envolvidos sem que um soubesse das atividades do outro. A **Entrevistada D**, que não participou diretamente nas CEB, mas sim na formação de milícias em anos de aumento da repressão, nos relata como ela se organizou antes que seu marido sem que ele percebesse. Sua reação foi bastante negativa quando soube das atividades da mulher na organização:

No yo no le conté nada porque él... había veces que le decía vaya “Voy a ir a la casa... donde mi familia...” y allá era donde platicaba con... digamos como estaba el proceso de organización porque mis primos por parte de mi mamá estaban organizados... entonces allá donde yo alimentaba la información del proceso y a la casa llegaba como tal como si nada. Ya cuando él ya se organizó ya esperé a que él me dijera cosas y yo flexiblemente fui... cuando él empezaba a salir con el muchacho yo le decía “¿Y para adónde es que vas?” “Después te cuento...” Ya empezaba a orejear (ela rir). Pero ya después me dijo “Mira yo te quiero decir esto que vamos a empezar una lucha que no sé que” Yo ya estaba al tanto... Después cuando le dijeron que yo pertenecía a la organización no le gustó pero bueno allí le digo “¿Qué vas a hacer? ¡No podés hacer nada!” **(Entrevistada D)**.

No caso de mulheres mais jovens, que começaram a participar nas CEB ainda estando solteiras, eram estimuladas a encontrar parceiro no interior da comunidade à qual pertenciam.

“¡Mirá! ¡Aquí nadie puede tener novio! ¡Y el que tenga novio o novia se tiene que casar!” eso nos había dicho Benito va... o sea eso era todo “¡Y no tienen que andar con uno y otro!” bueno y cosas así nos dijo él y la que quiera acompañarse con un hombre tiene que ser de su mismo pensamiento y no puede ser de otro, tanto para las hembras y los varones, ese es un mensaje así **(Entrevistada B)**.

Na medida em que a repressão e o ritmo das atividades das mulheres envolvidas na luta popular foi aumentando, elas foram obrigadas a abandonar as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos para se envolver por completo nas tarefas organizacionais. É assim que pouco a pouco foram se politizando e imprimindo às suas posições um caráter cada vez mais reivindicativo:

Pero si ya los mensajes estos ya de por ejemplo en las charlas que se daban en la evangelización si ya se hablaba de la injusticia, de la explotación, de la miseria, que porque nosotros éramos pobres, que había mucha gente que vivía en otras condiciones, que nosotros tendríamos que hacer transformación, y nos comenzó a explicar también ya de que... cuantas capas sociales habían en el país, por quienes y como estaba compuesto, y como estaba compuesto el gobierno también el estado... (**Entrevistada B**).

Rafael Arce Zablah chegou na região norte de Morazán em 1974 através de contato estabelecido com o padre Miguel Ventura durante sua formação como liderança do movimento estudantil nas Juventudes Católicas. Seu propósito era fazer trabalho de base com a população e construir um exército guerrilheiro. No entanto, no momento em que visita Morazán ele encontra comunidades com um alto grau de organização e consciência. Por isso mesmo é que ao argumentar sobre a necessidade da luta armada, ele encontra terreno receptivo e fértil entre os camponeses. Provavelmente é neste momento que no interior das CEB se começa o estudo de textos marxistas.

Después de la Biblia pasamos a estudiar revistas. Estudiamos este un libro de Mao. También estudiamos revistas de... no me acuerdo... Revistas de *El sembrador*, una revista de *El Sembrador*... era el hombre campesino. Y estudiamos también... no me acuerdo como se llamaba esta revista (abaixa a voz) ahh... unas revistas también de Carlos Marx (Entrevistadora: ¿Quién se las pasaba? ¿Los celebradores de la...?) Ahh...No, no... eso ya era... otra gente. (Entrevistadora: ¿Quién? ¿Los de Rafael Arce Zablah?) Pues a saber...pero la verdad que vaya por ejemplo yo iba a las celebraciones pero también igual yo compartía también ese pensamiento... pero había gente que no... entonces se iba quedando va, solo allí, solo allí va... en las celebraciones y habían otros que si compartían otras cosas y ya si estaban de acuerdo se les echaba el mensaje pero ¡se analizaba bien a quien se le iba plantear un mensaje! Porque pues si porque entre nosotros mismos había gente que nos quería va... o no estaban de acuerdo a su totalidad. No pues lo evaluábamos bien. (Entrevistadora: ¿Pero lo hacían después de la celebración de la palabra?) Claro y en otras ocasiones... sí. Ya así cuando nos íbamos a estudiar algo por ejemplo, nos retirábamos muchísimo de allí de Santa Anita, como a 3, 4, 5 horas de allí. Nos retirábamos... nos íbamos a un lugar que le decíamos el Cerrón, el Tule sino nos íbamos a la frontera. Porque muy lejos... aquí si los veían reunidos así nos iban a... no nos iban a dejar hacer nada pues... Nos iban a caer antes de que estuvieran más maduras las cosas... eso es lo que decíamos nosotros va... Que teníamos que organizarlos primero por lo menos para tener varios núcleos organizados va... (**Entrevistada B**).

Uma das experiências mais valiosas no âmbito das CEB foi a prática dos cultivos coletivos que começaram a se expandir em boa parte da região norte de Morazán a partir do cantão El Progreso, em Torola, um dos primeiros lugares a praticar a agricultura em comum. Esta prática se estendeu a vários municípios e seus cantões mais empobrecidos: Meanguera, Jocoaitique, San Fernando, Villa del Rosario. O trabalho coletivo se destinou ao cultivo da *milpa* e do *frijolar* e em alguns lugares também para a obtenção da matéria-prima para fabricação do sisal. Um camponês minifundiário possuidor de várias terras emprestava um terreno durante o ano inteiro para que o

grupo de homens pertencente às comunidades de base o cultivasse coletivamente enquanto o produto se distribuía de maneira igualitária:

Es que eso se hizo como desde 1975 a 1979. Se hizo eso, porque viendo que había que comprar frijol, había que comprar maíz para los almuerzos que se le daban a la gente y fijese que además de las milpas que hacían en colectivo una parte quedaba para lo que se gastaba en los almuerzos y lo demás que sobraba se lo repartían a los que no hacían milpa, le regalaban el frijol a los que no hacían frijoleras, las mujeres solas en especial, y... cada reunión que se hacía, de celebración de la palabra, allí se le daba la palabra, decíamos nosotros, a las personas que expresaran algún problema que tenían... de... económico de cualquier forma, de enfermedad, de salud, y todo eso... necesidad, y que no podía ir al hospital ni comprar la medicina allí, entre todos, dábamos un 5 cada uno y ya se ajustaba para darle al enfermo para que fuera al hospital y no era que fuera, sino que allí delegábamos uno de los que estábamos allí que lo acompañara al hospital y que se hiciera responsable allá hasta irlo a recoger cuando si se quedaba allá ingresado [...] (**Entrevistada A**).

O produto da atividade agrária em comum era distribuído entre os setores mais vulneráveis da sociedade em função das suas necessidades e da sua reduzida capacidade produtiva eventualmente prejudicada por doença, invalidez, velhice ou, no caso das mulheres, por viuvez. A distribuição dos produtos não tinha nada a ver com a quantidade de trabalho realizada pela pessoa beneficiada:

Después de la celebración entonces íbamos a visitar a los enfermos, cosas así va... ayudarles a hacer la milpa por ejemplo a otros que no podían hacerla. Trabajábamos unidos si.... Si vaya por ejemplo, si mi papá taba enfermo este día, y decían “Miren fijense que fulano está enfermo ¿Quiénes están dispuestos a ir a hacerle la milpa? ¡Yo, yo, yo!”. Todos iban a hacer la milpa, en un día se la iban [hacían]. De allí otra gente más pobre, como decían... mujeres solas también, iban también en grupo a hacerle la milpa a la mujer, y se le llevaba leña también. O sea que en esa parte era que los solidarizábamos con la gente, ser una comunidad no solamente era leer la Biblia, estudiarla y cantar, sino que también era solidarizarnos con los problemas que había en las comunidades, y eso lo hacíamos con todas las comunidades nos poníamos de acuerdo. Igual cuando pues si se moría alguien igual así hacíamos que ¡Entre todos le hacíamos el tapesco! Y allí lo llevábamos. Pues yo me acuerdo que tenía como 15, 16 años... es que la gente como que tenía ya esa noción... (**Entrevistada B**).

O trabalho cooperativo gerava grande otimismo e sentido de solidariedade entre os que o praticavam. Não obstante ser uma experiência prática na qual se realizou o trabalho coletivamente, as mulheres não participaram diretamente do processo produtivo. A dureza do trabalho do campo leva a que tradicionalmente seja adjudicado aos homens fazendo com que a divisão sexual do trabalho nos lares camponeses seja muito mais rígida que em outros âmbitos. De forma geral, as CEB não foram a exceção nesse sentido. As mulheres se limitavam às tarefas de apoio, sempre no espaço dos serviços, sobretudo aqueles relativos à alimentação, onde não podiam decidir o que produzir, como produzir e como distribuir:

¡Ahh hacer las tortillas! Mantener el poco de hombres que estaba trabajando en la milpa. Esa era la participación de la mujer vaya por ejemplo si a mi me estaban limpiando la milpa hoy, digamos venía otra vecina del grupo este a ayudarme a hacer la comida porque eran como unos 16, 20 hombres que se juntaba. Entonces, entre juntas hacíamos la tortilla y ya empezaba allí el trabajo **(Entrevistada D)**.

No contexto das CEB, ainda que começasse a surgir certo questionamento sobre a posição subordinada da mulher na sociedade, as observações e críticas ainda se encontravam dentro da ordem da moral. Isto possibilitou que as mulheres realizassem uma ação prática direta nos processos produtivos que as tornasse independentes materialmente em relação aos homens. A identificação consciente como grupo e a consequente capacidade de expressar suas demandas específicas em termos políticos também se viu limitada nesse cenário.

Apesar disto, as comunidades de base introduziram um sentido de coletividade e solidariedade às pessoas que nelas participaram. A responsabilidade e o senso de compromisso pelo outro era rapidamente levado ao plano da ação prática e coletiva. Isto permitiu às comunidades estabelecerem vínculos baseados na confiança e na possibilidade de pensar em outra ordem social onde o esforço coletivo seria o vetor das transformações para sair da miséria em que se encontravam. Mas este processo foi interrompido pelo desencadeamento da repressão que, paradoxalmente, obrigou à mulher a assumir tarefas tradicionalmente masculinas: tratava-se de uma situação de vida ou de morte. Desde então, sua participação começará a ser valorizada e elogiada.

Devido às práticas dos cultivos coletivos, as comunidades de base foram consideradas comunistas pelos para-militares e pessoas da sua mesma localidade que se recusavam a participar nessa experiência.

Es que la represión ya empezó en finales de 79 (Entrevistada: ¿Pero a ustedes los tachaban de comunistas?) Como no... Primero nos decían que éramos protestantes [...] que éramos cosa del diablo... que éramos no sé que va... ¡así! e incluso mucha familia de nosotros así los tildó también **(Entrevistada B)**.

No ano de 1977 começa a perseguição e assassinato mais sistematizado dos padres e catequistas. Os membros das comunidades estavam já constituídos em células de base e realizavam um intenso trabalho organizativo. É neste período que as organizações religiosas se radicalizam e vão se agrupando em torno das organizações político-militares. Se em um primeiro momento as lutas se encaixavam relativamente dentro dos marcos legais da ordem e dentro da luta pacífica, como por exemplo, as reivindicações através das tomas de catedral e das passeatas em San Salvador, a tendência neste segundo momento é partir para a luta armada. A onda repressiva criou a necessidade urgente de constituir uma estratégia de defesa dos camponeses e a se “emprender ações de autodefesa armada contra os corpos repressivos” (IBARRA, 2008:155).

Em Morazán inicia-se a formação dos primeiros núcleos guerrilheiros através dos comitês militares criados ao interior das CEB e vinculados ao ERP. Nesse momento ainda não se consolidara um exército guerrilheiro como tal, tratava-se apenas de células clandestinas funcionando de forma compartimentada e auto-organizada, como evidencia a fala do **Entrevistado D**, professor do ensino público de Jocoaitique e ex-comandante guerrilheiro do ERP:

Pero no exactamente lo que es la organización de ejército guerrillero, la organización revolucionaria por decirlo así vea. Masas organizadas que tienen un planteamiento de cambio de la sociedad y también insertos dentro de ese mismo contexto los combatientes... guerrilleros que en ese momento han iniciado un proceso más abierto [...] de preparación militar pareja digamos así de toda la población. Pero eso es eso, es un inicio de la gente preparándose físicamente y conocimiento de armas, vea... como un fusil por ejemplo, 10 personas conociéndolo, este fusil rota de un lugar a otro, y se va programando para que la gente se vaya familiarizando y vaya conociendo las armas, eso es lo que hay. Pero no existe digamos como un cuerpo guerrillero organizado aparte como el foco guerrillero clásico, vea... que allá están los hombres armados y los desarmados aparte, no aquí es todo junto, se mueve... es como una marea humana de gente de masa radicalizada y de guerrilleros que se han venido preparando política, ideológica y militarmente años atrás (**Entrevistado E**).

No mesmo ano de 1977 o ERP fará uma revisão histórica da sua atuação ao criar sua frente de massas. As bases da organização popular já existiam através das ligas camponesas aglutinadas em torno das CEB no norte de Morazán. Seus membros, homens e mulheres, intensificaram progressivamente as atividades de apoio aos comitês militares e conformaram, junto com estudantes e operários, as *Ligas Populares 28 de febrero*. Todo aquele que não se dispusesse a tomar as armas, mas estivesse comprometido com a luta, dava apoio aos comitês militares envolvendo-se nas atividades da frente de massas que consistiram em tomas de igrejas e ministérios, passeatas em San Salvador.

A organização popular no norte de Morazán envolveu mulheres e homens, crianças, anciãs e anciãos. A necessidade de autodefesa levou à população a um expressivo processo de auto-organização de caráter mais horizontal onde, se bem existia uma vanguarda dirigindo as atividades, o senso de compromisso gerado no âmbito das CEB fazia com que cada um assumisse suas responsabilidades com determinação e sem a necessidade de uma forte hierarquia. A clandestinidade dos comitês militares permaneceu e caminhou paralelamente à organização e preparação da autodefesa. As armas eram escassas razão pela qual predominava a fabricação de armas populares:

Eso fue caminando a la par, la gente por ejemplo ya participaba en el 80. Empezamos a recolectar toda cosa que tuviera hierro que fuera metralla va. Las máquinas de coser que ya no servían, se quebraban y con eso se hacían perdigones, grapas, clavos, vidrio ¡Todo! Entonces... niños, mujeres, todo mundo participaba en eso, quebrando bolados para hacer... haciendo grava

porque también las piedras servían de metralla va.... Con martillo quebrando piedra fina y todo eso. Entonces integraban a un montón de población a eso haciendo zanjas, refugios antiaéreos. Preveíamos que iba a haber eso, no había venido todavía ningún avión a tirar nada... vea... pero todo el mundo participaba en esa cuestión, entonces todo eso se fue dando a la par. Claro ¿quién previa la posibilidad de la guerra? Los guerrilleros, pero no el ejército guerrillero, sino los guerrilleros hombres y mujeres que planteaban que la lucha armada era la alternativa y como la planteás estas viendo venir la guerra y entonces tenés que prepararte para la guerra y la gente mentalizar y participar en ese proceso. Para decirles “miren pa que los niños cuando ametralen se metan allí, vea pa que se cubran todos” No estábamos diciendo “¡Hagan esa zanja pa nosotros!” esto es para todos nosotros va... (**Entrevistado E**).

Muitas pessoas adquiriram consciência social através dos estudos bíblicos e práticas solidárias realizados no âmbito das CEB, outras foram empurradas de maneira abrupta pela necessidade de sobrevivência perante o acirramento dos desmandos militares e da repressão. As tensões sociais vinham se acumulando fazia muito tempo: a segregação social e a repressão do camponês se estenderam em El Salvador e foram uma constante de todas as ditaduras civil-militares a partir do massacre de 1932 nas zonas cafeeiras do país. Uma das estratégias de dominação da oligarquia foi a cooptação de reduzidos setores da população em detrimento da marginalização de outros grupos:

y es que como también el PCN aquí comenzó a hacer varias cosas que... pues sí que no iban de acuerdo con la población [...] marginaba a la gente. Sólo a unos... Por ejemplo vaya, pero esto ya fue en el tiempo de Molina, yo no recuerdo en que año pero sí ya quizás... como unos... más de 40 años, yo recuerdo que todavía estaba cipota. Por ejemplo, llevaba trastes a la escuela, llevaba pichelitos ¡Unos pichelitos bien boniitos! que daban en las escuelas va, y solo a unos les daban era como que era aquello así solo a un grupito y allí lo demás ya quedaba. Arreglaban unas calles ya lo demás... ¡por ejemplo aquí nunca arreglaron una calle! ¡Nunca! mucho menos Santa Anita, y la calle que arreglaron fue nomás solo esa la principal hacia la montaña (**Entrevistada B**).

Outra estratégia que perdurou ao longo de todo o século XX foi a formação de grupos de milícias para a manutenção da ordem e do *status quo*. Em 1965 criara-se a organização paramilitar ORDEN, na qual seus elementos exerciam a função de defensores civis com presença marcada em todos os municípios do país, sobretudo nos setores rurais. A ORDEN teve um papel muito importante na manutenção do controle e se tornou uma poderosa rede de informantes que alertava os mandos policiais e militares locais sobre a movimentação da população. Muitas vezes esses paramilitares pertenciam ao mesmo povoado e às mesmas famílias que nos anos da crise se organizaram nas comunidades eclesiais de base:

Eran de la misma gente, incluso yo tengo familia, yo tengo un primo que él que anduvo de paramilitares también [...] y nosotros estábamos en la otra parte. Bueno que nosotros no sabíamos que ellos estaban en eso y ni quizás ni ellos sabían que nosotros estábamos tampoco en lo otro va. Pero que así se dio ese cruce y en la guerra eso se notó, ya en la práctica se notó que andábamos familias en un bando y familias en lo otro (**Entrevistada B**).

Por outro lado, a oligarquia respaldada pela Igreja Católica tradicional sedimentou a ideia de que os camponeses eram alcoólatras e vagabundos a fim de mantê-los submetidos e não aumentar seus salários. A *Guardia Nacional* se valia disso ainda para reprimir e incriminar pessoas inocentes de delitos que não cometiam. Uma das ações mais frequentes era o forjamento de provas para acusar, especialmente aos homens, do delito de produção de cachaça clandestina. Muitos foram encarcerados de forma injusta e arbitrária e suas famílias levavam um duro golpe na luta pela sobrevivência:

¿Y sabe que? ¡Los ponían presos a ellos y los mandaban para el penal a estar allá dos años! ¡Y ellos no eran los dueños! Allá les hacían el juicio que los habían hallado [culpables]. Pues si una ingratitud bien grande, una injusticia pero enorme de la Guardia Nacional ponerle aquel delito a quien no lo tenía. ¡Y muchos hombres! viera que cuando la guardia venía no se dejaban ver los hombres porque el que encontraban por el camino cuando iban con las ollas, primero ellos las cargaban, y allí cuando salían adonde había gente... ligerito los capturaban los amenazaban a culatazos los hacían cargarlas ¡Y a ellos les ponían el juicio! [...] Por eso la gente mire... ¡Eso lo sentía como que era un golpe grande! imagínese el pobre campesino con su familia pobre allí, que en tiempo de las cortas de café, caña de azúcar y algodón todos emigraban a donde estaban las haciendas ¡Y tener que estar dos años preso! ¡Dejar su familia! ¡Tener que ir a estarlos viendo la familia! (**Entrevistada A**).

O abuso de poder veio também dos corpos para-militares:

Aquí fue bien rápido notar esto, porque... ya en ese tiempo aquí estaba lleno de... tenían paramilitares, estaba la Guardia...vea... este... seguido venían a Jocoaitique y siempre cuando se hacía presente la Guardia era solo para venir a molestar... y los paramilitares que estaban aquí cuando salían así a los caseríos era pa robar... robaban las gallinas, se robaban los animalitos. Si hallaban una vaca, se la traían aquí pal pueblo ¡Y como les decía nada uno! (**Entrevistada B**).

Estas práticas mantidas pelo regime militar durante décadas se acirraram e levaram à radicalização das tensões sociais e à desilusão com o subsequente abandono da luta dentro da ordem, da prática de reivindicar melhoras salariais se deu o passo para a luta pela derrocada do regime. Intensificam-se as atividades clandestinas de preparação militar e organização. Os membros dos comitês militares, onde poucas mulheres participaram, mantiveram durante um tempo uma rotina de fachada e de aparente normalidade durante o dia realizando as tarefas próprias de um lar camponês. Durante a noite se realizavam treinamentos em armas, preparação para aumentar a resistência física e reuniões para análise de conjuntura.

A repressão aumentou e tomou a forma de massacres seletivos nos quais famílias inteiras eram assassinadas por serem suspeitas de manter vínculos com os grupos guerrilheiros. Em alguns casos, integrantes dos comitês militares se viram forçados a abandonar completamente sua casa e seu núcleo familiar. As mulheres que participaram destas organizações militares iniciais foram obrigadas à separação definitiva dos seus filhos devido à necessidade de ir para a clandestinidade:

Ya no podíamos vivir... Ya fue la persecución... Pues en ese tiempo cuando ya se vino este operativo, que no recuerdo que año fue usted. Finales del 79, 80 algo así... Vaya como yo ya andaba organizando va, a mí ya me tocaba salir a varios lados a organizar. Y yo el niño que tenía porque lo dejaba a donde mi suegra, así de esa casita hacia arriba el bordo arriba vivía mi suegra, allí se quedaba el niño con ellos va. Y yo siempre salía a trabajar. Nada más que yo lo dejé ya de... para empezar a trabajar... porque el Chele me decía “¡Dejá al niño, dejá al niño!” “¡Noooo!” le dije yo “yo lo voy a cuidar un año siquiera” si me decía “¡Dejá al niño! ¡Dejalo! ¡Te van a matar aquí!” “¡Noooo!” le decía yo “¡Noooo!”. Y lo... estuve un año con él va, o sea que yo no salía ni de noche ni de día, solo les podía hacer comida en la casa, lavarles la ropa o planchárselas, eso era lo que hacía yo en la casa. Cuando tenía el año, ya de allí ajustó año si ya le quité el pecho y ya le dije yo a mi suegra si me lo cuidaba pa salir y ella me dijo que si (**Entrevista B**).

Em 1980 os membros das CEB organizados em torno dos comitês militares abandonam completamente suas casas e lugares de trabalho para se agrupar no meio da floresta longe dos setores urbanos. Estes agrupamentos serão os germes dos primeiros acampamentos guerrilheiros. Neste mesmo ano, e sob assessoria das agências norte-americanas, mudam-se as características da estratégia da repressão do exército iniciando-se as operações de extermínio sistemático da população do norte de Morazán e de comunidades camponesas em outros departamentos de El Salvador. Terra Arrasada foi o nome da operação perpetrada pelos batalhões elite do exército ao longo de todos municípios e cantões onde surgiram as comunidades de base.

As primeiras incursões se deram em junho e julho de 1980 quando ainda não existia um exército guerrilheiro formal e continuaram durante todo o ano de 1981⁴⁷. O caso mais paradigmático em Morazán foi o massacre de El Mozote, um pequeno casario do cantão La Guacamaya, município de Meanguera, onde o Batalhão Atlacatl assassinou de modo brutal pelo menos 1000 pessoas, em sua maioria mulheres, anciãs, anciãos e crianças menores de 12 anos, incluindo recém nascidos. Rufina Amaya, uma sobrevivente do massacre, presenciou o trágico evento:

Eu estava aí quando escutei que estavam matando às crianças. Você podia escutar os gritos das crianças, chamando às suas mães, gritando que os matavam, que cortavam suas gargantas com facas. Não se escutava nenhum tiro, apenas as crianças gritando que os estavam matando, os mais velhos e os pequenos, se escutava uma imensa gritaria. Neste momento, eu pedia a Deus

⁴⁷ Em junho de 1980 o exército avançou no município de Jocoaitique pelo cantão El Volcancillo no casario de Santa Anita. No mês seguinte houve uma incursão no mesmo lugar e no município de Torola, cantão Água Zarca casario Las Raíces. Em outubro de 1980 houve um terceiro operativo onde foram assassinadas 12 pessoas no município de Villa del Rosário. Neste lugar se encontravam refugiadas pessoas de várias localidades do norte de Morazán e seria bombardeado massivamente pelo exército a não ser porque o comandante do operativo, um militar que mais tarde passaria às fileiras da guerrilha, abortou a operação. Em outubro de 1980 houve um quarto operativo denominado “Bigorna e martelo” no município de Meanguera, cantão e casario La Guacamaya, e novamente no município de Jocoaitique cantão El Volcancillo, casario El Aguacatal. Em 1981 na mesma época do massacre do casario El Mozote houve operativos em Meanguera no cantão La Joya, Cerro Pando e La Guacamaya. Todos estes lugares foram os epicentros do surgimento das comunidades eclesiais de base e da organização popular.

que me desse a força de não voltar, porque eu queria voltar e me jogar na rua porque escutava os gritos das minhas crianças (CAGAN; CAGAN, 1993:17).

Este foi o maior massacre perpetrado na região, mas não o único. Uma série deles foi realizada no norte de Morazán em função da organização popular que ali se desenvolvera por serem suas populações consideradas comunistas (Ver Anexo C). Contrariamente ao que alguns autores afirmam, em Morazán já existia uma sólida organização antes mesmo da chegada dos dirigentes dos núcleos guerrilheiros urbanos. As CEB eram em seus inícios um movimento religioso, mas ganharam expressão política com a chegada desses núcleos urbanos militarizados. A posterior consolidação do exército guerrilheiro e da frente de massas teria sido impossível sem a prévia existência das CEB e o senso de compromisso e de responsabilidade adquiridos pelos seus membros ao longo de toda a década de 1970.

A partir da repressão, acontecem dois desdobramentos em inícios dos anos 80 no norte de Morazán: a consolidação de uma força militar guerrilheira constituída a partir dos Comitês Militares e das *Ligas Populares 28 de Febrero*, (estas últimas não demorariam em desaparecer); e o exílio de dezenas de milhares de pessoas em direção ao município de Colomoncagua, em Honduras. Muitas mulheres tomaram em armas para ir às frentes de batalha. Contudo, o patriarcado imporia novamente uma rígida divisão sexual do trabalho nas tarefas da guerra: a maior parte de mulheres, anciãos, anciãs e crianças se estabeleceram no vizinho país em um acampamento onde permaneceram durante dez anos de conflito armado tornando-se uma importante fonte de abastecimento de uniformes, calçado, comida e sobretudo de combatentes para o *Ejército Revolucionario del Pueblo*.

Capítulo 3

DÉCADA DE 80: A MULHER NA FRENTE DE GUERRA E NO REFÚGIO DE EXILADOS

“É impossível viver sem um ideal político; a felicidade dos povos não podia ser alcançada na primeira tentativa; tinham-se cometido graves erros, era verdade, mas esses erros serviriam de útil lição para o futuro.”

(Alejo Carpentier)

3.1 A combatente: igualdade na luta e desigualdade nas relações sociais.

No ano de 1980, predominava em San Salvador uma situação eminentemente insurrecional. Às manifestações de rua compareciam dezenas de milhares de pessoas. O transbordamento da situação era tal que naqueles dias era possível contabilizar entre 150.000 e 200.000 pessoas nas marchas. No dia 24 de junho, 3 dias após o início dos primeiros operativos de Terra Arrasada em Morazán, a DRU efetua uma paralisação nacional fazendo um chamado pelo fim da repressão, fim do estado de sítio, respeito à greve e pela libertação dos presos políticos: “Ao redor de 90% das atividades econômicas foram suspensas durante dois dias. Enquanto a paralisação se desenvolvia, militantes das agrupações populares realizavam reuniões nos bairros, protegidos pelas milícias de ‘auto-defesa’ das organizações político-militares” (GORDON, 1989: 306). Duas greves gerais se seguiram a esta primeira tentativa de paralisação, porém, cada vez menos setores aderiam ao processo.

Os núcleos guerrilheiros surgem dos comitês militares que se originam no interior das CEB. Não se configurando a partir destes, ainda que de maneira incipiente, as primeiras colunas do exército guerrilheiro. Seu surgimento coincide com o acordo entre as cinco organizações político-militares que a partir da DRU conformaram em outubro de 1980 a *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*. Configuraram-se cinco frentes de guerra que operaram nas diferentes regiões do país correspondentes a cada organização guerrilheira.

A primeira plataforma programática da FMLN junto com a FDR (a qual aglutinava as forças social-democratas e social-cristãs) é lançada em finais de 1980. Reivindicava-se socialista, mas continha na verdade uma série de medidas socioeconômicas que apontavam para uma democracia radical. A *Plataforma Programática del Gobierno Democrático Revolucionario* buscava satisfazer todos os setores da aliança de classes em torno da FMLN-FDR e buscava contemplar setores progressistas da burguesia, pequena burguesia e exército; continha uma série de pontos encaminhados a uma revolução popular, democrática e anti-oligárquica: um plano de

nacionalizações dos setores estratégicos, reformas agrária e fiscal e planejamento da economia (ver Anexo D).

As paralizações e greves se sucederam ao longo de todo aquele ano e em base a esta conjuntura nacional a FMLN definiu o que se convencionou chamar de “ofensiva final”. Tratava-se de um plano de ataque conjunto de todas as forças guerrilheiras para a tomada do poder e a mudança de regime. Estava previsto para o dia 10 de janeiro de 1981 e se buscava o triunfo militar com base no cariz insurrecional que a população organizada nos frentes de massa apresentara a partir de 1979.

Apesar de realizar algumas ações conjuntas e ataques a objetivos militares que duraram menos de uma semana em todo o país, o “triunfo revolucionário” nos moldes da Revolução Cubana e a Revolução Sandinista não foi possível. Os fatores que o impediram foram diversos. Entre eles, o que mais pesou foi a demora de unificação das cinco forças guerrilheiras devido às suas pugnas internas de poder, o que trouxe como consequência a falta de uma estratégia militar unificada. Mais do que as diferenças ideológicas foram a luta pela hegemonia e os sectarismos os que obstaculizaram uma ação conjunta com maior coordenação, não apenas entre os cinco grupos guerrilheiros como também entre estes e as organizações de massa. A falta de armas e outros equipamentos, como rádios para as comunicações, e a pouca experiência dos camponeses recém integrados ao movimento guerrilheiro, foram outros dos fatores que se somaram à impossibilidade de toma de poder. Para janeiro de 1981, a efervescência insurrecional atingira seu ponto mais baixo devido ao aumento da repressão e o aniquilamento de várias lideranças sindicais e das organizações populares.

Naquele momento a FMLN buscava aproveitar a onda de efervescência insurrecional das massas para lançar uma ofensiva militar. No entanto, além do descompasso entre a guerrilha e as organizações populares a conjuntura insurrecional esvaecera. Mais do que uma ação conjunta e articulada baseada em condições objetivas reais para a tomada do poder o que houve foi uma tentativa desesperada por parte da FMLN de preservar suas forças e de recuperar a iniciativa política insurrecional de 1979 – 1980 nas cidades (IBARRA, 2008: 219). Com o fracasso militar da “ofensiva final” os comandos urbanos guerrilheiros recuaram aos setores rurais montanhosos do norte. Também membros das frentes de massa foram para a clandestinidade na procura de uma reorganização das suas forças e de novas tentativas de ofensivas.

A maior parte das mulheres do norte de Morazán que se incorporaram ao ERP através das suas famílias organizadas nas CEB, e posteriormente nos comitês militares, o fizeram de maneira consciente e comprometida. Os laços de parentesco jogaram um papel muito importante na experiência de organização popular dos anos 70 potencializando a configuração do exército

guerrilheiro. Foram escassas as mulheres que se incorporaram desde os inícios e passaram por todo o processo organizacional da década de 70, fato que de certa forma lhes garantiu um mínimo de preparo físico, psicológico para tudo o que estava por vir. A maioria nascera na década de 50 e se encontrava nas idades de 17 a 25 anos quando a guerra eclodiu. A **Entrevistada B** se encontra entre as mulheres que viveram a experiência das comunidades eclesiais e posteriormente se incorporaram ao ERP:

la verdad que cuando yo inicié no conocía ni a cuantos metros me podía cazar un avión, con las charlas que nos daban por ejemplo los que sabían un poquito de teoría militar, como la ventaja que yo tuve es que yo entre desde los inicios entonces tuvimos mucha preparación psicológica, había muchas reuniones, que como nos sentíamos, que como nos encontrábamos, que pensábamos, hubo mucha... o sea yo siento que tuve bastante preparación psicológica y teórica, que cuando vino lo militar quizá no se me dificultó mucho tenía... yo siento que yo estaba preparada psicológicamente, [...] yo estaba conciente que lo que iba a hacer, de lo que había que hacer y de lo que supuestamente venía porque se sabía que iba a venir una intervención... (**Entrevistada B**).

Por outro lado, houve um grande contingente de mulheres que entrou na guerra com 12 anos. Uma boa parte das entrevistadas se incorporou nesta curta idade. Demais está dizer que nenhum tipo de preparo psicológico poderá atenuar os irreparáveis danos físicos e emocionais que a barbárie de uma guerra imprime na vida de um adulto, muito menos na de uma criança ou de uma adolescente. A incorporação de muitos meninos e meninas na pré-adolescência é uma realidade ainda pouco pesquisada e estudada em El Salvador e não existem dados sobre esta situação. A participação massiva de menores de idade na guerra e suas consequências e impactos negativos é um fato que não pode continuar a ser eludido. Uma das causas mais frequentes que arrastou adolescentes à incorporação foi a pertença a famílias organizadas. Estes menores de idade receberam algum tipo de preparo e se alistaram nos inícios da guerra no movimento guerrilheiro. Muitos não tinham outra alternativa, visto que suas famílias eram assassinadas por inteiro e ficavam a esmo: seu destino se encontrava irremediavelmente nas fileiras da guerrilha. Este foi o caso da **Entrevistada F**, do casario La Guacamaya, município de Meanguera, cuja família estava organizada e foi obrigada a fugir da repressão. Desde muito cedo ela foi treinada militarmente no seio familiar. No entanto perdeu o pai e a mãe e ficou virtualmente seqüestrada por um paramilitar hondurenho. Após andar sem rumo vários dias se incorporou com 12 anos à guerrilha:

No primero... lo que sucedió es que llegó la guardia, yo andaba comprando en una cestita así con 15 centavos... 20 centavos se llenaba la cesta en ese tiempo... como el 79 el 80 creo yo, era una niña pues y fíjese que vi yo que llegó la guardia ¡y los muchachos usted corriéndose! ¡y la guardia detrás! Ni de que para que, no se sabía porqué ni para qué los penqueaban... No entendía... e incluso esa vez alcanzaron a mi papá y creo que si le pegaron por lo que yo me di cuenta pero decía ¿¡y porqué pues! No había explicación llegaron y

empezaban a penquearlos ¡y los torturaban todos y no se sabía porqué! En la Guacamaya, a pues, pasó eso... de allí ya vi en mi caso que llegó el hermano de mi compañera... [...], estaba entrenando a mi mamá, a unas tías, como armar y desarmar una pistola... y todo y yo veía y después yo me incorporé allí y que yo la armaba y desarmaba más rápido que mi mamá y dijo él que se incorporaran porque era el futuro del país... (**Entrevistada F**).

Muito dificilmente a entrada na guerra de um menor de idade se da com plena consciência, muitas adolescentes a pesar de receber instrução dos seus pais se encontravam totalmente despreparadas perante os fatos que iriam enfrentar. O que predominou foi a necessidade de incorporação de combatentes na frente de guerra. Sobretudo era necessário preparar e incorporar brigadistas de saúde, rádio-operadoras e cozinheiras como pessoal de apoio aos pelotões de combatentes⁴⁸. A **Entrevistada G** se incorporou na idade de 14 anos, sua família pertencera às comunidades de base no cantão La Joja, município de Meanguera:

No... yo me quedé aquí, nosotros nos quedamos 5 hermanos aquí. Es que era la necesidad, realmente tenía que irse la gente que no podían caminar y los que podíamos caminar nos teníamos que quedar acá, se fueron los niños, lo ancianos y las mujeres embarazadas, esos fueron los que se fueron. Y de allí los que podíamos hacer algo aquí nos quedamos. Porque nosotros nos quedamos 5 hermanos acá [...] (**Entrevistada G**).

Grande parte das mulheres que entraram na idade de 12 foi inicialmente destinada à cozinha para a preparação dos alimentos das colunas guerrilheiras. Após uma breve passagem por esse setor, algumas foram escolhidas para receber cursos preparatórios para assumir as tarefas de saúde ou comunicações. Apesar de que muitos homens se desempenhavam nestes cargos, havia uma clara divisão sexual do trabalho visto que predominavam as mulheres nos setores de cozinha e de atenção médica. Os homens participavam na estrutura de cozinha, assumindo algumas tarefas de forma parcial, mas sem ajudar na preparação final do alimento, em especial a *tortilla*, essencial na dieta das comunidades camponesas:

[...] en la de cocina habían hombres, pero los hombres quebraban en el molino el maíz, les ayudaban a las cocineras. Quebraban el maíz, les ayudaban a cargar los peroles, cuando se iban a mover de un punto a otro, ellos eran los que acarreaban las cosas para cocinar, y... solo lo de tortear no va, pero si molían en el molino. Entonces esos hombres que estaban allí estaban más inmediatos al quehacer de las mujeres. Pero siempre ¡Las que torteaban eras la mujeres, si es que allí no hay vuelta de hoja! No aprendían los hombres, no se sometían a aprender... ¡pues sí! ¡Hubieran aprendido! [...] Yo nunca vi un hombre torteando, eran las mujeres las que torteaban pero por lo menos ya ellos se hacían sentir que eran parte de la cocina (**Entrevistada H**).

⁴⁸ A Brigada Médica da FMLN estava dividida em várias estruturas: o hospital, a clínica, os postos médicos e a unidade médica que se movimentava junto com a tropa acompanhando-a até a linha de fogo. Cada estrutura tinha um responsável que podia ser um médico, com formação universitária ou um brigadista da saúde que tinha se formado nas frentes de guerra na área de enfermagem. A maior parte de brigadistas da saúde eram mulheres e estavam encarregadas da atenção médica da tropa, de tirar os feridos da linha de fogo e de dar tratamentos de urgência. Também, grande parte das pessoas que operavam as comunicações, e que também acompanhavam a tropa na linha de fogo eram mulheres rádio-operadoras.

Dentro da guerrilha, ainda que a preparação e o fornecimento de alimentos fossem essenciais para a subsistência da tropa - funções para as quais alguns homens eram designados -, persistiu a ideia de que a cozinha era o pior lugar pelo qual um combatente poderia passar. Esta noção de inferioridade da esfera da reprodução, em relação às atividades puramente militares, tinha como consequência a continuidade do “inevitável” confinamento da mulher à cozinha e era reforçada pelos lineamentos da comandância do ERP:

Allí le tenían miedo los demás, los combatientes como que veían de menos esa estructura. Si... porque a un combatiente la peor sanción que le podía dar el partido era que lo sacara de la estructura miliar y lo metiera al de cocina. Esa era una sanción ¡si era una sanción!, o sea que el partido en esa parte como que le estaba dando cabida a que se viera discriminada la estructura de cocina porque hubieron casos que algún compañero que cometía una falta que no ameritaba que lo ajusticiaran, pero si lo quitaban de la estructura militar y lo pasaban a la cocina, desarmado, a que se incorporara a recuperar el servicio. A él lo desarmaban o sea eso era moral, era un castigo moral también que le quitaran el arma (**Entrevistada H**).

Não muito diferentemente dos tempos de normalidade, as atividades da estrutura de cozinha no frente de guerra significavam para a mulher intermináveis jornadas de trabalho. Após longas caminhadas, quando uma coluna saía em retirada dos enfrentamentos e chegavam ao lugar de descanso, as mulheres cozinheiras continuavam trabalhando para alimentar aos homens. O confinamento na estrutura de cozinha, também significou um alto índice de mortes entre as mulheres. Desconsideradas em suas capacidades de manipular armas de fogo e fuzis, por muitas delas ser analfabetas, enfrentavam os combates estando desarmadas. Esta dupla discriminação de gênero e de classe significou o aumento das suas probabilidades de morrer num choque com os soldados:

Si se trataba de una igualdad si usted tenía ese status de cuerpo, de físico y de estudio según eso le daban responsabilidad. Si a usted la veían que allí... Para las que no podían leer eran las de la cocina, siento que también era un trabajo muy digno porque ellas toda la vida estaban trabajando, toda la vida las compañeras estaban trabajando y lo triste que yo siento que no todas tenían armas para defenderse sabiendo que estaban en pleno combate, el hecho que no fueran a la fila [línea de fuego] a enfrentarse pero sí estaban expuestas a un combate y allí si siento que fue una debilidad, entiendo que había limitancias de armas pero no debería ser lo mejor porque allí si las compañeras cuando nos caían de asalto y ellas no podían defenderse eran las primeras que morían. Entonces yo siento que allí hubo una discriminación para ellas que el hecho que no podían leer pero si podían aprender a usar un arma, y las limitaban pues decían “esta no puede allí que se quede en la cocina” el hecho de ser cocinera siento que no fue el mejor trato porque a ellas las debían haber preparado físicamente para tener una defensa [...] una arma, por ejemplo las brigadistas, las radistas, las combatientes mujeres, todas teníamos un arma para defensa personal, pero ellas como cocineras la mayoría de mujeres no tenían y para mí era un trabajo muy especial de ellas, eran las mujeres que siempre estaban pendientes y andaban cargando los equipos de cocina, y que se ponían a trabajar llegaran cansadas o no llegaran cansadas, porque imagínese llegábamos

de caminar dos, tres horas todo mundo a descansar y ellas a trabajar, a cocer el maíz, a hacer las tortillas, a hacer el arroz y a hacer los frijoles (**Entrevistada I**).

A divisão de tarefas e a adjudicação de funções ao interior da hierarquia militar guerrilheira claramente demarcavam uma dupla posição subordinada da mulher: a discriminação por ser mulher e a discriminação por ser de origem camponesa e pobre, o que a maior parte das vezes significava ser analfabeta. As mulheres que tinham acesso a cargos de comando eram poucas e, via de regra, eram urbanas, oriundas das camadas médias e contavam com um alto grau de educação. O número de mulheres combatentes era reduzido ao interior das fileiras da guerrilha e as que se destacavam no uso das armas e na demonstração de coragem num enfrentamento armado eram consideradas mulheres excepcionais. Contudo, era a situação de guerra o que obrigava, tanto a homens quanto a mulheres, a levar suas capacidades físicas e mentais ao limite.

[...] yo miré mujeres brigadistas que se echaron compas al lomo y usted sabe que físicamente uno de mujer siempre tienen menos fuerza en cuanto a fuerza así bruta y yo miré mujeres brigadistas que se tiraron un hombre encima para sacarlo de la línea de fuego herido... dígame usted... ¿como no va a tener respeto esa mujer? allí era mas fácil reconocerlo porque lo estábamos viviendo en la práctica a ella la respetaban y más que respetarla la admiraban [...] Es algo que se ganó en la guerra, después es otra realidad, de acuerdo las realidades así es la situación pueda ser que una vuelva a caer en retroceder... (**Entrevistada H**).

A brutalidade da guerra a que os guerrilheiros estavam submetidos atenuara a noção de inferioridade física da mulher combatente e suas capacidades foram sendo valorizadas, permitindo em nível de relações interpessoais um certo respeito e companheirismo entre homens e mulheres ao interior da guerrilha. Não foram poucas as mulheres ex-combatentes que relataram manifestação de respeito e admiração por parte de seus companheiros homens, especialmente no caso das mulheres brigadistas da saúde, das quais dependiam diretamente as vidas dos que enfrentavam a linha de fogo. O fato de sair da normalidade cotidiana para enfrentar uma situação de vida ou morte em que a mulher estava imersa em um perigo ao igual que o homem, se converteu em uma oportunidade de mostrar sua capacidade para realizar as mesmas tarefas e permitiu, com certas limitações, admitir a igualdade da mulher:

Pero yo siento que en mi caso el hecho de que salí de allí y el participar yo en las tareas de ellos de los hombres, participar en las mismas actividades, siento yo que a mi me dio como más, como que me dio un poquito más de valentía para decir las cosas vea... y que ellos me fueran viendo no era lo mismo que me [hu]bieran visto haciendo las tortillas allí en mi casa como normalmente los hombres lo ven a uno allí “vos no tenés capacidad de esto verdad, vos ¿cómo vas a poder hacer esto? yo soy el que lo voy a hacer” (**Entrevistada H**).

Esta igualdade não necessariamente significou uma via de mão dupla posto que o parâmetro para aceitar as mulheres combatentes como pares iguais era a coragem demonstrada na zona de batalha. O grau de coragem, um atributo considerado “essencialmente masculino”, era o

que servia para medir a sua capacidade perante os homens e foi o que possibilitou nas relações interpessoais o respeito e a admissão de que as mulheres expressaram sua opinião com maior segurança. Contudo, o caminho inverso não foi realizado. Não era uma opção digna para um combatente homem participar na estrutura da cozinha vinculada a esfera da reprodução.

Por isso trata-se de uma falsa admissão da capacidade da mulher, sobretudo quando se analisa mais a fundo a desigualdade nas relações de poder na estrutura militar em termos do assédio sexual e a maternidade. Muitas mulheres ex-combatentes comentaram o fato de nunca haver sofrido assédio ou abuso sexual por parte de seus companheiros na guerrilha. Algumas relataram que só depois de terminada a guerra ouviram dizer que companheiras foram assediadas, mas que estas preferiram não denunciar por medo e vergonha à difamação que sofreriam. Aparentemente era de praxe o justicamento do combatente que cometia estupro, mas nenhuma das ex-combatentes relatou algum caso destes pelos próprios companheiros. De forma muito ambígua relataram a predominância de abusos de poder e assédio sexual por parte de comandantes de médio e alto escalão do ERP:

Parte como mujer que era muy delicada, siento que a mí talvez supe actuar gracias a Dios de no ser muy utilizada sexualmente, no era que nos obligaban, pero sí era como... había una cierta disciplina, pero igual dentro de los compañeros de los mandos... por ejemplo, cuando veníamos de Honduras como que era a la guarda venía 6... 10... muchachas de allá y llegaban a la zona entonces los mandos era como... “esta muchacha va a ser mía y luego la mando para la zona” para otra zona va. Desde allí nos utilizaban, bueno y igual hasta hoy, que por ser mujer somos sexualmente maltratadas [...] Yo me recuerdo que cuando vine de Honduras, gracias a un primo, que el me dijo “mirá te voy a explicar como es el teje y maneje de nosotros aquí” se incluía él vea... “Aquí” me dijo “todas las muchachas que vienen de Honduras o que vienen incorporándose, los mandos lo que hacen es que sean su mujer y luego ya que se aprovecharon de ellas va para otra zona”. Era una práctica común y más que todo el que tenía más el poder (**Entrevistada I**).

Quando a **Entrevistada I** saiu do acampamento de Colomocagua para se incorporar na guerrilha, como muitas outras jovens, contava com 15 anos. Ela foi coagida pelo mando da sua zona para ter relações sexuais, mas o fato de contar com um namorado dentro da guerrilha, de ter sido alertada pelo primo das práticas de acoso dos homens e de haver recebido uma educação por parte da mãe que a tornara uma menina independente desde muito cedo, lhe permitiu adotar uma postura firme perante o apossador e liberar-se da situação. Não foi assim que a história correu para muitas meninas que chegaram na frente de guerra ainda na adolescência e para muitas mulheres jovens. Esta prática de assédio sexual era aceita e promovida entre os combatentes do ERP, inclusive alguns membros da alta comandância não agiram de forma diferente. Era muito

comum que se fizessem continuas apologias a este tipo de atitudes machistas, chegando os combatentes a se vangloriar do número de mulheres com as que tinham relações sexuais⁴⁹.

Muitas mulheres engravidaram desta forma a pesar da existência de uma campanha de planejamento familiar com métodos contraceptivos ao interior do ERP: a guerrilha não podia se dar ao luxo de ter baixas de mulheres combatentes por gravidez. Cada vez mais a guerra cobrava vidas e na medida em que se acirravam os combates, as deserções aumentavam e as incorporações diminuía. Para entender as mudanças de estrutura que afetaram a vida dos combatentes, as relações entre homens e mulheres e as questões de ordem reprodutiva é necessário fazer uma breve cronologia dos rumos que a guerra tomou ao longo de toda a década de 80. Nesta parte de história de El Salvador será a lógica militar a que tomará conta do processo em sua totalidade e as esferas do político e do econômico ficaram subordinadas à guerra. A guerrilha não escapará a esta lógica. As mudanças nas táticas militares de contra-insurgência implementadas pelos Estados Unidos trouxeram efeitos extremamente deletérios para as vidas de homens e mulheres dentro da guerrilha, em especial para aquelas combatentes que engravidavam na frente de guerra e que seriam submetidas a uma brutalidade inimaginável.

O recuo dos comandos urbanos para a retaguarda montanhosa em 1981 após a derrota da “ofensiva final”, ano em que inicia oficialmente a guerra civil, significou o fim das frentes de massa e das organizações populares. As principais lideranças foram assassinadas e muitos dos seus membros se incorporaram ao exército guerrilheiro. No caso do ERP, desaparecem suas estruturas organizativas aglutinadas em torno das LP-28. Não houve o esperado levantamento em massa contra o governo, e se bem a guerrilha não conseguiu tomar o poder, tampouco o exército conseguiu derrotá-la nem militar nem politicamente.

No recuo, a guerrilha conseguiu expandir sua retaguarda e suas zonas de influencia nos departamentos no norte e nordeste do país: Chalatenango, Cabañas, San Vicente e Morazán. Nestas áreas, predominantemente montanhosas, a FMLN obteve o apoio das populações e deu início a um processo de organização de poderes populares locais ou Conselhos Farabundistas, como foram chamados, nos quais se ensaiaram novas formas de organização social e política.

Adjacente a estas áreas de controle guerrilheiro, nas quais se expulsara o exército a não ser pelas capitais departamentais onde ainda havia destacamentos militares, existiam as denominadas

⁴⁹ No seu livro de memórias sobre o ERP, *Historias de Barro y otros cuentos de la Guerra de El Salvador*, o internacionalista mexicano Héctor Ibarra relata um episódio na escola de treinamento para jovens recém chegados de Colomoncagua na frente de guerra: era uma prática comum que os instrutores se envolvessem com as alunas. O resultado era que recém chegadas a Morazán, as jovens se viam obrigadas a voltar para o acampamento por gravidez. No seu livro ele confirma o envolvimento de mandos de alto escalão nestas práticas, especialmente um fato com a Brigada Rafael Arce Zablah (BRAZ) a partir da qual surgiu um panfleto, a maneira de piada, que dizia que “a missão principal dos membros da BRAZ era definir posições não apenas no campo de batalha senão também no nylon das compas” (IBARRA, 2003:113).

áreas em disputa onde a guerrilha ainda não obtivera supremacia sobre as forças armadas, mas visava uma futura expansão. Ao longo de todo o ano de 1982 a FMLN realizou importantes campanhas militares: objetivos militares foram destruídos, a infraestrutura econômica do país foi danificada, uma grande quantidade de armamento foi recuperado e se causaram muitas baixas e aprisionamentos de soldados, incluindo a captura do vice-ministro de Defesa. Estes triunfos militares elevaram a moral dos combatentes e permitiram a acumulação de forças da FMLN, tanto no aspecto militar como no político. 1982 e o ano seguinte foram os anos de maior poderio militar da FMLN porque se contou, após a superação de muitas divergências e pugnas de poder, com uma estratégia comum para as cinco organizações que a compunham.

Em 1983 uma proposta de paz é apresentada pelo FMLN-FDR ao governo títere de Álvaro Magaña, um banqueiro que atuava como presidente interino, colocado pelos Estados Unidos após o fracasso das três Juntas Revolucionárias de Governo que se sucederam a partir do golpe de 79. A proposta é rejeitada pelo governo.

Os triunfos militares da guerrilha ao longo desses 3 anos obrigaram a um recuo do exército a posições fixas. No interior das suas zonas de controle a FMLN tinha 35% dos municípios do país sob sua influência, se aproximara de pontos vitais no país e tinha destruído importantes quartéis do exército. A guerrilha se encontrava em ritmo de ofensiva militar e se preparava para expandir sua retaguarda e controlar as zonas em disputa. Até então as forças governamentais realizavam operativos de grande escala e incursões sobre a população civil que resultaram em repressão e massacres. Mas em finais de 1983 se encontravam completamente desmoralizadas e se não fosse pela ajuda financeira e a assessoria que os Estados Unidos forneceram, o exército poderia ter colapsado nesse momento⁵⁰.

Nos anos de 1984 e 1985 a guerra entra em uma nova fase. No aspecto político, um plano de fachada que visava restaurar a democracia formal é impulsionada pelos Estados Unidos como estratégia para derrotar a guerrilha. O objetivo era desprestigiar a luta guerrilheira promovendo ‘eleições livres’ das quais deveria sair um governo legítimo, reconhecido tanto nacional quanto internacionalmente, para assim restar força à justificativa da guerrilha de fazer a guerra, marginá-la e diminuir seus espaços políticos no âmago da população. Em 1984 acontecem eleições patrocinadas pelos norte-americanos: pela primeira vez desde 1930 um civil assume a presidência.

⁵⁰ A ajuda militar norte-americana para a guerra começara desde finais do período do presidente Carter com o objetivo de impedir outra Nicarágua na América Central. Com a chegada de Ronald Reagan se intensifica a ajuda e se concentram os recursos na derrota militar da FMLN. O governo solicitou ao Congresso Norte-americano 110 milhões de dólares, mas o total concedido foi de 76 milhões de dólares, “que foram investidos em questões militares: 35% foi utilizado em armamento, 25% em treino da tropa, 25% em meios aéreos e veículos militares, e apenas um 25% para projetos sociais” (IBARRA, 2008:255). El Salvador se tornou na década de 80 no maior receptor de financiamento estadunidense da América Latina, calcula-se que ao longo dos 11 anos de guerra foram gastos um milhão de dólares diários pelos Estados Unidos.

Tratava-se de José Napoleão Duarte, do *Partido Demócrata Cristiano*. Aquele que outrora fora exilado pela ditadura militar por ser considerado progressista demais e representar uma ameaça para o regime oligárquico se torna um ator chave para a intervenção militar e política dos Estados Unidos.

No aspecto militar o exército salvadorenho passa por um período de reestruturação sob assessoria dos norte-americanos: dobra-se o número de efetivos que passa de 20.000 em 1981 a 40.000 em 1984. São preparados contingentes de defesa civil e se aumentam as unidades aéreas com o objetivo de adequar o exército às irregularidades da guerra de contra-insurgência. A guerra aérea permite uma maior mobilidade das forças armadas, como explica Mario Lungo: “toda a reestruturação buscava criar unidades móveis que não estavam fixas a determinada circunscrição militar e diminuir seu tamanho” (LUNGO, 1991:53).

No aspecto político, além de impulsionar ‘eleições livres’ os norte-americanos buscaram repovoar áreas que ficaram abandonadas pelos massacres ou onde o objetivo era a expulsão da guerrilha. Esta estratégia se encontrava dentro dos marcos do chamado Conflito de Baixa Intensidade, com o qual se procurou retirar da FMLN a influência sobre a base social das suas zonas de controle. Se por um lado se praticaram os operativos de Terra Arrasada para eliminar a população de apoio da guerrilha em inícios da década de oitenta, por outro, soldados foram treinados para implementar ações civil-militares através das quais se construiu infra-estrutura para serviços de saúde e educação para as populações que repovoavam os lugares. Geralmente estas populações eram adeptas ao regime e eram organizadas militarmente para sua defesa parcial. Esta estratégia se programou em San Vicente, departamento da zona para-central do país, mas de forma geral, o exército nunca conseguiu expulsar a guerrilha das suas zonas de controle. No entanto, populações inteiras foram deslocadas pela violência da guerra durante esses anos aumentando a emigração a outros países e a imigração interna.

Perante esta reestruturação do exército, a FMLN também teve que readequar sua estratégia política e sua estrutura militar organizacional. No plano político, lança em 31 de janeiro de 1984 sua *Plataforma de Gobierno de Amplia Participación* que refletia a mesma aliança de classes por incluir aspirações de todos os setores contemplados na primeira plataforma de 1980. O objetivo era oferecer uma alternativa política a um processo eleitoral controlado pelos militares onde a esquerda não poderia participar. No novo programa se colocava a necessidade de um governo plural de salvação nacional. A ‘revolução socialista’ é abandonada e se faz um programa

de pontos mínimos ou de medidas que, no caso de serem atendidas, a FMLN se comprometia a um cesse ao fogo e a dar início a um processo de diálogo e negociação⁵¹.

No plano da reestruturação militar, a **Entrevistada B** conta como ela viveu o processo e os efeitos desintegradores que teve na estrutura guerrilheira, nas relações entre homens e mulheres e na sua própria relação com o marido:

¡Hein...! ¡Empezó un proceso de capacitación de información! ¡Todo! unos renegaban... ¡qué decían que no! ¡Qué como íbamos a andar solitos! ¡Qué como íbamos a hacer turno así solo tres! ¡Qué no íbamos a dormir en la noche! ¡Pero si es que un montón de problemas! Que teníamos que obligarnos a dejar la mujer, que a dejar el hombre, que ya no íbamos a poder ir a ver la familia, porque antes hasta a uno le ponían si quería ver la familia siempre se le ponía otro compañero va... o dos para que fuera a ver la familia... ¡y ya allí ya no! ¡O sea que fue un reto yo siento que a mí me costó también entender eso del reacomodo táctico! [La forma de los pelotones y escuadras] se diluyó, ya se hicieron de 5 de 3... [...] Desintegración... nombre allí hubieron deserciones, gente que se fue... gente que... algunos que se entregaron al enemigo, otros que... pues si o sea hubieron problemas pues... otros que buscaron la familia. Pues si porque imagínese que... después de andar póngale 30 con 60 juntos, haciendo media hora de turno, ¡a hacer 3 horas de turno 4 horas! [...] Nosotros estábamos juntos todavía, [con el esposo] pero no es que andábamos juntos así, el andaba en un pelotón yo andaba en otro, pero había mas facilidad de irse a ver, [...] había una comunicación más a menudo, nos veíamos a los 8 días a los 15 días, aha y pasar a que 6 meses, 3 meses, nombre ¡nosotros nos disparamos en el 83! ¡Nosotros nos separamos en el 83 allí, por lo mismo (**Entrevistada B**).

Efetivamente a FMLN teve que dispersar suas forças ao invés de manter grandes colunas guerrilheiras. A Brigada Rafael Arce Zablah que obtivera inúmeras vitórias militares e se considerava a mais importante coluna do ERP foi dispersa para formar pequenas esquadras de 5 a 6 combatentes com maior mobilidade. A forma de operação também mudara, tratava-se desta vez de substituir as operações de grande escala por emboscadas, prevaleceu o uso de minas antipessoais (o que deixou como saldo um grande número de mutilados) e se treinaram franco-atiradores. As forças armadas aumentaram os ataques massivos aéreos com o qual a guerra recrudescu, e levou à guerrilha a um desgaste profundo pelas baixas de combatentes e as deserções. Muito provavelmente é a partir deste momento que, na busca de evitar mais baixas em suas fileiras, a comandância do ERP lança a proibição da gravidez. Este lineamento obrigava às combatentes com menos de 3 meses de gravidez a realizar raspagens. Em muitos casos, perante esta situação que deveu provocar grande angústia psicológica dada a origem religiosa de todas elas, incontáveis mulheres combatentes preferiam permanecer em silêncio e continuar na frente

⁵¹ É importante lembrar que pelo lado das classes dominantes as forças políticas começam a se reconstituir em princípios da década de 80: o Pacto de Apaneca de 1982, a nova constituição de 1983 e as eleições de 1984, todos buscavam deslegitimar a causa guerrilheira através da criação de uma fachada democrática apoiada pelos EUA. No âmbito da guerrilha o duro golpe do desaparecimento do comandante Marcial e a comandante Ana María, número um e número dois das FPL, começara a evidenciar os dissensos da guerrilha quanto a dar passo às negociações ou continuar a guerra.

de guerra a pesar de se encontrar numa situação extrema que colocava em risco suas vidas e a dos seus bebês:

Pues no fue tan fácil, porque bueno andar sin comer, guindeando porque yo todo el operativo de Torola IV me lo tiré con el embarazo de Mabel hasta 8 días, 15 días sin comer... solo con dulce y agua. No yo un poco me preocupaba pensaba que iba a tener alguna niña o un niño que no iba a tener buena salud. [...] No, no era fácil porque andar guindeando con una panza porque yo me fui para Honduras de 7 meses de embarazo y andábamos todavía con el botiquín y el fusil hasta los 7 meses. Así es que a los 7 meses deje toda la carga que andaba (**Entrevistada G**).

A **Entrevistada G** entrou com 14 anos na guerrilha e se converteu em brigadista da saúde rapidamente. Pertencia a uma família que começara a se organizar desde os anos 70 a partir das comunidades eclesiais de base e foi uma dessas mulheres que preferiu silenciar a gravidez e assumir sozinha os riscos e perigos que a guerra colocava para ter sua bebê. Evitou desta forma, sob pena de ser sancionada, a execução do aborto. Quando não foi mais possível esconder o tamanho da barriga foi sancionada e obrigada a permanecer na frente de guerra até os sete meses de gravidez:

Es que normalmente fue una situación bien dura también para las que salíamos embarazadas acá, es algo que yo casi no me gusta publicarlo pero fue la realidad, este... era como un castigo para nosotros las que salíamos embarazadas y que no abortábamos, porque normalmente aquí la línea era de que la que salía embarazada tenía que abortar y yo realmente estuve siempre en contra de eso y yo nunca les dije que estaba embarazada hasta que ya estaba... se dieron cuenta hasta que tenía 4 meses pero ya no se podía hacer un legrado y claro un poco como un castigo el porque uno no abortaba lo dejaban hasta los 7 sí era posible parir aquí y eso si yo lo consideraba muy injusto para nosotras las mujeres (**Entrevistada G**).

A mais comum das sanções era fazer a combatente permanecer na frente de guerra até as últimas semanas de gravidez. Outra forma de sanção era desarmar a combatente e enviá-la com a população que se encontrava nas zonas de controle da guerrilha, correndo o risco de ser identificada como guerrilheira e capturada pelo exército e ser torturada ou assassinada, posto que, a pesar de se tratar de zonas de controle, o exército continuava a operar nessas áreas.

A **Entrevistada C** também entrou na guerra com 12 anos, seu pai estivera organizado nas CEB e se tornara comandante guerrilheiro. Ela e sua irmã chegaram do acampamento de Colomoncagua para dar apoio na guerra e combateram junto ao pai até sua morte em 1985. Pouco depois, com 17 anos, Chila engravidou. Era uma excelente brigadista da saúde e o ERP não permitiu sua baixa por gravidez. Foi enviada a um hospital guerrilheiro onde seria realizado o aborto, ela conta como escapou desta situação:

Me vine yo va pal hospital y allí en el hospital un doctor me explicó que me iban a sacar la niña porque yo no podía tener la niña, porque la función que yo desempeñaba no cualquiera la podía desempeñar. Y por eso fue va. Bueno “ta

bien” dije yo va y como yo era brigadista en esa misma noche me dijo el doctor [...] “Mira hoy me vas a ayudar” me dijo “le voy a hacer un procedimiento a... Rina” parece que se llamaba la muchacha, una muchacha bien bonita... bueno “vaya” le dije yo, me dijo que le iba a ayudar a alcanzarle las pinzas y todo eso... a pues y yo le ayudé... el problema es que la muchacha ya tenía más de tres meses de embarazo y ella no dijo y mire ¡yo vi va! Que el niño estaba bien formado, vi que le pusieron la anestesia y que no le agarró mucho y vi como le empezaron a destruir al niño, ¡mire yo todo eso vi! ¡Hmmm! ¡No! dije yo... “¡Ahh no!” le dije yo al doctor “si es esto que me va a hacer a mi” le dije yo “¡no!” (**Entrevistada C**).

No dia seguinte era a vez dela, mas para sua sorte os soldados assaltaram a área do hospital e o acampamento guerrilheiro teve que ser trasladado. A **Entrevistada C** foi sancionada por recusar o aborto e foi enviada como guia de uma esquadra ao sul de Morazán para participar em um operativo, carregando o fuzil e a mochila cheia de medicamentos. Depois foi enviada à escola de guerra em San Fernando onde era obrigada a suportar os duros treinos físicos junto com os combatentes:

¡Mire me metían unos chicharrones! Le decían el ejercicio que le daban a uno el entrenamiento y yo los hacía todos y como no se me notaba que estaba embarazada, a mí no se me notaba que estaba embarazada. Los compas me decían que era mentira... que no estaba embarazada y yo venía a correr con mi fusil, todos veníamos a correr de Perquín al desvío de Arambala, y allí esta lejós íbamos y veníamos a correr el matutino (**Entrevistada C**).

Foi enviada ao acampamento de refugiados em Colomoncagua 15 dias antes de completar os 9 meses. A menina nasceu com desnutrição e abaixo do peso adequado. Quando completou três meses de vida, a **Entrevistada C** foi obrigada a voltar a Morazán sem completar o período de amamentação. Muitas mulheres que ficaram na frente de guerra até bem avançada sua gravidez passaram por situações em que tiveram que levar suas capacidades físicas ao limite, expostas a um perigo extremo no qual suas vidas e as dos seus bebês correram altíssimos riscos. Na sua segunda gravidez em 1988, a **Entrevistada C** também permaneceu na frente de guerra. Antes de ser dada de baixa para ter seu segundo filho ela esteve em uma emboscada na qual resultou ferida na altura do diafragma, conseguiu fugir junto com os companheiros, mas pelo seu estado de gravidez e as feridas decidiram deixá-la escondida em uma caverna, enterrada embaixo de umas folhas secas. Permaneceu assim durante três dias debilitada e cheia de formigas pela perda de sangue. Afortunadamente a bala causara um dano superficial e o bebê nasceu sem problemas. Ela deu à luz no meio da população “bueno que allí no había partera ni nada, el niño yo lo tuve solita, yo le tuve que cortar el ombligo con una gillette, nadie me ayudó...” (**Entrevistada C**). A separação do segundo filho foi rápida:

Sólo estuve dos meses ya con [o filho]... allí en esa casa lo dejé, con la señora de allí de la casa. O sea los mismos compas buscaban una gente de confianza donde podía uno dejar los niños [...] Mire como a esta hora llegó el compa a traerme ¡mire ve! y yo miraba a mi niño usted y decía yo “¡Dios mío dejar mi

niño yo con otra gente que ni la conozco!” bueno pero lo tuve que deshacer como ya no podía vivir allí porque donde quiera que estaba me hallaban los soldados... a pues dejé mi niño allí, ya los compas se lo llevaron a otra casa, buscaron a otra gente más de confianza para que lo cuidaran pues, nomás que ellos le llevaban todo a la señora para el niño... la leche, dinero para que le compraran las cosas y todo eso. Así es que desde esa vez que me fui [...] lo volví a ver quizá como a los dos años porque de casualidad pasamos allí, no era que iba uno ir a verlos va, sí uno pasaba allí que los veía. Pasé una vez allí en la noche y ¡ay miraba mi niño que hmm! (**Entrevistada C**).

Dentro da guerrilha os homens que engravidavam uma combatente dificilmente assumiam a criança e cuidavam da mulher grávida. A organização também não os sancionava nem fazia questão de promover ou de obrigar os combatentes a assumir a responsabilidade e o cuidado da criança e da mulher, muito menos acompanhá-la no processo de aborto e enfrentar junto com ela todos os efeitos deletérios na sua psicologia e no seu corpo. A **Entrevistada I** também engravidou do seu companheiro com o qual mantinha uma relação estável. Teve um desenlace mais favorável visto que foi enviada a Colomocagua para ter seu bebê e permaneceu com ele um ano inteiro. Não a sancionaram deixando-a desarmada no meio da povoação, como aconteceu com muitas outras, porque era rádio-operadora e possuía muita informação importante que não podia cair em mãos do exército.

Me cuestionaron que porque lo había hecho que yo era alguien muy importante por la información no como persona, por la información, yo entendí que era por la información porque no me podían dejar en la población, y me lo iban a quitar todo, tenía mi reloj para el trabajo, mi M-16, mi equipo todo eso me lo quitaron, tipo sanción moral vea... (**Entrevistada I**).

Ela tinha bastante clareza de que a responsabilidade de uma gravidez era compartilhada com o companheiro, mas como tantos outros combatentes ele não recebeu nenhum tipo de sanção:

Lo que si siento que sí fue una discriminación es porque no nos reunieron juntos con mi pareja [...] Me acuerdo que les dije “sí pero eso no es una actitud personal es de pareja” “Si pero lo vamos a hablar con tu pareja” Cosa que no fue así... (**Entrevistada I**).

É evidente que foram as mulheres as que carregaram com toda a responsabilidade e as consequências de engravidar na frente de guerra. Não só tinham que carregar sozinhas com o peso moral de submeter seus corpos grávidos e a vida dos seus bebês aos perigos da guerra, mas também eram apontadas e julgadas moralmente como irresponsáveis por ter engravidado e ter causado uma baixa na organização colocando em perigo a ‘causa da revolução’. Ainda, muitas combatentes eram acusadas de estarem desmoralizadas e que por causa disso engravidavam propositalmente para sair da frente de guerra. Estas acusações foram as que a **Entrevistada B**, comandante política do ERP, sofreu ao se negar a fazer um aborto. Ela já se submetera previamente a este procedimento e desta vez decidira ter sua filha. Aos quatro meses de gravidez

e com um grau profundo de anemia, chegou ao acampamento onde permanecia a comandância. Receberam-na com comentários demeritórios e oprobriosos que sugeriam uma condenação moral por ter engravidado:

Y bueno yo venía bien desnutrida bien delgadita, dicen que venía pues como ni espejo había pa mirarse. Pero dicen que venía bien peche... bien delgada, llegando aquí me recibió Luisa... Benitón... Marisol... aquí en la comandancia... la Meca... Luisa me acuerdo que dijo “¡ay” me dijo “¡te jodiste!” “Siii” le dije yo, pero el único que me dijo “¡Puchica vos!” me dijo “¡Vos pensantes que aquí habían oficinas!” me dijo, mi hermano, “pues no” le dije yo “pero ya ves” le dije yo “que así son las cosas...” ahh y Benitón también me dijo así “¡Puchica [...] vos crees que aquí hay hospitales para estar teniendo los niños!” “pues no” le dije yo “pero ni modo, ya estuvo” (**Entrevistada B**).

Os casos de gravidez e maternidade foram os que colocaram em evidência o *modus operandi* da organização e as iniquidades de uma estrutura patriarcal militarizada. As assimetrias nas relações de poder ao interior desta estrutura patriarcal tão verticalizada quanto a militar recaíam sobretudo nas mulheres, expondo-as a situações muito mais críticas que na vida ‘normal’ pela barbárie que a guerra colocava. Possivelmente algumas mulheres tiveram mais sorte que outras seja porque tivessem um companheiro que as respaldava em sua gravidez, seja porque a camaradagem que começava a surgir fazia com que o grupo de combatentes se solidarizasse com a situação de vulnerabilidade de uma mulher grávida. Porém, estes casos eram isolados e respondiam ora aos privilégios de uns ora ao falso reconhecimento que se fazia da mulher em função de sua coragem. O patriarcado, como estrutura de opressão e discriminação, era intrínseco às relações de homens e mulheres e se refletia e reforçava nos lineamentos da comandância tendo grande impacto nas mulheres.

No contexto da barbárie da guerra não havia tempo nem possibilidades de se pensar num projeto que dera um fim à constante reprodução das desigualdades de poder entre homens e mulheres e as relações humanas alienadas que entre eles surgiam. Nesse sentido, Fernandes destaca a importância da qualidade do agente humano envolvido coletivamente na ação revolucionária guerrilheira. “Não há um determinismo modelar e fatal que separe o *momentum* da guerrilha de suas realizações ou fracassos. Mesmo esse *momentum* pode se desvanecer sem deixar nada positivo atrás de si” (FERNANDES, 1981:59). A estrutura compartimentada da organização militar tampouco permitiu que as mulheres guerrilheiras se identificassem como grupo, muito menos que se organizassem para reivindicar um melhor trato. Submetidas à ‘causa da revolução’ e às exigências da guerra, as mulheres combatentes ficaram mais subordinadas do que nunca aos ditames do patriarcado.

3.2 As colaboradoras na retaguarda: uma experiência de auto-organização no acampamento de Colomoncagua.

Lo que sí recuerdo que jamás volvimos a la casa, salimos dejando las tortillas en el fuego, el maíz... ¡todo, todo! Las puertas abiertas, la comida en la mesa y no volvimos a casa, nos fuimos con el uniforme de la escuela... total que fue como aquí se decía vea... las guindas, pasamos como unos 6 meses quizá de lugar en lugar, caminábamos por las noches, y en el día estábamos en los montes... vivimos como 6 meses en una cueva cerca del río Negro, que es en frontera de Honduras con El Salvador ¡allí no había nada, absolutamente nada que comer! vivíamos del agua y a veces... 6 meses... a veces mi papá salía de noche a andar tocando puertas en las casas vecinas de un caserío que ¡quedaba lejos en la frontera de San Fernando! y a veces conseguía dulce o algunas libras de maíz, que era lo que más podía conseguir, o alguna fruta... con eso medio sobrevivíamos para continuar otro tiempo allí, no salíamos en absoluto por miedo (**Entrevistada K**).

No ano de 1980 se instaurou o caos e uma situação cheia de perigos e incertezas para as populações do Norte de Morazán. O avanço do exército por cantões as forçara a sair das suas casas deixando tudo para trás na busca desesperada pela sobrevivência. Muitas famílias sofreram perseguição sem estarem vinculadas diretamente às CEB. Possuir o mesmo sobrenome de um catequista era suficiente para ser considerado comunista e ter sua casa queimada, seus animais mortos e pertences roubados. Na visão do Estado Maior do exército salvadorenho e dos seus assessores norte-americanos a estratégia de terra arrasada, que seguira a lógica de “tirar ou secar a água do peixe”, consistia em aniquilar as populações base da guerrilha para acabar com esta rapidamente, aterrorizando as comunidades camponesas que colaboravam com os núcleos guerrilheiros para diminuir sua incorporação ao movimento armado.

A perseguição e o aumento de desaparecidos e massacres teve o efeito contrário impulsionando uma rápida adesão de camponeses à guerrilha bem como a progressiva ida para a clandestinidade e militarização dos frentes de massa na busca da autodefesa contra o terrorismo de Estado. Na segunda metade de 1980, quando ocorreram os primeiros operativos de Terra Arrasada, dezenas de milhares de pessoas de quase todos os municípios do norte de Morazán saíram despavoridas, sem rumo e sem orientação ao interior das florestas. Houve uma grande agitação e mobilização de grupos humanos em toda a região nessa época em que começaram os operativos.

Orientadas pelos membros das organizações e comitês militares das CEB, se concentraram nos pontos onde surgiram os primeiros acampamentos guerrilheiros. Aquelas pessoas que não possuíam fortes vínculos com as organizações populares, ficaram nas suas casas ou resolveram sair do norte de Morazán para outros pontos do país em busca de segurança. De maneira geral, as capitais de muitos municípios como Jocoaitique, San Fernando, Torola e Meanguera se converteram em vilas fantasmas, completamente desabitadas.

Aquelas pessoas vinculadas por laços de parentesco com as organizações foram orientadas a abandonar o país e sair para Colomoncagua, um município hondurenho perto da fronteira com San Fernando e Torola. A maior parte de pessoas que para lá se encaminharam foram aquelas que, do ponto de vista da força física e da idade, não estavam em condições de participar na luta armada. Entre estas se encontravam majoritariamente mulheres, anciãs, anciãos e crianças. No caso das mulheres adultas o outro critério que predominou foi o cuidado dos filhos. As mulheres que tinham sob sua responsabilidade mais de uma ou duas crianças foram para o outro lado da fronteira. O restante das pessoas maiores de 12 anos, idade considerada suficiente para empunhar uma arma, ficou em Morazán para se integrar às primeiras colunas guerrilheiras que começavam a se articular na região. A **Entrevistada K**, originária do cantão Casablanca, casario Ocotillo, do município de Perquín, contava com 11 anos quando foi obrigada a fugir com sua família do ataque militar. Pela sua idade ela cruzou a fronteira em direção a Honduras com a sua mãe e outras mulheres. Pertenceu aos primeiros grupos humanos que povoaram a área destinada aos exilados salvadorenhos e ficaria lá até 1990.

Os começos do acampamento foram duros. Comunidades inteiras do norte de Morazán chegaram a Honduras deixando tudo para trás, sem dinheiro, sem comida, exaustas de tanto caminhar nas montanhas. As agências de cooperação internacional, em especial o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e Cáritas, uma entidade de assistência da pastoral social da Igreja Católica estavam à espera. Em um primeiro momento ficaram no povoado de Colomoncagua, mas a situação se tornou insustentável porque os moradores começaram a hostilizar as pessoas em exílio, eram milhares que chegavam do outro lado da fronteira fugindo dos operativos e os locais receavam ser reprimidos por abrigar ‘guerrilheiros’.

As agências orientaram as pessoas para ir a 5 km do povoado de Colomoncagua, numa espécie de planície inclinada rodeada de colinas cobertas de pinheiros. Não contavam com nenhum tipo de material de construção para proteger-se das condições climáticas do lugar, estavam ao descampado. A primeira das tarefas foi a limpeza da área. Anciãs, anciãos e mulheres talaram os pinheiros para instalar o material que em poucos dias começou a chegar através da cooperação internacional. Primeiro foram plásticos e depois laminas de zinco e pedaços de madeira para levantar os barracos. A comida também foi rapidamente fornecida pela cooperação:

Estando allí pues ya empezamos una vida diferente vea, que ya bueno habían ayudas internacionales ya no teníamos que pensar como vamos a hacer para comer, nos empezaron a llevar así leche, cereales, que el maíz que los frijoles de todo casi... y algunas ayudas en ropa, donaciones que llegaban estuvieron llegando muchas delegaciones de todos los países casi llegaban a vernos, a entrevistarnos a conocer como habíamos llegado, bueno... con el tiempo se comenzó a organizar a la gente [...] (**Entrevistada K**).

Resolvido o problema imediato da comida e da moradia poderia parecer que a tendência das comunidades que se concentraram no acampamento seria a passividade e a acomodação total na espera de receber o sustento básico vindo de fora. No entanto, as tarefas de preparação da comida, distribuição da mesma e dos materiais e doações, a construção das moradias, colocaram problemas de ordem prática que as pessoas tiveram que enfrentar e resolver através da auto-organização para a sobrevivência de toda a comunidade. Ao todo foram 8.400 pessoas que ali chegaram e se encontravam completamente isoladas pelo cerco militar que os soldados hondurenhos mantiveram de forma permanente ao longo dos 10 anos que ficaram: ninguém podia abandonar a área do refúgio⁵².

Uma das primeiras experiências de organização em comunidade foi colocar em funcionamento a cozinha coletiva e a distribuição de alimentos. Esta operação que poderia parecer simples colocou grandes desafios devido a que era necessário organizar a logística para a preparação e distribuição racional de alimentos para todo esse contingente de pessoas sem que absolutamente ninguém ficasse sem receber sua porção diária. Se se leva em conta também que 85% da população era de analfabetos e que os alimentos eram escassos, é fácil imaginar a magnitude do problema colocado para a comunidade. Apesar de que no refúgio se reuniram pessoas que participaram das CEB e das organizações populares como as LP-28 e que estas acabaram por introduzir no acampamento elementos de organização e liderança, muitos homens e mulheres que ali chegaram tiveram um escasso contato social, nunca participaram de reuniões ou falaram em público devido ao isolamento e a dureza dos trabalhos agrícolas do modo de vida camponês em El Salvador. A **Entrevistada L**, do cantão Volcancillo, município de Jocoaitique e educadora popular formada no acampamento relata como inicia o processo de organização:

[...] primero se hace un censo de toda la gente que sabía un poquito leer y escribir porque toda esta gente de Morazán, del norte de Morazán había sido directamente abandonada por el Estado en el aspecto educativo. Usted sabe que lo que se planteaba que una comunidad entre más analfabeta es más fácil de engañar. [...] También el machismo que los padres tenían que “de las letras no se come que había que trabajar para...”. Entonces y así fue cuando se sacó un censo de 100 que habían... pobladores solo 15 únicamente sabían leer o escribir, ¡un poquito! otros que habían caído en desuso, porque habían aprendido y jamás habían practicado entonces habían dentro de ese 15% habían un montón de analfabetas en desuso, que aprendieron un poquitito pero que lo había olvidado, porque jamás se le dio, era demasiada población sin leer (**Entrevistada L**).

⁵² O governo de Honduras os via como uma ameaça para a estabilidade do país por considerá-los guerrilheiros, fato pelo qual trabalhava conjuntamente com o governo salvadorenho para manter a população sob controle. Eram vigiados e constantemente hostilizados pelos militares hondurenhos e estavam proibidos de sair da área. Se o faziam corriam o risco de serem mortos pelos soldados que tinham ordens de matar a toda pessoa que abandonasse o acampamento. Por estes motivos o refúgio era chamado pelos seus habitantes a “cadeia sem paredes”.

Na hora de preparar, distribuir e armazenar os alimentos, lidar com inventários e dividir racionalmente a comida, a comunidade teve enormes dificuldades e começou a sentir a necessidade de aprender a ler. Pouco a pouco foram se organizando àquelas pessoas para compartilhar seus escassos conhecimentos com os que nada sabiam. O começo foi desorganizado e não havia nem metodologia nem material além dos textos bíblicos para trabalhar. As aulas eram ministradas ao descampado, ao redor de uma árvore em um círculo de pedras que faziam às vezes de cadeiras para os alunos:

¿Pero cómo se hacía? era que del cartón que le llevaban a la gente el aceite para que cocinara, empezaron a construir pequeñas pizarritas, pequeñas cajitas que se pegaban en los palos de pino en los árboles y ya servían como pizarra y del carbón que se sacaba de la leña, era pino por cierto, se utilizaba como yeso (**Entrevistada L**).

Quando as agências de cooperação internacional percebem a iniciativa da comunidade e sua auto-organização para a educação, solicitam material escolar para impulsionar o processo. Escasso foi o material que a cooperação doou: os cadernos eram divididos entre vários alunos e os lápis eram quebrados em três partes para que todo mundo tivesse com que escrever e aprender.

[...] la gente ha grabado en la mente ese esfuerzo, ese espíritu para poder querer aprender de esa forma, y así ya en el 82 por ejemplo, ¡ya había todo un proceso de organización de alfabetización pues! ya había toda una organización directamente ya de alfabetización, ya había posibilidad de dar hasta 5º grado, por ejemplo, aquella gente que sabía leer se incorporó a apoyar al que no sabía leer y así se superó [...] (**Entrevistada L**).

A campanha de alfabetização iniciada pela comunidade foi aumentando as necessidades de uma educação mais completa, pelo qual se foi tornando cada vez mais complexo o processo educativo. A cooperação internacional deu apoio trazendo professores formados que ministravam aulas para os educadores populares. A **Entrevistada M**, que chegou ao acampamento com 10 anos de idade, conta como foi alfabetizada e rapidamente se inseriu no processo de ensino-aprendizagem:

No había ido a la escuela, entonces allá escribíamos en el suelo con pedacitos de palo, primero en el suelo, de allí empezamos en los pinos, escribíamos en los pinos ya después empezamos a hacer rueditas de niños y ya había una gente más mayor que nos iba diciendo a aprender hacer vocales, hacer las letritas, ya lo que era por ejemplo hacer el abecedario, y así fuimos empezando y luego luego fuimos mejorando rápido rápido fuimos mejorando, de allí nos hicieron bueno con la misma ayuda, lo mismo que se pedía a la comunidad ya nos empezaron a llegar maestros y ya nos empezaron a capacitar, y ya empezamos a dar clases. Yo recibía clase primero y después daba clase, era maestra de los demás niños (**Entrevistada M**).

A jornada diária era árdua e exigente para os educadores populares. No mesmo dia que se aprendia um conteúdo novo, eram capacitados para ministrá-lo à tarde:

En la mañana recibíamos clase con ellos, preparábamos las clases que íbamos a dar, en la tarde a compartirlas y así todos los días todos... los días... todos los días... pero fue tan bonito porque yo siento que allí fue una escuela quizá como una universidad para mí porque yo aprendí mucho con ellos, no llegamos a tener así como un certificado que nos acreditara que aprendimos, pero sí aprendimos... la práctica y la experiencia (**Entrevistada K**).

Pouco a pouco se foi criando um verdadeiro sistema de ensino dentro do acampamento. Quando os primeiros grupos humanos retornaram do exílio em 1989, se contava com 400 educadores populares, a educação chegara até a 9ª série, a maioria deles estava alfabetizada e se contava com pequenas bibliotecas em cada sub-acampamento:

[...] después se hicieron como sondeos y que supuestamente cuando la comunidad llegó un 85% no sabían leer y escribir, y cuando ya nos venimos un 85% ya había aprendido a leer y escribir... no solamente a los niños se les alfabetizó, se hizo conciencia mucho a la gente mayor que no sabía leer porque ellos como ellos llevaban una mentalidad de que con letras no se come, lo que hay que hacer es trabajar. Pero cuando allá se les dieron cargos a la gente y veía que le hacía falta leer y escribir, la gente puso un gran entusiasmo en aprender. Mire que había un señor en la comunidad donde yo vivía que era como de 75, 80 años. Por allí andaban los dos esposos, los dos aprendieron a leer y a escribir con esa edad, un gran ejemplo para la demás gente que como ellos pudieron entonces todos podíamos y todas, motivaron mucho a la demás gente, y ellos después pidieron hasta una biblioteca a los internacionales, porque ellos decían “ahora ya sabemos leer ¿pero en qué leemos? ¡Necesitamos leer!” y dieron una biblioteca primero comenzó con poquitos libros, y con el tiempo nos fueron dando más. Al final si ya todos los campamentos tenían una biblioteca, y bien interesante porque allí las tareas, allí los señores iban como a divagarse también pues los que ya aprendían a leer sus libros allí pasaban a leer (**Entrevistada K**).

A estrutura organizativa do acampamento partia do menor núcleo de organização possível que era a colônia e consistia em um grupo e casas, depois estava o comitê de colônia, seguido do comitê comunal que era um por cada sub-acampamento. Depois estava o comitê comunal do refúgio, e uma das instancias deliberativas mais amplas: a assembleia de comitês, a comissão coordenadora e o comitê de relações com o ACNUR. Também havia organização por setores de mulheres, homens, crianças, mutilados, para discutir os problemas específicos a cada grupo.

Através destas estruturas múltiplas, cada pessoa estava incluída de várias formas, por colônia, por sub-acampamento, por área de trabalho, por setor e tinha muitas oportunidades de participar nas deliberações da comunidade, se fortalecendo os vínculos entre indivíduo e comunidade mediante esses múltiplos e entrelaçados níveis de interação e envolvimento (CAGAN; CAGAN, 1993:56).

As reuniões eram frequentes por setores, nos lugares de trabalho, nas escolas e se dava um processo amplo de discussões onde havia a possibilidade da base exercer influência nas lideranças e vice-versa:

ainda que o processo de eleger as instâncias de mais alto nível era um pouco indireto, a direção era variada, transparente e controlável, com pouca separação entre dirigentes e suas bases. Os que estavam em posições de liderança trabalharam duro e receberam poucos privilégios palpáveis, estavam iguais de empobrecidos que todos os demais, viviam nas mesmas circunstâncias e estavam afetados de igual forma pelas decisões que tomaram para toda a comunidade” (CAGAN; CAGAN, 1993:57).

Outro dos aspectos que se desenvolveu na comunidade foi o trabalho produtivo através da implementação de oficinas que funcionavam simultaneamente para o aprendizado de vários ofícios e para a produção de bens de consumo que a comunidade precisava. Este foi um programa da *Catholic Relief Service* que forneceu os equipamentos, a matéria-prima e a capacitação para o funcionamento das oficinas. Havia oficinas de sapataria, funilaria, alfaiataria, têxteis, carpintaria, mecânica automotriz, desenho técnico, bordado e trabalhos manuais, fabricação de utensílios e brinquedos, produção de instrumentos musicais, etc. Muitas camponesas que chegaram apenas sabendo como fazer *tortillas* e trabalhos domésticos, adquiriram uma série de habilidades que antes da guerra em Morazán jamais houvessem tido a oportunidade. Toda a comunidade estava voltada para o trabalho nas oficinas, inclusive havia crianças aprendendo e produzindo, “de cada pessoa apta do acampamento se esperava realizar algum tipo de trabalho, e se estimulava às pessoas a escolher o tipo de trabalho que queria fazer” (CAGAN; CAGAN, 1993:82).

As necessidades materiais da comunidade estavam assim garantidas e as pessoas tinham a opção de participar na oficina com que mais se identificasse. A distribuição dos bens produzidos era equitativa, não existia propriedade privada visto que os equipamentos para a produção eram doações e o produto final era armazenado e entregue de acordo com as necessidades das famílias. Dentro do acampamento não circulava dinheiro, por tanto os trabalhadores não tinham salário e os horários de trabalho não eram tão rigorosos como no âmbito de trabalho da fábrica capitalista. Não importava o número de horas trabalhado e sim a qualidade dos produtos e a produção para a satisfação das necessidades da comunidade. Ao não existir um mercado a produção de valores de troca carecia de sentido.

Ao interior do acampamento também havia um espaço para o cultivo de frutas e hortaliças, e havia granjas de galinhas, porcos, cabras e outros animais. Quanto à questão da esfera da reprodução e a divisão sexual do trabalho, no livro sobre o acampamento dos jornalistas norte-americanos Steve e Beth Cagan, *El Salvador: tierra prometida*, os autores destacam que “houve uma divisão racional das tarefas, segundo as capacidades e habilidades de cada um - sem diferenças por sexo [...]” (1993: viii). De fato na cozinha houve a participação dos homens, no entanto a eles eram adjudicadas as tarefas de apoio consideradas mais pesadas:

Allí iban hombres a la cocina porque a veces va por ejemplo no había molino así... al principio no había molino global así de motor y todo eso, era molino de mano... los hombres iban a cargar el perol de maíz para que las mujeres fueran a lavar y los hombres ayudaban a lavar maíz, algunos aprendieron a echar tortillas si, pero no todos. De hecho había reuniones que decían que los hombres tenían que aprender a echar las tortillas también, pero algunos se resistían no iban. Míre había una reunión que se hizo en el campamento onde yo estaba que decíamos vaya “bueno que los hombres deben de participar un día y hacer tortillas también” y hubo un día que fueron va... pero no todos pudieron aprender a palmejar... pero aquí había el de la radio por ejemplo, el director de la radio, ese hacía tortillas y ese iba a la cocina como cualquier mujer... él puede cocinar también o sea él no tuvo problemas. Y allí la gente decía “¡ah no si yo no soy Juan Lucas! ¡Yo no voy a ir!” los hombres va pero sí, no todos pudieron hacer el trabajo de echar la tortilla, pero yo creo que fue falta de práctica va pero porque además eran poquitos había que mandarlos a otro trabajo también porque los trabajos de las hortalizas la mayoría eran hombres porque eran mas pesados, y como también trabajaban en los talleres y como había que sacar grupos para que fueran a trabajar para echar el agua, o porque a veces se rotaba un caño, o sea se hacían grupos de esos había que preparar la leña para cocinar, allí fue donde al hombre ya no se le pudo meter más a la cocina (**Entrevistada D**).

A elaboração final da *tortilla* pareceu ser um ponto muito sensível ao interior do refúgio. Esta é o alimento indispensável na dieta de uma comunidade camponesa salvadorenha, - e poderia se dizer de toda Mesoamérica - visto que tudo pode faltar numa refeição menos a *tortilla* e quando tudo falta é a *tortilla* que tira a fome e que nutre, tamanha a importância que ela tem não só do ponto de vista alimentar, mas também cultural. Absolutamente todo o processamento do milho para a elaboração final da farinha para preparar a *tortilla* foi tradicionalmente trabalho de mulheres: um trabalho árduo que consumia, e continua a consumir, horas inteiras da vida de uma camponesa.

O relato da **Entrevistada D** é revelador quanto a que no refúgio, à diferença da experiência das combatentes na frente de guerra, as mulheres conseguiram identificar coletivamente a discriminação existente na atribuição tradicional de tarefas e tentaram modificá-la. Se bem na guerrilha os homens também ajudavam no processo de elaboração da farinha de milho e faziam parte da estrutura de cozinha, esta não deixou de ser uma área desvalorizada. No acampamento as mulheres não conseguiram fazer com que os homens participassem diretamente na cozinha, no entanto, com o passar do tempo houve uma mudança na visão das gerações mais velhas de homens sobre as atividades relativas ao espaço da reprodução. Quando gerações mais novas de jovens do sexo masculino participavam na preparação das *tortillas* na cozinha coletiva não havia mais exclamações depreciativas:

Al inicio sí... costó con aquello de que los hombres no querían involucrarse mucho, pero al final de que ya el refugio estaba ya en los últimos años era normal, ya era normal. Por lo menos con que ya el papá no le dijera al hijo que “¡vas ir a la cocina! ¡Eso es de mujeres!” ya era bastante que ellos iban a la cocina y los papás no les impedían (**Entrevistada K**)

Esta mudança, aparentemente pequena, mas importante, se deve ao fato de que a cozinha coletiva também se transformou em um centro de trabalho como qualquer outro. Em cada subacampamento a cozinha ficava em uma área visível à comunidade, portanto o trabalho reprodutivo das mulheres que sempre foi confinado à esfera privada, foi socializado e se tornou uma questão de bem-estar público e coletivo chegando a ser valorizado pelas gerações de homens mais velhas e encarada pelas novas gerações de homens jovens com naturalidade.

Dentro do acampamento a possibilidade das mulheres tomar ciência das desigualdades na distribuição de tarefas e nas relações de poder esteve novamente vinculado ao fator religioso que colocava a questão da igualdade de todos os seres humanos perante Deus e se traduzia no fato de que elas tinham direito aos mesmos privilégios e responsabilidades que os homens. Mas também esta identificação das mulheres como grupo com suas demandas específicas se deveu ao número delas dentro do acampamento: eram duas mulheres para cada homem, o que significava que a maior parte de lares era chefiados por elas. Na luta diária pela sobrevivência elas se viram obrigadas a assumir cargos de coordenação das tarefas, a lutar pelos seus espaços e a participar ativamente:

Pero fíjese que yo creo que si como le digo como que la misma necesidad hacía la gente verdad, porque imagínese yo creo que ya se le daba el espacio a la mujer porque que haya logrado Mercedes que era una joven de un cantón que llegó allí y empezó a tener ese liderazgo en la educación y luego ella era la responsable de los 80 y más maestros de toditos los campamentos del refugio, yo creo que eso fue importante se fue valorando, los otros cargos igual habían muchas coordinadoras de campamento, muchas coordinadoras de colonia, habían hombres también aunque talvez vea, se hubiera encontrado que las pudieran discriminar pero ellas también fueron luchando por esos espacios, con las capacidades, demostrando que si podían (**Entrevistada K**).

Contudo, como revela a fala da **Entrevistada D** em relação à cozinha, ainda se considerava que os homens eram responsáveis pelas tarefas “pesadas”, como o cultivo de hortaliças ou o trabalho com encanamentos de água e os únicos que as podiam realizar. Existia uma divisão sexual do trabalho, ainda que algumas mulheres participassem, e inclusive chegaram a ser responsáveis, nas oficinas consideradas tradicionalmente de homens, como por exemplo, a carpintaria e a oficina de automotriz. O importante a ser destacado é que no refugio a vida coletiva possibilitou sua participação da mulher nas questões organizacionais da comunidade e na toma de decisões. Elas tiveram a oportunidade de aceder a cargos de coordenação e a formas de trabalho impensáveis para uma mulher camponesa antes da guerra. Havia uma igualdade de oportunidades tanto para homens quanto para mulheres no sentido do desenvolvimento das suas potencialidades através do trabalho, na educação ou nas oficinas, e da participação na política e na vida coletiva. O fato de que persistisse uma clara divisão sexual do trabalho, apesar de que os homens fossem minoria dentro do refúgio, indica o grau da força dos valores e práticas culturais

do patriarcado e a necessidade de programas sistematizados e conscientes para eliminar esse sistema.

Nenhuma das mulheres relatou algo parecido à implementação de um programa com claros objetivos de reeducação e eliminação das condutas e práticas vigentes Do sistema patriarcal. Segundo o livro de Cagan e Cagan todo este movimento ao interior do acampamento tinha raízes na teologia da libertação através do próprio padre Miguel Ventura que ministrava um curso sobre mulheres. Também o contato com os educadores internacionais que vinham da Europa possibilitou o questionamento e a introdução de noções de gênero para ir contra-arrestando as práticas machistas:

Surgió mucho de los internacionales vea, ellos también inculcaron mucho eso, yo recuerdo los españoles en caso de Emi, Emi trabajaba con mujeres de las que dábamos clases y hombres, de primer grado y segundo y ella era una que bastante hablaba de eso, ya hablaba, no así talvez como de género pero si hablaba ella de que teníamos derechos iguales, incluso nos hablaba mucho de los derechos sexuales y reproductivos (**Entrevistada K**).

Outro fato que permitiu que as mulheres fossem liberadas para participar nas oficinas, nos processos educativos e em questões de índole política ao igual que os homens, foi a criação de um sistema de creches dentro do refúgio. Isto é um avanço importante posto que pressupõe que o cuidado das crianças é responsabilidade da comunidade como um todo e não apenas da mulher, a pesar de que a maior parte das responsáveis pelas creches eram mulheres. Os homens aceitaram um pouco melhor a participação das mulheres nas oficinas e nos postos de coordenação. A vida privada variara muito pouco, e os ofícios domésticos dentro dos barracos sempre ficavam majoritariamente em mãos das mulheres. Mas a maior parte do tempo as pessoas passavam fora dos barracos, nos espaços de trabalho, de educação e sobretudo em constantes reuniões de coordenação e planejamento. Os avanços da igualdade entre homens e mulheres eram mais visíveis na vida pública e esta era muito intensa.

Outro aspecto era a educação das crianças: tratava-se de uma responsabilidade coletiva. Todos os dias às 5 da manhã a equipe de disciplina se encarregava de acordar as crianças, reuni-las e dar uma espécie de fala onde os valores da comunidade, os motivos de estar no acampamento e o porquê da luta revolucionária eram explicados. Também eram instruídos a não sair das margens do acampamento visto que muitas crianças que saíam em busca de alguma fruta ou simplesmente para brincar nas florestas desapareciam em mãos dos soldados hondurenhos.

Os setores mais vulneráveis do acampamento, como as anciãs e anciãos, crianças e mulheres grávidas, tinham prioridade especial na distribuição da comida. Criou-se todo um sistema com dois centros de nutrição para atender suas necessidades de saúde e alimentação onde

recebiam um tratamento específico caso se encontrassem em estado de desnutrição ou doença avançada.

A saúde foi outro setor que a comunidade tomou nas suas próprias mãos capacitando um grupo de promotores de saúde. Os serviços de saúde eram precários, visto que a cooperação internacional fornecia recursos limitados. Em 1984 os Médicos sem Fronteiras se encarregaram dos serviços de saúde, mas havia apenas um médico para as quase 10.000 pessoas do acampamento. A comunidade desenvolveu um sistema que respondia às suas necessidades, não era nada estranho que isto acontecera já que desde os anos 70, no âmbito das CEB as pessoas começaram a se auto-organizar para cuidar da sua própria saúde perante a falta de serviços médicos governamentais. Segundo o livro de Cagan e Cagan, (1993:71-3):

estabeleceram uma estrutura paralela, um centro de saúde (ou “filtro”) manejado pelos refugiados em cada sub-acampamento, com 4 pessoas, e uma outra que funcionava como espécie de promotor de saúde para as colônias. Esses postos paramédicos de saúde se encarregavam dos problemas rotineiros de saúde. Levando pacientes ao médico quando era necessário. Forneciam medicamentos, curavam feridas menores, levavam expedientes, faziam visitas domiciliares, davam educação e assessoria nutricional a mulheres grávidas, etc. Todos os dias visitavam casa por casa para detectar doenças, antes que se tornassem sérias.

Os médicos sem fronteiras cooperavam com esta estrutura paralela, mas sua participação teve uma curta duração já que se retiraram em 1988 do acampamento. Houve tensões entre eles e a comunidade porque se negavam a descentralizar mais conhecimento e treinar os refugiados como promotores da saúde. Nos últimos anos do acampamento foi o governo hondurenho que assumiu os serviços de saúde.

Muito do que era produzido no refúgio também abastecia o movimento guerrilheiro do outro lado da fronteira. O milho e o feijão, grãos básicos da dieta salvadorenha, não eram cultivados no acampamento e eram fornecidos pela cooperação internacional. A comunidade guardava uma parte dessa ajuda para enviar carregamentos importantes destes grãos para a guerrilha. Frequentemente saiam grupos de pessoas de maneira clandestina para deixar alimentos e bens de consumo na frente de guerra:

Primero desde aquí se coordinaba que había que apoyar digamos lo que era el abastecimiento de alimentación para acá, porque yo fui misionera de allá... venía de noche aquí... ¡ahh! viera como los seguían los paramilitares de Honduras pero como ¡allí había que exponer la vida pues! A veces cada quince días. A veces veníamos bien cargados, no... ¡Caminando! ¡De noche allí a pie! ¡A veces veníamos 10, a veces veníamos 15! ¡Bien cargados! Traíamos comida va por ejemplo venía lo que menos se conseguía aquí era a veces un tiempo maíz, frijoles, sardinas, jabón, gasolina, queso y habían otros grupos que traían ropa porque allá se hacía ropa para los compas aquí, zapatos, todo eso se abastecía esta zona casi la mayor parte solo de allá de eso se abastecía, por eso la exigencia era eso de trasladarse más al centro de Honduras (**Entrevistada D**).

Esta situação chegou a criar tensões entre a comunidade e os funcionários do ACNUR. Pressionado pelo governo de Honduras e dos Estados Unidos e sob a tutela dos assessores militares norte-americanos sediados em Honduras, o ACNUR insistia em assentar os refugiados longe da fronteira com o objetivo de acabar com a comunicação entre acampamento e movimento guerrilheiro. O argumento utilizado era de que o acampamento não só era um centro fornecedor de alimentos e de bens de consumo, como também um ninho de guerrilheiros.

A partir do ano de 1983 o governo hondurenho pressiona para mover o acampamento a Olanchito, um município do lado na costa atlântica hondurenha longe de Colomoncagua. Mas não conseguiram quebrantar a coesão interna, a comunidade se manteve unida e organizada, fato que lhe permitiu evitar o traslado longe da fronteira. Corriam o risco de serem dispersos e perderiam o contato com seus familiares em El Salvador que freqüentemente os visitavam. Perderia-se também o refúgio para os guerrilheiros feridos e as combatentes grávidas. Certamente o acampamento em Colomoncagua funcionou como uma retaguarda para a guerrilha. Por estes motivos, os soldados Hondurenhos atuavam em coordenação com o governo salvadorenho, havendo muita repressão e incursões ao interior do acampamento. No ano de 1984 em uma das tantas incursões dos soldados hondurenhos houve um massacre onde morreram quatro pessoas. A repressão era constante para obrigá-los a sair de Colomoncagua e se dispersar no território hondurenho.

De fato existia uma comunicação fluida entre o acampamento e o movimento guerrilheiro. Trata-se de uma das questões mais silenciadas pela comunidade ainda hoje. O acampamento estava sujeito aos lineamentos que o ERP passava, entre eles se encontrava o abastecimento de alimentos e vestuário que eram produzidos em seu interior. Isto se fazia através de pessoas que chegavam da frente de guerra e se reuniam com as lideranças do acampamento.

Había un vínculo porque de aquí de la zona mandaron de la guerrilla mandaron gente... un grupo de coordinadores... ese no era público.... era una organización... este... había gente que estaba haciendo coordinadores de organización le llamaban porque eran los que estaban dando los lineamientos políticos... Interno. Había gente que... era digamos... era político pues de organización que estaba recibiendo líneas de aquí del frente para implementar digamos esas líneas políticas al interior de los campamentos. Había uno de organización por cada campamento que ese se reunían siempre para después ir a hacer digamos...ir a impartir esos lineamientos. Vaya por ejemplo se hacían las reuniones generales esa gente hablaba como estaba la situación aquí, como iba el avance de la guerra a parte de lo que oíamos la Venceremos y que había que ir haciendo (**Entrevistada D**).

Os lineamentos do ERP eram passados de forma vertical e tinham que ser seguidos sem questionamentos, isto não interferia com a autonomia que a comunidade de refugiados tinha para se auto-organizar e tomar suas próprias decisões quanto às atividades cotidianas. Um dos

lineamentos mais polêmicos e em torno do qual ainda existe muita resistência a ser mencionado é a questão do funcionamento ao interior do refúgio das “escolinhas especializadas” para adolescentes que estavam a cargo de instrutores vindos da frente de guerra. Em estas escolas participavam jovens especificamente selecionados e recebiam uma educação especial avançada. A **Entrevistada K** que participou nessas estruturas as descreve como algo extremamente positivo para a comunidade:

fijese que yo sentía que eso de haber tenido esos grupos valió la pena, porque de allí salieron jóvenes preparados para darle continuidad a la comunidad, muchos de ellos, para darle continuidad a la comunidad en saltos mas amplios pues, vaya como le diría pues por ejemplo los jóvenes allí aprendían más y las comunidades los reconocían como los jóvenes mas formados, mas líderes, ya ellos a parte de ir a la escuela sabían mecánica, a parte de ir a la escuela ellos sabían deporte, se especializaban en eso o se especializaban o en arte en diferentes cosas [...] (**Entrevistada K**).

Ela comenta que eram formados para ser jovens modelo que encarnassem o espírito coletivo e os valores solidários do refúgio. Eram o orgulho do acampamento e verdadeiras lideranças. Frequentemente faziam mutirões para auxiliar na limpeza dos barracos de anciãos, no atendimento de feridos e, segundo ela era opção dos jovens se incorporar à guerra. Eram preparados física, ideológica e politicamente além de receber a educação normal até a 9ª série. O funcionamento destas escolas era completamente clandestino. A guerra mudara suas características e como vimos anteriormente, em meados da década de 80 com a reestruturação das forças armadas sob orientação dos assessores militares norte-americanos a guerrilha começou a sofrer baixas e deserções. A **Entrevistada N** que chegara ao acampamento já adulta e com três filhos conta uma história bem diferente sobre as escolinhas:

Ya el niño cuando iba de 11, 12, 13 14 años... “ya usted ya está bueno”, lo preparaban, habían escuelas donde los preparaban, los capacitaban en algún trabajo, los formaban un poco ideológicamente, también lo preparaban intelectualmente también, ya cuando venían acá [al frente de guerra] ya venían concientes a lo que venían, ellos estaban aparte los que se estaban preparando para venirse para acá, eran aparte. No eran los maestros populares, ya era gente ya preparada, más preparada políticamente, ideológicamente. Para hacerles conciencia a lo que venían. ¡Ayyy era triste...! pero les hacían conciencia también, que no había otra era bien complicado porque ya las mamás ya sabían a lo que venían y sinceramente muchos a caer vinieron, sufrir por... la situación no permitía ¿y cómo? había necesidad de incorporación sino no se hacía la guerra, era triste, mis niños estaban pequeños por eso se salvaron (**Entrevistada N**).

A comunidade desenvolveu uma série de estruturas para se auto-organizar e processos de toma de decisões, coordenação e distribuição de recursos. Foram desenvolvendo as tarefas pouco a pouco, cometendo inúmeros erros e corrigindo-os no caminho. Havia vários mecanismos para a correção, um dos mais importantes eram as reuniões de crítica e autocrítica. Outro mecanismo

visava à proteção de crianças e mulheres e para tal havia a intervenção de um comitê em situações de violência intrafamiliar, descuido das crianças e problemas entre casais:

Yo recuerdo de los viejitos que al principio decían que “con los casados no había que meterse” si eran pareja ellos hacían su vida y no había que meterse, pero... al final si la misma gente de la organización tomo conciencia de que había violencia intrafamiliar, muchas veces los esposos golpeaban a las mujeres se daba otro caso que las mujeres se peleaban con los hombres, y a veces se agarraban del pelo en cualquier lugar se peleaban por los hombres, entonces eso lo resolvía un colectivo se llamaba el colectivo de organización, entonces ellos iban y reunían a toda la familia, sentaban a esas parejas, o si era posible reunían a todos los involucrados si eran dos mujeres peleando por un hombre, se sentaba a los tres y se les hacía conciencia vea, y se les daban charlas de valores entonces allí ya con eso se concientizaba a la gente... incluso todos intervenían, porque yo recuerdo que en esos colectivos había alguien de pastoral, había alguien de la organización, había alguien educación... (Entrevistada K).

Em 1986 inicia uma nova fase da guerra que só terminará em 1991. Após a reestruturação da FMLN, se parte para uma fase ofensiva. Contudo esta fase estará marcada pela paulatina aceitação ao interior das organizações guerrilheiras da necessidade de uma negociação política com o governo para dar fim ao conflito armado. Um ano marcante para o país e para todo o desenvolvimento posterior da guerra é 1989 quando sobe ao poder executivo uma oligarquia financeira com características diferentes das tradicionais oligarquias cafeeiras.

Essa oligarquia surge em finais da década de setenta a partir de um processo de reorganização das classes dominantes para a retomada do controle do Estado. Não se trata da oligarquia tradicional senão de uma oligarquia que se transformara com o desenvolvimentismo impulsionado pelo capital estrangeiro, acentuando seu caráter capitalista com o que se intensificou seu deslocamento às atividades industriais, bancárias e financeiras. Em 1980 Roberto D'Aubuisson, autor intelectual do assassinato de Monsenhor Romero e organizador dos esquadrões da morte, funda o partido *Alianza Republicana Nacionalista* (ARENA) que exprime este primeiro esforço de reorganização política da extrema direita para dar forma a um projeto alternativo tanto ao nascente projeto insurgente da FMLN, quanto às reformas com repressão impulsionadas pela tríade militares, governo dos Estados Unidos e *Partido Demócrata Cristiano*, no poder desde 1984⁵³.

O partido ARENA se constitui a partir da transformação de um núcleo da oligarquia, que sem abandonar sua base agro-exportadora aumenta as atividades financeiras. Com o fracasso do

⁵³ Através da Junta Revolucionária de Governo de 1980, e coincidente com o programa reformista do PDC, membro da Junta, os Estados Unidos impulsionaram novamente uma série de reformas tendentes a diminuir o apoio camponês ao movimento guerrilheiro. O projeto caracterizado por reformas com repressão se traduziu na implementação de uma reforma agrária bastante parcial, a nacionalização da banca e do comércio exterior junto com o vertiginoso aumento das torturas e eliminação física da oposição. Roy Prosterman, um dos principais arquitetos da reforma agrária no Vietnã, foi chamado para implementar a terceira fase que consistiu na distribuição de terras a pequenos proprietários individuais. A reforma agrária se realizou de forma parcial sem aliviar a pobreza tornando inevitável a eclosão da guerra civil na década de oitenta.

modelo desenvolvimentista em 1970, aparecem em primeiro plano as instituições financeiras que incrementam sua atuação a partir de então. O capital obtido com as operações agro-exportadoras e o capital estrangeiro são destinados cada vez mais a operações financeiras em torno à especulação imobiliária que oferece altos lucros. Arce Zablah salienta que “estes lucros especulativos não são realizados entre a simples compra e venda do terreno, senão financiando em eles a construção de projetos urbanos comerciais e de projetos turísticos” (1975:89). Outras atividades desta nova oligarquia se direcionam à tentativa de desenvolver a indústria de exportação se aferrando ao capital estrangeiro, esta realidade se expressa com “a criação das Zonas Francas e do Comitê de Exportação ambos orientados a provocar o fluxo de capital estrangeiro do país e a ele se associar para obter as vantagens que dele se derivam e artificialmente sustentar a economia do país” (ARCE ZABLAH, 1975:89). O mesmo autor, em contraposição a teses atuais que indicam que a guerra civil salvadorenha colocou fim ao modelo oligárquico no país, dando passo a uma nova burguesia financeira com o enfraquecimento do poder oligárquico, salienta já em 1975 que:

A consolidação da hegemonia deste setor financeiro com base oligárquica agroexportadora, é realizada dentro de um marco de acirramento das contradições da estrutura econômica do país. É preciso aclarar que não se trata de um novo setor de classe que vem para disputar a hegemonia a outro. É a substituição de um tipo de hegemonia oligárquica por outro (ARCE ZABLAH, 1975:89).

Este novo grupo oligárquico não rompe radicalmente com o caráter estamental e a visão de mundo da oligarquia tradicional, muito menos com seus irrevogáveis superprivilégios de classe. O predomínio das atividades especulativas e financeiras que realizam reforçam seus conteúdos autoritários e parasitários e aumentam a superconcentração de riqueza num grupo cada vez menor. Será com este novo setor da oligarquia salvadorenha que a comandância da *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* negociará e assinará os Acordos de Paz em 1992.

Consolidada no poder político com maioria na Assembléia Legislativa e a chegada ao poder executivo em 1989, a oligarquia financeira inicia através de ARENA reformas econômicas e políticas que modificaram a estrutura econômica do país. Neste mesmo ano a FMLN, através de Joaquín Villalobos máximo comandante do ERP e membro da comandância geral da FMLN apresenta um documento chamado *Perspectivas de Victoria y Proyecto Revolucionário*, que será o preâmbulo da chamada revolução democrática. Este documento está saturado de análises triunfalistas e proclamará uma revolução sem esquemas preconcebidos, flexível, pluralista e democrática contraposta a uma revolução socialista e à implantação do “socialismo real” em El Salvador. A aliança operário-camponesa é substituída por um sujeito amplo pertencente às camadas médias mantendo uma mudança radical da estrutura agrária junto a uma democracia

pluralista. É importante ressaltar que em 1987 a FDR, ala social-democrata da coalizão que compunha o braço político e diplomático da FMLN, volta da clandestinidade e participa nas eleições. Não se rompe a coalizão com a FMLN, porém há divergências. A social democracia aglutinada em torno da Convergência Democrática participa também nas eleições de 1989⁵⁴.

A FMLN lança uma proposta da negociação, mas é recusado pelo novo governo de ARENA. Ante a negativa de sentar à mesa de negociações, a FMLN empreende uma nova ofensiva final atacando vários objetivos militares ao longo de todo o país e concentrando forças na capital. Os combates e enfrentamentos terão duração de dois meses e novamente não haverá a insurreição popular esperada pela guerrilha. Nenhuma das duas forças militares consegue o triunfo, mas o poderio militar mostrado pela FMLN obrigará à nova oligarquia financeira a negociar. De modo que, três anos antes do fim da guerra, paralelamente ao início do processo de “diálogo” com as lideranças do movimento guerrilheiro, as políticas neoliberais ditadas pelo Consenso de Washington começaram a se implementar em El Salvador⁵⁵.

Neste mesmo ano, a comunidade no refúgio decide voltar mesmo sem a guerra ter acabado e no meio da ofensiva final iniciada pela guerrilha. Tratou-se de um lineamento do ERP ou de uma decisão coletiva de toda a comunidade? Isso não fica muito claro nos depoimento das mulheres. Certamente voltavam ainda sob condições de guerra, desarmados, supostamente para pressionar ao governo e ocupar território. Vinham dispostos a colocar em prática as relações sociais e as relações de produção aprendidas ao longo dos anos de exílio. Traziam o projeto de instalar fábricas em Morazán cujo germe surgira a partir das oficinas e dos processos produtivos que aprenderam no refúgio. No entanto, uma série de obstáculos lhes impediu atingir estes objetivos de produção e de construção de uma nova sociedade que eles consideravam seria modelo para o país.

Decerto, a experiência em Colomoncagua foi uma situação excepcional: uma economia fechada com o inconveniente de ser totalmente dependente da ajuda externa. No entanto, a subjetividade dos acampados mudou no sentido de entender que para enfrentar as dificuldades do exílio, deviam se auto-organizar e agir como comunidade. Constituíram uma organização

⁵⁴ Incidem na construção do ‘clima’ de diálogo e resolução de conflitos o Grupo Contadora de 1983 para mediar o conflito Nicarágua-Contras e o processo de Esquipulas. Em 1987, em Esquipulas II os presidentes da região centro-americana aceitam promover a resolução dos problemas pela via do diálogo. O governo salvadorenho se compromete neste pacto, mas não cumpre com o respeito aos direitos humanos.

⁵⁵ Através da criação em 1983 da *Fundación Salvadoreña para el Desarrollo Económico y Social* (FUSADES), a oligarquia salvadorenha impulsionou a produção e difusão de conhecimento, de análises e de propostas de políticas econômicas centradas em dois eixos: a integração da elite empresarial ao espaço político e a reorganização da economia do país com um projeto radicalmente diferente ao do PDC. Este projeto, baseado na livre empresa e na iniciativa individual, retomou as medidas de liberalização econômica da Escola de Chicago preconizadas por organismos como a USAID, o BM e o FMI.

social coesa e relações sociais caracterizadas pela busca do bem comum, da mística e da solidariedade. As palavras da **Entrevistada N** resumem as mudanças pelas quais haviam passado:

Yo siento que fue una escuela... una escuela para todos [...] Allí aprendimos no solo a leer y a escribir, aprendimos... fueron tres objetivos, la lucha que yo le digo, vivir en comunidad después de vivir una vida individual es difícil. Aprendimos a leer y a escribir, a vivir una vida comunitaria y aprender a hablar, nosotros no podíamos hablar, cada quien viviendo en su ranchito ¿con quién iba a hablar? si de una casa a la otra había 1 km no había mucha casa cerca, no había mucha comunicación con gente, más nosotros que solo trabajando pasábamos, nunca... no disfrutábamos de una vida sociable, donde pudiéramos hablar, intercambiar esa vida no era así tanto, entonces por eso les digo yo que el refugio fue una escuela importante para todos. (**Entrevistada N**).

Capítulo 4

IMPACTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL EM EL SALVADOR: NOVOS PADRÕES DE DOMINAÇÃO E DEPENDÊNCIA.

“Ese es el drama. No hay más que ellos. No sé si te acuerdas del principio. Fue hace tan poco, pero parece tan lejano... cuando no importaban los jefes. Cuando esto se hacía no para elevar a un hombre, sino a todos” (Carlos Fuentes).

4.1 Os Acordos de Paz nos anos 90: um marco legitimador do neoliberalismo

Os Acordos de Paz assinados em 16 de janeiro de 1992 no Castelo de Chapultepec na cidade de México entre o governo de El Salvador e a comandância da FMLN deram fim à guerra e se tornaram o marco legitimador das reestruturações econômicas e político-institucionais neoliberais implementadas três anos antes de acabar o conflito armado. Estas se consolidaram no período de pós-guerra e expressam, em essência, o novo padrão de dominação e dependência dos países centrais em um momento histórico de crise estrutural do capital que vêm impactando nos últimos 25 anos de maneira extremamente negativa as classes populares do país.

A estratégia norte-americana de promover uma democracia de fachada funcionara com as eleições de 1984 e a chegada ao poder dos social-cristãos: amplos setores e organizações sociais, sindicatos, centros universitários e partidos políticos se movimentaram intensamente pela paz desde meados da década de 80 e criaram todo um clima encaminhado a dar fim à guerra. Atualmente, todos estes setores concordam com o fato de que os Acordos de Paz abriram o caminho para a pacificação e a transição democrática. Através dos Acordos se reestruturou o exército dando fim aos governos militares e às organizações paramilitares que perpetravam uma desmedida violência política; também iniciaram um período no país onde se colocou em pauta os direitos humanos como conceito de validade universal e a importância de seu fortalecimento através da desmilitarização do Estado e a criação e reestruturação de instituições governamentais garantes da justiça. A consolidação do sistema eleitoral e a abertura de novos espaços na política partidária para setores de esquerda, outrora perseguidos pela ditadura, foram os caminhos idealizados para concretizar uma distribuição mais equitativa do poder político e a consolidação da democracia formal.

No entanto, os Acordos de Paz prepararam as condições para a estabilidade requerida aos objetivos de acumulação de capital interna e externa mediante dois processos simultâneos iniciados antes do fim da guerra: a reforma política que levou à implementação de um marco

jurídico-institucional como suposta garantia para os direitos civis e políticos dos indivíduos, dando ao país a ilusão de usufruir um “Estado de Direito” através da criação de ‘modernas’ instituições e mecanismos para ampliar a governabilidade, a transparência, a participação cidadã e a “igualdade democrática” de todas as forças políticas dentro do sistema legislativo; e a reforma econômica através da aplicação do Programa de Ajuste Estrutural (PAE) e o Programa de Estabilização Econômica (PEE)⁵⁶.

Impostas como única receita para o desenvolvimento de todos os países latino-americanos, as ortodoxas recomendações do “Consenso de Washington” em que se fundamentaram o PAE e o PEE, não passavam de uma incongruente colcha de retalhos de diversos enfoques teóricos contraditórios que falseavam a realidade apregoando “modernização” e “progresso” para o continente⁵⁷. De forma geral, ambos os programas tinham por objetivo uma série de reestruturações para resolver a crise da dívida externa em que afundara a América Latina na década de oitenta. A situação de dependência conduziu os países latino-americanos a fazer astronômicos empréstimos para suprir a falta de recursos financeiros na realização das atividades econômicas. O total da dívida, as taxas de interesse e as condições de pagamento vigentes se tornaram impossíveis de afrontar, situação que ameaçou com colapsar o sistema financeiro internacional e razão pela qual os organismos financeiros internacionais (BM, FMI, BID) optaram por renegociar a dívida para “dar a possibilidade” aos países de reestruturá-la e “facilitar” o acesso a mais financiamento. Os novos empréstimos foram condicionados à aplicação dos reajustes estruturais através dos quais se liberaram recursos do Estado para pagar a dívida e reformas institucionais e políticas foram implementadas para complementar o PAE e o PEE: tratava-se em essência do receituário neoliberal que significou para El Salvador uma série de contrarreformas econômicas, jurídicas e institucionais tendentes à liberalização econômica.

Dois processos que longe de contraditórios, se complementavam para favorecer o a expansão do capital e sua acumulação da riqueza socialmente produzida através de formas brutais

⁵⁶ As mudanças se concentraram no âmbito político e institucional, a maioria realizada nos anos de pós-guerra: a depuração das forças armadas e eliminação dos corpos de segurança vinculados à repressão e desaparecimento de milhares de salvadorense, a reestruturação do *Tribunal Supremo Electoral* e da *Corte Suprema de Justicia*, a criação da *Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos* e da *Policía Nacional Civil*. No âmbito político: a desmobilização da guerrilha e a subsequente legalização da FMLN como partido político. Alguns pontos do âmbito socioeconômico nos Acordos, como o Programa de Transferência de Terras e a criação do *Foro de Concertación Económica y Social*, foram parcialmente cumpridos ou totalmente abandonados.

⁵⁷ O “Consenso de Washington” é um acordo pactuado entre representantes do complexo político-econômico-militar-intelectual: BM, BIRD, BID, Reserva Federal dos EUA, Agências Econômicas e funcionários do governo dos EUA, membros do Congresso e grupos de expertos (MORENO, 2004:79). Entre os enfoques teóricos utilizados para fundamentar as recomendações está o enfoque monetário da Balança de Pagamentos, a teoria da absorção, a teoria quantitativa do dinheiro e o enfoque ofertistas, entre outros (MORENO, 2003:30).

de exploração do trabalho, da desmontagem da organização popular surgida durante a guerra e dos sindicatos tradicionais e da depleção dos recursos naturais⁵⁸.

No jogo econômico da articulação dependente, Florestan Fernandes salienta que a “dependência não é uma mera ‘condição’ ou ‘acidente’. A articulação estrutural de dinâmismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do pólo econômico hegemônico, aceita como *compensadora, útil e criadora* pelo outro pólo” (1975:54). Desta forma, a burguesia externa coloca as regras do jogo aos países periféricos para aumentar suas vantagens econômicas, enquanto que as elites internas veem na garantia das condições para acumulação de capital da primeira o meio ‘seguro e rápido’ para atingir seus próprios objetivos de acumulação. Mais do que um novo modelo para o desenvolvimento econômico e social em favor da classe trabalhadora pela geração de mais empregos, como foi apregoado por FUSADES em 1985, trata-se de uma mudança estrutural que não superou a dependência nem os crônicos problemas sociais que esta acarreta⁵⁹.

As contrarreformas neoliberais colocaram a supremacia da “racionalidade” do mercado na adjudicação de recursos em detrimento das intervenções estatais. As contrarreformas em El Salvador podem ser resumidas da seguinte forma: **a) Reestruturação do Estado:** remanejamento da burocracia estatal para combater sua ineficiência e diminuir os gastos (14,000 funcionários públicos perderam seus empregos); privatização de empresas estatais em setores estratégicos e de utilidade pública com prioridade para o capital transnacional que passa a controlar estas empresas de forma monopólica; e novos marcos institucionais e legais para estimular o capital nacional; **b) Abertura e desproteção do setor externo:** estimulou a penetração do capital estrangeiro e levou a um acelerado e assimétrico processo de desgravação tarifária perante um cenário de barreiras protecionistas dos países centrais na produção agropecuária e industrial⁶⁰; isenção de impostos às exportações de *commodities* e às importações de bens de capital do setor industrial das empresas nacionais, fato que conduziu à “maquilização” do país para dinamizar a economia⁶¹; **c)**

⁵⁸ Muitos autores salvadorense afirmam que o descompasso entre a reestruturação política e a reestruturação econômica seria a causa da interrupção ou das dificuldades encontradas no processo de transição democrática em El Salvador. Muito pelo contrário, ambas as reestruturações estão perfeitamente articuladas para ‘estabilizar’ o país e favorecer o capital estrangeiro e nacional.

⁵⁹ “O modelo proposto por FUSADES há 20 anos enfatizava o aspecto econômico por considerar que nenhum objetivo de caráter social pode ser atingido se não existem os recursos necessários para financiá-los. A partir de tal premissa se determinou que o objetivo geral do modelo ia consistir em ‘atingir em longo prazo um crescimento sustentável da economia e elevados níveis de emprego com base na diversificação e aumento da produção exportável, mediante o uso intensivo da mão de obra’” (PNUD, 2005:98).

⁶⁰ Segundo Raúl Moreno (2004:25), a partir de 1989 o teto tarifário de El Salvador diminuiu de 290% a 30%, e aumentou o piso de 0% a 5%.

⁶¹ Toda América Central se converteu em uma grande área de ensamblagem onde as empresas do setor usufruem incentivos fiscais, pagam parcialmente os custos de contratação e diminuíram os salários com o processo de flexibilização trabalhista. Em El Salvador, a maquila se caracteriza por estar centrada na produção têxtil e de confecção de grandes marcas de roupa esportiva que são exportadas aos Estados Unidos e utiliza uma força de trabalho eminentemente feminina com baixa qualificação para manufaturar produtos de baixo valor agregado e

Reforma Tributária e disciplina fiscal às custas da classe trabalhadora: o PEE pretendeu reduzir a instabilidade macroeconômica criada pelo Estado e os altos déficits fiscais gerando recursos que diminuíssem o endividamento externo através de redução e focalização do gasto público, afetando áreas de maiores necessidades sociais como saúde e educação por meio de uma reforma fiscal na qual se reduziram os impostos diretos (às exportações e ao patrimônio) ficando apenas o imposto indireto IVA ou imposto ao valor agregado que taxa em 13% o consumo dos trabalhadores sem levar em conta seus ingressos; **d) Intensificação da exploração do trabalho e aumento do desemprego estrutural:** através de contrarreformas jurídicas com um forte viés anti-sindical, os direitos trabalhistas são golpeados, salários são congelados e aumenta o desemprego estrutural⁶²; **e) Financeirização da economia salvadorenha:** El Salvador passou de uma secular economia agroexportadora baseada predominantemente no monocultivo do café a uma economia de serviços financeiros e comerciais controlado por um pequeno núcleo da nova oligarquia. Oligopolizado, o setor financeiro destinou poucos créditos aos investimentos produtivos, abandonando os setores industrial e agropecuário junto com a priorização de atividades financeiras especulativas⁶³.

Apesar do discurso ideológico de modernização do Estado e crescimento econômico, as contrarreformas não conseguiram torná-lo nem mais eficiente nem mais transparente, muito pelo contrário, o déficit fiscal e o endividamento se tornaram crônicos e aumentaram a situação de dependência estrutural do país e da América Central como um todo sem o crescimento econômico almejado. O PAE e o PEE pavimentaram o caminho para uma segunda e mais acirrada fase de expansão do capital: a implementação dos Tratados de Livre Comércio, no marco dos acordos internacionais impulsionados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo eixo se centra na desregulamentação de capitais em inúmeros âmbitos que transcendem o meramente comercial irrompendo em vários aspectos da vida de um país⁶⁴.

desarticulado das cadeias produtivas nacionais. A maquila, em El Salvador, gera 89 mil postos de trabalho precário (MORENO, 2004:27).

⁶² Moreno (2004:31) destaca a desigualdade na distribuição do PIB em El Salvador: 6,3% são absorvidos pelo Estado, 61,5% ficam para o setor empresarial e a remuneração aos trabalhadores é apenas de 32,3%.

⁶³ O setor de serviços contribuiu com 59% para o PIB, no ano de 2006, enquanto que a indústria e o setor agropecuário contribuíram com 19% e 23%, respectivamente (SALINAS, 2008:35).

⁶⁴ Moreno (2004:38) salienta que o enorme poder da OMC, afeta não apenas o comércio de bens e serviços, senão também o comércio de ideias ou propriedade intelectual, os investimentos, as compras governamentais, os subsídios e os mecanismos para resolução de controvérsias. Através de diversos tratados, a OMC também penetra em questões de agricultura, têxteis, produtos lácteos e carne bovina, e em áreas como educação, saúde e meio ambiente. Além de ser um organismo completamente antidemocrático por não permitir aos países periféricos incidir em suas resoluções (apesar de ser 75% do total de países membros) os submete ao compromisso do todo único. Isto obriga os governos a aceitar os acordos como um todo e não individualmente, algo inusitado em organismos multilaterais e que fere a soberania dos países envolvidos.

4.2 O milênio dos tratados de livre comércio e a dolarização.

A onda de assinaturas dos Tratados de Livre Comércio se inicia em 2000, através dos tratados bilaterais com México em 2001, Chile em 2002, Colômbia em 2010, Taiwan em 2008 e o de mais impacto na economia salvadorenha, o Tratado de Livre Comércio entre os governos da América Central e os Estados Unidos (TLC CA-EU pelas siglas em espanhol) que entrou em vigência em 2006⁶⁵. Seu objetivo é aprofundar a liberalização econômica para facilitar o acesso total e sem restrições dos recursos de um país às corporações transnacionais. Quatro elementos conformam a essência do seu núcleo: “liberalização dos serviços, a desregulamentação dos investimentos estrangeiros, o fortalecimento dos direitos de propriedade intelectual e o acesso irrestrito das transnacionais às compras de governo pela via das concessões” (MORENO, 2004:43). O TLC CA-EU foi anunciado pelo governo de ARENA como uma oportunidade para alavancar a economia do país através de isenções tarifárias de alguns produtos salvadorenhos exportáveis aos Estados Unidos e do fortalecimento da atividade das maquilas⁶⁶. Contudo, através do TLC CA-EU, os Estados Unidos impuseram uma situação desfavorável aos países centro-americanos criando uma lista de “produtos sensíveis”, muitos deles produtos agropecuários, que continuam protegidos mediante barreiras alfandegárias, medidas sanitárias e fitossanitárias e subsídios à produção⁶⁷. O impedimento da entrada de produtos centro-americanos de origem agrícola aos Estados Unidos trouxe como consequência a deterioração da soberania alimentar (MORENO, 2004:46)⁶⁸.

Através do clima gerado pelos Acordos de Paz e a retórica de pacificação, abertura democrática e fortalecimento institucional, escamoteou-se mais uma vez a crítica ao capitalismo e aos seus efeitos em países dependentes em função de colocar em primeiro plano um promissório desenvolvimento supostamente necessário para o progresso do país. No marco do sistema de reprodução sociometabólica do capital o domínio da riqueza sobre a sociedade inviabiliza toda e

⁶⁵ As negociações consistiram em várias rondas ministeriais e vice-ministeriais em que participaram as equipes negociadoras e as cúpulas empresariais dos cinco países da região e dos Estados Unidos.

⁶⁶ Os chamados produtos “nostálgicos” de exportação são os alimentos típicos salvadorenhos que os centos de milhares de imigrantes expulsos do país pelo desemprego estrutural procuram nos Estados Unidos. Apesar da gritante assimetria entre ambos países, o governo justificou o TLC CA-EU pela isenção tarifária destes produtos em troca da invasão de produtos norte-americanos com um alto valor agregado em El Salvador.

⁶⁷ O aumento do déficit comercial salvadorenho em relação aos Estados Unidos, no período de 2006 a 2007, foi de \$421 milhões, as importações para os países da América Central apresentam uma tendência ao crescimento enquanto que as suas exportações não se ampliam dentro do mercado estadunidense.

⁶⁸ Há uma lista de proibições aos governos a respeito da regulamentação de qualquer bem o serviço de investidores no país. Nas negociações o governo também apresenta uma lista de serviços que não liberalizará, todo aquele serviço que não estiver incluído na lista, estará sujeito à liberalização. Isto atinge, sobretudo empresas governamentais, aumentando as privatizações de serviços públicos e setores estratégicos como geração hidrelétrica, hídricos, transmissão elétrica, saúde, segurança social, telecomunicações, seguros, educação, correios, administração de portos e aeroportos (MORENO, 2004:49).

qualquer avaliação das premissas estruturais mais problemáticas e irracionais, trazendo como corolário, o fato de que quanto mais necessidade de mudança em direção a uma alternativa viável de reprodução sociometabólica, nas palavras de Mészáros (2011:217), “mais categoricamente os imperativos de funcionamento devem ser reforçados e mais estreitas devem ser as margens dos ajustes aceitáveis”.

Esta foi a lógica nefasta dos TLC, trazer mais do mesmo que o PAE e o PEE, porém com maiores restrições aos países que a ele se subordinam aumentando os impactos da irracionalidade do capital em sua lógica expansiva. Uma das características marcantes dos tratados é que se tornaram mais do que um simples acordo comercial: na verdade, os tratados são um instrumento de proteção jurídica das corporações transnacionais. Raúl Moreno explica a essência do mecanismo do TLC e suas conseqüências:

Conforme o marco constitucional de muitos países periféricos, *os acordos internacionais se convertem em lei ao serem ratificados*; esta condição possibilita que as disposições contidas no amplo leque dos acordos emanados da OMC, que pelos seus princípios e conteúdos coincidem plenamente com os PAE-PEE, *se convertam em lei das nossas repúblicas, subordinando automaticamente todo o marco jurídico secundário* - leis trabalhistas, ambientais ou de investimentos entre outras -. (MORENO, 2004:39, grifos meus).

Uma das questões mais controvertidas dos tratados de livre comércio é a cláusula não negociável investidor-Estado que confere total poder aos acionistas das corporações transnacionais. Através desta cláusula, os capitalistas estrangeiros têm a prerrogativa de processar os Estados, caso seus investimentos e expectativas de lucro sejam prejudicados, ainda que o Estado atue de forma legal e justificada. O juízo é levado a cabo em tribunais internacionais de natureza privada com leis estranhas aos países envolvidos e com uma clara desvantagem para os mais vulneráveis⁶⁹. Esta cláusula abre uma figura sem precedentes em tratados de investimentos, a chamada expropriação indireta, com a qual nenhuma medida ou política pública governamental - reformas tributárias, declaração de reservas ecológicas, exigir compras de insumos locais, empregar mão-de-obra nacional, etc. - pode afetar ou interferir nos superlucros das corporações, inclusive antes da realização dos investimentos⁷⁰.

⁶⁹ Entre esses tribunais para a resolução de controvérsias destacam o Centro Internacional de Arranjos de diferenças relativas a investimentos (CIADI), instância do Banco Mundial (BM) e a Comissão das Nações Unidas para o Arranjo Mercantil Internacional (CNUDMI) circunscrita à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

⁷⁰ Esta situação se perfila nas comunidades empobrecidas de Cabañas no norte de El Salvador onde se encontrou ouro nas rochas das montanhas. A transnacional mineira de origem canadense *Pacific Rim* obteve licença do governo para inspecionar a área em 2006, porém não conseguiu iniciar a exploração devido à resistência das populações locais, de ONG's ambientalistas e setores progressistas da Igreja Católica. O processo de extração do ouro requer cianureto, sais de chumbo e outros elementos que contaminariam os mantos aquíferos e a nascente do Lempa, principal rio salvadorenho. A *Pacific Rim* anuncia a sustentabilidade do projeto com seu *slogan* “mineração verde” e promete milhares de postos de trabalho aos moradores do lugar. Dividiu as comunidades e causou distúrbios que levaram ao seqüestro, tortura e assassinato de lideranças locais opositoras ao projeto. A não concessão das licenças

Os tratados de livre comércio resolvem, pela “via pacífica” e de forma unilateral, a contradição de difícil resolução entre a tendência de desenvolvimento econômico das corporações transnacionais e as restrições a elas impostas pelos Estados nacionais (MÉSZÁROS, 2011:227). Historicamente, países como os centro-americanos, se caracterizam pela incompletude na formação dos seus Estados nacionais, na medida em que as classes populares e as classes médias são permanentemente subordinadas e excluídas da participação econômica, social, cultural e política, em função das vantagens econômicas e a apropriação da riqueza das classes dominantes, fato que impossibilita uma verdadeira soberania nacional baseada na universalização da participação e do acesso à riqueza produzida. Florestan Fernandes explica essa incompletude dos Estados nacionais latino-americanos pelo congelamento do processo de descolonização:

O período de transição neocolonial é muito prolongado na maioria dos países e neles o Estado capitalista constitui uma *feitoria ampliada* pela qual verdadeiras burguesias compradoras utilizam o monopólio do poder político como elemento de barganha nas transações mercantis com o exterior. Nos poucos países que isso não acontece, por sua vez, as classes burguesas segregam mais ou menos (às vezes quase completamente) o Estado da Nação, tomando através do primeiro, decisões políticas em nome desta [...] (FERNANDES, 1981:81, grifos do autor).

O Estado neoliberal não varia muito dos seus predecessores pelo fato de continuar a ser um instrumento de acumulação de capital das classes dominantes. De fato, as grandes transnacionais não teriam o poder e a penetração que têm senão fossem sustentadas pelos Estados das nações capitalistas dominantes onde se originam. No entanto, o impacto do neoliberalismo e suas mazelas se acirram nos países dependentes e a duplicidade de caráter do Estado aumenta (não é um Estado necessariamente fraco ou em vias de extinção como muitos autores argumentam), no sentido que apresenta suas funções diminuídas nas áreas sociais, mas é forte na hora de resguardar e privilegiar os interesses do grande capital, o que dizer da violência estatal na hora de reprimir a massa de trabalhadores jogados à informalidade pelos efeitos do desemprego estrutural derivado da atuação das transnacionais nos países latino-americanos.

Não se trata apenas da falta de vontade política, incapacidade ou atos corruptos dos governantes de turno para governar ou para implementar políticas públicas que minimizem as mazelas sociais do desemprego estrutural. As políticas públicas não são em absoluto eficientes

para exploração gerou o “descontentamento” da transnacional que está processando o Estado salvadorenho sob o marco do Tratado de Livre Comércio (TLC) no CIADI por \$77 milhões devido a ‘perdas de lucros futuros’ e violação de contrato (caso ela tivesse explorado as minas levaria 98% dos lucros deixando o restante para o Estado salvadorenho). Se o tribunal internacional favorece a empresa, El Salvador terá que pagar a milionária multa por infringir a cláusula investidor-Estado sob o TLC CA-EU. Apesar de ser uma empresa canadense, grande parte dos seus acionistas é de origem norte-americana, por isso é possível que o conflito com esta transnacional seja contemplado dentro do TLC CA-EU.

quando se trata de amenizar as explosivas contradições do capitalismo em sua fase neoliberal visto que a problemática central é a essência mesma do sistema sociometabólico do capital e não a atuação de uma transnacional isolada, portanto é a superação do sistema como um todo o que está em jogo e não são unos quantos arranjos parciais que resolverão os graves problemas de desemprego estrutural, devastação ecológica, violência generalizada, violência contra a mulher e miséria.

O Estado neoliberal na América Latina surge no contexto da crise estrutural do capital dos países centrais em sua corrida por deslocar as contradições em escala global; hoje mais do que nunca responde aos objetivos de acumulação capitalista, pelo qual, não é apenas o fato de que as margens de manobra de um governo se vejam limitadas na formulação de medidas legislativas ao querer contra-arrestar os perniciosos efeitos do neoliberalismo, tudo o contrário, é do próprio âmago do Estado onde se origina a impossibilidade de solucionar as cada vez mais crescentes contradições do capital na sua fase atual de desenvolvimento e de garantir os direitos mais elementares da população, que dirá a continuação da vida humana. Torna-se por isso vital apontar:

para as contradições cada vez maiores do sistema de capital e suas iníquas hierarquias e relações de poder internacionais. [...] Porque o remédio deve ser aplicado a algum mecanismo crucial do sistema como um todo, com sua relação geral de forças, senão se quiser que as indeterminações estruturais desta última anulem a intervenção legislativa prevista (MÉSZÁROS, 2011:230).

Todo o palavreado da “ciência política” formalista no que se refere à institucionalidade e direitos humanos - cidadania ativa, governança, governabilidade, empoderamento, *accountability* - se torna vazio perante a realidade dos tratados de livre comércio cujas cláusulas legitimam juridicamente a atuação irracional do capital e reafirmam os parâmetros hierárquicos e contraditórios de funcionamento do sistema, transformando os privilégios de um punhado de acionistas das corporações transnacionais em direitos irrevogáveis em detrimento dos direitos humanos e da vida mesma de populações inteiras.

As teorias burguesas que defendem de maneira abstrata os “direitos do homem” são intrinsecamente suspeitas, porque também defendem os direitos de alienabilidade universal e posse exclusiva e, dessa maneira, contradizem necessariamente e invalidam de modo efetivo os mesmos “direitos do homem” que pretendem estabelecer (MÉSZÁROS, 2008:159).

O discurso dos benefícios do livre mercado pelo aumento da competitividade das empresas nacionais mediante a transferência de tecnologias foi usado pelas classes dominantes para justificar a ratificação do TLC. Através deste se atrairia mais “inversão estrangeira, mais emprego, aumento das exportações aos Estados Unidos, menores preços e maiores oportunidades que se traduziriam num maior desenvolvimento econômico e social” (SALINAS,

2008:34). Porém, não se mencionou nada sobre as profundas assimetrias entre os países periféricos e as corporações transnacionais estadunidenses em termos de tecnologia e competitividade. Através do TLC estas corporações exigem o Trato Nacional ou Trato de Nação mais favorecida o que atribui uma suposta igualdade de condições às empresas salvadorenhas e significa sua falência ou a compra pelo capital estrangeiro, sem mencionar os resultados sobre a classe trabalhadora quando uma empresa local tem que afrontar produtos importados mais baratos e de melhor qualidade, fabricados com tecnologias avançadas: para se tornarem competitivas pressionam os salários para baixo e aumentam a precariedade das condições de trabalho. De fato, o desemprego estrutural, produto da abertura comercial, é a grande mazela social no período de pós-guerra salvadorenha, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

[...] oito de cada dez pessoas que oferecem sua mão-de-obra no mercado de trabalho salvadorenha apresentam algum déficit de trabalho, seja porque não contam com emprego, as condições em que trabalham são precárias ou seu trabalho carece de um mínimo de cobertura social ou de uma remuneração justa (PNUD, 2007-2008:65)⁷¹.

Aos impactos dos tratados de livre comércio em El Salvador haveria que acrescer os efeitos negativos trazidos pela dolarização que só aumentaram o grave problema de desemprego estrutural. O pequeno país centro-americano se tornou o único na região a instituir a eliminação da sua moeda, o Colón, e substituí-la pelo dólar norte-americano. Esta medida, mais do que técnica, ao contrário do que anunciaram os seus impulsionadores, é na realidade política visto que foi implementada em favor de um cada vez mais reduzido núcleo de empresários vinculados ao capital financeiro nacional e internacional. Foi anunciada como a solução para eliminar o risco cambiário, diminuir as taxas de interesse e estabilizar e reativar a economia depois de um período de estagnação entre 1995 e o ano 2000. Através da aprovação em 2000 pela Assembleia Legislativa da “Lei de Integração Monetária” se estabeleceu o dólar norte-americano como moeda legal para todas as transações econômicas e financeiras em todo o país, sem nenhum debate ou discussão nacional sobre os efeitos que traria para a população.

Um dos custos mais altos a serem pagos pela dolarização é que o Estado salvadorenha perdeu um instrumento de política monetária para o manejo dos impactos das crises

⁷¹ Segundo o mesmo relatório, a taxa de subemprego aumentou para 40,3% em 2001 e continuou se elevando em 2006, chegando até 43,3%. Apesar de não ser especificado, pois é muito mais conveniente divulgar taxas de desemprego de 6 a 7%, esta taxa reflete o desemprego estrutural pela situação de desemprego aberto na qual centenas de milhares de salvadorenhas caíram no pós-guerra. Góchez (2008:19) aponta que a partir da década de 1990 o índice de salários reais teve uma queda tendencial e a partir de 2004 se torna cada vez mais acelerada. Os salários mínimos do setor urbano e rural, de 1998 a 2002, não subiram além de \$144 e \$78,17 respectivamente. Ainda, o maior salário mínimo urbano não bastou para cobrir o custo da cesta básica 5,3% mais cara e a cesta de mercado superior um 306%. No setor rural a situação é ainda pior: o salário não cobre 43,2% da cesta básica e o custo da cesta de mercado é 694,6% vezes mais cara (CARDONA 2006:43-44).

internacionais. O Banco Central de Reserva perdeu funções importantes como a emissão de moedas e capacidade de exercer políticas monetárias e fiscais:

Com a dolarização se poderia dizer que se privatizou a emissão de moeda. O dinheiro, um bem público em toda economia moderna, não é emitido nem determinado pelo Estado. Mais bem, o dinheiro é emitido por um banco central estrangeiro (Fed. De USA), mas seu acervo nacional é majoritariamente determinado pela banca privada, também majoritariamente estrangeira. O estado salvadorenho não joga nenhum papel na determinação dos níveis, acervos e taxas de movimento do circulante monetário na economia nacional (GLOWER, 2010:93).

Segundo o mesmo autor, Carlos Glower (2010:113), um dos poucos críticos acérrimos da dolarização, esta política econômica significa o retorno a uma visão econômica do século XIX onde se postulava que um Banco Central não era necessário e só poderia constituir um fardo para a economia nacional.

Ao perder a capacidade de pôr em prática sua própria política monetária, o país tem como única via disponível a deflação, no âmbito da qual há uma redução de preços e salários reais na economia como um todo com um custo social crescente: o desemprego progressivo. A deflação também acirra os problemas da dívida pública e privada visto que a renda da produção baixa enquanto a carga da dívida aumenta: “Os shocks externos têm que ser moderados por ajustes no nível de produção e emprego ou por uma deflação, acirrando os problemas da dívida” (GLOWER, 2010:58).

Este é o cenário neoliberal onde o desemprego estrutural se tornou massificado e crônico sendo o fenômeno social que traz as contradições e antagonismos mais explosivos. Um dos setores especialmente afetados da classe trabalhadora é um grande contingente de homens jovens oriundos de famílias desintegradas pela ausência dos pais que emigraram internamente em El Salvador ou para os Estados Unidos em busca de emprego. O ciclo de desemprego-imigração se repete com estas novas gerações, mas muda de caráter quando se deparam com a marginalização também nos Estados Unidos e são deportados. Este círculo vicioso deu origem a gangues que foram se constituindo transnacionalmente a partir da violência com que são feitas as capturas e deportações. Os jovens imigrantes encontraram uma alternativa à sua exclusão ao interior destes grupos os quais com o tempo foram se tornando extremamente perigosos e atualmente muitos deles estão vinculados com os poderosos cartéis do narcotráfico internacional, especialmente os mexicanos, servindo-os como peões de distribuição de drogas. Além de suas atividades no tráfico de drogas, a extorsão da população e de estabelecimentos comerciais pequenos e medianos, eles mantêm uma acirrada rivalidade entre gangues que se resolve através de assassinatos. O aumento

da violência social no período do pós-guerra se tornara tão vertiginoso que excedeu o número de mortos diários nos anos de guerra⁷².

O desemprego é um profundo defeito estrutural do sistema sociometabólico do capital que se acirrou na década de noventa com o ataque frontal à classe trabalhadora por meio da imposição de leis anti-trabalhistas. A precarização e redução de postos de trabalho, assim como os baixos salários se articulam perfeitamente às exigências do capital para a extração de mais-valia: por meio de mais disciplina e eficiência, se subjugam trabalhadores em nome do aumento da produtividade e a competitividade a nível internacional. A precariedade trabalhista afeta às mulheres trabalhadoras em geral, sobretudo pela feminização do trabalho no setor de maquilas que é de grande peso na economia nacional⁷³. É aqui onde milhares de mulheres jovens são empregadas em condições de extrema precariedade e flexibilização trabalhista e com salários inferiores aos dos homens⁷⁴. As maquilas são exemplares no referente ao aumento dos ritmos e das jornadas de trabalho: isto se constitui como a superexploração de uma força de trabalho “dócil” que facilita ao capital a extração de mais-valia de maneira intensificada.

O informe de 2007-2010 da *Red Centroamericana de Mujeres en Solidaridad con las Trabajadoras de la Maquila* (REDCAM) aponta para uma série de violações dos direitos trabalhistas dentro dos quais se encontram: instabilidade trabalhista, pressão e maus tratos psicológicos por não atingir metas, acoso sexual, discriminação pela idade, por gravidez, por associação sindical, roubo das prestações do seguro social e a previdência, negação de licenças para passar consulta médica por doença ou por maternidade, entre outros. (REDCAM, 2007-2010:151-152).

A respeito do subemprego e desemprego, a situação é mais crítica para as mulheres em idade de trabalhar: “77,27% estão desempregadas ou subempregadas; a porcentagem equivalente para os homens é de 56,3%” (ARIAS, 2010:78). Milhares de trabalhadoras urbanas e rurais continuam a serem lançadas às ruas e subsistem através de atividades informais, único médio que encontraram para sustentar as suas famílias. Outro destino nada promissor é o das trabalhadoras

⁷² A escalada da violência em El Salvador castiga uma grande parte da população, sobretudo aquela constituída por homens jovens. O país apresentou o maior índice de violência juvenil regional e internacional para o ano de 2002 com tendência ao aumento, ultrapassando os índices da Colômbia. Segundo Waiselfisz (2008:98), a taxa por cada 100 mil jovens passou de 74,7 em 1995 para 92,3, em 2005. Quando se trata das taxas de mortalidade violenta na população total, El Salvador ocupa o primeiro lugar dentro dos 83 países estudados pelo mesmo autor, com uma taxa de 77,5 por cada 100.000 habitantes no ano de 2005.

⁷³ “Em 2005, em concordância com algumas fontes jornalísticas e analistas, a indústria contava com 84.000 trabalhadores e trabalhadoras, que representam aproximadamente um 65% dos empregos do sector industrial” (REDCAM, 2007-2010:135).

⁷⁴ “A média salarial mensal das mulheres é de US\$ 240.96 e a dos homens de US\$ 284.37, indicando que eles ganham em média 15.27% mais que as mulheres” (REDCAM 2007-2010:138). Ainda “na maquila, o salário real desde 1998 se deteriorara mais que nos setores de comércio e serviços e indústria, a perda de poder aquisitivo foi de quase um 18%” (ARIAS, 2010:94).

domésticas em casas de famílias de classe média e alta, uma situação de trabalho que antes da guerra já era precária pela falta de legislação e continua da mesma forma⁷⁵.

A impossibilidade de reprodução minimamente positiva da classe trabalhadora mostra que a capacidade de deslocamento desta explosiva contradição está chegando a seus limites mais absolutos e, como aponta Mészáros, ao espectro da incontrollabilidade destrutiva. “Os enormes lucros gerados por meio da exploração obscena do trabalho barato local (dos países do Terceiro Mundo) são um ingrediente essencial da saúde geral das transnacionais dominantes, com sede no coração do capital ocidental (...)” (MÉSZÁROS, 2011:340).

Apesar dos esforços do Estado por estimular a pequena e mediana empresa e fomentar postos de “trabalho decente”, este setor tem sérios problemas para se manter e competir com o grande capital transnacional⁷⁶. Baran e Sweezy, no seu trabalho sobre o capital monopolista, alertam para o fato de que se bem não é adequado abstrair ou isolar o efeito de uma corporação transnacional como único elemento de impacto em uma sociedade, também é impossível pensar que

a Grande Empresa e os pequenos negócios sejam qualitativamente iguais ou tenham igual importância para o *modus operandi* do sistema. O elemento dominante, o motor primeiro, é a Grande empresa organizada como corporações gigantescas, essas corporações são maximizadoras de lucro e acumuladoras de capital (BARAN; SWEEZY, 1966:52-3).

Os efeitos fragmentadores das grandes corporações transnacionais se manifestam no aumento do setor de serviços na economia em detrimento dos setores produtivos industriais e agropecuários que têm sido escassamente estimulados, por não dizer completamente desarticulados.

El Salvador aproveitou o tratado somente nos setores que beneficiam uma parte das empresas que formam [...] o grande capital nacional e [cuja] dinâmica é principalmente orientada à importação de produtos e a exportação de uns poucos, em detrimento das micro, pequenas e medianas empresas [...] o que leva ao enfraquecimento incessante da produtividade nacional (SALINAS, 2008:25).

⁷⁵ No âmbito dos trabalhos domésticos 9 de cada 10 trabalhadores são mulheres. A maior parte delas inicia entre os 15 e 20 e em 80% dos casos esta é a única experiência de trabalho ao longo de suas vidas, situação que se reproduz por gerações. Geralmente tem os piores salários, inclusive que os escassos homens que trabalham nesse setor. Um 90% das trabalhadoras domésticas não possuem um contrato formal, nem tem acesso à segurança social: em 1999, apenas 2,02% tiveram acesso e este índice se agravou em 2006 passando para 1,71%. Estão sujeitas a todo tipo de maltrato e violação aos direitos trabalhistas (VEGA; MARTÍNEZ; AMAYA; DUKE, 2010).

⁷⁶ O conceito de trabalho decente proposto em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e retomado pela Organização das Nações Unidas (ONU), é impulsionado como um paradigma a ser universalizado para a superação da pobreza e as desigualdades sociais. Além de ser assumido por estas duas organizações como um dos elementos para o desenvolvimento sustentável, o conceito de trabalho decente significa mais do que um emprego de qualidade com boa remuneração, o conceito é um modelo que busca o bem-estar social, o diálogo e a garantia dos direitos humanos dos trabalhadores. O conceito de trabalho decente não é problemático em si mesmo, seu problema essencial radica no contexto sócio-histórico no qual surge e a impossibilidade da sua concretização em tempos neoliberais, se convertendo em uma mera abstração para fazer frente aos graves problemas sociais gerados pela precariedade trabalhista.

O TLC CA-EU impulsionou o aumento vertiginoso do setor de serviços em El Salvador, que atualmente está centralizado nas atividades de especulação imobiliária e financeira, comércio de produtos importados, serviços agrários e turísticos, transportes e comunicações. No ano de 2006, este setor representava quase 60% do PIB nacional indicando que a economia salvadorenha deixara de se fundamentar nas atividades agropecuárias e industriais para dar passo a uma dinâmica consumista na sociedade. As atividades agroexportadoras tradicionais que sustentaram a economia durante décadas e a indústria baseada atualmente na construção de complexos turísticos e centros comerciais e a indústria de máquinas continuam a ter um desempenho muito menor do que o setor de serviços. A perversidade do sistema é tal que uma das principais fontes de renda para o consumo da enxurrada de produtos importados vem das remessas enviadas a seus familiares pelos salvadorenhos nos Estados Unidos que tiveram que emigrar devido aos impactos do desemprego estrutural causado pela liberalização comercial⁷⁷.

E não para por aí, com a dolarização, o capital financeiro internacional também se beneficia das remessas enviadas ao país pelos imigrantes salvadorenhos. Glower (2010:159) explica que “antes da dolarização esse fluxo de remessas se arrecadava no banco central, constituindo-se em reservas internacionais próprias do país. Hoje, esse fluxo de remessas as arrecada a banca estrangeira (80% dos ativos bancários)”. O capital financeiro internacional utilizou, em 2007, quando comprou os três bancos mais importantes do país, os milhares de milhões de dólares que os familiares dos próprios depositantes das remessas enviam anualmente. “Apenas com o fluxo de remessas do primeiro semestre de 2008, recuperaram a inversão, e não é exagerado dizer que essa compra foi quase de graça” (GLOWER, 2010:159).

A economia e a sociedade salvadorenhas funcionam à imagem e semelhança dos grupos de poder salvadorenhos que consolidaram sua hegemonia na década de oitenta, e cujo espírito mercantilista não se evaporou com a nova roupagem financeira que a articulação com o grande capital transnacional lhes fornecera, muito pelo contrário, antigos setores da burguesia mercantil se fortaleceram com o neoliberalismo. A crescente dinâmica importadora, que se potencializa num círculo vicioso com as remessas e a cultura de consumo que estas geram, tem impactos graves na soberania alimentar, aprofundando a vulnerabilidade estrutural de El Salvador perante as recessões e crises mundiais. A forte abertura comercial afetou pequenos produtores e trabalhadores agrícolas levando à desarticulação das comunidades rurais e à diminuição das

⁷⁷ Segundo o Banco Central de Reserva El Salvador recebeu remessas familiares por um total de \$ 3,969.1 milhões em 2013, registrando um crescimento anual de 1,5% em relação ao ano anterior. A renda anual de remessas aumentou em \$ 58,2 milhões em relação a 2012. Para o país, as remessas familiares representam um 15,9% do Produto Interno Bruto (BCR, 2014).

cooperativas camponesas. Estas acabaram por vender suas terras para pagar as volumosas dívidas financeiras que contraíram para tentar assumir os gastos com insumos agrícolas e agrotóxicos e competir com os produtos agrícolas importados dos Estados Unidos.

A falta de créditos, de assessoria e capacitação técnica, as pressões para o pagamento das dívidas, o crescimento acelerado das importações de produtos agropecuários, o parcelamento e vendas de terra, produziu a desarticulação desta forma de organização social existente; grande quantidade dos sócios ficou sem sua forma de sobrevivência e terminaram emigrando às cidades ou a outros países, especialmente aos Estados Unidos, aprofundando o processo de descampesinização da sociedade salvadorenha, invertendo-se a proporção urbano-rural da população, no passado majoritariamente rural (NIETO, 2007:87).

O desmantelamento e abandono do setor rural salvadorenho produziram uma expulsão sem precedentes de milhões de pessoas que foram forçadas a abandonar suas famílias e emigrar aos Estados Unidos. Segundo dados do PNUD (2005:40) “para que emigrasse o primeiro milhão de salvadorenhos foram necessários 48 anos decorridos entre 1951 e 1998, apenas quatro anos mais foram necessários (1998-2002) para enviar o segundo milhão”. Na década de 1990, período considerado de instauração da paz e começo da transição à democracia, o aumento do fluxo migratório aos Estados Unidos foi de 400%. Longe de haver uma redução, a tendência é o aumento da expulsão de seres humanos, os dados do PNUD para o primeiro semestre do ano 2005 apontam a uma média de 1.060 pessoas por dia⁷⁸.

Uma exorbitante elevação dos preços dos alimentos redundou num maior empobrecimento do campesinato rural situação que expressa a deterioração da soberania alimentar em El Salvador. Grãos básicos como milho, sorgo, feijão e arroz, nos quais se fundamenta a dieta salvadorenha, especialmente daquelas populações que não têm acesso à proteína animal, “tem sofrido os impactos da liberalização econômica [...] e apresentam uma tendência destrutiva de longo prazo que não tem projeção de parar, senão mais bem se acentuar” (SALINAS, 2008:32). Apesar de haver um pequeno aumento na produção destes grãos, a dependência produtiva com os Estados Unidos fez com que seus produtos agrícolas invadissem o mercado interno salvadorenho: “Em 2004 as importações já representavam 58,6% da produção nacional de grãos, em 2006 essa percentagem se elevou de maneira extraordinária e sob o TLC CA-EU [chegou] a 68,8%, reduzindo-se a 60,9% em 2007” (SALINAS, 2008:60)⁷⁹. O Programa

⁷⁸ Segundo o *Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos* dados mais recentes apontam para o fato de que o número de salvadorenhos imigrantes nos Estados Unidos se elevou de 937.170 pessoas em 2004 a 1.264.743 pessoas em 2011, o que significou um aumento médio anual de 46.796 pessoas e de 4,37%. Nesse período o fluxo migratório foi vigoroso com exceção de 2008, no qual a diminuição da demanda de trabalho nesse país contribuiu para um fluxo migratório de salvadorenhos ligeiramente negativo (CERVANTES, 2013:10).

⁷⁹ Os grãos básicos importados também encareceram: no ano de 2007 apresentaram o exorbitante aumento de 71% para o milho branco, 42% para o milho amarelo (que é importado dos Estados Unidos visto que não se produz no país), e 6,1% para o feijão (SALINAS, 2008:35).

de Alimentação Mundial da ONU reconhece que em El Salvador “as pessoas começaram a ter menos acesso à comida, e suas dietas diminuíram em qualidade, como resultado do encurtamento do seu poder aquisitivo, [...] a situação nas áreas rurais é especialmente séria porque cada lar pobre é hoje em dia ‘mais pobre’” (GUTIÉRREZ, 2008).

Outro problema que deteriora a soberania alimentar e possui impactos ecológicos é a ação monopolizante das corporações transnacionais que se expressa através da comercialização de caríssimos insumos agrícolas, agrotóxicos, e a liberalização de sementes transgênicas. Estas últimas entram sem qualquer medida de proteção “fomentando a dependência dos agricultores para produzir outras sementes ou produtos, conseguindo o controle do mercado e a invasão destes produtos que contaminam à saúde, ao ambiente e a agricultura” (LARIN, 2008:89). Mediante as cláusulas de propriedade intelectual, presentes no TLC, e a derrogação do artigo 30 da Lei de Sementes, que proibia a entrada de sementes transgênicas ao país, pelo Assembleia Legislativa e outros acordos internacionais realizados no âmbito da OMC, as transnacionais Monsanto e Syngenta têm o caminho facilitado para “explorar para seu benefício exclusivo as patentes de produtos com componentes vegetais e animais” (LARIN, 2008:90). O uso de sementes transgênicas não só violenta o direito de determinar o que deve ser semeado e produzido, mas também acaba com a cultura milenar e diversidade de sementes cultivadas pelas populações indígenas locais⁸⁰.

O aumento da demanda de cultivos para a produção de agro-combustíveis e para o consumo de animais é outro determinante na crise alimentar pelo abandono da agricultura de produção de alimentos e grãos básicos para a população. Priorizou-se o cultivo de oleaginosas e cana-de-açúcar com o objetivo de fornecer agro-combustíveis ao mercado norte-americano⁸¹. A Lei de Arrendamento de Terras está sendo discutida na Assembléia Legislativa para permitir o aluguel daquelas terras ociosas pertencentes a pequenos produtores sem os recursos suficientes para a produção agrícola. Investidores estrangeiros das corporações transnacionais com mais recursos poderão açambarcar estas terras para utilizá-las com maior ‘rendimento e produtividade’.

A 13 anos da dolarização e oito anos do TLC, a economia salvadorenha se encontra numa profunda recessão e sem poder resolver os crônicos problemas sociais como a violência e a emigração. Em estudo recente, Moreno salienta a vulnerabilidade do país, a acirrada deterioração

⁸⁰ Após haver privatizado as instituições públicas reguladoras e abastecedoras de alimentos e sementes, Alfredo Cristiani, ex-presidente salvadorenho negociador dos Acordos, e mal chamado ‘o presidente da paz’, vendeu sua empresa distribuidora de sementes “*Semillas Cristiani Burkard*” à Monsanto. Atualmente a transnacional mantém o monopólio “do mercado de sementes na América Central com 900 pontos de distribuição, a Monsanto controla 70% do mercado salvadorenho” (LARÍN, 2008:87).

⁸¹ El Salvador tem por objetivo cobrir 2% da demanda energética do mercado estadunidense. Isto significaria passar de 700 a 32.000 hectares de oleaginosas para produzir 4 milhões de galões anuais. A cana-de-açúcar é outro cultivo para produzir etanol. O etanol está sendo impulsionado por uma aliança de capitais salvadorenhos, brasileiros e norte-americanos, seus respectivos governos e o BID.

da soberania alimentar e a miragem criada pelas classes dominantes a respeito das oportunidades de emprego que o tratado de comércio geraria: “o aparato produtivo salvadorenho se consolidou como uma plataforma de apoio logístico ao capital transnacional que opera no país, e longe de reverter os baixos níveis de crescimento da atividade econômica, estes se aprofundaram, gerando uma maior vulnerabilidade da economia nacional frente às crises internacionais” (MORENO, 2012).

4.3 De Colomoncagua a Morazán: o retorno da comunidade ao deserto neoliberal.

Em 1989 a comunidade de refugiados em Colomoncagua Honduras, retorna a El Salvador em plena guerra. A comunidade entendia que a única força com que contava era atuação coletiva para se manter unida e fazer frente aos perigos postos pelo ambiente hostil ao qual voltavam. Na experiência de 10 anos no exílio em Colomoncagua enfrentou a repressão dos soldados hondurenhos e suas constantes incursões ao interior do acampamento o que resultou em inúmeros capturados, desaparecidos, mulheres estupradas e vários assassinatos.

Em 16 de novembro, poucos dias antes da data marcada para o retorno, forças militares governamentais assassinam a seis jesuítas e duas empregadas da *Universidad Centroamericana José Simeón Cañas*. Isto teve um grande impacto para a comunidade porque um dos jesuítas, o espanhol Segundo Montes, visitara o refúgio meses antes e exortara aos membros da comunidade a fazer as gestões pertinentes com a ACNUR para retornar em El Salvador. Apesar destes fatos, a comunidade decide firmemente retornar e exercer pressão no governo de ARENA. Os primeiros grupos humanos chegaram em 18 de novembro, em plena ofensiva final da FMLN. Voltavam para servir como barreira para evitar o avanço dos militares nas zonas de controle da guerrilha e com o ideal de ser uma comunidade modelo para todo El Salvador baseada em relações sociais pautadas pela participação coletiva e pela solidariedade.

Os últimos grupos chegaram em fevereiro de 1990: haviam realizado 1500 viagens com caminhões para trasladar todos seus pertences, o material dos barracos de madeira e zinco que serviam como moradia e a maquinaria das oficinas. Instalaram-se no atual município de Meanguera em uma área imprópria para cultivos por ser montanhosa e em propriedades alheias. O governo, relutante ao seu retorno em um início, acabou por oferecer algumas terras litorâneas longe de Morazán, mas a comunidade decidiu ficar e permanecer unida apesar da dureza do terreno e de ter que começar a desmatar a área para poder se assentar. Um mês mais tarde, em 25 de março de 1989, se funda a Comunidade Segundo Montes (CSM) composta por pessoas vindas de todo o norte de Morazán que estiveram no acampamento.

Os primeiros meses foram duros perante a complexa tarefa de ter que se organizar novamente para dar conta das necessidades mais imediatas: a acomodação, a alimentação, a questão da saúde, a educação, etc. As decisões foram fortemente centralizadas em um coletivo de cinco pessoas que formaram parte da coordenação no acampamento em Colomoncagua. Um dos desafios mais difíceis foi enfrentar a falta do pessoal técnico das instituições hondurenhas que apoiaram o acampamento e, sobretudo o corte súbito da assistência por parte do ACNUR. Retornaram em plena guerra, no contexto da ofensiva final da FMLN e se encontraram novamente cercados pelas forças armadas salvadorenhas que não permitiam a movimentação de pessoas e mercadorias entre o norte de Morazán e a capital departamental San Francisco Gotera. Estes foram os primeiros entraves postos para a CSM nos seus primeiros anos no meio de um clima de grande incerteza.

A comunidade começou a funcionar como em Colomoncagua. As oficinas se instalaram de maneira provisória e sem salário para os trabalhadores, se continuou com os serviços sociais de educação, saúde e creches e a distribuição de roupa, sapatos e alimentos. Colocou-se em prática a mesma lógica do acampamento, todos trabalhavam para todos e ninguém ganhava nada porque a produção da comunidade satisfazia as necessidades de todos. Isto funcionou assim até 1991. As condições que mantiveram o modelo não existiam mais: nem a estreita convivência e a homogeneidade de valores e cultura compartilhada que o isolamento gerara, nem a garantia dos alimentos e das matérias-primas para continuar os processos produtivos por parte do ACNUR e as outras agencias de ajuda humanitária.

As iniciativas individuais começaram a se desenvolver ao interior da comunidade, alguns membros se negaram a participar no projeto comunitário e se lançaram à procura de emprego emigrando a outros lugares para trabalhar por conta própria. Os que permaneceram no projeto comunal viam como melhorava a situação destas pessoas ao melhorar seus ingressos enquanto quem ficava no projeto comunitário se encontrava numa situação de altíssima vulnerabilidade.

Em 1991 a coordenação colocou a necessidade de monetarizar a economia para uma inserção efetiva na sociedade salvadorenha. Na Assembleia Ampla da Comunidade, máximo órgão decisório, se decidiu abrir o modelo e dar espaço às iniciativas individuais, terminar com os serviços sociais deixando apenas um programa para os anciãos, mantido através dos esforços coletivos e finalmente, assalariar os trabalhadores.

Os efeitos destas medidas foram imediatos, sobretudo o assalariamento, pois vários trabalhadores foram demitidos das fábricas devido a que era necessário 'racionalizar' o processo ao não haver salários para todos. Se bem a produtividade das oficinas melhorou notavelmente isto foi às custas do aumento do desemprego e a caída na informalidade de muitos dos membros

da comunidade. Este fenômeno obviamente criou dois setores dentro da própria comunidade: aquele configurado pelos trabalhadores assalariados cuja vida teve melhoras materiais e aqueles lançados ao desemprego e ao setor informal. Se potencializaram as iniciativas individuais, e começaram a aparecer pequenos comércios locais. Isto levou ao surgimento de diferentes grupos de interesse dentro da comunidade, aparecendo os antigos proprietários das terras e os comerciantes locais.

Um dos fatores que mais impactou os valores da vida em comunidade foi precisamente a resolução de problemas em torno das fábricas e as questões econômicas:

O aparato de orientação política ficou reduzido a um mínimo e não respondia as novas exigências organizativas. Tudo girou em torno a fortalecer as iniciativas econômicas para a geração de empregos e a parte especificamente social ficou em um segundo plano; não se deu continuidade às jornadas de reflexão, debate, tão urgentes e necessárias no novo contexto. Uma grande parte da população – sobretudo mulheres e anciãos – não conseguiu assimilar essas mudanças e teve dificuldades para se inserir adequadamente na nova realidade, seu nível de vida foi se deteriorando. O modo de vida da Comunidade mudou por completo e tendeu a ser similar ao resto da sociedade salvadorenha – salve-se quem puder -, com a diferença de que os serviços sociais básicos de educação e saúde se mantiveram (REDS, 2004:81-2).

A gerência das fábricas reclamava pessoas com maior capacidade de coordenação e um alto nível de confiabilidade pelo qual as melhores lideranças políticas se tornaram diretivos dos organismos executores dedicando-se ao processo meramente técnico-administrativo das fábricas em detrimento da área de organização política e social da comunidade.

Os empreendimentos fabris que a comunidade trazia a partir da experiência das oficinas de manufaturas em Colomocagua foram projetados para seu auto-abastecimento, mas também para se inserir no mercado local e regional. Havia muito otimismo no início com estas novas atividades manufatureiras e produtivas aprendidas no exílio no bojo do espírito comunitário. A implementação de processos industriais produtivos era algo novo para um grupo de camponeses e camponesas que antes da guerra apenas sabia cultivar e fazer ofícios domésticos. Por outro lado, a aposta pelos processos fabris significou o abandono da agricultura como eixo de desenvolvimento para uma comunidade que fora agrícola.

Houve muitos percalços na manutenção e administração das fábricas. Sobretudo pelas contradições ao interior da mesma direção da comunidade, fato que levaria a uma divisão interna. Esta ficou evidente no âmbito da administração das fábricas quando em 1993 surgem dois grupos de poder claramente antagônicos. Por um lado os antigos combatentes da ERP junto com voluntários estrangeiros que prestavam assessoria técnica nas fábricas e por outro lado a Junta Diretiva da Comunidade. Os ex-combatentes desmobilizados que se incorporaram à CSM a partir dos Acordos em 1992, buscaram se apropriar dos bens que a comunidade havia construído no

exílio. Os mandos médios do ERP viram na riqueza material da comunidade como uma oportunidade para desenvolver seus empreendimentos pessoais:

Aquí se hizo un movimiento del ERP, eso fue duro también vea... la desvinculación del ERP y dejando una carga hacia la comunidad que respondiéramos por esa carga que era un montón de lisiados, y un montón de excombatientes, según ellos nosotros teníamos que responder porque ellos creían que nosotros éramos, como le digo... como patrimonio de ellos en si en todo lo que se había traído allí, ellos creían que era su patrimonio, que nosotros éramos su patrimonio, los mandos medios y la cúpula, entonces cuando se desvincula el ERP de los excombatientes, dice, porque primero hubo un planteamiento de que nos repartiéramos de lo que aquí estaba. Ellos querían la fábrica de ropa, la carpintería y la gasolinera y la metal mecánica, entonces cuando la gente de la comunidad los que estaban en un organismo un grupo empezamos a ver que no era posible porque esos iban a tener dueño, talvez eso fue equivocado también va... iban a tener dueño y no iban a favorecer así a la comunidad, dijimos “no... aquí no se puede” (abaixa a voz). “Vamos a orientar esto” entonces se hizo como un conflicto con la cúpula del ERP (**Entrevistada D**).

A partir da instauração do conflito, estes comandantes de médio escalão do ERP que lutaram no norte de Morazán conformaram um grupo de pressão chamado *Asociación de Trabajadores de Morazán* (ATM) no qual participavam os voluntários estrangeiros, alguns trabalhadores das estruturas produtivas e das estruturas sociais da comunidade e os desempregados. Buscaram através da sua associação açambarcar todo o patrimônio da comunidade por meio de um mecanismo: legalizar os meios comunais para se apoderar deles. Também sabotaram deliberadamente alguns processos de organização coletiva da comunidade⁸². A reação da comunidade não se fez esperar e esta produziu uma carta com 500 assinaturas exigindo a intervenção do Ministério do Interior. As classes dominantes e a imprensa burguesa se aproveitaram do conflito para denegrir a imagem da comunidade perante a opinião pública enfatizando seu fracasso como projeto alternativo de sociedade.

Finalmente, ao não obter o apoio da comunidade os mandos da ERP acabaram por se desvincular desta e a ATM desapareceu⁸³. As fábricas continuaram seu funcionamento normal, mas o incidente não deixou de ter um grave impacto na confiança e no espírito coletivo da comunidade.

⁸² Um dos exemplos mais claros foi a sabotagem do Banco Comunal de Morazán que a comunidade criara. Em assembleia, coletivamente se decidiu pelo depósito de parte da ajuda financeira que o ACNUR dera aos refugiados ao seu retorno – um total de €300 (aproximadamente \$34) - para a construção das casas da comunidade e a implementação das fábricas. Um grupo conformado por mandos médios do ERP planejou um assalto ao Bancomo, criado e capitalizado com as escassas poupanças dos refugiados. O ‘operativo’ fracassou e isso significou a ruptura total da comunidade com os membros do ERP.

⁸³ Os altos mandos também se desvincularam da sua base social seguindo o mesmo padrão individualista através dos seus projetos pessoais: montagem de empresas, coordenação das ONG para canalizar os recursos financeiros que a cooperação internacional começava a enviar maciçamente ou cargos dentro do novo partido político FMLN. Os ex-combatentes que por sua origem de classe não detinham suficiente capital cultural para aceder a postos no governo ou na coordenação das nascentes ONG se inseriram na comunidade. Um total de 545 ex-combatentes buscou apoio nas suas famílias, grande parte com problemas de deficiência física pelas feridas de guerra.

No mesmo ano de 1993 surge a ideia de legalização de todos meios comunais criados pela CSM a partir da vulnerabilidade detectada com o incidente dos ex-combatentes do ERP. Surge também a Fundação Segundo Montes (FSM), uma espécie de ONG que se encarregou das relações exteriores da comunidade e a canalização dos recursos oriundos da cooperação internacional para os projetos de desenvolvimento econômico e social destinados a todos os organismos criados pela comunidade para velar pelos diversos setores e necessidades dos seus membros. A quantidade de comitês e organismos criados pela comunidade evidencia uma grande capacidade organizativa da mesma. Todos estes organismos passaram por um processo de legalização e conseqüente burocratização; outros se privatizaram ou se tornaram cooperativas (Ver Anexo E).

Uma outra problemática foi o aparecimento, depois dos Acordos de Paz, dos proprietários das terras onde a comunidade tinha se assentado. Com a crise de 1993 e o divisionismo que imperou, os proprietários começaram a reclamar suas propriedades exigindo a saída dos moradores que já haviam construído através de projetos da cooperação internacional, suas casas e certa infraestrutura comunal. O Programa de Transferência de Terras que se encontrava contemplado nas cláusulas dos Acordos de Paz apenas incluía os ex-combatentes guerrilheiros e os membros das forças armadas e paramilitares, nada o muito pouco se falava sobre os refugiados que retornavam do exílio⁸⁴.

Em 1994 continuam as pressões pela legalização dos organismos da comunidade e continuam os conflitos. Juan José Rodriguez, o carismático líder da CSM coloca como alternativa a transformação dos organismos em associações de desenvolvimento local e a legalização das unidades produtivas como sociedades anônimas ou cooperativas onde os donos das ações seriam as organizações sem fins de lucro, legalmente constituídas. Estas colocações foram questionadas por alguns membros da Junta Diretiva que tinha interesses nas fábricas e nos organismos.

Em 1995 falece Juan José Rodriguez, e a comunidade perde muito da sua coesão interna e seu espírito coletivo na medida em que prevalecem os interesses dos outros membros da Junta Diretiva. Em finais de 1995 as fábricas iniciavam acelerada decadência. Ainda que tivessem sido superados notavelmente os problemas de qualidade de produção, a comercialização da mesma não prosperava, com o qual os pagamentos aos trabalhadores atrasavam. Infelizmente a direção das fábricas mantinha uma combinação de interesses entre o pessoal, o político e o comunitário (REDS, 2004:95).

A estes fatores deve se somar também a cisão dos altos escalões da comandância geral do ERP da FMLN. A cúpula do ERP abandonara grande parte das suas bases sociais ao ganhar

⁸⁴ Em 1995, através de uma comissão tripartite, conformada pelo governo de El Salvador, a MINUSAL e a FMLN criou-se o Programa de Assentamentos Humanos ficando os terrenos da comunidade legalizados.

acesso a cadeiras na Assembléia Legislativa nas eleições de 1994 através da FMLN. O que predominou em sua atuação foi o reformismo socialdemocrata e seu consabido oportunismo. Em 1995, três anos após o fim da guerra e com uma nova Assembléia Legislativa integrada por deputados oriundos da guerrilha recém-desmobilizada, este grupo de parlamentares em torno a Joaquín Villalobos, que fora o máximo comandante do ERP, abandona as fileiras da FMLN para formar um novo partido político, o Partido Democrata (PD). O PD terá uma vida efêmera, mas antes de desaparecer assinará com a direita em 1995 o famoso pacote de reformas tributárias de corte neoliberal chamado o Pacto de San Andrés. O pacto não era mais do que a imposição do Imposto ao Valor Agregado (IVA) que distribuía “equitativamente” o ônus tributário ao consumo de todos os salvadorenhos. O capital financeiro internacional aplaudia esta medida que não fez mais do que garantir com o imposto da população os empréstimos feitos ao Estado salvadorenho.

Esta cisão do PD também causará uma polarização e divisão dentro da CSM, quando partidários de Joaquín Villalobos em Morazán decidem também abandonar a FMLN e fazem com que o partido perca muitas prefeituras do norte de Morazán. Estes problemas tiram a atenção da comunidade dos organismos criados e sua urgente reestruturação. Em 1996 se legalizam todas as estruturas produtivas sob uma única figura: *Productores Corporados Sociedad Corporativa* (PCSC) e estas são finalmente privatizadas perdendo a comunidade o patrimônio material edificado no exílio e consolidado no pós-guerra.

Após a privatização dos organismos o que houve foi uma competição acirrada pelos recursos que vinham do exterior canalizados pela Fundação Segundo Montes. Esta por sua vez buscava um processo de integração de todos os organismos aos quais destinava os fundos em função de um único projeto que estivesse permeado pela utopia trazida desde o acampamento. Isto foi impossível devido à autonomia e à autoridade que cada organização se arrogava e a mesma Fundação perdeu sua perspectiva integracionista caindo na dinâmica dos outros organismos porque prevaleceram no seu trabalho de direção os tecnicismos de gestão.

A impossibilidade de gerar empregos e pagar o salário mínimo nacional aos trabalhadores das unidades produtivas que recebiam fundos da cooperação internacional, junto com as dificuldades para comercializar os produtos e atingir as metas de vendas, devido a uma má gestão da PCSC, levou ao rápido declínio do processo produtivo. Simultaneamente o Bancomo, se descapitalizou pelo não pagamento das dívidas contraídas por muitos de seus usuários, chegando a sua pior crise da qual nunca se recuperou. Em finais de 1996 a FSM convocou a uma reunião geral de todos os organismos onde se buscou fazer uma análise sobre a situação do patrimônio comunitário e se encaminharam propostas para o resgate das raízes organizativas da CSM e a

solução dos problemas dentro do marco da geração de um amplo debate ao interior da comunidade e entre os organismos. Chegou-se à conclusão de que a legalização fora pernicioso para o espírito comunitário porque concedera liberdade a todos os organismos que agiam por conta própria sem uma integração real em prol do bem-estar da comunidade. A FSM buscava um plano estratégico comum para todas as organizações comunitárias, mas o debate perdeu força e as reuniões ficaram esvaziadas:

Al final como se fueron quebrando los proyectos se le dio... es allí donde la organización perdió, porque aquí la organización era por sectores y además la base hacia arriba va, coordinar de la base hacia arriba, esa era la idea pero cuando se legaliza porque como hubo una exigencia de legalizarse para entrar en el mercado y todo eso, este... se legalizan los organismos y se ponen de forma horizontal con autonomía propia allí se pierde la organización, el mando de la base, de toda la base, ya cada quien adquiere su autonomía, y es ya donde los organismos se apoderan de su sector y se hacen dueños. Como quiebra, aquí quebró todo lo que fue talleres, y cada quien se fue quedando con las cáscaras nada más y vendiendo los talleres (**Entrevistada D**).

Atualmente as fábricas estão em completo abandono, e as instalações estão sendo vendidas ou rematadas para pagar as dívidas que adquiriram por anos de má administração. Contudo, não se pode atribuir a falência das empresas apenas aos conflitos de poder entre os organismos da CSM ou aos problemas na administração. A comunidade trazia de Colomocagua oficinas de manufatura onde se produziam valores de uso destinados ao consumo próprio da comunidade. Ao chegar a Morazán as oficinas se idealizaram como fábricas de produtos semi-industrializados para atender não só as necessidades da comunidade, mas também para se inserir no mercado salvadorenho. Porém, o processo produtivo dos anos de exílio não correspondia aos processos da racionalidade capitalista para a produção de valores de troca. Com o objetivo de poder competir com as empresas nacionais, visto que, embora as fábricas se projetassem inicialmente para priorizar a satisfação das necessidades da comunidade se pressupôs que não seria possível sua sobrevivência sem um *quantum* de produção voltada para o mercado, elas tiveram que passar por um processo de reestruturação que envolveu o assalariamento dos trabalhadores e a criação de toda uma estrutura hierárquica administrativa que não ficou sob controle desses trabalhadores. A falta de experiência dos exilados em gerenciar uma produção fabril de maior complexidade levou a que se contratara a assessoria de técnicos vindos de fora com altíssimos salários que a comunidade não pode manter por muito tempo.

O contexto neoliberal também não foi favorável à posta em marcha das fábricas, os governos neoliberais da ARENA não deram nenhum tipo de financiamento para a instalação das indústrias e as empresas concorrentes deram início a uma guerra de preços para levar as fábricas à falência:

otro factor fue el mercado porque aquí se hacían uniformes de la policía, [...] pero la gran empresa... la granja de gallinas quebró porque Alianza tiró precios bajos, a 25 centavos el huevo, estos de los concentrados es una fábrica fuerte en avícolas, del país en general un monopolio, a nosotros nos salía los costos a 45 y a ellos 25 y lo venía a bajar en un momentito para quebrarnos después lo subía (**Entrevistada D**).

A despeito dos percalços e da difícil situação econômica em que se encontra atualmente a população da CSM, existem alguns vestígios de organização e coesão social, ainda que não sejam equiparáveis aos tempos do exílio. A CSM possui uma das melhores e mais completas redes de escolas públicas no país e conta com duas bibliotecas, uma escola de música e um Instituto Tecnológico com carreiras técnicas que recebe alunos de toda a região. Esta configuração do sistema do ensino é única em todo o país, sobretudo se tratando de um setor rural historicamente abandonado e considerado ‘atrasado’. Importante lembrar também que se encontra integrado à rede pública um contingente de aproximadamente 40 educadores populares, que fizeram a nivelção para se incorporar como professores do Ministério de Educação. Se bem isto significou sua institucionalização, não se pode deixar de lado o impacto que tem na educação de crianças e jovens um contingente de professores com um método e visão de mundos diferenciados. Tudo isto foi concretizado com o esforço das comunidades, especialmente através do *Sistema Local de Educación de Meanguera* (SILEM), uma instituição encarregada de velar pelo bom funcionamento do sistema educativo. Os diversos programas sociais criados no refúgio para a proteção dos membros da comunidade em situação de vulnerabilidade e com necessidades de nutrição e atenção especial: creches para as crianças, casas de atenção e nutrição para os idosos, atendimento especial para as mulheres grávidas e os centros de fisioterapia e reabilitação para os veteranos de guerra que sofreram mutilações, ainda existem, mesmo que de maneira precária.

Um aspecto importante a ser considerado é que todos estes centros de proteção social e toda a rede institucional descrita se concentram no município de Meanguera, especificamente na Comunidad Segundo Montes devido a que de alguma forma os que viveram no refúgio de Colomoncagua e se estabeleceram ali foram considerados pela cooperação internacional como os depositários legítimos dos recursos que entraram no pós-guerra devido a seu alto índice organizativo. Todas as fundações, organismos e ONG que captam e distribuem os recursos da cooperação internacional se concentram quase que exclusivamente em esta comunidade. Os outros municípios do Norte de Morazán escassamente obtiveram recursos para suas redes de ensino público e outras instituições. Durante 20 anos de governos de ARENA as comunidades

do norte de Morazán continuaram à deriva em termos de serviços de saúde e educação por serem consideradas comunistas e simpatizantes da guerrilha⁸⁵.

Hoje em dia a região norte de Morazán é um território com pouca presença de gangues apesar de que o desemprego é um dos mais altos do país⁸⁶. Também os índices de violência são os mais baixos de El Salvador. Em um país em que as mortes violentas constituem um dos problemas mais sérios e de difícil resolução, Morazán mantém um índice bastante baixo de violência anual: 18,9 em cada 100 mil habitantes sofrem morte violenta, se comparado ao da cidade de San Salvador que é de 78 homicídios. Segundo o informe de 2012 do *Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer* (ISDEMU), quando este índice é segregado para as mulheres, no ano de 2011 Morazán apresentou a menor taxa de mortes violentas no país: 6,53 por cada 100 mil mulheres em 2011, contra a mais alta do país, 27,12 no departamento de San Miguel. O mesmo informe indica que de janeiro a junho de 2012, Morazán também apresentou o índice de estupros mais baixo do país: 4 contra 42 em San Salvador.

Estes índices baixos para as mulheres e para a população em geral de Morazán podem estar vinculados à forte coesão comunitária gerada durante a guerra e que ainda persiste sobretudo no norte do departamento. Uma outra explicação poderia estar no relativo isolamento que as comunidades ainda experimentam apesar da melhora das redes de estradas e caminhos. Mas esta realidade em Morazán pode começar a mudar e acompanhar as tendências do resto do país. As estatísticas não são nada alentadoras: no país como um todo, a violência contra a mulher vem aumentando de forma alarmante sem que se vislumbre um horizonte claro para sua erradicação. O ISDEMU, no seu *Primer informe nacional* declara que a violência contra a mulher é um grave problema social cujos índices tem “incrementado em relação aos índices da violência social em geral” (ISDEMU, 2009:3). No informe de 2012 reconhece que a evolução dos feminicídios no país é alarmante visto que a taxa incremental simples de mortes violentas de mulheres: “para o ano de 2011 em relação a 2008, esta foi de 149,01%, significa que para cada morte ocorrida em 2008, três anos depois, se registrou mais do dobro de mortes violentas de mulheres para 2011” (ISDEMU, 2012:23).

⁸⁵ Esta contrastante realidade entre o município de Meanguera onde se encontra a CSM e o resto de municípios de Morazán se reflete nas taxas de analfabetismo. Em 2012 a Enquête de Lares e Propósitos Múltiplos (EHPM pelas siglas em espanhol) indicou Morazán como um dos departamentos com maiores índices de analfabetismo em El Salvador: 21,4, perdendo apenas para o departamento de La Unión com 23. No entanto, em 2013, o Ministério de Educação declarou Meanguera e Jocoaitique municípios livres de analfabetismo.

⁸⁶ Segundo a EHPM de 2012, Morazán tem uma taxa de 6,5% da população em idade para trabalhar a partir dos 16 anos.

4.4 A combatente no pós-guerra: a volta à ‘normalidade’ neoliberal

Yo sentí como un poco de... como de nostalgia. El pensar que... todo quedaba atrás... y ahora otra realidad verdad. Por un lado sentía como nostalgia el dejar atrás, imagínese desarmarnos, sentirme desarmada, me sentía insegura, y que me iba a insertar ya en la sociedad donde había gente que a los mejor nos odiara todavía y estaba debajo de agua y ya nosotros desarmados. ¡No si eso es una situación dura! [...] Pero por otro lado, sentía que como que la vida así se vuelve como tediosa ya, vivir en una vida cansada ya de todo lo que se vivió en la guerra y como que desligarse un poquito de eso también sentía un alivio, jera una combinación de cosas que yo sentía! por que sentía por un lado temor que me iba a quedar indefensa por quedarme sin armas, [...] ese pasito fue para mí duro y luego pensar también de que... como le digo... ¿a que me iba a enfrentar? esa es la otra situación era una incertidumbre, que voy a hacer de aquí para allá, porque hasta allí el partido había sido nuestro padre, pues si comíamos, nosotros teníamos confiado de que el partido nos iba a dar de comer, el partido nos iba a dar de vestir, el partido nos iba a proteger, nos iba a dar líneas...(Entrevistada H).

Estas são as reflexões da **Entrevistada H** sobre o retorno à normalidade uma vez terminada a guerra. Como muitas outras ex-combatentes ela buscou a sua família como um primeiro apoio para dar início à reconstrução da sua vida. À diferença de muitas mulheres, ela decidiu não ter filhos durante a guerra. Estava determinada a evitar a dolorida história de muitas guerrilheiras que tiveram que deixar seus filhos, ainda bebês, no acampamento de Colomoncagua ou abandoná-los no meio da população em Morazán com pessoas desconhecidas. Muito dificilmente uma criança que ficou sob os cuidados de outro familiar durante cinco ou mais anos conseguiu construir algum vínculo com a mãe biológica quando esta retornava. A história da **Entrevistada H** foi a exceção à regra: estando no processo de desmobilização, quando as colunas guerrilheiras se concentraram em acampamentos para serem reconhecidos e legalizados pela ONUSAL, ficou grávida do seu primeiro e único filho. Decidiu que queria tê-lo e cuidá-lo sem a ajuda do pai.

Suas palavras também refletem o estado de incerteza à qual foram submetidos mulheres e homens com o processo de desmobilização, uma vez que na experiência da guerra não houve a menor possibilidade de se tornarem auto-suficientes individualmente, muito menos de modo coletivo. A FMLN criara um programa que abrangia os aspectos econômico e educativo para a reinserção. Tratava-se de uma reinserção individualizada. No programa econômico havia dois setores, um chamado de “Indústria e comércio” com o objetivo de capacitar ex-combatentes em administração de empresas através de cursos para aprender ofícios, para depois conceder um crédito para a montagem de um pequeno negócio. Existiu também o setor de agricultura com o mesmo esquema: cursos rápidos voltados para montar uma empresa agrícola e crédito⁸⁷. Os

⁸⁷ No total, o crédito foi de €15.000 a €20.000 aproximadamente \$1.700 a \$2.300.

combatentes na área da agricultura tiveram direito a participar do Programa de Transferência de Terras negociado nos Acordos de Paz e obter pequenas parcelas de terra. As capacitações foram assumidas por algumas universidades e por FUSADES, *think-tank* neoliberal da oligarquia financeira salvadorenha. Outro aspecto do programa econômico foi o fornecimento de um pacote de utensílios e apetrechos:

Pues si uno bien difícil porque uno no tenía nada, uno tenía que empezar de cero, bueno en ese momento uno no sabía que le iban a dar a uno que no le iban a dar o como [...] ya ONUSAL nos empezó a explicar va que eso iba a ser así... que les iban a dar herramientas para que uno siguiera la vida normal, que nos iban a dar capacitaciones que otros les iban a dar... Y nos daban una cierta cantidad de dinero ¡eso era una babosada! yo ni me acuerdo cuanto nos dieron cuando nos dieron las mesas, un juego de mesas, un juego de cacerolas y unas piochas y unas palas... cuando estábamos en el campamento, que del campamento fuimos a retirar todo eso, y entonces uno pues como no le quedaba de otra ya salió del campamento, ya ONUSAL le dio todo a uno [...] bueno los que teníamos familia tuvimos que buscar la familia. [La comandancia] solo nos dijo que cada quien tenía que hacer lo que creía conveniente en ese momento (**Entrevistada C**).

O companheiro de Chila foi para a Academia de Polícia e depois se incorporou à nova Polícia Nacional Civil (PNC), produto dos Acordos de Paz. Chila tomou uma das capacitações do programa de reinserção e adquiriu o crédito de €20.000. Aprendeu a costurar, mas não soube o que fazer com o dinheiro. Preferiu não investi-lo porque, como ela mesma diz, teve receio de perdê-lo e se endividar. Com a metade dos recursos comprou a casa onde atualmente mora, na Comunidade Segundo Montes e com a outra comprou uma máquina de costurar, mas nunca se sustentou com o ofício de costureira. Fora brigadista da saúde e aprendera muito bem seu ofício, trabalhou em um posto de saúde e quando a FMLN ganhou a prefeitura do município de Meanguera, participou como vereadora. Chila tem quatro filhos. Dois deles nasceram em plena guerra e ela se viu obrigada a deixá-los com terceiros. Ao voltar, eles continuaram a morar com as pessoas que os haviam criado. Os outros dois filhos, nascidos após os Acordos de Paz, cresceram com ela, mas uma vez completados os 18 anos, formados do ensino médio e sem muitas oportunidades de emprego, emigraram para os Estados Unidos.

O aspecto educativo do programa de reinserção da FMLN consistiu em acesso a cursos universitários e cursos de nivelção para aqueles que quisessem completar seus estudos de ensino médio. Existiu também o programa dos 600. Tratava-se de um programa diferenciado mediante o qual seria fornecido um crédito maior para os quadros intermediários e os altos mandos da FMLN⁸⁸. “Eram a coluna vertebral da frente... dizia-se” relata o **Entrevistado O**, um ex-

⁸⁸ Este crédito para os mandos médios e para a cúpula foi de €50.000, aproximadamente \$5.700.

combatente mexicano incorporado ao ERP e que no pós-guerra formou parte da equipe que planejou e pôs em marcha o programa de reinserção.

De forma geral o programa de reinserção foi um completo fracasso. Não existem estudos para avaliar o impacto que teve para reinserir os ex-combatentes na vida normal. Mas o fato é que os cursos e capacitações eram rápidos e não se constituíram em uma verdadeira formação. A maior parte das pessoas que teve acesso aos créditos os gastou em outras coisas menos para montar uma empresa. O **Entrevistado O** relata que

O problema disso foi que era um programa que não estava desenhado para re-inserir às pessoas ¡Era um programa que estava desenhado para desmobilizar às pessoas! [...] essa desmobilização não tinha um conteúdo sócio-psicológico que era muito necessário para as pessoas. Havia um conteúdo econômico em termos de dar uma imagem de uma desmobilização, mas na verdade os programas não estavam integrados, então se negociaram coisas por pacotes, que não tinham vinculação, então no momento as pessoas não entendiam que passava e tudo isso se desarticulou (**Entrevistado O**).

A reinserção no setor rural através do PTT tem sido um pouco mais estudada, ainda que as pesquisas sejam insuficientes. No referente ao acesso a terra, algumas mulheres foram beneficiadas com lotes, mas o número é bem menor que o dos homens. “Do universo de 20.432 beneficiários (ex-combatentes da FMLN e proprietários nas zonas de conflito) que obtiveram acesso a terra através do PTT em dezembro de 1997, 33,8% eram mulheres” (ÁLVAREZ apud DEERE; LEÓN, 1998:4). As terras distribuídas foram “de baixa qualidade e não têm infraestrutura básica, e mesmo que em teoria fossem receber crédito, em 1995 apenas uma terceira parte dos ex-combatentes e um 11% dos ex-proprietários receberam capital de trabalho” (HÉRNANDEZ; DADA apud DEERE; LEÓN, 1998:5). Sobre as mulheres e o PTT, Herrera acrescenta que:

as que tiveram acesso a créditos para adquirir terras e moradia não têm ingresso suficiente para pagar os interesses e vivem diariamente com temor dos bancos. Não foram criadas novas fontes de trabalho para tantas mulheres que ficaram desempregadas e as capacitações recebidas lhes forneceram poucas oportunidades diferentes às de ser operárias na maquila ou subempregadas do setor informal (1995:129).

Apesar das mudanças institucionais em favor da mulher rural, como por exemplo, a criação de um novo Código de Família que contempla seu direito à propriedade ante a lei e as reconhece como produtoras, “a liberalização do mercado de terras e medidas tendentes a parcelar e fragmentar as cooperativas prejudicaram às mulheres” (DEERE; LEÓN, 1998:1).

As ONG feministas tampouco puderam dar solução aos problemas estruturais que tiveram um grande impacto na vida das mulheres. Imbuídas na terceira onda do movimento feminista ocidental, as organizações salvadorenhas da década de noventa, compostas majoritariamente por mulheres das camadas médias e algumas pertencentes às classes populares

urbanas - com uma significativa ausência da mulher camponesa que se tornaria a “beneficiária” dos projetos financiados pela cooperação internacional - abandonaram a perspectiva de classe e adotaram o reformismo legal junto com a reivindicação de “quotas nos processos eleitorais [o que] permitiu certo destaque político de algumas mulheres na Assembléia Legislativa e nos Conselhos Municipais, além do mais, as mulheres ganharam acesso a ministérios, à Corte Suprema De Justiça, entre outros” (NAVAS; DOMÍNGUEZ, 2002:142)⁸⁹.

As ONG feministas contribuíram também na formulação e aprovação de instrumentos jurídicos e instituições específicos à mulher, como por exemplo o Código de Família e o Código Penal, a criação do órgão governamental o *Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer* (ISDEMU) em 1996 e a “Política nacional da Mulher” assim como a “Lei contra a violência intra-familiar” em 1998, e mais recentemente a “Lei especial integral para uma vida livre de violência para as mulheres” em 2010 e a “Lei de Igualdade, equidade e erradicação da discriminação contra as mulheres” em 2011.

Apesar das reformas legais e as instituições governamentais, as ONG feministas se encontram num período de refluxo e completamente atomizadas pela impossibilidade de se articular em torno a um único projeto político e

na atualidade não se observam mecanismos importantes de coordenação ou harmonização, os esforços são individuais e locais. Também não tem sido possível articular uma estratégia conjunta em função das novas conjunturas, visto que cada organização tem sua própria agenda que se concentra principalmente na execução dos projetos (NAVAS; DOMÍNGUEZ, 2002: 142).

As mesmas autoras apontam para os escassos estudos sobre a atual situação e a prática organizativa das mulheres rurais concluindo que as organizações feministas no período de pós-guerra “tem respondido mais às condições impostas pela transição democrática, caracterizada por um discurso político que privilegia a formalidade democrática, e não à criação e potenciação de mecanismos reais de participação” (NAVAS; DOMÍNGUEZ, 2002:142).

A incompletude do PTT devido à aplicação das contrarreformas neoliberais e o alto índice de desemprego no país continua a expulsar seres humanos e afeta cada vez mais às mulheres. O número de emigrantes do sexo feminino tem aumentado nos últimos anos e atualmente

⁸⁹ Amélia Varcácel, filósofa espanhola, caracteriza a terceira onda do movimento feminista ocidental - que vai dos anos sessenta aos anos oitenta - da seguinte forma: o feminismo, ainda que de forma muito tímida, começou a se infiltrar na política formal. Em todos os países ocidentais foram criados organismos específicos para a condição feminina. Geralmente estes possibilitaram a finalização das reformas legais ainda em curso e a avaliação das já realizadas. Nos anos oitenta ficou evidente que a imagem social global continua conotando o poder, a autoridade e o prestígio masculinos, sem que as reformas já obtidas estivessem variando essa inércia de modo sensível. Então a visibilidade se converteu em objetivo. Em outros termos, o feminismo, um movimento profundamente anti-hierárquico e igualitarista se defrontava com o problema de se tornar também uma teoria das elites [...] Por um lado o panorama internacional não era homogêneo e por outro o feminismo nos oitenta estava se transformando em uma massa de ações individuais não dirigidas (VARCÁLCEL, 2001:26-7).

configuram 54% das migrações salvadorenhas rumo aos Estados Unidos, muitas delas são a cabeça a família e emigram de forma independente⁹⁰. As condições nas quais tem que migrar vem se transformando ao longo dos anos pela presença de cartéis do narcotráfico. Elas têm que encarar uma travessia de 5.000 quilômetros por território guatemalteco e mexicano durante a qual se arriscam a serem escravizadas, violentadas, extorquidas e quando não, são assassinadas, em mãos dos coiotes, dos cartéis mexicanos de narcotráfico ou das mesmas autoridades mexicanas⁹¹. Como se isto não fosse suficiente, as mulheres levam consigo preservativos para se proteger de futuros estupros e se injetam anticoncepcionais para não engravidar “Realmente sabem a que vão” reza o jornal digital *El País* e acresce: “Estima-se que entre 6 e 8 de cada 10 mulheres centro-americanas são estupradas em seu passo por México” (SALINAS, 2011).

O *Instituto Salvadoreño de Transformación Agraria* (ISTA), reconhece o acelerado deterioro dos habitantes das zonas rurais e caracteriza a situação da mulher rural como:

imersa na pobreza compartilhada com sua comunidade rural, o que constitui um fator que dificulta o pleno exercício dos seus direitos. Esta situação não desvincula a incorporação da mulher ao mundo do trabalho produtivo sem deixar de lado o trabalho reprodutivo, desenvolvendo assim duplas ou triplas jornadas (ISTA, 2010).

Um outro problema não previsto no programa de reinserção foi o fato de que muitos combatentes saíram da guerra com graves problemas médicos e psicológicos e que muitas pessoas não teriam a capacidade física, emocional e psicológica suficiente para receber os cursos de reinserção, imediatamente após a finalização da guerra. Em função destes problemas de saúde muitos perderam as mínimas oportunidades que o programa de reinserção garantira, seja porque se viram obrigados a emigrar para a cidade capital em busca de trabalho ou porque seu estado físico e emocional os impediu de estarem presentes na hora da atribuição dos títulos de aquisição de terras no marco do PTT:

Es que mire, yo en este proceso no culpo a nadie sino que yo salí enferma, nosotros salimos para ser atendidos, en el tema de salud, ¡necesitábamos una rehabilitación mental! un montón de necesidades concretas ¡y de eso nada! ¡Nada! entonces cada quien como quien dice... “¡sálvese como quien pueda!” Entonces en mi caso fui a trabajar en un censo nacional, empecé a hacer un dinerito, compré este pedacito de tierra, en lo cual empecé a hacer mi casita, en lo cual ni he terminado... después de 20 años no he terminado de hacer la casa... pero ya conformes de que... de que esto ya había terminado y ¿que

⁹⁰ Segundo a *Mesa Nacional para las Migraciones en Guatemala* (Menamig) esta realidade se aplica a outros países da América Central: no caso de Guatemala é um 57% e de Honduras 54%. Para o resto da América Latina, segundo o *Instituto Internacional de Investigación y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de la Mujer* (UN – In straw) do total de migrantes da região, 54% são mulheres.

⁹¹ Os migrantes são assassinados quando não conseguem pagar as altas sumas de dinheiro exigidas pelos cartéis do narcotráfico. Na reportagem de 16/11/2011 de *El País*: *La ruta de las que serán violadas*. Ver também no mesmo jornal do dia 26/08/2010: *Hallados 72 cuerpos de inmigrantes ‘sin papeles’ en un rancho en México*: “Segundo a *Comisión Nacional de Derechos Humanos*, os grupos criminosos sequestraram 9.758 migrantes entre setembro de 2008 a fevereiro de 2009. A cifra extraoficial, ou seja, incluindo os casos não detectados, poderia chegar a 20.000 para o mesmo período”.

vamos a hacer pues? Y si... yo entré a trabajar en salud porque bien mal de salud, ¡mal, mal, mal de salud! Si problema de un riñon, lo de la gastritis, cuando comía frijoles y todo me mandaba al hospital de dolor, vómito, diarrea, bien mal hasta el cabello se me estaba cayendo... y no ya después ya nos fuimos adaptando pero así oportunidades para lo que uno quería no... no habían, porque a mi me hubiera gustado talvez alguna beca o si iba a trabajar en algo que a mi me gustara pues pero imagínese el monte, yo no podía trabajar con mi brazo, ni pensionada estaba pues... por ser lisiada ni nada. En las condiciones de salud que yo salí ¡yo no iba a reuniones! Yo, venía gente a quererme visitar, yo me escondía ¡yo no quería saber de nadie! ¡Llegó un momento bien mal y sin dinero sin trabajo! y mire yo doy gracias a Dios después que yo me he curado ya es otro rollo la vida, pero a un inicio... mire y habemos muchos que no estamos en nada... no estamos en la parte política en nada hoy en día porque nos pasó como a una yunta de bueyes, lleva un yugo y ya para subir a la pirámide arriba lo pone entonces otros lo agarraron... y nosotros lo pusimos ¿porqué? Porque veníamos enfermos, ¡veníamos que ya no ya no!... dando las 12 y muchos salimos así y muchas mujeres murieron y eso fue lo que pasó en el caso de nosotros (**Entrevistada F**).

Este depoimento reflete as dificuldades de inserção das mulheres ex-combatentes. Não se trata apenas dos problemas de saúde, as mutilações e feridas de guerra que incapacitaram e limitaram seus movimentos corporais; ela também se refere, sem nomeá-la, e talvez nunca a tenha identificado e muito menos tratado, a uma possível depressão depois da guerra. Sua fala reflete também a situação ocupacional das mulheres dizimadas pelo desemprego ou pelos trabalhos precários com salários tão baixos que em 20 anos não alcançam nem para dar término à construção de suas casas. Uma das saídas das famílias para poder construir uma casa ou dar término a sua construção é a imigração: há muitos casos em Morazán de lares que recebem remessas e aos poucos vai se melhorando a infraestrutura. Muitas mulheres que viveram no acampamento ou que estiveram na frente de guerra relatam que construíram sua casa através do trabalho como empregadas domésticas:

comenzar de cero, buscamos trabajo, a trabajar, porque yo me fui para San Salvador a trabajar, así nos paso a varios compañeros, nos fuimos lo mismo a andar trabajando, yo trabaje así en casa otra vez, bien feo... si... doméstico... como unos dos años". (**Entrevistada P**).

E uma última dificuldade de reinserção não menos importante: a impossibilidade de inserção política no partido construído com tanto custo, não só pelo esgotamento mental e físico ou pela busca da sobrevivência em um início, mas também, como a **Entrevistada F** salienta ao longo do seu depoimento, a falta de espaços de participação dentro da FMLN:

Es que es así mire, nosotros luchamos para armar un castillo y ese castillo se llama FMLN. Pero no nos gusta cuando las cosas no se están haciendo bien o cuando un dirigente no está actuando como debe de actuar entonces nosotros damos nuestras propias sugerencias, pero si usted habla, es contraria, usted tiene que hacer como esos garrobos que todo tiene que agachar la cabeza y decir si ¡todos si! ¡Todo el tiempo! (**Entrevistada F**).

Ela destaca que a FMLN abandonou suas bases quando a guerra finalizou. Ela pertence a ABRAZ, a *Asociación de Ex-combatientes de la BRAZ* e segundo um estudo realizado por essa organização, que se está promovendo para fazer um diagnóstico do estado atual dos veteranos de guerra, muitos deles se encontram doentes e em estado completo de abandono. Nos últimos anos os veteranos vêm lutando pela aprovação de uma lei na Assembleia Legislativa que de benefícios e pensões. Os deputados da FMLN são os que mais se opõem a essa lei. Esta tendência do FMLN de não levar em conta suas bases vem desde que se firmaram os Acordos de Paz não houve qualquer diálogo sério com os combatentes, e nenhuma consulta com seus movimentos sociais de base. Em 2009 e após 17 anos de pós-guerra, a FMLN conseguiu chegar ao poder executivo através de eleições, entre as políticas econômicas do seu governo se destaca a continuação da abertura comercial através da aprovação da Lei de Parceiras Público-Privadas e a aprovação do Tratado de Livre Comércio com Europa.

Considerações Finais

Os ecos de tais levantes históricos fundamentais continuam a reverberar pelos séculos afora; na verdade, mais reverberam quanto mais tempo se evitar o exame de suas contradições intrínsecas no decorrer da prática social e política subsequente.

(István Mészáros)

A revolução salvadorenha abriu as portas para uma série de desdobramentos no período de pós-guerra cujo legado histórico é contraditório e deve ser avaliado no marco dos acontecimentos econômicos, políticos e sociais do entorno mundial nos últimos 30 anos do século XX. Os antecedentes históricos prévios à década de 70, momento em que se intensifica o levante popular e surgem os primeiros núcleos armados, se caracterizam por uma articulação dependente e subordinada do país ao mercado mundial dominado pelas nações capitalistas avançadas. A partir dessa subordinação se consolida um sistema de segregação social que se reproduz constantemente por meio da marginalização de amplos setores da população condenando-os a ser mera força de trabalho super-explorada. Esta dupla articulação, como chamada por Florestan Fernandes, de dependência e segregação social se torna a marca característica da formação social salvadorenha e está profundamente imbuída da sua origem colonial. O significado profundo desta situação é que apesar da ruptura com a metrópole, o sentido da colonização se manteve ao longo dos séculos nas relações sociais e nas formas de organização da economia, harmonizando o moderno e o atrasado em função de interesses internos e estrangeiros.

A ‘modernização’ de El Salvador acontece deixando intactas as estruturas sociais e econômicas que possibilitam a continuidade da hegemonia oligárquica tradicional, muito apesar do surgimento de novos setores sociais com o processo de industrialização em meados do século passado. Trata-se de uma modernização incompleta que mantém uma estrutura agrária com padrões de subjugação e exploração do trabalho que prevalecem ao longo de todo o século XX. A combinação de formas modernas de produção com relações de trabalho pré-capitalistas possibilitaram durante muito tempo a reprodução do modo de vida camponês, mesmo que isto se traduzisse em uma forma de vida no limite da sobrevivência.

O final da década de 60 é um momento chave para a compreensão do fim do regime oligárquico, sem que por isso se completasse a descolonização. Internamente se dá o esgotamento da incipiente e hipertardia industrialização impulsionada no marco do modelo desenvolvimentista. Por outro lado, com a modernização e diversificação agrícolas dos monocultivos para exportação aumentam a concentração de terras e a exclusão de camponeses que se veem sujeitos a um novo ciclo de desemprego e fome. O regime entra em crise em sua

totalidade e junto com ele o modo de vida camponês, pois as mínimas possibilidades de sobrevivência que permitia também entram em decadência. A resposta das elites, antidemocráticas e excludentes, foi o aumento da violência institucional através do Estado autocrático militarizado, uma constante ao longo do século XX, para conter a agitação popular que aumenta de maneira acelerada.

No plano regional acaba o Mercado Comum Centro-americano e no plano mundial é o fim do modelo fordista-keynesiano e o estado de bem-estar social com a subsequente instauração da crise estrutural do capital nos países de capitalismo central na década de 70. Nesses anos, enquanto que nos países ocidentais acontecia a derrota das forças sociais e políticas da classe trabalhadora mediante o domínio do capital financeiro, a reestruturação produtiva e as políticas de corte neoliberal, em El Salvador se vive o crescimento e o ápice do movimento popular e o surgimento das organizações político-militares.

A passagem da década de 70 para a década de 80 está marcada pela crise da hegemonia da oligarquia cafeeira tradicional, o que significou o recrudescimento da repressão e o aumento dos torturados, desaparecidos e assassinados. As frentes de massa e o movimento popular viram-se obrigados a cair na clandestinidade e a engrossar as fileiras das organizações político-militares. Enquanto Margaret Thatcher e Ronald Reagan se constituíam como os arautos do neoliberalismo mundial, a FMLN se consolidava como uma organização guerrilheira que reivindicava o socialismo. Uma vez iniciado o conflito armado, o que predominou durante 12 anos foi o elemento militar sobre as esferas econômica, política e social.

Na primeira metade da década de 1980 a guerrilha impõe várias derrotas aos militares e consegue manter sob seu controle vários territórios do norte de El Salvador contando com o apoio das populações locais e os acampamentos de refugiados em Honduras que se formaram para abrigar as pessoas que fugiam dos massacres perpetrados pelo exército. Perante a escalada da ofensiva guerrilheira e um possível triunfo militar similar ao nicaraguense, a intervenção norte-americana se intensifica e as forças armadas salvadoreñas recebem assessoria e financiamento com o objetivo de derrotar a FMLN. Isto produziu o acirramento da guerra e em 1985 um forte desgaste das forças guerrilheiras e das forças armadas junto com a colossal destruição da infraestrutura do país era evidente, sem contar as vidas que o conflito armado foi cobrando e que no final de 12 anos totalizaram 75.000.

O ano de 1989 foi crucial para El Salvador: chega ao executivo um novo grupo de poder, que oriundo da oligarquia tradicional e sem abandonar o setor agroexportador, dedicava-se predominantemente a atividades especulativas no setor financeiro. Neste mesmo ano, a guerrilha fizera uma proposta de negociação da paz, mas fora rejeitada pelo governo de ARENA, partido

que aglutinava antigos setores da oligarquia tradicional e a nova oligarquia financeira. Perante a negativa de sentar à mesa de negociações, a FMLN lança uma ofensiva final para a tomada de poder. A partir deste momento fica evidente que nenhuma das duas forças tinha a capacidade de chegar a um triunfo militar razão pela qual o governo de ARENA e a comandância guerrilheira finalmente começam as negociações mediadas pela ONU. Concomitantemente a ARENA começa a implementar a reestruturação neoliberal para favorecimento do capital financeiro nacional e internacional. O pano de fundo é o desmoronamento do socialismo realmente existente e a consolidação do neoliberalismo e suas ideologias apologéticas e eternizantes do sistema do capital.

Em 1992 se firmam os Acordos de Paz, um evento que seria proclamado como um pacto social que estabeleceria as bases para o início de uma transição democrática rumo à construção do Estado de Direito zelador da justiça social. Contudo, a chamada ‘transição’ ou ‘abertura democrática’ em El Salvador se tornara um mito ao longo de mais de duas décadas de neoliberalismo. No marco dos Acordos de Paz os aspectos socioeconômicos estruturais foram escassamente tratados pelas cúpulas negociadoras do governo e do movimento guerrilheiro.

Apesar de cessarem as atividades dos aparelhos estatais repressores que eliminavam indiscriminadamente a população por motivações políticas, a violência generalizou-se de maneira brutal na cotidianidade dos salvadorenos. Nestas circunstâncias a própria vida é diariamente negada a amplos setores da classe trabalhadora em geral e isto se reflete também na expulsão constante e massiva de seres humanos pelo desemprego crônico que assola o país desde os anos 70 e se acirra nos anos noventa com as reestruturações neoliberais incidindo de maneira brutal nas mulheres.

Não podia ser de outra maneira perante os fatores que sobredeterminaram o processo e que continuam a reproduzir a histórica exclusão econômica e social das classes populares gerando novas formas de violência. A análise da formação social salvadorenha é essencial para entender a natureza das negociações até chegar aos Acordos de Paz, um ato político em aparência, mas cujas determinações mais profundas eram essencialmente econômicas e respondiam aos interesses da emergente classe dominante e seus sócios do exterior.

Os Acordos de Paz se tornaram um eficiente instrumento de legitimação da ordem burguesa neoliberal a nível nacional e regional. O governo norte-americano, que assessorou e financiou a ditadura civil-militar durante a guerra, precisava estabilizar a região centro-americana para favorecer a acumulação capitalista perante um contexto marcado pela queda vertiginosa das taxas de lucro a nível mundial. A nova oligarquia financeira salvadorenha, à imagem e semelhança das classes dominantes tradicionais, foi relutante em romper com as vantagens que a sociedade

com o capital estrangeiro traria para sua própria acumulação econômica e perpetuação dos seus superprivilégios políticos e sociais. Estes foram mantidos historicamente pela oligarquia tradicional através das mais variadas e abusivas formas de exploração e exclusão dos trabalhadores e camponeses e a nova forma de hegemonia oligárquica não seria diferente, muito menos ante um novo padrão de dependência vindo do exterior impregnado de um forte anti-sindicalismo e redução dos direitos trabalhistas. Com as contrarreformas neoliberais esta elite viu novas oportunidades de expandir seus negócios e adotou a via fácil congelando a descolonização, abrindo caminho para um processo de reversão colonial.

Um exame rigoroso destas determinações ainda não se realizou à luz de uma perspectiva anticapitalista que aponte para uma sociedade alternativa através da qual se procure extirpar radicalmente os processos que dão origem à desigualdade social e se instaure um complexo inteiramente novo de relações sociais. Uma profunda ruptura com o sistema sociometabólico do capital e suas mediações de segunda ordem, ou seja, os meios alienados de produção e suas personificações, implicaria necessariamente a construção de uma sociabilidade oposta àquela característica de uma sociedade de classes, portanto todo e qualquer processo de cambio deve ser avaliado em função das suas limitações e potencialidades para gerar a descontinuidade das mediações de segunda ordem, reprodutoras de formas alienadas de relação social e constitutivas do sistema sociometabólico do capital – a forma histórica mais acabada de uma sociedade de classes.

Uma das mediações de segunda ordem do sistema do capital é a família nuclear em cujo interior se reproduzem formas alienadas de relação entre homens e mulheres. Apesar de que Marx não estudara a opressão da mulher tão exaustivamente quanto a exploração do trabalho - que seria a forma mais geral de expressão da alienação - e não atribuía um caráter revolucionário à causa das mulheres assim como à dos trabalhadores, ele faz algumas aproximações sobre a situação delas. Rowbotham (1974) confirma que não há um conceito marxiano de mulher como agente revolucionário, ela apenas aparece como indicação do estado em que a sociedade se encontra, não como indivíduo pertencente a um grupo social em movimento desenvolvendo consciência na história. Contudo, Marx não nega os benefícios do comunismo às mulheres e enfatiza a impossibilidade de uma sociedade comunista sem uma transformação das relações entre homens e mulheres. Há uma “conexão da emancipação das mulheres com o desenvolvimento histórico geral da sociedade” (ROWBOTHAM, 1974:62). Mas a ação das mulheres em função das suas demandas específicas não se configura na teoria marxiana como uma parte essencial do processo. Na Ideologia Alemã há uma elaboração concreta para o estudo da situação da mulher e da esfera da reprodução:

Com a divisão do trabalho no qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas, umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; por tanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. Além do mais, divisão de trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade (MARX, 2007:36-7).

Neste trecho Marx dá algumas pistas sobre como a relação alienada entre seres humanos, vinculada à propriedade privada e à divisão de trabalho - em outras palavras, à forma como a propriedade é apropriada e às relações sociais que surgem deste tipo de apropriação - está em estreita conexão com a subordinação da mulher ao interior do núcleo familiar tornando-se, um dos primeiros tipos de propriedade da qual o homem dispõe como força de trabalho. É possível afirmar que as relações sociais na esfera da reprodução são tão importantes para a compreensão histórica da condição humana quanto o estudo das relações sociais na produção. Marx dedicou a maior parte dos seus esforços a desentranhar a lógica do capital e as relações de produção e muitos marxistas seguiram esse caminho. No entanto Engels retoma estas idéias e as amplia em *Origem da família, da propriedade privada e o Estado*:

De acordo com a concepção materialista, o momento determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução (*Reproduktion*) da vida imediata. Todavia ela própria possui duas facetas: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, vestuário, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado a produção do homem mesmo, a reprodução (*Fortpflanzung*) do gênero (ENGELS, 18:2010).

A compreensão da interação entre os meios de produção e os meios de reprodução, a sua relação com a posição da mulher respeito ao do homem têm que ser levadas em conta para se compreender as mudanças na organização da sociedade. Retomando estas afirmações, Mészáros (2011:180) entende que a família nuclear configura uma mediação de segunda ordem visto que é a reprodutora das relações necessárias à manutenção do sistema sociometabólico do capital. Quanto à questão da família nuclear, Mészáros observa que as mulheres:

devem ser excluídas do verdadeiro poder de decisão por causa do seu papel decisivo na reprodução da família, que terá de se alinhar com os imperativos absolutos e os ditames autoritários do capital. E isto deve acontecer porque a família, por sua vez, ocupa uma posição de importância essencial na reprodução do próprio sistema do capital: ela é seu “microcosmo” insubstituível de reprodução e consumo. Da mesma maneira é inconcebível a ideia de que o trabalho venha a adquirir igualdade significativa [...] (MÉSZÁROS, 2011: 278).

Outras mediações de segunda ordem são a propriedade privada dos meios de produção alienados e suas personificações, o dinheiro, os objetivos fetichistas de produção, ou seja, a produção de mercadorias em detrimento da produção para a satisfação de necessidades humanas, o trabalho assalariado e explorado, o Estado capitalista e a estrutura hierarquizada do mercado mundial.

Estes parâmetros fornecem um marco para avaliarmos as severas limitações da “transição rumo à democracia” pregada pelas classes dominantes e o imperialismo no fim da guerra e entender a impossibilidade de se atingir uma garantia real e substantiva dos direitos humanos em El Salvador. Estes se transformaram no eixo central do discurso propalado pelas organizações internacionais que mediarão as negociações e pelas cúpulas das classes dominantes e do movimento guerrilheiro. A universalização dos direitos humanos e sua constante reivindicação não é um problema *per se*, no entanto, se as bases materiais e as relações sociais que os impossibilitam para as grandes maiorias não são questionadas e prevalecem, os clamores por uma democracia baseada no seu respeito irrestrito não vão além de retóricas vazias e cínicas cujo objetivo é reafirmar o sistema opressor vigente, enquanto as necessidades mais básicas de sobrevivência continuam a serem negadas para a maioria dos salvadorenhos em especial para um grande contingente de mulheres.

O atual acirramento da desigualdade social e da desigualdade entre homens e mulheres em El Salvador mostra que as alternativas oferecidas pelo capital, sejam estas a “transição democrática” e o “respeito irrestrito dos direitos humanos”, tidos como produtos do fortalecimento e modernização do Estado e do sistema parlamentar, são uma mera ilusão quando o que está na ordem do dia é a continuidade e potencialização das mediações de segunda ordem em função da concentração de riqueza e poder em mãos de um reduzido núcleo das classes dominantes e seus pares estrangeiros atuantes no país.

Torres-Rivas (1995:26) chama a atenção para o fato de que se a democratização eleitoral enfraqueceu os mecanismos tradicionais de dominação da oligarquia, também abriu passo para um agravado processo de descampesinização e aumento da pobreza estrutural resultado de uma abrupta e vertical concentração de riqueza cujos beneficiários diretos são os donos do capital financeiro, nacional e estrangeiro.

Para atingir a “meta de uma verdadeira transformação socialista” sem perigo de reversão do processo, é importante atacar todo o conjunto das mediações de segunda ordem poderosamente interconectadas e capazes de se potencializar reciprocamente. Ou seja, “Baseada na dolorosa evidência histórica, surge a verdade desconcertante: através das interconexões

estruturais das partes que o constituem, o sistema do capital consegue se impor sobre os esforços emancipadores parciais que visam alvos específicos limitados” (MÉSZÁROS, 2011:181).

Um outro fator pertinente à formação social salvadorenha, escassamente explorado para explicar a “falta de concreção” ou incompletude dos Acordos de Paz é o exame do movimento popular e do movimento guerrilheiro para além do plano militar e do seu desenvolvimento como um exército com capacidade de se contrapor às forças armadas. Mais do que uma avaliação das condições objetivas que a guerrilha teve para atingir o poder, se torna imprescindível um exame da sua estrutura organizacional e das práticas desenvolvidas tendentes, ou não, à eliminação da desigualdade de classe e de gênero em seu interior.

Certamente a experiência das comunidades do norte de Morazán é extremamente rica nos três âmbitos que foram aqui descritos: as comunidades eclesiais de base, o exército guerrilheiro e o acampamento de Colomoncagua. Cada uma delas representou um momento histórico em função do qual se deram mudanças nas estruturas organizacionais onde a mulher teve um papel importante na resistência e na luta contra a pobreza e a repressão, bem como a oportunidade, em graus variados, de tomar consciência como um grupo com demandas específicas. Nesse sentido, o período de pós-guerra também apresenta um quarto momento do processo histórico concreto das mulheres caracterizado pela falta de resistência organizada, e estruturas menos combativas, que joga as mulheres em vários caminhos, sem que por isso elas deixem de ser lutadoras em suas estratégias pela sobrevivência.

A experiência das comunidades eclesiais de base apresenta em seus inícios, práticas solidárias de produção e distribuição de alimentos tendentes ao que Mariátegui chamaria ‘elementos de socialismo prático’⁹². Trata-se dos hábitos de cooperação baseados nos estreitos laços de parentesco existentes em alguns setores das comunidades do norte de Morazán, onde muito antes da chegada dos padres que impulsionaram a Teologia da Libertação na região e o aparecimento de catequistas dos centros de formação camponesa que a Igreja Católica progressista mantivera, já existia a chamada ‘troca’, que consistia no intercâmbio de trabalho na roça entre vizinhos. O fator religioso potencializará estes hábitos cooperativos e tornará a troca individualizada do trabalho do campo em uma experiência coletiva, como atestam os mutirões realizados pelos camponeses nos cultivos comunitários. A propriedade privada não fora superada

⁹² Os elementos de socialismo prático é um conceito extraído da prolífica obra de José Carlos Mariátegui, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* e designam, “a realidade atuante da comunidade camponesa-indígena e dos seus históricos laços sociais, seus hábitos de cooperação e seus modos de se relacionar os seres humanos entre si e com a natureza” (MAZZEO, 2008:64). Mariátegui resgata o ‘comunismo agrário’ do *ayllu*, célula do estado Inca, em cujo interior persistiram relações sociais com “princípios de reciprocidade e redistribuição das riquezas e os hábitos de cooperação [...] vigentes hoje em Nossa América” (MAZZEO, 2008:96).

neste âmbito porque apesar de que a produção era coletiva foram os camponeses com mais terrenos que cederam caridosamente uma parcela de terra para a atividade agrícola coletiva.

A participação nas comunidades de base também possibilitou a geração de uma mística através da qual cada membro da organização se responsabilizava por seus atos de maneira consciente. Tratando do conceito segundo Mariátegui, Michel Löwy (2005) salienta que se a mística tem raízes na religiosidade, ela pode ter um significado mais amplo sinalizando a dimensão espiritual e ética do socialismo, a fé no combate revolucionário, o compromisso total pela causa emancipadora e uma disposição heróica para arriscar a própria vida. Um dos aspectos que com maior frequência foi mencionado nos relatos recolhidos sobre as CEB foi este senso de compromisso que levava as pessoas a se envolver, a se responsabilizar firmemente pelas tarefas assinadas pela organização e, sobretudo a se comprometer a dar a própria vida pelo bem-estar dos outros.

Muito da experiência auto-organizativa das comunidades no norte de Morazán pode ser explicada através da mística de compromisso proporcionada pela religião e pelos laços de parentesco. Uma organização onde não faltaram as lideranças, mas que apresentou traços mais horizontais e igualitários de participação que a estrutura guerrilheira. A superação do papel subordinado das mulheres não foi causa abraçada pelas CEB, onde tiveram acesso escasso às posições de liderança e à formação dada pelos centros camponeses. E, definitivamente, a rígida divisão do trabalho no campo não permitiu que as mulheres participassem na produção, muito menos tomassem decisões sobre esta, ficando relegadas às atividades de apoio na esfera da reprodução, a despeito do discurso religioso da igualdade de todos perante Deus.

Com o aumento da repressão e as atividades clandestinas, as mulheres tiveram que assumir cada vez mais tarefas e suas responsabilidades se equipararam àquelas dos homens. Os comitês militares, organizações clandestinas constituídas pelo ERP ao interior das CEB e as LP-28, permitiram a muitas delas superar o controle tradicional da família e se transformaram em um espaço onde puderam ganhar uma certa autonomia e demonstrar suas capacidades.

O lento processo de construção do poder popular se vê interrompido com os frequentes massacres de começos da década de 80 e, diante disso, as mulheres seguem quatro alternativas: a maior parte delas vai para Colomoncagua, poucas ficam na frente de guerra, outras seguem os caminhos da imigração interna e a muitas lhe restou a morte. A experiência no frente de guerra foi a que ofereceu menos possibilidades de avanço na afirmação da igualdade substantiva da mulher em relação aos homens. Certamente a mulher com uma arma na mão, fazendo frente aos mesmos perigos que um homem - e em muitos casos superando-o no grau de coragem e questionando o mito da inferioridade física - é um momento de igualdade importante no qual ela

toma consciência do seu papel e sua importância para a organização ganhando certo respeito e admiração dos homens. No entanto, a camaradagem dos homens com os termos exigidos para a emancipação feminina é questionável perante a rigidez da hierarquia militar em um contexto de guerra. É no interior da estrutura militar onde a mulher se depara com o patriarcado mais extremo e com as maiores limitantes para sua tomada de consciência individual e de grupo. A estrutura compartimentada, vertical e clandestina impediu qualquer possibilidade de organização da mulher como grupo que, em muitos casos, teve que enfrentar não só a barbárie da guerra, mas também o sarcasmo dos camaradas. Não resta dúvida que as combatentes grávidas, punidas e desmoralizadas por engravidar, induzidas ao aborto, - nestes casos é importante lembrar o peso moral e a angústia psicológica que muitas sofreram pela sua formação religiosa -, as jovens que sofreram assédio sexual por parte dos seus superiores e as mulheres cozinheiras desarmadas foram as que mais levaram o peso da guerra e estiveram expostas à sua selvageria.

Definitivamente a experiência da guerrilha não aponta, quando se analisa a situação da mulher no interior da sua estrutura organizativa, para uma sociabilidade alternativa a partir da qual seja possível a construção de uma nova sociedade que supere a ordem burguesa. Isto sem contar as diferenças de classe na hierarquia militar onde os altos postos da comandância do ERP estiveram ocupados por algumas mulheres, a maioria pertencente as camadas médias urbanas. Dificilmente uma combatente de origem camponesa poderia ascender tão alto na organização. No final da guerra essa grave situação ficou evidente com maior força na hora da repartição dos postos de trabalho e dos recursos da cooperação internacional para a desmobilização. Florestan Fernandes dá algumas pistas para o entendimento dessa questão:

A democracia não é um valor supremo ou um fim maior. Ela também é um meio essencial; e, no caso das rebeliões dos destituídos e oprimidos, um meio essencial *sine qua nom*: a ordem capitalista não é negada somente depois da conquista do poder. O deslocamento da supremacia burguesa e a necessidade da conquista do poder exigem uma democratização prévia, extensa e profunda, de *natureza proletária*, das organizações operárias de autodefesa e ataque (FERNANDES, 2000:89-90).

Não são somente as combatentes na frente de guerra que pegaram em armas senão também as mulheres na retaguarda do acampamento que vão se somar a um empreendimento coletivo. De fato, a situação mais radical não é a mulher com uma arma na mão e sim a experiência da mulher na produção, como dirigente coordenando os processos produtivos, distributivos e de consumo da sua comunidade, a que realmente aponta para mudanças mais profundas tendentes à construção da igualdade substantiva entre homens e mulheres.

O refúgio em Colomocagua pode ser considerado uma espécie de laboratório pelas condições em que a comunidade se desenvolveu: ficou relativamente isolada por um cerco militar e foi assistida pela cooperação internacional que forneceu toda a alimentação e o material

necessário para a subsistência e início aos processos produtivos. O momento é importante porque com todas estas limitantes, a experiência mostra como a partir da resolução prática das necessidades mais imediatas, permeada por alguns ‘elementos de socialismo prático’, como a cooperação e auto-organização no processo de alfabetização e aprendizado, os mutirões de jovens, a auto-organização da comunidade mesma para tomar conta da saúde do acampamento, (o que fica evidente com as constantes tensões com os funcionários da ACNUR e com os Médicos Sem Fronteiras) se gera a lenta construção de um projeto emancipatório com fortes tendências a ser pré-figurativo de uma sociedade alternativa ao sistema sociometabólico do capital.

Por muito artificialmente que fora a supressão de algumas poucas mediações de segunda ordem dentro do acampamento – como, por exemplo, a propriedade privada dos meios de produção, a produção de valores de troca, o dinheiro, o trabalho assalariado e explorado - a comunidade teve a oportunidade de viver a experiência de construir relações sociais diferenciadas, agindo e resolvendo os problemas práticos de forma coletiva.

Ao longo do tempo, a tomada de decisões e as ações coletivas vão dar origem a atividades e espaços que prefiguravam muito o conteúdo programático do movimento feminista socialista: autonomia e segurança material das mulheres, responsabilidade comum das crianças, suporte social à gravidez, direito ao trabalho. Não se tratava mais de uma condenação ou crítica moral à falta de oportunidades e igualdade da mulher, como no caso das CEB. As mulheres foram capazes de expressar suas demandas e criar estruturas organizativas dentro do acampamento para serem liberadas das tarefas na esfera da reprodução e, com isso, poderem participar dos processos produtivos e decisórios da comunidade como um todo. Enquanto grupo, exigiram que os homens participassem também das tarefas reprodutivas e se não conseguiram mudar radicalmente as atitudes deles, pelo menos uma geração de jovens cresceu no âmbito dessa experiência. Esta experiência vivida pelas mulheres decididamente começava a deixar de reproduzir as relações de poder típicas do patriarcado e do capital e por muito específica que seja, é paradigmática e revela uma aspiração universal: a possibilidade de relações humanas alternativas ao sistema sociometabólico do capital.

De que maneira essas experiências, positivas em termos de avanço da condição feminina, decorridas em função da guerra impactaram a vida das mulheres ex-combatentes e ex-colaboradoras do norte de Morazán no período que sucede o conflito? Houve alguma continuidade destas práticas, o que implicaria uma melhoria das próprias condições de vida das comunidades populares ou um retrocesso em direção ao restabelecimento da relação patriarcal tradicional?

Muitas organizações não governamentais feministas cuja origem ocorre em meados da década de 80 no âmbito da estratégia de fomento das organizações da sociedade civil por parte da FMLN para criar uma base de apoio social e político, fizeram balanços negativos da experiência das mulheres combatentes e colaboradoras ao interior do movimento guerrilheiro⁹³. No período imediato aos Acordos de Paz, Morena Herrera assinala que durante a guerra as mulheres realizaram “tarefas não contempladas na divisão genérica do trabalho em tempos normais e [...] tarefas com um alto conteúdo de especialização genérica” (HERRERA, 1996:10). Segundo essas organizações, as tarefas tradicionalmente femininas, ou seja, aquelas que se espera que uma mulher realize “naturalmente”, se tornaram funcionais à guerra ainda que o reconhecimento pela execução de suas atividades não tenha sido suficiente para atribuir-lhes postos de poder:

A evidente utilidade política dos nossos papéis tradicionais nos fez merecer o reconhecimento coletivo durante a guerra, porém não nos levou a ganhar quotas de poder dentro da FMLN. As mulheres tiveram fortes restrições para aceder a degraus superiores nas hierarquias porque as tarefas políticas e ou militares mais valorizadas eram assinadas maiormente aos homens e as lideranças da FMLN nunca analisaram nem superaram seus prejuízos sexistas em torno à divisão de trabalho entre homens e mulheres (HERRERA, 1996:10).

Clara Murguialday confirma estas afirmações observando que foram unicamente as mulheres combatentes da FMLN a realizar tarefas geralmente adjudicadas aos homens e a respeito das colaboradoras relata que estas saíram da guerra ainda mais femininas e maternais:

a participação feminina no conflito armado – sobretudo a daquelas mulheres que constituíram o grosso da retaguarda popular – esteve regido em grande medida pela lógica de *apoio e cuidado dos outros*. Muitas mulheres foram mobilizadas para prestar serviços domésticos e maternais aos seus familiares envolvidos na guerra e por extensão, aos *garotos* combatentes. Esse desempenho público dos seus papéis de cuidadoras reforçou a identidade tradicional feminina visto que legitimou e designou utilidade política as suas funções próprias como gênero (MURGUIALDAY, 1995:8-9).

Segundo as feministas não houve um impacto na subjetividade e na sociabilidade das áreas onde a população teve contato e colaborou com o grupo guerrilheiro. Esta realidade se traduziu no pós-guerra no abstencionismo eleitoral das mulheres, que além de confirmar a antiga dependência política e econômica a respeito dos homens, manifesta grande descrença pelo “jogo democrático” eleitoral. Quando a guerra acaba e a luta se traslada para a esfera da institucionalidade política e partidária, as mulheres perdem espaço dentro da FMLN, e, a bem da verdade, a disputa eleitoral não as atrai. O partido “não reivindica seu aporte no passado, [elas]

⁹³ O fim do conflito armado trouxe a ruptura definitiva destas organizações de mulheres que se configuraram durante a guerra ao interior da FMLN: por considerar não existir um espaço para continuar a batalha no terreno político dentro do partido, muitas ex-combatentes, sobretudo aquelas das camadas médias que detinham um certo capital cultural, encontraram a saída nas organizações não governamentais.

sentem-se esquecidas e desvalorizadas, e expressam seu ressentimento não atendendo ao chamado à participação eleitoral ou votando em contra” (HERRERA, 1995:134).

Além de fazer uma crítica às correntes ideológicas dentro da guerrilha: ao marxismo-leninismo, à teologia da liberação e ao guevarismo, por não romper com o patriarcalismo, as ONGs feministas – que entre 1993 e 1994 atingiram o número de 150 organizações - chegaram à conclusão de que não houve um processo de reinserção favorável para as mulheres, sobretudo para as mulheres camponesas, que apesar de servirem como base social da FMLN, foram esquecidas na mesa de negociações entre guerrilha e governo.

De fato, a nova estrutura organizativa da FMLN como partido político não só não foi suficientemente democrática para dar espaço à mulher nos altos cargos onde as decisões são tomadas, senão que também impossibilitou a continuidade da organização e da construção do poder popular. A questão real não é a impossibilidade de ascensão na nova hierarquia partidária, esta hierarquia representa um problema em si mesmo dada a verticalidade com a qual as decisões são tomadas até o dia de hoje. O problema reside no acomodamento da comandância guerrilheira às exigências da ordem burguesa e a abdicação paulatina de um projeto que se proclamava socialista, mas que na verdade não passava, em seus inícios, do radicalismo burguês.

Este foi progressivamente abandonado em função dos pontos mínimos que cada vez mais se tornaram meras abstrações até chegar à chamada revolução democrática postulada pelo ERP. Na medida em que o programa se torna mais social-democrático ao longo dos anos 80, cresce a militarização organizativa da FMLN, fato que se traduziu no acirramento da barbárie da guerra para os combatentes e, em especial, para as mulheres. Perante a impossibilidade de um triunfo militar sobre as forças armadas financiadas e assessoradas pelos Estados Unidos, o militarismo respondeu à necessidade de exercer a violência, não mais para a tomada do poder e sim para a incorporação no sistema político e eleitoral burguês.

É importante lembrar também a problemática aliança de classes realizada através da coalizão FMLN-FDR. O FDR reunia as forças social-democratas e social-cristãs às quais, se em um primeiro momento apoiaram as organizações político-militares aglutinadas em torno da FMLN, supostamente mais radicais e revolucionárias, dando mais credibilidade no âmbito internacional ao movimento guerrilheiro, ao longo da década de 80 foram entrando no jogo eleitoral da democracia burguesa restando forças à FMLN.

Por ocasião dos Acordos de Paz, contava-se tão somente com o documento de 1990, *Proclama a la nación. Revolución democrática*, que continha os pontos mínimos dos anteriores programas do movimento guerrilheiro. Esta foi a base sobre a qual se realizaram as negociações com a cúpula governamental comandada pela nova oligarquia financeira. Todavia, a comandância

guerrilheira renunciou a muitos pontos desse documento base para as negociações, comemorando sua capacidade de flexibilidade. A reforma agrária radical dos inícios da década de 80 se transforma em um simples programa de distribuição de terras, o PTT, que nunca chegou a ser cumprido em sua totalidade e acabou por ser desarticulado pelas contrarreformas neoliberais na agricultura.

Uma outra questão a ser problematizada é que a análise das organizações feministas dicotomiza a situação das mulheres em dois pólos opostos, por um lado, configurando o pólo positivo, as guerrilheiras que realizaram tarefas não tradicionais a sua condição de gênero, e por outro lado, o pólo negativo, as mulheres colaboradoras que realizam tarefas tradicionalmente femininas. Esta visão dualista da situação das mulheres em sua totalidade não apreende o processo em suas reais dimensões e com certeza dela derivam análises fatalistas que não conseguem vislumbrar as mudanças sócio-culturais e a riqueza de experiências que as mulheres tiveram na guerra com todo e a barbárie que esta significou.

Nesse sentido, é evidente que a equiparação da guerrilheira ao homem pelo simples fato de empunhar as armas e mostrar coragem, foi em função de parâmetros exclusivamente masculinos tendentes a reforçar o machismo e a considerar as mulheres “arrojadas” como uma exceção e não uma característica que a severidade do contexto obrigou tanto a mulheres quanto a homens a mostrar. Daí só poderia ressurgir a velha igualdade abstrata de onde emana a “falsa admissão” das suas capacidades que não poupou as mulheres das decisões verticais que a hierarquia militar, sobretudo no que diz respeito à questão da maternidade, dos assédios sexuais, e da discriminação das mulheres analfabetas, impôs de forma bárbara.

Por outro lado, a afirmação de que as colaboradoras dos refúgios saíram dos acampamentos ainda mais femininas do que antes da guerra, porque foram mobilizadas em função de objetivos militares e políticos, busca confirmar sua condição subalterna, privando-as da sua qualidade de sujeitos com capacidade de transformação. Não reconhece, portanto, o processo que foi posto em marcha através da auto-organização da comunidade nos refúgios de exilados nem os legados deste para o pós-guerra. Este tipo de análises e os discursos que delas se derivam tem uma função mistificadora e fragmentadora na sociedade salvadorenha porque continuam a explicar os graves problemas sociais e econômicos unicamente através dos efeitos nocivos da guerra e do sistema patriarcal e não tratam das causas mais profundas que os determinam.

Com todos os problemas e as limitações da experiência do acampamento, as conquistas são inegáveis: de grupo heterogêneo, formado por camponeses e camponesas vivendo isoladamente, passou a ser um grupo coeso que se auto-organizou para sua educação, sua saúde e união perante a repressão dos soldados hondurenhos e das exigências dos norte-americanos de

afastá-los da fronteira. Aprenderam que a resistência coletiva os fazia mais fortes e que através da organização atingiam seus objetivos, desde os mais imediatos até chegar a se imaginar como uma comunidade com um projeto diferenciado ao resto da sociedade salvadorenha. Um dos lemas do retorno era “Somos a alternativa para o futuro de El Salvador”. Estavam conscientes dos valores solidários e das novas relações sociais que haviam construído ao longo de anos de luta comum e articularam uma comunidade cuja principal característica era a organicidade e o reconhecimento da força da coletividade. Sua ação social não foi impulsionada através de utopias e sim pelas necessidades imediatas que tiveram que resolver. Contudo, em 10 anos de refúgio, construíram sua própria utopia e sonharam com a materialização destes novos valores e de um modo de produção alternativo ao capital, tentando nos primeiros anos do retorno replicar o que aprenderam no exílio. Com todas as dificuldades e a desagregação que posteriormente houve, as relações comunitárias ainda continuam vigentes. Os membros da CSM formam um setor das comunidades do norte de Morazán que decidiu lutar e por isso hoje em dia estão mais agregados e menos destruídos pelo impacto das políticas neoliberais.

A mudança na subjetividade das mulheres foi outra conquista importante, fato que lhes permite hoje em dia reivindicar e ter maior autonomia perante seus companheiros. Antes da guerra esta situação era impensável devido à rígida divisão sexual de trabalho típica do campo. Essa rigidez que antes era intransponível e inquestionável se tornou porosa e permitiu à mulher, sobretudo as que participaram na guerra como combatentes e colaboradoras, maiores espaços e oportunidades de atuação, maiores possibilidades de participar em política e organizações e ser lideranças em suas comunidades, inclusive permitira a algumas levar adiante empreendimentos produtivos agrícolas como cooperativas que se formaram após a guerra.

Sempre houve um retorno aos padrões do sistema patriarcal com a típica divisão sexual do trabalho ao interior das famílias. As duplas e triplas jornadas continuam a existir em função de que as mulheres têm que assumir as tarefas domésticas e sair para trabalhar pelas extremas dificuldades econômicas às quais estão submetidas pelo novo contexto neoliberal marcado pelo desemprego crônico. A carga mais pesada sempre recai sobre as mulheres e no neoliberalismo a tendência é que elas fiquem cada vez mais pobres. Não poderia ser de outra forma perante o acirramento do desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e o congelamento dos salários mínimos, sem contar o abandono e o desmantelamento do setor agrícola nos últimos 25 anos. A crise estrutural do capital significou a ativação e reforço de todas as hierarquias dentro da sociedade e o patriarcado não é a exceção, por isso, junto com o desemprego crônico, os índices de violência global e especificamente os índices de violência contra as mulheres, vem aumentando.

De forma geral, as mulheres salvadorenhas, camponesas e urbanas, continuam a responder ativamente às exigências de supervivência das suas famílias com trabalhos produtivos dentro e fora de suas casas. Elas continuam a ser fundamentais para assegurar um mínimo de alimentos para suas famílias, sobretudo no campo, visto que “[...] em tempos de crise quando os empregos são escassos e há dificuldades com as tarefas agrícolas, são as mulheres as que criam estratégias novas para enfrentá-las” (QUINTEROS, 1993:321). Continuam a assumir tarefas do âmbito reprodutivo lavando roupa alheia ou se tornando empregadas domésticas, tarefas que se intensificam quanto mais empobrecida a família (QUINTEROS, 1993:322). Vêm-se obrigadas a sair das suas casas para vender sua força de trabalho, tendo que se enfrentar ainda com condições de desigualdade e desvantagem a respeito dos homens no campo e na cidade. Muitas delas arriscam a própria vida quando emigram, são lutadoras apesar de não ser mais uma luta coletiva e sim um caminho individual.

Se o que impera na sociedade é o controle discriminatório e hierárquico dos processos de reprodução econômica e dos processos de trabalho, isto repercute na unidade básica de reprodução e de consumo: a família.

A subordinação hierárquica e discriminatória das mulheres em relação aos homens está intrinsecamente relacionada à opressão de classe, ou, em outras palavras, à *subordinação do trabalho ao capital*, visto que este último determina e se serve das relações de poder no âmbito da reprodução para seus objetivos de extração da maior quantidade possível de excedente de trabalho, ao mesmo tempo em que perpetua no interior da família o sistema de valores hierárquicos e autoritários que asseguram sua estabilidade.

As seqüelas da guerra impactaram o país enormemente, mas os grandes retrocessos econômicos e sociais, entre eles a falta de melhoria das condições de vida da mulher, que dirá a falta de emancipação e de uma igualdade substantiva, estão intrinsecamente vinculadas ao fato de que as relações de poder material da desigualdade estrutural não foram afetadas significativamente, nem sequer depois de 20 anos de esforços das organizações não governamentais e fundações que surgiram no pós-guerra.

Esses organismos, por seguir a mesma lógica hierárquica do capital não conseguem gerar as transformações requeridas para atingir tais objetivos. Não é estranho que com a legalização e conversão em ONG dos organismos construídos pela CSM ao longo de 20 anos de exílio, a comunidade esteja paulatinamente perdendo sua organização social, seus valores de solidariedade e o espírito comunitário que a caracterizou. Os resultados do oenegismo na CSM revelam o desastroso impacto que estas organizações surgidas na era Reagan tem nos movimentos sociais e na organização comunitária.

Utilizam tecnologias políticas, gerenciais e financeiras típicas do Estado burguês e da empresa capitalista a serviço das classes dominantes para controlar a dissensão, vigiar e impactar negativamente os movimentos sociais de esquerda. Ao final de contas são os doadores dos recursos que as ONG canalizam os que inevitavelmente controlam sua atuação e ditam os parâmetros da luta pela chamada ‘justiça social’. As ONG realizam o trabalho que o governo deveria realizar utilizando os recursos estatais ou as doações de fundações – que não servem mais que para isentar de impostos aos seus doadores. São impelidas a satisfazer as demandas dos seus doadores para continuar a receber recursos com o qual, muito dificilmente mudam suas estratégias mesmo que na prática estas não tenham resultados (a autocrítica é escassa) tornando-se extremamente rígidas e inflexíveis, contrariamente às dinâmicas de transformação de um movimento social.

Para mudar a sociedade radicalmente, temos que construir movimentos massivos capazes de derrubar os sistemas de dominação [...] O Complexo Industrial de Organizações Não Governamentais (CIONG) nos anima a pensar em organizar a justiça social como uma carreira; é dizer, trabalhar por ela quando se é pago [...]. No entanto, um movimento massivo requer o envolvimento de milhões de pessoas, a maioria das quais não podem ser pagas. Quando se tenta organizar as pessoas desde abaixo, usando o modelo de “carreira”, o que estamos pedindo é que umas poucas pessoas trabalhem mais que tempo completo para fazer o trabalho que milhões de pessoas precisam fazer (INCITE, 2006).

A passividade com que a comunidade enfrentou a falência das fábricas que tinha sido proposta no seu retorno pode ser explicada através do fenômeno do oenegismo e seu impacto pulverizador sobre as comunidades que não só se circunscreve ao norte de Morazán, mas se estende por todo o país. Enquanto as principais lideranças comunitárias eram absorvidas pelas novas ONGs criadas e pelos cargos gerenciais ao interior das fábricas, se deixava de lado a organização da comunidade. A autonomia e a ‘liberdade’ de atuação que estes organismos ganharam ao se legalizar como entidades jurídicas, o acirramento dos conflitos entre eles e a desarticulação refletem a corrida pela obtenção de fundos. As ONGs promovem uma cultura de competição, não colaborativa com ‘estratégias’ de curto prazo sem levar em conta a efetividade da metodologia utilizada. A preocupação principal não é a organização de movimentos massivos e sim a atração de financiamento para a aplicação de projetos isolados e fragmentados, se perdendo a visão de totalidade dos processos e as possibilidades de mudança social. De forma geral e não apenas no ERP, muitos ex-comandantes oriundos da classe média partiram para as ONGs ou para a atuação dentro da FMLN como partido político. Este fenômeno levou a um afastamento generalizado das estruturas altas e intermédias das bases da guerrilha tendo fortes implicações na descontinuidade da organização popular.

No caso da CSM a continuidade do projeto comunitário, seus planos produtivos para a

satisfação de necessidades da própria comunidade, seus organismos de bem-estar social para os setores mais vulneráveis, também se viram comprometidos pela forma como as camadas médias urbanas que conformaram os mandos intermediários do ERP se inseriram no processo tentando se apropriar dos empreendimentos que a comunidade trazia de Colomoncagua. Estes quadros se impuseram na hora de administrar o complexo semi-industrial. Uma aposta que, apesar de que no plano discursivo se apresentava como revolucionária, reproduzia os padrões hierárquicos de administração da empresa capitalista anulando qualquer possibilidade de controle da produção por parte dos trabalhadores. Quando houve a oposição de certos coordenadores da comunidade envolvidos nos processos produtivos, cientes de que as decisões e os rumos dos projetos deviam ser tomados a partir da base, alguns elementos abandonaram os empreendimentos e até partiram para a sabotagem. Florestan Fernandes comenta como se dá a anulação das pressões de baixo para cima, das vanguardas de um movimento guerrilheiro:

Os “esquerdistas” e suas vanguardas com frequência destroem e obstruem como podem a capacidade de luta das massas. Começam temendo que elas “despertem” de uma letargia mais ou menos condicionada e mais ou menos imposta; e terminam com o pavor de perder suas “posições de liderança”, mecanismos de adaptação e de cooptação pelos quais a verbiagem revolucionária ou “populista” lhes garante certos requisitos de prestígio social e certo poder de barganha. Nesse sentido, uma esquerda pró-capitalista e fundamentalmente *burguesa* fomenta um radicalismo (e, por vezes, mesmo um ultraradicalismo) que cumpre a função histórica de excluir as massas populares da história e, alternativamente, de reduzir a eficácia revolucionária das massas (FERNANDES, 1981:57).

As mudanças sócio-culturais operadas durante a guerra, seja em termos de valores como a solidariedade de classe, a descoberta da possibilidade de transformação mediante as ações práticas de cooperação, seja nos empreendimentos produtivos que as comunidades do Norte de Morazán vinham ensaiando desde a década de 70 não encontraram um chão fértil no deserto neoliberal.

No marco histórico e estrutural atual, a dependência de El Salvador frente às potências capitalistas de tecnologias mais avançadas, se aprofundara acirrando sua posição subalterna na divisão internacional do trabalho hierarquicamente estruturada. As políticas neoliberais, sob o impulso do capital financeiro internacional, agravaram as contradições e intensificaram a exploração do trabalho, a concentração de terras, e a expulsão de seres humanos, fatos que não têm como horizonte uma reversão a médio ou longo prazo. Nesse marco, a luta das mulheres pela sua emancipação não pode ser levada adiante com reformas legais nem institucionais que não garantem ir além de uma igualdade formal e abstrata. Frente à desigualdade material a que milhares de salvadorenhas estão condenados, em especial as mulheres, se apela para as bondades de uma rede institucional fortalecida e para a democracia eleitoral. No entanto, os avanços da chamada “democracia eleitoral” - com as reformas institucionais, a criação de órgãos

governamentais específicos para os direitos humanos e específicos para a mulher - não puderam eliminar as relações de poder material e de desigualdade estrutural de classe, muito menos a de gênero.

Na democracia sob domínio do capital, Mészáros observa que “o poder político das formações estatais do capital não é arbitrário, e sim rigorosamente dominado pelas determinações estruturais materiais do sistema estabelecido de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2011:286). Em outras palavras, o aumento da miséria consequência do desemprego estrutural, a precariedade trabalhista, o aumento da violência generalizada e em especial contra a mulher são todos funcionais à acumulação e expansão do capital, não são momentâneos nem subprodutos passíveis de serem corrigidos ou eliminados a través de políticas públicas traçadas pelo Estado, senão que são essenciais ao capital na sua forma contraditória e destrutiva de se reproduzir. Esta tendência irracional e *destrutiva* do capital se acentua em finais da década de sessenta, e expressa, de acordo com Mészáros, o início da crise estrutural do capital.

A grande tragédia de El Salvador é o descompasso temporal entre a luta de classes e os desdobramentos ocorridos nos últimos 40 anos de crise estrutural do capital. Se nos inícios o movimento popular e o movimento armado estavam impregnados de um nacionalismo radical válido e necessário para fazer avançar as revoluções democrática e nacional que dinamizassem as transformações dentro da ordem colocando ponto e final ao regime oligárquico excludente, antinacional e antidemocrático; este se torna insuficiente na hora de superar o sistema do capital e seus antagonismos explosivos. Era necessário projetar essa democracia radical e as demandas mais concretas dos movimentos populares em termos socialistas para levar a descolonização até suas últimas consequências.

Contudo, o movimento veio a desembocar no reformismo burguês em tempos de um capitalismo irreformável que não tolera as mínimas concessões para a classe trabalhadora nem no centro do sistema muito menos na sua periferia. A aposta defasada das camadas médias pelo fortalecimento institucional e do ‘Estado de direito’ em um momento histórico onde é evidente que não existem mais possibilidades de retorno ao estado de bem-estar social e quando os impulsos civilizatórios do capital se encontram completamente esgotados, são sinais da sua atitude conciliatória - por não dizer de acomodação obviamente não admitida - com a ordem burguesa neoliberal mantida por uma classe dominante que jamais teve o interesse, e nunca o terá, de universalizar os benefícios da acumulação econômica⁹⁴.

⁹⁴ Sobre as camadas médias, Torres-Rivas atentava na década de 60 para o fato de que elas têm uma função conciliadora e de equilíbrio político em momentos de tensão e conflito social que emana dos seus anseios por aumentar seu padrão de consumo e pelas aspirações de ascensão mediante sua participação no Estado. A importância social da “co-participação” dos grupos médios está, no entanto, relativizada pela circunstância histórica da sua prematura domesticação política; [...] Tudo parece empurrá-las para uma situação de dependência econômica e

O grande desafio dos novos movimentos populares é construir suas organizações de baixo para cima priorizando sua independência de classe e levando em conta que não existe a possibilidade de eliminação de todas as mazelas sociais atuais sem uma luta pela superação do sistema do capital simultânea a uma luta pela igualdade substantiva entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

ALAS, José Inocencio. *Iglesia, Tierra y lucha campesina*. Suchitoto, El Salvador 1968 – 1977. San Salvador: Asociación de Frailes Franciscanos OFM de C.A. 2003.

ARCE ZABLAH, Rafael. El grano de Oro. Partido de la revolución salvadoreña, 1975. In: *Prensa Clandestina*. El Salvador, 1970 – 1975. Edición facsimilar numerada. San Salvador: FLACSO/Fundación Dr. Manuel Gallardo, 2011.

_____. Fascismo y la revolución salvadoreña. San Salvador: Prensa Comunista - Editorial Revolucionaria del Pueblo, 1975.

ARIAS PEÑATE, Salvador. *Atlas de la pobreza y la opulencia en El Salvador*. San Salvador: Talleres Gráficos UCA, 2010.

ARMSTRONG, Robert; RUBIN, Janet S. *El salvador*. El rostro de la revolución. Trad. UCA Editores, 8ª Edición, San Salvador: UCA Editores, 2001.

AVENDAÑO ROJAS, Xiomara. Reformas en Centroamérica a finales de la dominación española: la Intendencia de San Salvador. In: LÓPEZ BERNAL, Carlos Gregorio. (org.). *Poder, actores sociales y conflictividad*. El Salvador, 1786 – 1972. San Salvador: Dirección Nacional de Investigaciones en Cultura y Arte, Secretaria de Cultura de la Presidencia, 2011, p. 19 – 57.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *The tendency of surplus to rise*. In: _____. *Monopoly Capital*. An essay on the american economic and social order. New York: Monthly Review Press, 1966. p. 52 – 78.

BROWNING, David. *El Salvador*. La tierra y el hombre. 3ª Ed., San Salvador: Dirección de Publicaciones e Impresos, Ministerio de Cultura y Comunicaciones, 1987.

BURKE, Melvin. El sistema de plantación y proletarización do trabajo agrícola en El Salvador. In: *Estudios Centroamericanos*. San Salvador: UCA Editores, No. 335 – 336, septiembre – octubre, p. 145 – 160, 1976.

CABARRÚS, Carlos Rafael. *Génesis de una revolución*. Análisis del surgimiento y desarrollo de la organización campesina en El Salvador. México D.F.: Ediciones de la Casa Chata, 1983.

CAGAN, Steve; CAGAN, Beth. *El Salvador: La tierra prometida*. La historia de la ciudad Segundo Montes. Trad. Richard Paolo Lüers. San Salvador: Ediciones Arcoiris, 1993.

CAMARENA, Salvador. Hallados 72 cuerpos de inmigrantes ‘sin papeles’ en un rancho en México. *El País*, Madrid, 26 ago. 2010. Disponible em: < <http://www.elpais.com> >

CARDENAL IZQUIERDO, Ana Sofía. *La democracia y la tierra*. Cambio político en El Salvador. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

CARDONA MONTERROSA, Amílcar. *Retos y perspectivas para la acción del movimiento sindical*. San Salvador: FESPAD Ediciones, 2007.

CASTILLO, Carolina. The situation of women in El Salvador. In: Women’s International Resource Exchange (WIRE): *Women and War*. El Salvador. New York. 1980. p. 5 –9.

CERVANTES, Jesús, A. El perfil de la población de origen salvadoreño en Estados Unidos. Centro de estudios monetarios latinoamericano (CEMLA), 2013.

CRIOLLO, Cecilia. Is revolution men's work? In: Women's International Resource Exchange (WIREF): *Women and War*. El Salvador. New York. 1980. p. 4.

DALTON, Juan José. La muerte del instigador del asesinato de Roque Dalton. In: *Revista Cruz Calle* do Jornal Digital Contapunto. San Salvador, 28 de jun de 2013. Disponível em: < <http://www.rcc.contrapunto.com.sv> > Acesso em: 02/07/2013.

DALTON, Roque. *El aparato imperialista en Centroamérica*. Imperialismo y revolución en Centroamérica. Ocean Sur: México, 2011.

DALTON, Roque. Por um melhor amor. In: _____ . *Historias y poemas de una lucha de clases*. Ocean Sur: México, 2010. p. 15.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. *Género y derechos de propiedad en El Salvador Rural*. San Salvador: PRISMA. Boletín 32, 1998. Disponível em < <http://www.landnetamericas.org> >

DIRECCIÓN General de Estadística y Censos (Digestyc). *Encuesta de hogares y propósitos múltiples 2012*. San Salvador: Ministerio de Economía. 2013.

DONGHI, Tulio Halperin. *História de América Latina*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. [1974]

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. trad. Leandro Konder. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

_____. O que é revolução. In: *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. *Poder e Contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

FONSECA, Elizabeth. *Centroamérica: su historia*. San José, C.R.: FLACSO: EDUCA, 1996.

FUENTES, Carlos. *La muerte de Artemio Cruz*. 2ª edição. Barcelona: Editorial Bruguera, 1982.

FUNDACIÓN Salvadoreña para el Desarrollo Económico y Social (FUSADES). *La necesidad de un nuevo modelo económico para El Salvador: lineamientos generales de una estrategia*. San Salvador: FUSADES, 1985.

GLOWER, Carlos, J. *Ensayos*. La economía política de la dolarización en El Salvador. San Salvador: Imprenta Ricaldone, 2010.

GÓCHEZ, Roberto. Evolución de los flujos comerciales de El Salvador (ES) - Estados Unidos (EE.UU.) antes y después del CAFTA. In: CLAROS, Iván. (org.). *El CAFTA DR. A 2 años de su implementación. Algunas implicaciones socioeconómicas*. San Salvador. Oxfam América, 2008. p. 4 – 23.

GORDON, Sara. *Crisis política y guerra en El Salvador*. México: Siglo XXI, 1989.

GUTIÉRREZ, Raúl. *El Salvador: poor eating less while food prices soar*. *Inter Press Service News Agency*, 28 mai, 2008. Disponível em: < <http://www.ipsnews.net> >

HERRERA, Morena. *Mujeres y Conflicto. Consecuencias de la participación*. In: *Revista Tendencias*. Año 5, v. 5, n. 49, San Salvador: Coopex, p. 10 – 20, 1996.

_____. *Posguerra, ex-guerrilleras y feminismo en El Salvador*. In: Las Dignas (orgs.). *Montañas con recuerdos de mujer. Una mirada feminista a la participación de las mujeres en los conflictos armados en Centroamérica y Chiapas*. Memorias del Foro Regional de San Salvador. San Salvador: Fundación Buntstift, Diakonía, diciembre, 1995.

IBARRA CHÁVEZ, Héctor Ángel. *Brigada Rafael Arce Zablah ¡Misión Cumplida!* Una historia contada por sus protagonistas. México: Ediciones Expediente Abierto (2008).

_____. *Historias de Barro y otros cuentos de la Guerra de El Salvador*. Memorias de un internacionalista, México: Publicaciones Expediente Abierto, 2003.

_____. *La teología de la liberación durante la revolución salvadoreña*. 2013. 317 f. Tese (Doutorado em História e Etno-história) – Escuela Nacional de Antropología e historia, México, 2004.

INSTITUTO Geográfico Nacional “Ing. Pablo Arnoldo Guzmán”. *Monografía del departamento de Morazán y sus municipios*. San Salvador: Centro Nacional de Registros, 1998.

INSTITUTO Internacional de Investigación y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de la Mujer (UN – Instraw). Disponível em: < www.un-instraw.org >

INSTITUTO Salvadoreño de Transformación Agrária. (ISTA). *La mujer rural*. San Salvador, 2010. Disponível em < <http://www.ista.gob.sv> >

INSTITUTO Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer (ISDEMU). *Primer informe nacional sobre la situación de violencia contra las mujeres en El Salvador*. San Salvador, 2009.

INSTITUTO Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer (ISDEMU). *Informe nacional sobre el estado y situación de la violencia contra las mujeres en El Salvador*. San Salvador, 2012.

JERÉZ, César. *El contexto socioeconómico de las decisiones políticas en el proceso de la integración centroamericana*. In: *Estudios Centroamericanos*. San Salvador, Año XXXII, No. 339 - 340, p. 5 – 32, Ene./Feb. 1977.

LINDO-FUENTES, Héctor. *La Economía de El Salvador en el siglo XIX*. Trad. Walter Knut. San Salvador: Dirección de Publicaciones e impresos, 2002.

LÓPEZ VALECILLOS, Ítalo. *Rasgos sociales y tendencias políticas en El Salvador (1969 – 1979)*. In: *Estudios Centroamericanos*. San Salvador, Año XXXIV, No. 372 - 373, p. 863 – 884, Oct./Nov. 1979.

LÖWY, Michael. *Mística revolucionária: José Carlos Mariátegui e a religião*. In: *Estudos Avançados*, 19 (55), 2005.

_____. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LÖWY, Michel. (org.) *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. Trad. Cláudia Schilling, Luís Carlos Borges. 2ª Ed. Ampliada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUNGO UCLES, Mario. El Salvador en los 80: contrainsurgencia y revolución. San Salvador: Editorial Universitaria, 1991.

MACAL, Mario Flores. Origen del Estado y de la elite económica. In: MARTÍNEZ PEÑATE, Oscar. (Org.). *El Salvador*. Historia General. 2ª Ed. San Salvador: Nuevo Enfoque, 2007.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTÍN ÁLVAREZ, Alberto. *De movimiento de liberación a partido político*. Articulación de los fines organizativos en el FMLN salvadoreño (1980 - 1992), 2004. 299 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciencia Política y de la Administración III, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, 2004.

MARX, Karl. *A Ideologia alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZEO, Miguel. *Invitación al descubrimiento*. José Carlos Mariátegui y el socialismo de Nuestra América. Buenos Aires: El Colectivo, 2008.

MEDRANO GÚZMAN, Juan Ramón. *Memorias de un guerrillero*. Comandante Balta. 3a. ed. San Salvador: New Graphic, 2006.

MELARA, Antonio. Cable de E.E.U.U.: Cristiani dejó perder los “bolsones” por estar habitados por simpatizantes del FMLN. *La Página*, San Salvador, 29 oct. 2013. Disponível em: <<http://www.lapagina.com.sv/nacionales/88722/>>

MENA SANDOVAL, Francisco Emilio. Quiebre Histórico. In: *Del ejército nacional al ejército guerrillero*. San Salvador: Ediciones Arcoiris.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Catanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Marxismo e direitos humanos. In: *Filosofia, ideologia e ciência social*. Trad. Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTOBBIO, Manuel. *La metamorfosis de pulgarcito*. Transición política y proceso de paz en El Salvador. Barcelona: Icaria Editorial – FLACSO Guatemala-El Salvador, 1999.

MORENO, Raúl. CAFTA-DR a seis años de vigencia en El Salvador. 2012 Disponível em: <<http://alainet.org>> Acesso em: 13/02/2013

_____. *El Tratado de Libre Comercio entre Estados Unidos y Centroamérica*. Impactos económicos y sociales. Managua: EDISA, 2003.

_____. *La globalización neoliberal en El Salvador. Un análisis de sus impactos e implicaciones.* Barcelona: Fundación Món-3, 2004.

MURGUIALDAY, Clara. Los Mandatos de la domesticidad. In: *Revista Tendencias.* Año 4, v. 3, n. 42, San Salvador: Coopex, p. 8 – 16, 1995.

NAVAS, María Candelaria; DOMÍNGUEZ, Liza María. Las organizaciones de mujeres en El Salvador y sus aportes a la historia sociopolítica (1957-1999). In: RODRÍGUEZ SÁENZ, Eugenia (org.). *Mujeres, Género e Historia en América Central durante los siglos XVII, XIX y XX.* San José: UNIFEM, Plumsock Mesoamerican Studies, Varitec, 2002. p. 135 – 144.

NIETO, Fidel. El Salvador: do éxito neoliberal a la rebelión popular. In: MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Ricardo. (org.). *Los movimientos sociales del siglo XXI.* Diálogos de las resistencias. México D.F.: Jorale Editores, 2007.

PROGRAMA de las Naciones Unidas para el desarrollo (PNUD). *Informe sobre el desarrollo humano.* El Salvador 2005. Una mirada al nuevo nosotros: el impacto de as migraciones. San Salvador, 2005.

_____. *Informe sobre el desarrollo humano.* El Salvador 2007 – 2008: El empleo en uno de los pueblos más trabajadores do mundo. San Salvador, 2008. Disponible em <www.pnud.org.sv>

PORTILLO, Geraldina. El origen de la burguesía cafetalera. Caso La libertad. In: MARTÍNEZ PEÑATE, Oscar. (Org.). *El Salvador.* Historia General. 2ª ed. San Salvador: Nuevo Enfoque, 2007.

QUESADA MONGE, Rodrigo. América Latina. El imperialismo histórico. El libre comercio o la diplomacia de Dios (1823 – 1850). In: *Globalización - Revista mensual de economía, sociedad y cultura.* Septiembre, 2009. Disponible em <<http://rcci.net/globalizacion/texto/anterior.php?dt=2009>>

QUINTEROS, Aída Carolina. Mujeres rurales y sobrevivencia familiar. In: *Revista Realidad económico-social.* San Salvador: UCA Editores Mayo-Junio, p. 317 – 330, 1993. p. 317 – 330. Disponible em: <<http://www.uca.edu.sv/revistarealidad/>>

QUINTEROS, César Emilio. La dinastía de los Meléndez Quiñónez (1913-1927). In: MARTÍNEZ PEÑATE, Oscar. (Org.). *El Salvador.* Historia General. 2ª Ed. San Salvador: Nuevo Enfoque, 2007.

RAMÍREZ, LIL MILAGRO. Carta de Lil Milagro Ramírez en la que explica las razones de clandestinizarse. Agosto de 1971. Disponible em <www.cedema.org> Acceso em: 12/10/2011.

READY, Kelley. La Ciguanaba y el espíritu de las relaciones de género. In: RODRÍGUEZ SÁENZ, Eugenia (org.). *Mujeres, Género e Historia en América Central durante los siglos XVII, XIX y XX.* San José: UNIFEM, Plumsock Mesoamerican Studies, Varitec, 2002. p. 175 – 187.

RED Centroamericana de Mulheres en Solidaridad con las Trabajadoras de la Maquila (REDCAM). *Impacto de la crisis económica mundial en las mujeres trabajadoras de las maquilas en Centroamérica.* Diagnóstico 2007 – 2010.

RED Europea del Diálogo Social (REDS). El Salvador. En el horizonte de un nuevo día. Comunidad Segundo Montes. In: *El ruido de la milpa. Lucha y organización en Chiapas, El Salvador, Guatemala y Nicaragua*. Barcelona: REDS, 2004.

ROWBOTHAM, Sheila. *Women, Resistance and Revolution*. A history of women and revolution in the modern world. New York: Vintage Books, 1974.

SALINAS, Carlos. La ruta de las que serán violadas. *El País*, Madrid, 14 nov. 2011. Disponible em: < <http://www.elpais.com> >

SALINAS, Julián. Análisis macroeconómica de El Salvador a dos años de vigencia de CAFTA DR. In: CLAROS, Iván. (org.). *El CAFTA DR. A 2 años de su implementación*. Algunas implicaciones socioeconómicas. San Salvador: Oxfam América, 2008. p. 24 – 39.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, Guillermo. *Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía*. CLACSO. Buenos Aires, 2007. p.143-155. Disponible em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/hoyos/11Sampaio.pdf>>

SEGUNDA Conferencia General del Episcopado Latinoamericano. Los Documentos de Medellín (Selecciones). La Iglesia en la actual transformación de América Latina. San Salvador: Centro Monseñor Romero-UCA, 1998.

THOMPSON, PAUL. *La voz del pasado*. Historia oral. Trad. Josep Domingo. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim. Institució Valenciana D'estudis i investigació, 1988.

TORRES-RIVAS, Edelberto. *Interpretación del desarrollo social centroamericano*. Procesos y estructuras de una sociedad dependiente. San José: Editorial Universitaria Centroamericana, 1969.

_____. *La piel de Centroamérica: una visión epidérmica de setenta y cinco años de su historia*. San José: FLACSO, 2007.

_____. La Revolución Conservadora. In: *Revista Tendencias*. Año 4, v. 3, n. 42, San Salvador: Coopex, p. 21 – 28, 1995.

TURCIOS HERNÁNDEZ, Roberto Alonso. Autoritarismo y modernización: El Salvador 1950 – 1960. 2ª Ed. San Salvador: Dirección de Publicaciones e impresos, 2003.

VARCÁLCEL, Amelia. *La memoria colectiva y los retos del feminismo*. Serie Mujer y Desarrollo. N. 31. Santiago de Chile: Cepal/Eclac, Naciones Unidas, 2001. p. 1 – 34. <<http://www.cepal.org>>

VÁSQUEZ, Norma. Las mujeres y las relaciones genéricas en el proyecto del FMLN. In: Las Dignas (orgs.) *Montañas con recuerdos de mujer*. Una mirada feminista a la participación de las mujeres en los conflictos armados en Centroamérica y Chiapas. Memorias del Foro Regional de San Salvador. San Salvador: Diciembre de 1995.

VAUGHAN, Jennifer; MACINTOSH, Jane. Women's lives in El Salvador. In: Women's International Resource Exchange (WIRE). *Women and War*. El Salvador, New York, 1980. p. 1–3

VEGA, Ana Lilian; MARTÍNEZ, Julia Evelyn; AMAYA, Patricio; DUKE, Karen. *La Institucionalización sociocultural y jurídica de la desigualdad: el trabajo doméstico remunerado en El*

Salvador. San Salvador: Secretaría Jurídica del Sistema de la Integración Centroamericana (SG-SICA), 2010.

WAISELFISZ, Julio. *Mapa da violência: Os jovens da América Latina*. RITLA, 2008. Disponível em: <www.ritla.org>

Glossário

Almuertero: criança ou adolescente que leva almoço aos adultos que estão trabalhando no campo.

Bolado: em América Central é negócio, encargo, favor, coisa, assunto.

Botiquín: local onde se deixam medicamentos para uso de um coletivo de pessoas.

Chicharrón: torresmo.

Cerro: serra ou montanha.

Chiquito: pessoa de baixa estatura.

Cipote/a: menino/a.

Culatazo: golpe com a culatra de uma arma de fogo.

Feyo: feio.

Frijol: Feijão.

Frijolar: Feijoeiro.

Garduña (a la garduña): em El Salvador é uma brincadeira de criança no qual se jogam muitos brinquedos ao ar para ver quem consegue pegar a maior quantidade.

Guindear: sair correndo bem rapidamente, fugir.

Hamaca: rede.

Henequén: fibra de sisal para confeccionar sacos, bolsas, artesanatos.

Lomo: as costas.

Machete: facão.

Maguey: é a planta agave ou sisal, desta planta se faz o tequila ou as fibras de sisal.

Mezcalar: é uma variedade de maguey, uma planta que fabrica a bebida mezcal.

Milpa: Em América Central e o México trata-se da parcela de terra dedicada ao cultivo de milho e outras plantas como feijão e abóbora.

Nomás: nada mais

Orejeaar: espionar

Pak: contração de “*para el*” que significa “para o”.

Peche: magra ou magro.

Perol: panela.

Penquear: bater com força.

Pita: uma espécie de laço.

Puyar: Espetar.

Tapesco: um tipo de cama colocada de forma mais alta.

Teje y maneje: expressão salvadorenha que significa forma de fazer as coisas.

Tortilla: alimento feito a base de farinha de milho típico da região mesoamericana.

Tortear: fazer as *tortillas*. Bater na palma da mão a massa feita de farinha de milho.

Trastes: tralhas, pratos.

Va: contração da palavra “*verdad*” muito utilizada pelos salvadorenhos.

Vea: contração da palavra “*verdad*” muito utilizada pelos salvadorenhos.

Zanatero: quem leva refeições para quem está trabalhando no meio da roça.

Zancudo: Pernilongo.

ANEXOS

ANEXO A - Lista das entrevistadas

Entrevistada A: As entrevistas foram realizadas nos dias 25 e 26 de maio de 2012, 12 de outubro de 2013 e 19 de novembro de 2013 em sua casa no município de Meanguera na Comunidade Segundo Montes. A entrevistada nasceu no município de Villa del Rosario, em 19 de maio de 1934. Casou-se e teve 6 filhos. Participou nas CEB e esteve no refúgio em Colomoncagua.

Entrevistada B: A entrevista foi realizada em 21 de julho de 2013 e 15 de dezembro de 2013, no município de Jocoaitique. A entrevistada nasceu no município de Jocoaitique, no cantão Santa Anita em 15 de março de 1958. Filha de camponeses mini-fundistas. Casou-se teve 2 filhas e 1 filho. Participou nas CEB e na guerrilha foi comandante política do ERP.

Entrevistada C: A entrevista foi realizada em 27 de noviembre de 2013, no município de Jocoaitique. A entrevistada nasceu no cantão La Joya no município de Meanguera. Filha de camponeses mini-fundistas. Teve 4 filhos e participou na guerrilha como brigadista de saúde.

Entrevistada D: A entrevista foi realizada no dia 11 de novembro de 2013, na sua casa no município de Meanguera na Comunidade Segundo Montes. A entrevistada nasceu no município de Torola, Cantão Agua Zarca, casario Las Raíces no dia 4 de setembro de 1955. De família de camponeses mini-fundistas. Não se casou teve 2 filhos. Esteve no refúgio em Colomoncagua onde teve funções de coordenação.

Entrevistado E: As entrevistas foram realizadas em 10 de abril de 2012, 25 de maio de 2013, 16 de junho de 2013, 21 de junho de 2013 e 16 de dezembro de 2013. Em sua casa no município de Jocoaitique. O entrevistado nasceu no município de Jocoaitique em 7 de agosto de 1950. Filho de funcionário público e mãe ama de casa. Não se casou e tem um filho. Formou-se como professor. Comandante político do ERP.

Entrevistada F: A entrevista foi realizada no dia 25 de novembro de 18 de 2013, em sua casa, no município de Meanguera. A entrevistada nasceu em Meanguera, cantão La Guacamaya, no dia 23 de dezembro de 1968. Filha de camponeses mini-fundistas Não se casou, teve dois filhas e uma filha. Na guerra participou como brigadista de saúde.

Entrevistada G: A entrevista foi realizada em 28 de maio de 2012. em sua casa no município de Meanguera na Comunidade Segundo Montes. A entrevistada nasceu no município de Meanguera, Cantão la Joya em 23 de maio de 1966. Filha de camponeses mini-fundistas. Casou-se e teve 1 filha e 2 filhos. Foi brigadista de saúde do ERP.

Entrevistada H: As entrevistas foram realizadas nos dias 4 e 18 de dezembro de 2013, em sua casa, no município de Meanguera. A entrevistada nasceu em Meanguera, cantão Soledad, casario El Pajarito no día 6 de noviembre del 1957. Filha de camponeses mini-fundistas. Não se casou, teve um filho. Participou nas CEB.

Entrevistada I: Entrevistas realizadas nos dias 20 e 25 de novembro de 2013 no município de Jocoaitique. A entrevistada nasceu no município de San Fernando, cantão Azacualpa, casario Ocotillo, Morazán no dia 27 de abril de 1967. Filha de camponeses mini-fundistas. Casou-se teve 1 filho e 1 filha. Esteve no refúgio em Colomoncagua onde desempenhou funções na coordenação da cozinha e depois foi rádio-operadora no ERP.

Entrevistado J: O entrevistado nasceu no cantão Santa Anita município de Jocoaitique. Participou na guerra como comandante do ERP.

Entrevistada K: A entrevista foi realizada no dia 22 de dezembro de 2013 no município de Meanguera na Comunidade Segundo Montes. A entrevistada nasceu no município de Perquín, cantão Casablanca, Casario Ocotillo em 20 de junho de 1969. casou-se e teve dois filhos. Esteve no refúgio em Colomoncagua.

Entrevistada L: A entrevista foi realizada no dia 19 de dezembro de 2013 no município de Meanguera na Comunidade Segundo Montes. A entrevistada nasceu no município de Jocoaitique, no cantão e casario Volcancillo, em 6 de outubro de 1955. Filha de camponeses mini-fundistas. Casou-se e teve 1 filha e 2 filhos. Esteve no refúgio em Colomoncagua onde trabalhou como educadora popular.

Entrevistada M: A entrevista foi realizada no dia 20 de dezembro de 2013, na sua casa no município de Meanguera na Comunidade Segundo Montes. Originaria do mesmo município, cantão La Guacamaya. Nasceu no dia 12 janeiro de 1970. Filha de camponeses jornalheiros. Casou-se teve 5 filhos e 2 filhas. Esteve no refúgio em Colomoncagua e trabalhou como educadora popular.

Entrevistada N: A entrevista foi realizada no dia 21 de dezembro de 2013 no município de Meanguera na Comunidade Segundo Montes. A entrevistada nasceu no município Meanguera, cantão La Joya no dia de 26 de novembro 1956. Filha de camponeses mini-fundistas. Casou-se e teve 2 filhos e 2 filhas. Esteve no refúgio em Colomoncagua e trabalhou como educadora popular.

Entrevistado O: As entrevistas foram realizadas nos dias 10, 23 de abril de 2012, 7 de maio de 2012, 1 de junho de 2012 e 10 de janeiro de 2013 em vários lugares de San Salvador. O entrevistado nasceu em Guadalajara México, no dia 22 de abril de 1954. Filho de professores. Não se casou teve dois filhos. Formado em desenho industrial. Foi comandante político do ERP.

Entrevistada Q: Entrevistas realizadas nos dias 5 de maio de 2012, 23 de junho de 2013, 19 de julho de 2013 no município de Jocoaitique. Nasceu em Jocoaitique, Morazán em 28 de dezembro de 1944. Casou-se e teve 3 filhos e 2 filhas. Foi comando urbano do ERP em San Salvador.

ANEXO B

Proporção de homens e mulheres no setor agrícola

Ano	Mulheres	Homens
1950	12,4%	75,7%
1960	7,3%	72,4%
1970	5,9%	59%
1980	5%	55,8%

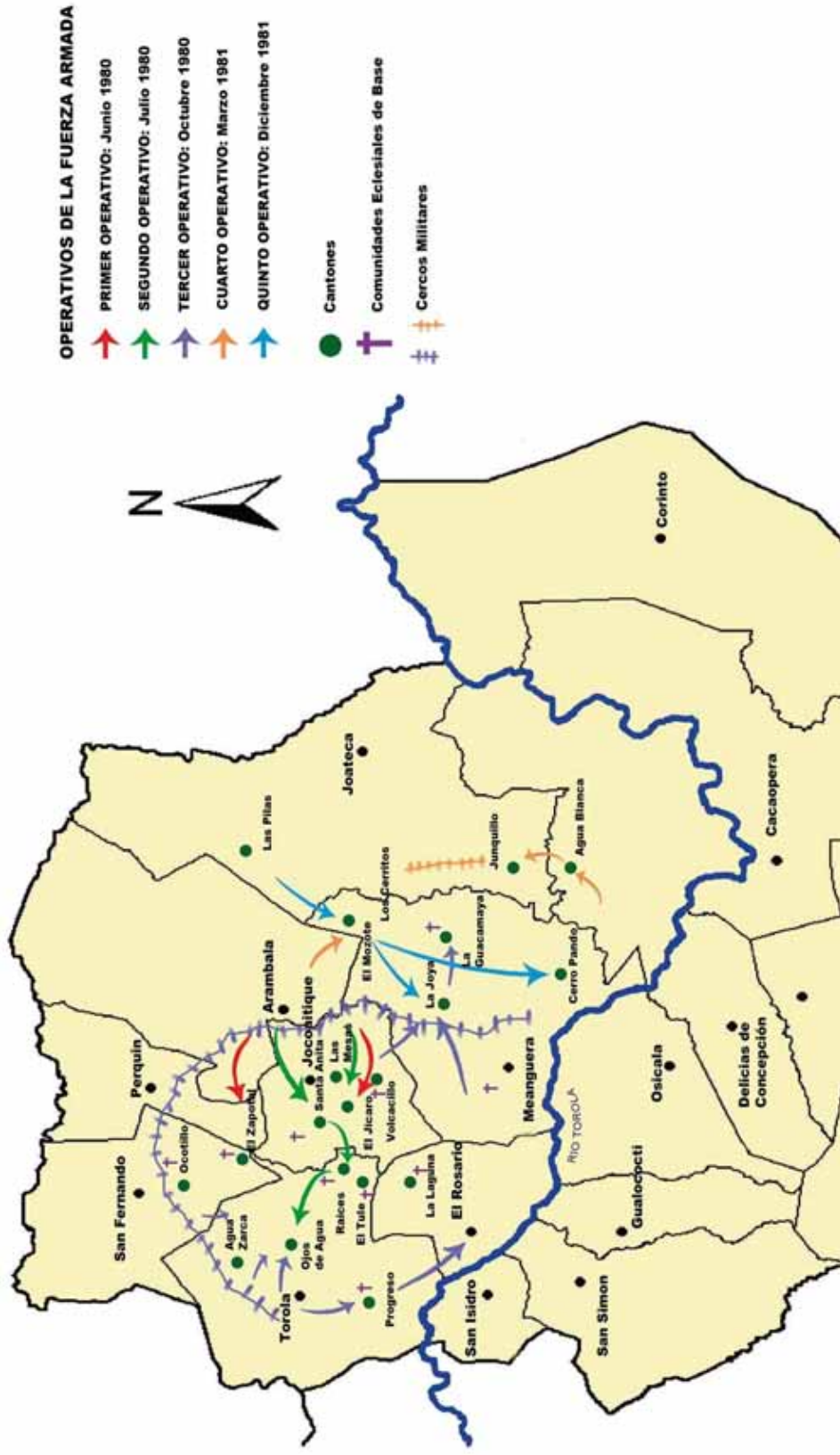
Elaboração própria (Fonte BID, 1992).

Proporção de homens e mulheres no setor de serviços

Ano	Mulheres	Homens
1950	62,8%	10,7%
1960	67,7%	12%
1970	76,5%	17,6%
1980	76,8%	24,4%

Elaboração própria (Fonte BID, 1992).

ANEXO C



Mapa 3. Norte de Morazán mostrando a localização das Comunidades Eclesiais de Base e os Operativos de Terra Arrasada (Fonte: Elaboração própria a partir de testemunhos).

ANEXO D

Mudança Programática da FMLN-FDR (Fuente: Elaboración propia)

	Plataforma Programática do Gobierno Democrático Revolucionário (1980)	Plataforma do Governo de Amplia Participação (1984)	Revolução Democrática(1990)
Forças Sociais	<p>-FMLN-FDR: ampla coalizão revolucionária de todos os setores democráticos opostos o regime oligárquico.</p> <p>-Organizações de Centro-esquerda: aglutinam a social-democracia (MNR) e o social-cristianismo (MPSC) → MIPTES (representantes de setores médios progressistas).</p> <p>-FDS (profissionais e pequena burguesia progressista)+ CRM (aliança entre setores revolucionários do campesinato, estudantil e operários)= FDR</p> <p>-FMLN = socialismo</p> <p>- MNR + MPSC: socialdemocrata.</p>	<p>FMLN-FDR</p> <p>Integrar vários setores sociais: camponeses, operários, empresários, profissionais, professores, partidos políticos, exército, com exceção da oligarquia e os militares mais recalcitrantes</p>	<p>ERP</p> <p>1989 Joaquín Villalobos: Perspectivas de Vitória e projeto revolucionário: Nova linha da frente que denominará mais tarde na Revolução democrática.</p> <p>1990 - Proclama a Nação: Revolução Democrática</p>
Características	<p>-Programa de consenso entre centro e esquerda</p> <p>-Revolução popular, democrática e antoligárquica</p> <p>-Democrata radical com amplas reformas</p> <p>-Não define estrutura de governo</p> <p>-Ditadura do Proletariado</p> <p>-Socialismo</p>	<p>Oferecer uma alternativa política a um processo eleitoral controlado pelos militares onde a esquerda não poderia participar</p> <p>- Integração provisional a um governo de salvação nacional para tirar El Salvador da crise</p> <p>- Governo plural que convocaria a eleições</p> <p>- Projeto transitório que buscava um programa mínimo, as forças insurgentes deixariam as armas</p> <p>(aceitação que o programa máximo não era possível)</p> <p>-Abandona ambigüidade do Estado</p> <p>-Socialismo</p>	<p>- Perspectivas de Vitória e projeto revolucionário: documento com análises triunfalistas</p> <p>-Revolução sem esquemas preconcebidos: socialismo real.</p> <p>-Sujeito proletariado y alianza operário-camponés X sujeito amplo das camadas médias.</p> <p>-Substituição da revolução socialista X revolução flexível, pluralista e democrática: mudança radical da estrutura agrária e uma democracia pluralista.</p>
Medidas	<p>- Política de nacionalizações: sistema bancário, comércio exterior, produção e distribuição de eletricidade, refinamento do petróleo e qualquer empresa monopólica.</p> <p>- Reforma agrária</p> <p>- Reforma fiscal</p> <p>- Planificação da economia</p> <p>- Desarme e dissolução das forças de segurança do Estado</p> <p>- Criação do Exército Popular</p> <p>- Dissolução dos poderes do Estado e promulgação de uma nova constituição</p> <p>- Reestruturação do poder municipal e reorganização como órgão de poder popular</p>	<p>Imediatas:</p> <p>- Desmontar o aparelho repressivo do Estado</p> <p>- Depurar as Forças Armadas</p> <p>- Esclarecer as violações aos DDHH</p> <p>- Reorganizar o poder judiciário</p> <p>- abandonar Constituição de 1983</p> <p>- Dissolver ARENA</p> <p>- Fixação de preços de produtos básicos</p> <p>- Plano de emprego massivo</p> <p>Estruturais:</p> <p>- Reforma agrária plena</p> <p>- Nacionalização sistema bancário e financeiro</p>	<p>- Fim do Militarismo, abolição total do exército</p> <p>criação de novas forças de segurança pública</p> <p>- Juízos responsáveis aos crimes, matanças e fim da perseguição política</p> <p>- Nova ordem econômica e social</p> <p>- Reforma Agrária profunda</p> <p>- Criação pólo econômico popular</p> <p>- Reforma Urbana</p> <p>- Estado economicamente forte, melhoras em saúde, alimentação, moradia cultura</p> <p>- Nacionalização da banca e comercio exterior</p> <p>- Ajuste nacional salários, preços, empregos e créditos,</p> <p>- Luta contra desmatamento e contaminação</p> <p>- Democratização nacional</p>

	<p>- Política exterior de não alinhamento com EUA - Sete pontos da FMLN (apoiará empresários privados).</p>	<p>- Reforma do comércio exterior com controle das exportações - Ampliação dos serviços de seguridade social - Política exterior não alinhada - Manter território nacional livre de forças estrangeiras. - Exercício com forças da FMLN e Exército Nacional</p>	<p>- Ampliação do legislativo e democratização do poder municipal - Proteção dos DDHH - Liberdade de expressão - Proteção plena e independência do jornalismo - Proteção da liberdade de organização, mobilização e protestos - Novo sistema eleitoral e Nova constituição política - Resgate da soberania política exterior - Relações de respeito com EEUU - Integração CA e latino americanismo - Política exterior multipolar - Neutralidade e ruptura de pactos militares - Proteção a salvadoreños em EEUU - Cooperação contra o tráfico de drogas - Resolução fronteiriça Honduras</p>
Conjuntura política	<p>- Havia que manter a coalizão - Busca apoio da burguesia e setores progressistas do exército: coalizão ampla e heterogênea - Fracasso inicial da toma do poder: não havia suficiente correlação de forças para tomar o poder, também para não ser derrotados militarmente.</p>	<p>- Responde à estratégia eleitoral iniciada pelo regime. - 1983 Morte de Mérida e Marcial. Leonel entra como primeiro comando - Regime surgido do golpe de 79 começava a dar passos a institucionalização: Pacto de Apaneca em 1982; Nova Constituição em 1983; Eleições em 1984</p>	<p>1984 – 1990 Perde peso o militar, ganha relevância o político: negociações e diálogo. 1987- FDR ingressa à esfera eleitoral Não rompe com a coalizão mas há divergências com a CD, nas eleições de 1989 –plataforma del MNR 1983 – Esforços de Pacificação EUA e classes dominantes: Grupo mediador do conflito Nicarágua- Contras e o acordo de paz Esquipulas 1987- Esquipulas II presidentes aceitam via do diálogo, e governo não cumpre DDHH 1987 reunião Núncio Apostólico 1989 - Proposta de Paz FMLN aceita eleições adiando-as 6 meses. Autonomia da FDR do FMLN: surgem diferenças Exercício da violência se baseia na aceitação do reformismo para pressionar o Estado e participar no sistema político 1989 debates ao interior da frente: violência para toma do poder Proclama: pontos mínimos de negociação com governo -Negociação AP: flexibilidade e renúncia</p>
Outros	<p>- Proposta de Paz da FMLN-FDR lida na ONU em 1981 por Daniel Ortega: negociação, reestruturação das forças armadas, eleições, novo ordem político, económico e social.</p>	<p>- Proposta de um processo de diálogo-negociação e cesse de fogo. - Aceitação da FMLN das forças democráticas, mas a primeira opção continua a ser luta armada -FDR: participa das eleições</p>	

ANEXO D – Tabela de organismos criados pela Comunidade Segundo Montes, ano de legalização e função.

Organismo	Ano de Legalização	Legalizado como	Função
Comité de Educação	1995	Sistema Local de Educación del Municipio de Meanguera (SILEM).	Ações relacionadas com a educação e a formação de educadores populares.
Comité de Saúde	1994	Transfirió-se os serviços ao Ministerio de Salud Pública y Asistencia Social	Encarregado das obras de saneamento e saúde preventiva, curativa e mental
Comité de Comunicación Social:		O Comité funcionou até 1992, as duas instancias adotaram programas próprios.	Desenvolvimento cultura e informativo da comunidade
a) Radio Segundo Montes	a) 1994	a) Servicios de Comunicación Verde Salvadoreña, S.A. de CV	
b) Grupo Morazán	b) 2000	b) Asociación Centro de Arte y Cultura Paco Cutumay	
Organismo de Desarrollo Urbano	1995	Cooperativa Constructora San Luis (COCSAL)	Executava projetos de moradia, vias de acesso e aprovisionamento de água.
Comité Comunal	1994	Asociación Comunal Segundo Montes	Al legalizarlo se le atribuyó la tutela del patrimonio e intereses de la CSM, pero no cumplió su papel pues repartió todo el patrimonio comunal em mãos de poucos.
Comité de Relaciones		Na legalização ficou subordinado à Asociación Comunal Segundo Montes	Atendia as visitas que chegavam à CMS, tratava temas de violação dos direitos humanos. Coordenou processo de transferência de terras e legalização de terrenos da CMS
Banco Comunal de Morazán (BANCOMO)	1996	Na legalização decaiu sua gestão administrativa.	Organismo encarregado da gestão financeira local, captava fundos e dava créditos para iniciativas de desenvolvimento familiar e moradia
Comité para el Desarrollo Local (CODECO)	1994	Desaparece neste ano	Ações de compra e distribuição da assistência para a população e artigos de primeira necessidade.
Comité para el desarrollo y Emergencias de Morazán (CODEMO)	1996	Productores Corporados Sociedad Cooperativa	Encarregado da administração das unidades produtivas da área semi-industrial e pecuária.

Fonte: Elaboração própria a partir do Livro *El ruido de la mitpa*

ANEXO E - Linha do tempo

ANOS	FATOS HISTÓRICOS
Período de 1880 – 1930	
1885 - 86	Revolução Liberal encabeçada pelo Geral Francisco Menéndez
1870	Constituição de corte liberal e modernizante
1912	Expansão exportações de café levando a um crescimento económico em El Salvador e em toda a região centro-americana
1921	Criação da Guarda Nacional
1929	- Manifestação de mulheres trabalhadoras dos mercados de San Salvador foram metralhadas pela polícia, muitas mortas. - primeiros sindicatos, greves e manifestações de trabalhadores do ferrocaril, sapateiros e trabalhadores dos cafés.
1929	Liga das feministas de El Salvador e sindicato das trabalhadoras dos serviços domésticos
1930	Agustín Farabundo Martí funda e lidera o Partido Comunista Salvadoreño (PCS)
Período de 1930 á 1950	
1932	- Massacre de camponeses, entre 10.000 a 30.000 mil assassinados pela insurreição popular - assassinato de Agustín Farabundo Martí
1950	Criada nova Constituição, considerada a mais progressista na história de El Salvador
Década de 1960	
1960	-Criação do Mercado Comum Centro-americano (MCCA), servindo aos interesses de EUA
1961	-Morte de estudantes nas ruas de San Salvador, consequência da mobilização dos estudantes
1962	Roque Dalton e intelectuais participam de uma agrupação chamada de “Generacion Comprometida”
1967	- Conclío Vaticano II
1967	-Criação da Frente Unificada de Ação Revolucionária (FUAR)
1968	- Manifestação de professores e professoras organizados pela ANDES 21 de junio, San Salvador.
1969	- Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (CELAM) de Medellín, Colombia - Guerra entre El Salvador e Honduras
Década de 1970	
1970	- Intervenção na Universidade de El Salvador pelo governo de Sánchez Hernández
1972	- Criação das Fuerzas Populares de Liberación Nacional Farabundo Martí. - Assembleia Legislativa convoca ao Congresso Nacional a Reforma Agrária. - Coalizão política para as eleições presidenciais das forças social-democratas PDC, MNR e do PCS através da sua organização UDN na UNO e triunfo eleitoral

1975	<ul style="list-style-type: none"> - Funda o Partido de la Revolución Salvadoreña (PRS) - Massacre de estudantes em Praça pública de San Salvador - assassinato de Roque Dalton
1977	<ul style="list-style-type: none"> - Nova fraude eleitoral, o General Romero toma posse e produz massacres em praças públicas - Nova Intervenção militar pela Guarda Nacional na Universidade de San Salvador - Surgem as P-28. Cinco organizações político-militares base de criação da FMLN: Fuerzas Populares de Liberación Farabundo Martí (FPL), Ejército Revolucionario do Pueblo (ERP), Fuerzas Armadas de la Resistencia Nacional (FARN), Partido Revolucionario de los Trabajadores Centroamericanos (PRTC) e as Fuerzas Armadas de Liberación/Partido Comunista Salvadoreño (FAL/PCS). Suas respectivas frentes de massa foram: Bloque Popular Revolucionario (BPR), Ligas Populares 28 de Febrero (LP-28), Frente de Acción Popular Unificada (FAPU), Movimiento de Liberación Popular (MLP) e a Unión Democrática Nacionalista (UDN).
1978	<ul style="list-style-type: none"> - Camponeses são fortemente perseguidos por grupos paramilitares “esquadrões da morte” - Assassinatos de estudantes em protestos
1979	<ul style="list-style-type: none"> – pelo menos 15 jovens são assassinados pela Guarda nacional, depois de realizar a uma peça de teatro de rua criticando o governo. – massivas mobilizações populares em San Salvador contra o regime governamental. – ocupações de terras em várias partes de El Salvador - José Napoleón Duarte da junta civil-militar dá golpe de estado e assume como presidente
Década de 80	
1980	<ul style="list-style-type: none"> – Marcha da juventude do Bloque Popular Revolucionário (BPR) – março assassinato do Arcebispo de San Salvador, Monsenhor Oscar Ranulfo Romero. – repressão policial com assassinatos de mulheres, jovens e crianças, no enterro de Monsenhor Oscar Ranulfo Romero - Criação da Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional – FMLN – FMLN em Morazán reforça as estruturas de logística; médica; imprensa e propaganda; e refúgio anti –aéreo para a população civil. – Marcha popular da Unidade em San Salvador – Imigração massiva aos Estados Unidos para fugir da guerra – Massacre em Teanango, foram assassinados pelo menos 56 adultos e crianças em poucas horas do dia.
1981	<ul style="list-style-type: none"> - Rádio Venceremos em Morazán, era subterrânea e uma rede rádios. Base nas montanhas de Morazán
1982	<ul style="list-style-type: none"> - Massacre El Mozote, mais de mil assassinados entre idosos, mulheres e crianças, numa tentativa de conter o avanço da FMLN em Morazán.
1984	<ul style="list-style-type: none"> - Radio Farabundo Martí em Chalatenango norte de El Salvador. -Primeiro Dialogo pela Paz, com representantes da igreja, em La Palma Chalatenango -Manifestação do Comitê de presos políticos de El Salvador (COPPEs) em San Salvador.
1986	<ul style="list-style-type: none"> Grandes mobilizações no dia Primeiro de Maio

1988	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização das Mães pertencentes ao Comité de presos e desaparecidos políticos. - Acampamento de refugiados em Colomocagua em Honduras
1989	<ul style="list-style-type: none"> - Ofensiva final militar da FMLN em San Salvador chegou a dominar partes da capital - Década de 80 pelas ações da FMLN, desestruiu os serviços do país, termina a década de 1980 dominando ¼ do território salvadoreño. - Massacre dos sacerdotes jesuítas que eram reitor, professores e cozinheira e filha na Universidade Centro Americana (UCA) de San Salvador.
Década de 90	
1991	<ul style="list-style-type: none"> - negociações com o governo para a assinatura de um acordo de paz foram retomadas.
1992	<ul style="list-style-type: none"> - Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional - FMNL negocia e assina com o governo de Alfredo Cristiani os Acordos de Paz no dia 16 de janeiro em Castillo de Chapultepec/ México. - Celebrações massivas pelos acordos de Paz - Miguel Mármol sobrevivente do Massacre de 1932 e companheiro de Farabundo Martí, assina a Ata de legalização da FMLN. - Destruição da estatueta de Cristóbal Colón nos protestos pelos 500 anos de colonização. - Marcha Nacional das mulheres por direitos humanos
1994	<ul style="list-style-type: none"> - Protestos dos lesionados e descapitados pela Guerra Civil – Militar
1995	<ul style="list-style-type: none"> - Avanço dos “maras”
1997	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização popular de apoio ao funcionamento de rádios comunitárias e o fechamento da Escolas das Américas em Geórgia, EUA.
1998	<ul style="list-style-type: none"> - Camponeses fazem protestos exigindo fim das dívidas agrárias. - Representantes de organismos de Direitos Humanos criam a Comissão da Memória Histórica em San Salvador
1999	<ul style="list-style-type: none"> - Protestos pelos descapitados da guerra, exigindo a Lei Igualdade de Oportunidades e de trabalhadores
Década de 2000	
	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização contra os acordos da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), privatizações de saúde e comunicação/ANATEL. - Entra em vigor a Lei de Integração Monetária, fim da moeda nacional Colón e adoção do dólar como moeda nacional. - Entrada em vigor do TLC-CA – EU - FMLN sobre ao poder executivo através de Mauricio Funes